

Jorge Uilson Clark

Presbiterianismo do Sul em Campinas: primórdio da educação liberal.

**Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação
2005**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

Título “Presbiterianismo do Sul em Campinas: primórdio da educação liberal”.

Autor: Jorge Uilson Clark

Orientador: José Claudinei Lombardi

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida por **Jorge Uilson Clark** e aprovada pela Comissão Julgadora.

Em 28/02/2005

Orientador:

Comissão Julgadora:

2005

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só se tornou possível graças à colaboração direta de algumas pessoas, na qual manifesto minha gratidão, especialmente:

A minha esposa, Maria Helena e a meus filhos Ana Paula e Gustavo que estiveram sempre presentes, me apoiando e auxiliando nos eventuais problemas.

Ao professor Dr. José Claudinei Lombardi, que soube ser mestre e amigo.

Ao professor Dr. José Maria de Paiva, pelo acompanhamento e contribuição durante a minha trajetória acadêmica.

Ao professor Dr. José Luis Sanfelice por ter aceitado participar dessa banca, apesar dos inúmeros compromissos.

A professora Dr^a Maria Isabel Moura Nascimento e seu esposo Nelito, pela amizade.

A professora Dr^a. Rita Filomena Bettini, por sempre ter uma palavra de conforto e de estímulos nas horas difíceis.

A professora Meire Terezinha Muller, pela amizade e pelas correções desse texto.

A minha sobrinha Daniele Juliana de Souza, pela colaboração na tradução deste texto.

A todos aqueles que torceram por mim, o meu muito obrigado!

“Posso errar por ignorância ou por incompetência, mas nunca pela falta de coragem de ousar, empreender e criar. Não conhecer alguma coisa é comum acontecer entre os seres humanos, o que não se pode é ignorar tudo e fechar as portas para o conhecimento das coisas que estão no mundo e que precisamos aprender”. (Clark, J. U)

RESUMO

O tema central do trabalho é o *Presbiteriano do Sul em Campinas: primórdio da educação liberal*. A tese propõe analisar historicamente o processo de incorporação de uma instituição religiosa de origem estrangeira à realidade brasileira, de origem tradicionalmente católica entre o período de 1860 a 1940.

O desenvolvimento das missões protestantes no Brasil esteve ligado à expansão econômica e política norte-americana na América Latina e na América do Sul, iniciada no século XIX e consolidada no século XX. A estratégia utilizada pelos missionários religiosos protestantes para influenciar o povo e a elite brasileira para a nova religião foi utilizar as escolas e seminários. Se as escolas promoviam uma educação liberal idêntica às recebidas pelos estudantes norte-americanos, os seminários, por sua vez, formavam pastores nacionais que atuavam diretamente junto a população, evangelizando ou educando.

Este trabalho foi desenvolvido em quatro capítulos: o primeiro estuda as raízes históricas do presbiterianismo e sua inserção na América do Norte a partir do século XVII, onde se buscou compreender os motivos que levaram anglo-saxões a imigrarem para a América do Norte e ali organizarem um novo tipo de sociedade e cultura. Analisa também o tipo de economia desenvolvida e a expansão econômica norte-americana amparada em doutrinas políticas e princípios religiosos. O segundo estuda Campinas na transição do Império para a República, com ênfase nas transformações políticas e econômicas. Trata-se de analisar a cidade no contexto nacional, seu grau de importância no campo político e econômico e o que estimulou seu desenvolvimento, tanto no setor educacional como no religioso. O terceiro trata especificamente da implantação do protestantismo missionário no Brasil, os fatores religiosos que tornaram possível a presença de protestantes no Brasil. O quarto trata especificamente, dos presbiterianos que aqui implantaram igrejas, escolas e seminários entre o período de 1860 a 1940 e quais as suas conseqüências.

Abstract

The central theme of this dissertation is the *Southern Presbyterian in Campinas: beginnings of the liberal education*. The thesis proposal is to historically analyze the process of the incorporation of a foreign religious institution into the Brazilian reality, whose roots were Catholic, between 1860 and 1940.

The development of the Protestant missions in Brazil was connected to the North American political and economical expansion in Latin and South Americas, a period of expansion of the American capitalism, which began in the XIX century and was consolidated in the XX century. The strategy employed by the Protestant religious missionaries to influence the Brazilian people and social elite to embrace the “new religion” was to make use of schools and seminaries. On the one hand the schools promoted a liberal education identical to the one received by the North American students, on the other the seminaries trained national priests who had a direct impact on the population, either preaching or educating.

This dissertation is comprised of four chapters. The first chapter studies the historical roots of the Presbyterianism and its insertion into North America from the XVII century onward, where they sought to understand the reasons that motivated the Anglo-Saxons to immigrate to North America and organize a new kind of society and culture there. It also analyzes the type of economy developed and the North American economical expansion supported by political systems and religious principles. The second chapter studies Campinas in the transition from the Empire to the Republic: political and economical transformations. It is about analyzing the city inside a national context, its degree of importance in the political and economical fields and what stimulated its development in both the religion and education sectors. The third chapter is specifically about the implementation of the missionary Protestantism in Brazil, the religious factors that made the presence of Protestants possible in Brazil, particularly of the Presbyterians, who set up churches, schools and seminaries between 1860 and 1940, and its consequences. The fourth chapter is about the organization and functioning of the Seminary in Brazil in its several stages until the definite consolidation of the Southern Presbyterian in Campinas which happened between 1907 and 1940.

SUMÁRIO	
INTRODUÇÃO	1
Capítulo I- As Raízes Históricas do Presbiterianismo e sua Inserção na América do Norte	17
1.1- A Transformação Política e Econômica Norte-Americana no Período Pós-Independência e da Guerra de Secessão (1814-1861).....	22
1.2- A Reconstrução dos Estados Sulistas e a Expansão da Economia Industrial Americana (1865-1914).....	31
1.3- O Imperialismo Norte-Americano na América Latina e sua Inserção na Economia e na Política Brasileira.....	36
Capítulo II- Campinas na Transição do Império para a República: Transformações Políticas e Econômica	51
2.1- As Transformações Sócio-Político-Econômicas de Campinas nos Primeiros Décênio da República (1900-1930).....	64
2.2- Aspectos Religiosos de Campinas Durante o Século XIX e XX.....	70
Capítulo III- A implantação do Protestantismo Missionário no Brasil	81
3.1- Fatores Históricos e Religiosos que Contribuíram para a Presença do Protestantismo no Brasil.....	82
3.2- A Presença Protestante no Brasil.....	93
3.3- Os Primeiros Missionários Presbiterianos em São Paulo: a implantação de Igrejas e Escolas.....	104
Capítulo IV- O Seminário Presbiteriano no Brasil: sua organização e Funcionamento (1867-1870)	113
4.1- A Preparação Teológica dos Pastores Presbiterianos Fora do Seminário, A Utilização do Método Preceptorial de Educação (1870 a 1888).....	117
4.2- O Funcionamento do Seminário Sinodal Presbiteriano de Nova Friburgo (RJ) No Período de (1894- 1896).....	122
4.3- A criação do Seminário Sinodal Presbiteriano e sua transferência para o Instituto Teológico de São Paulo: organização e funcionamento (1896-1903).....	125
4.4- A Criação do Seminário Presbiteriano do Sul em Campinas e seu funcionamento de (1907 a 1940).....	138
Considerações Finais	155
Bibliografia	159

Introdução

O presente estudo que recebe o título de “Presbiterianismo do Sul em Campinas: primórdios da educação liberal” tem como objetivo analisar historicamente o processo de inserção de uma instituição religiosa de origem estrangeira à realidade brasileira entre o período de 1860 a 1940.

São várias as questões que serviram para guiar a pesquisa. Os missionários protestantes ligados ao seminário influenciaram a sociedade na propagação das idéias republicanas de natureza liberal? O Seminário Presbiteriano do Sul em Campinas manteve a sua pureza doutrinária nos moldes que funcionavam os seminários europeus e norte-americanos ou sofreram uma metamorfose se adaptando à realidade nacional? O programa de ensino adotado no seminário visava somente a formação de pastores ou também prepará-los para as atividades intelectuais como educador, cumprindo dessa forma as estratégias adotadas pelos missionários de educar para evangelizar e evangelizar para educar? Essas são algumas das dúvidas que pretendemos responder durante a investigação neste trabalho.

A presença protestante no Brasil teve início com a vinda da família real em 1808. Foi quando a colônia brasileira passou por profundas mudanças em virtude da presença de D. João VI que, fugindo de Portugal com receio desse país ser tomado pelas tropas francesas de Napoleão Bonaparte, transmigra para o Brasil em navios ingleses. A dependência portuguesa em relação à Inglaterra é expressa pela abertura dos portos às “nações amigas”, manifestada através do “Tratado de Aliança e Amizade e Comércio e Navegação”, assinado em 1810. O *“Tratado de 1810 permitia aos súditos britânicos liberdades religiosas dentro de suas capelas e igrejas desde que elas não tivessem formas diferentes de casas de habitação, respeitassem a Igreja Católica e não fizessem prosélitos”* (MENDONÇA, 1984, p.20). A liberdade de atuação concedida por D. João VI aos protestantes gerou um impasse com a Igreja Católica, uma vez que a intolerância religiosa por parte do clero criou obstáculos à execução do Tratado, dificultando as políticas desenvolvidas pela Coroa portuguesa em razão da sua dependência econômica da Inglaterra.

Em 1822, ocorreu a emancipação política brasileira de Portugal, mas se por um lado isso significou autonomia das relações com a metrópole, por outro lado, continuou

prevalecendo economicamente a influência inglesa sobre o Brasil. Politicamente tornava-se necessário organizar o Estado Brasileiro, tarefa difícil num país de imenso território e reduzida população. O primeiro passo nesse sentido foi a convocação de D. Pedro I, a uma Assembléia Constituinte brasileira instalada oficialmente pelo imperador, no Rio de Janeiro, a 3 de maio de 1823, compondose de proprietários, bacharéis, magistrados, padres, oficiais, médicos e funcionários, a maioria dos seus quase 90 deputados.

Os primeiros debates realizados pelos membros da Assembléia, já se notava claramente uma acentuada e progressiva oposição entre os deputados liberais representantes das camadas sociais urbanas que exigiam uma Constituição que limitasse o poder do Imperador e reconhecesse a autonomia das províncias, permitindo maior participação política das classes sociais. Já os deputados conservadores, maioria na Assembléia e representantes da aristocracia proprietária, defendiam a continuidade da monarquia, manutenção da centralização política e a limitação do direito do voto, como exigências da preservação da ordem social e da própria unidade político territorial do país. Liderava esse grupo José Bonifácio.

Entretanto, a conduta autoritária, repressiva e conservadora do ministro José Bonifácio, acabou comprometendo o precário equilíbrio da Constituinte que, sem condições para resistir as força oponente e desprestigiados pelo Imperador, demitiu-se do ministério, junto com seu irmão Martins Francisco, em julho de 1823. A partir daí, cresceram os atritos entre os deputados e o Imperador que apoiado pelos portugueses assumia posição cada vez mais autoritária. Em razão desse fato foi que a Assembléia Constituinte liderada por Antonio Carlos de Andrade e Silva concentrou a atenção nos artigos mais polêmicos, como aquele que negava ao Imperador o direito de rejeitar as leis votadas e aprovadas pelo Legislativo. Isto levou D. Pedro I a radicalizar o seu absolutismo, o resultado disso, foi a dissolução da Assembléia Constituinte e a nomeação de uma comissão especial, o “Conselho do Estado”, que foi encarregada de redigir o novo projeto de Constituição liberal que ficou pronto em 1824, e que funcionou até 1891, quando então se estabeleceu a Constituição Republicana.

Com a implantação da República, a hegemonia da Igreja Católica foi colocada a prova em virtude da atuação de protestantes no cenário social brasileiro. Aos poucos eles foram chegando, “*espalhando suas bíblias e praticando seu culto dentro das normas legais*

muito restritivas, tanto à propaganda religiosa quanto às formas arquitetônicas de seus lugares de serviço religioso” (Idem. Ibidem). Eram suecos, ingleses, alemães e alguns americanos, que praticavam a sua fé dentro de suas capelas e templos, conforme determinação do Tratado de 1810, que concedia a liberdade de culto religioso para os não católicos estrangeiros residentes no Brasil, desde que os locais destinados à sua realização não tivessem nenhuma semelhança com a Igreja Católica e que também não praticassem o proselitismo de brasileiros à nova religião¹.

No período de 1824 a 1842 foi realizada a primeira incursão de missionários protestantes no Brasil. Embora nos Estados Unidos esses missionários estivessem ligados a várias denominações do protestantismo, atuando no Brasil não ficaram presos aos dogmas de suas denominações, ao contrário, procuravam realizar trabalhos ecumênicos com o objetivo de atender às necessidades espirituais dos estrangeiros anglo-saxões em missões comerciais e diplomáticas. Os missionários protestantes pregavam o evangelho nos templos por eles construídos e também viajavam pelas províncias brasileiras entregando trechos da bíblia e distribuindo o Catecismo de Montpelier, sugerindo sua adoção nas escolas brasileiras, o que jamais ocorreu. Paralelo ao trabalho religioso, os missionários realizavam estudos geográficos das riquezas existentes em território brasileiro, mapeavam as melhores terras para a produção agrícola, certamente visando futuros investimentos norte-americanos no Brasil. Essas informações foram divulgadas nos Estados Unidos por dois desses missionários, Daniel P. Kidder, que publicou em 1845 “*Reminiscência de Viagem e Permanência no Brasil (Rio de Janeiro e São Paulo)*”, compreendendo notícias históricas e geográficas do Império de diversas províncias; posteriormente, Fletcher associado a Kidder lançou o livro com o título: “*Brasil e os brasileiros*”, conforme informações retiradas dos “Anais da Igreja Presbiteriana de São Paulo”, em sua edição de 1938.

No Brasil, os metodistas foram os primeiros missionários a associar a atividade religiosa com as comerciais.

Em 1835, chegou o primeiro missionário metodista ao Rio de Janeiro, o reverendo Fountain E. Pittes, do Board of Mission of the Methodist Episcopal Church in the United States, que começou a pregar em residências particulares. Em 1836, aporta outro missionário, o reverendo Justus Spaulding, que organizou uma igreja com quarenta membros todos estrangeiros. Em 1837, chegou o distribuidor de bíblias, também metodista. Em 1842, essa primeira igreja metodista encerrou suas atividades. (MENDONÇA, 1984, p.23)

¹ N.A. No Brasil o protestantismo foi considerado como uma nova religião.

O encerramento da primeira fase religiosa protestante no Brasil se deu a partir de 1842 em virtude da crise econômica que atingiu a maioria das missões religiosas norte-americanas ao redor do mundo. No Brasil, por vários anos não se registrou (pelo menos oficialmente) atuação dos missionários protestantes. Somente por volta de 1855 é que a missão protestante reiniciou suas atividades no Brasil, destacando-se como pioneiro dessa fase o pastor escocês Robert Reid Kalley, da Igreja Congregacional, que expulso da Ilha da Madeira, em Portugal, foi autorizado pelo Imperador brasileiro a desembarcar no Rio de Janeiro, dirigindo-se para Petrópolis. Após a chegada de Kalley (1855): *“três meses depois começavam as atividades de sua primeira Escola Dominical e, depois de três anos, a 11 de julho de 1858, organizavam a primeira igreja protestante brasileira de fala portuguesa, em 12 de agosto de 1859”* (HAHN, 1970, p.21).

Robert Kalley não somente distribuiu as Escrituras Sagradas entre os estrangeiros adeptos da confissão protestante, como também foi pioneiro na evangelização de brasileiros. A ação de Kalley causou alvoroço no meio clerical católico, pois tanto a propagação como a conversão de brasileiros à doutrina protestante era proibida por lei, daí a reclamação do clero católico junto ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco), pedindo que ele cessasse imediatamente suas atividades religiosas ou seria deportado. Kalley, alegando atuar dentro da lei, recorreu à Constituição de 1824, através de três juristas brasileiros que para defendê-lo se basearam no princípio constitucional de tolerância religiosa e liberdade de culto. O parecer favorável dado pela justiça brasileira a Robert Kalley abriu precedente jurídico que possibilitou a implantação das igrejas protestantes no Brasil, assim como a conversão de brasileiros.

A implantação do presbiterianismo no Brasil teve início com a presença do reverendo americano Ashbel Green Simonton. Nascido em West Hanover, na Pensilvânia (EUA), estudou no Colégio de Nova Jersey e, depois, no Seminário de Princeton, onde se candidatou diante da “Junta de Missões da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos”, para o trabalho missionário no Brasil, desembarcando no Rio de Janeiro em 12 de agosto de 1859. O presbiterianismo que Simonton implantou no Brasil tinha raízes no movimento reformista, tendo Lutero como a primeira expressão e cujo início se deu na Alemanha, em 1517. Foi a partir de Lutero que o movimento reformista se voltou para a formação não erudita do povo, criando escolas elementares que conciliavam o aprendizado da língua

vernácula com as atividades produtivas. Para os protestantes tornava-se necessário aprender a ler para interpretar a bíblia; a execução das atividades produtivas (o trabalho) era considerada uma forma de glorificar a Deus, onde o indivíduo além de desenvolver sua vocação, ocupava o espírito e servia a comunidade.

Lutero tinha como objetivo a organização de um Estado confessional e expressou claramente a obrigação do envolvimento da família e do governo na promoção da escolarização de seus membros. Na ótica luterana, para a burguesia sustentar o seu projeto econômico, político e social tornava-se necessário promover a escolarização, pois acima de tudo “*o Estado precisa fazer reinar, no lugar da violência, a sabedoria*” (HILSDORF, 1998, p.29-30), ou seja, uma vida produtiva ordenada pela vida moral de base religiosa, apreendida na educação escolarizada.

Anos mais tarde, um outro movimento semelhante ao de Lutero surgiu na Suíça, liderado pelo reformador Ulrico Zuinglio, sediado em Zurique. Após a sua morte, o movimento reformista passou a ser liderado pelo francês João Calvino no século XVI. Embora de origem francesa, tornou-se o grande reformador de Genebra, Suíça. Calvino seria o iniciador do segundo movimento da Reforma Protestante, tendo sua doutrina alcançado Igrejas da França, da Suíça, da Holanda, da Hungria, da Romênia etc.

Na doutrina calvinista grande importância foi dada ao dogma da predestinação, segundo a qual o homem está destinado à salvação ou à condenação por escolha divina, cabendo ao homem colaborar com a vontade de Deus, para cumprir isso, tinha o homem que santificar sua vida e cumprir seus deveres. Calvino ainda era a favor da separação entre a Igreja e o Estado, com o predomínio da primeira sobre o segundo. Enfatizou também a leitura e a interpretação da bíblia e admitiu os sacramentos do batismo e da eucaristia. Considerou o homem livre das proibições existentes nas escrituras e estimulou que se buscasse o conforto por meio do trabalho e de uma vida regrada.

Calvino misturou os elementos da fé cristã com as condições materiais ostentadas pelo ser humano, sendo que esta última manifestava se o indivíduo era predestinado ou não. Para Calvino, os eleitos à vida eterna são os que conseguem vencer na vida, geralmente os comerciantes e os proprietários de terras, enfim, aqueles que alcançavam sucesso econômico. A doutrina de Calvino foi moldada dentro dos princípios capitalistas e em conformidade com os interesses econômicos da burguesia.

Ao se identificar com o calvinismo, a burguesia propagou a nova crença pela França, Escócia, Holanda e Inglaterra. Em cada um desses países recebeu denominações diferentes. Na França, os adeptos do calvinismo se tornaram conhecidos por huguenotes. Na Inglaterra, o movimento de reforma ocorreu sob a influência de Isabel I, sobressaindo os puritanos, grupo que mais tarde imigrou para os Estados Unidos. Na Escócia, John Knox (1505-1572), devoto e discípulo pessoal de Calvino, lançou a Igreja Reformada e, para se diferenciar dos luteranos, o calvinismo recebeu a denominação de Igreja Presbiteriana, *“por estruturar-se a partir de um governo conciliar de presbítero, tornando-se religião oficial em 1560. Doutrinariamente, as igrejas reformadas presbiterianas baseiam-se na Confissão de Fé de Westminster, promulgada em 1634. Ela é uma igreja histórica tradicional que adota como lema: igreja reformada, sempre se reformando”* (EMERICK, Correio Popular, 23/01/1987, p.3).

Semelhante às demais igrejas reformadoras, o presbiterianismo se espalhou por vários países, alcançando os Estados Unidos no século XVIII, quando imigrantes escoceses e irlandeses dirigiram-se para a América do Norte, constituindo a Primeira Igreja Presbiteriana. É dos Estados Unidos a procedência de Ashbel Green Simonton, missionário fundador da Igreja Presbiteriana Brasileira que, em 12 de agosto de 1859, no Rio de Janeiro, iniciou o trabalho de pregação, primeiramente entre os estrangeiros de língua inglesa. O interesse protestante pela América Latina nasceu colado ao interesse econômico e político, resultado da expansão do capitalismo e da colonização européia no continente africano, asiático e americano. O movimento de expansão do capitalismo, iniciado com portugueses e espanhóis, teve seu desdobramento com o imperialismo inglês que manteve seu domínio mundial até as duas primeiras décadas do século XX. Entretanto, antes disso, os Estados Unidos começou a sobressair-se.

A economia norte-americana começou a se organizar após ter alcançado sua independência, em 1814, foi nesta época que começou a haver investimento pesado na agricultura, principalmente nos estados sulistas, conhecidos por sua grande produção agrícola de milho, algodão, arroz voltado para exportação. Os fazendeiros sulistas, empregando mão de obra de escravos negros e utilizando técnicas mais modernas de produção, superaram seus principais concorrentes, entre eles o Brasil, que, devido à

recuperação da lavoura de algodão americana e à concorrência da produção açucareira das Antilhas, atravessou dramática situação econômica.

Os nossos principais produtos no início do século XIX eram o açúcar, o algodão e o café. No mercado de açúcar sofríamos então a concorrência não apenas dos produtores do Caribe, mas também do açúcar de beterraba, cuja produção o Bloqueio Continental napoleônico espalhou por toda a Europa. No mercado de algodão, então predominantemente na Inglaterra, o produto norte-americano estava voltando, após o encerramento das hostilidades entre a Inglaterra e os Estados Unidos (a guerra durou de 1812 a 1814) e se mostrava assaz superior ao nosso, em preço e qualidade. Só nos restava o café, cuja demanda aumentava tanto no continente europeu como nos Estados Unidos. (SINGER, 1997.p.354).

A relação comercial oficial entre Brasil e os Estados Unidos ocorreu após termos alcançado a nossa independência de Portugal, em 1822. Entretanto, havia uma certa desconfiança com relação ao governo americano, em razão do seu plano expansionista na América Latina e sua política intervencionista nos assuntos dos países vizinhos que, na época do Império, acabou gerando preocupação das autoridades brasileiras, principalmente pelo interesse de cidadãos norte-americanos de imigrarem para o Amazonas e Pará com seus escravos, como aconteceu no Estado do Texas e da Califórnia, estimulando as tendências separatistas, como primeiro passo para sua anexação. Apesar das constantes ameaças de invasão territorial e do comércio desleal praticado por esse país, o Brasil manteve o comércio com os norte-americanos, por serem grandes consumidores dos produtos brasileiros, como a borracha produzida no Pará e o café produzido no sudoeste paulista.

Nesse período o café começava a sua caminhada em direção ao oeste paulista, sobressaindo como grandes produtoras Campinas, Jundiaí, Limeira, Sorocaba, entre outras. Apesar da excelente situação econômica vivida pelo Brasil em virtude da expansão do café a nível mundial, a produção cafeeira começava a apresentar dificuldades em decorrência da falta de trabalhadores braçais para tocar a lavoura, já que o governo brasileiro tinha decretado a abolição gradativa do trabalho servil, a partir de 1850, colocando um ponto final na importação de escravos negros para o Brasil. Isto não impediu a transferência de escravos trazidos das decadentes províncias do Norte e Nordeste, para a próspera região Sudoeste. Entretanto, a quantidade desses trabalhadores não era suficiente para atender à demanda cafeeira, havendo, necessidade de trazer imigrantes, para trabalhar como contratados. Nesta fase de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, os grandes fazendeiros mantiveram ambos trabalhando lado a lado.

Nos Estados Unidos, o escravismo foi mantido nos estados sulistas até 12 de abril de 1861. Esta situação incomodava o Norte industrializado, pois a continuação dessa política impedia o avanço do capitalismo tanto para o Sul (auto-suficiente e de pouco consumo) como para o incipiente Oeste. As diferenças de interesse entre o Norte e o Sul também se deviam por questões alfandegárias. Enquanto os nortistas defendiam o protecionismo, como meio de preservar o mercado interno, os sulistas se posicionavam a favor do livre-cambismo, em função da sua dependência ao mercado externo inglês. No terreno político, os nortistas lutavam pelo fortalecimento do poder federal e pela produção interna, já os sulistas sustentavam a autonomia dos estados a fim de preservarem a escravidão. Esses interesses antagônicos entre as duas regiões mais importantes da União culminaram com um conflito armado, denominado “Guerra da Secessão” (1861-1865), e que resultou na derrota dos confederados.

No Brasil, a elite dominante pendeu para o lado dos confederados, pela identificação que ela tinha com o Sul escravista. Isto pode ser notado durante o conflito, quando o governo imperial brasileiro concedeu permissão aos navios confederados de se reabastecerem quando passassem pelo porto do Rio de Janeiro, causando protesto dos nortistas. Com o término do conflito, muitas famílias de confederados vieram para o Brasil. *“Os imigrantes norte-americanos estabeleceram colônias pelas províncias do Rio de Janeiro, Paraná, Espírito Santo, Pará e Bahia. Todas elas fracassaram, com exceção do grupo que se instalou em Santa Bárbara e Americana, na província de São Paulo”* (CLARK, 1998, p.44), região próxima de Campinas.

A justificativa para norte-americanos emigrarem para o Brasil encontra-se motivos no campo político-econômico. O primeiro, apesar do Brasil adotar o sistema político monárquico e a religião do Estado ser a católica, a monarquia brasileira era bem liberal. O segundo às condições de clima e a riqueza do solo brasileiro. Levando em consideração essas condições, os imigrantes norte-americanos vieram para o Brasil, sendo acompanhados por alguns missionários protestantes. A missão presbiteriana chegou logo em seguida e os primeiros integrantes que se instalaram em Campinas foram os missionários Edward Lane e G. Nash Morton, em 1869.

Na época, a cidade de Campinas vivia uma fase áurea de prosperidade, graças à expansão cafeeira, que permitia a elite local ostentar riquezas materiais, se interessando

também pela cultura e pela instrução. Campinas contava com o teatro municipal, umas majestosas Catedrais e várias escolas particulares. Apesar da riqueza ostentada pouco se investiu na instrução pública por não ser essa prioridade. A liberdade dada ao ensino privado de atuar, mais o interesse das elites da cidade, permitiu que os reverendos Lane e Morton fundassem o Colégio Internacional de Campinas, em 1870. Este Colégio foi criado com a finalidade de atender tanto os filhos dos imigrantes americanos das colônias das Vilas de Santa Bárbara e Americana, como também os filhos de brasileiros interessados em obter uma educação liberal semelhante à recebida pelos estudantes norte-americanos.

Paralelo à criação do Colégio Internacional, o reverendo Edward Lane procurou divulgar o trabalho evangélico na região, pregando entre os americanos de Santa Bárbara, Americana e Campinas. Em Campinas abriu uma escola primária no Bairro da Ponte Preta, voltada para o atendimento de adultos, a base dessa instrução foi as primeiras letras e o ensino religioso. Uma outra escola ligada à confissão presbiteriana foi aberta em São Paulo, em 1870 pelo reverendo norte-americano Chamberlain e sua esposa, direcionada para meninas, filhas de pais protestantes. Essa escola não só atendeu alunas evangélicas como também aceitou a admissão das filhas de republicanos, positivistas e abolicionistas que sofriam os efeitos da intolerância religiosa por parte do clero católico nas escolas públicas. A escola Americana de São Paulo foi denominada de “Colégio Protestante”, e que mais tarde tornou-se o Mackenzie.

Além da criação dos colégios presbiterianos, foram também criados no Rio de Janeiro a primeira Igreja Presbiteriana, em janeiro de 1862, a Imprensa Evangélica, em 1864, e o primeiro Seminário, em 1867.

A criação do seminário era uma preocupação histórica dos protestantes, particularmente dos presbiterianos. Iniciou-se com João Calvino, em 1559, quando fundou a Academia de Genebra, na Suíça, com o objetivo de dar aos futuros ministros da Igreja Presbiteriana uma sólida preparação acadêmica nas áreas bíblica, teológica e pastoral. Esta preocupação de criação de igrejas e seminários continuaram existindo após a implantação do presbiterianismo nos Estados Unidos, daí o surgimento do Colégio de Nova Jersey e do Seminário de Princeton, onde se formou Simonton, fundador da missão presbiteriana no Brasil.

Os missionários presbiterianos, depois de terem organizado a missão religiosa no Rio de Janeiro, voltaram sua atenção para São Paulo. Em 6 de abril de 1863, o reverendo Alexander Blackford (cunhado de Simonton), lançou uma missão, tanto na capital da província como no interior paulista, na Vila de Brotas e em Limeira, Rio Claro e Campinas. Nessa época já contava com o auxílio de vários missionários, inclusive de um ex-padre da Igreja Católica, José da Conceição.

O período de 1859 a 1869 foi marcado pela hegemonia do trabalho missionário da Igreja Presbiteriana do Norte dos Estados Unidos no Brasil. A concentração da missão presbiteriana na Região Sudoeste não foi pura coincidência, mas em razão das províncias de São Paulo e Minas Gerais apresentarem um alto grau de desenvolvimento econômico proveniente da produção cafeeira. Pregando nas vilas e povoados, a mensagem presbiteriana atingiu os donos das pequenas propriedades rurais distantes. Nesses lugares retirados, considerados verdadeiros sertões, os presbiterianos constituíram escolas dominicais ou paroquiais e pequenos templos.

Com a organização do Presbitério do Rio de Janeiro em 1865, começou o Concílio a se preocupar em criar o seminário presbiteriano, com o intuito de formar os pastores nacionais para que esses, com o tempo substituíssem os missionários estrangeiros que retornavam aos seus países. Com esse propósito se criou o Seminário Teológico Presbiteriano, denominado de “Seminário Primitivo”.

O “Seminário Primitivo Presbiteriano” funcionou de 1867 a 1870, de forma provisória no Rio de Janeiro. Durante esse período, três portugueses e um brasileiro foram os únicos a se apresentarem demonstrando interesse pela vida ministerial, em virtude da pouca atração despertada entre os brasileiros e as enormes despesas acarretadas para a formação desse pastores, a missão presbiteriana resolveu por bem fechar o Seminário. Com a sua extinção, interrompeu-se o programa de ensino que vinha sendo desenvolvido, passando a aprendizagem dos futuros pastores a ser realizada através de um sistema de acompanhamento ou preceptorial, onde os estudantes acompanhavam os missionários mais experientes em suas visitas e pregações, ao mesmo tempo em que estudavam sob sua orientação. Esta forma de aprendizagem se manteve até 1878, quando o Presbitério do Rio de Janeiro, resolveu definir um critério educacional para os candidatos ao ministério, passando a preparação dos futuros pastores a ser realizada tanto no “Colégio Internacional”

de Campinas, como na “Escola Americana” de São Paulo. Este modelo de educação teológica se manteve até 1894, quando então se criou o “Seminário Sinodal Presbiteriano”, em Nova Friburgo (RJ). Durante esse período houve a nacionalização do corpo presbiteriano.

O Seminário Sinodal abriu suas portas em 1894, com apenas três alunos ingressantes. Durante esse período apesar da atuação dos missionários e do árduo trabalho visando à conversão de brasileiros, pouco se conseguiu nesse terreno devido a forte presença da Igreja Católica no cenário nacional e aos princípios rígidos que cercavam a doutrina protestante, levando os brasileiros a não se interessarem em mudar de religião.

Em 1896, o Seminário Sinodal foi transferido para São Paulo, se juntando ao Instituto Teológico de São Paulo, permanecendo de 1896 a 1903. Nesse período intensos debates foram travados entre os líderes da Igreja Presbiteriana Nacional e representante do Mackenzie College. Enquanto os primeiros se interessavam em evangelizar e dar uma formação teológica aos candidatos ao pastorado; os segundos se posicionavam a favor da manutenção do ensino secundário e da classe anexa teológica. Polêmicas e trocas de acusações de ambos os lados em torno do colégio e do seminário marcaram esse período, ocultando uma luta maior que se travava nos bastidores presbiterianos entre os dois comitês, a Board de Nova York, representando as igrejas do norte dos Estados Unidos, e a Committee de Nashville, representando as igrejas do sul. Embora os comitês procurassem se manter à margem das rivalidades e disputas nacionais entre seminário e colégio, com respeito à questão da evangelização e educação, ficou evidente que esse era o principal problema em questão. Enquanto a Board era a favor da evangelização indireta e dava ênfase à escola, o Committee preferia a evangelização direta pelo seminário. Esta posição conflituosa se arrastou até 1900, ocasião da realização do 5º Sínodo Anual de Campinas. Nessa reunião duas questões vieram à tona trazida pelo bloco nacionalista, a questão educativa e a questão maçônica. Com relação à primeira, foi dado parecer favorável ao Mackenzie College que manteve o ensino secundário, retirando dele o ensino preparatório e teológico que passou para os cuidados do seminário. O segundo, o Sínodo apelou para a manutenção do bom senso, concedendo aos missionários-maçons a liberdade de assim permanecerem, desde que não causassem prejuízos para a igreja. Essa atitude desagradou o bloco nacionalista que, derrotados em suas pretensões, abandonaram a Igreja Presbiteriana

Nacional, criando a Igreja Presbiteriana Independente que, livre das discórdias e das desconfianças que pesavam sobre seus líderes, progrediu. Em 1905 foi criado o Instituto Evangélico de São Paulo, e depois de dois anos, a Igreja presbiteriana adquiriu da “Executive Committee of Foreign Missions”, com sede em Nashville, EUA, a propriedade do antigo “Colégio Internacional” em Campinas e, que depois de sofrer adaptações e construir novos prédios, iniciou as atividades educacionais, do Seminário Presbiteriano de Campinas, em 2 de agosto de 1907.

A criação do Seminário Presbiteriano do Sul tinha dois objetivos: dar aos pastores nacionais um conhecimento profundo da doutrina protestante para que no futuro desempenhassem seu trabalho com desenvoltura e eficiência e formar pastores-educadores comprometidos com a educação liberal para que influenciassem os membros das elites interessadas em receber um ensino inovador e progressista.

O programa de ensino empregado no Seminário Presbiteriano seguiu o modelo dos seminários europeus e norte-americanos, onde a meta era dar uma sólida formação teológica aos futuros pastores. Essa estrutura de ensino se manteve até 1940, ano que marca a delimitação cronológica final da investigação.

Ao realizarmos o presente estudo sobre o Seminário Presbiteriano, pensamos em promover uma análise histórica da trajetória dessa instituição, notadamente como ela se inseriu na sociedade campineira, influenciando as elites, não só da cidade, como também no restante do Brasil.

Muitos dos missionários protestantes, embora fossem originários de países onde o regime Republicano era uma realidade, no Brasil não se envolveram com questões políticas e muitas menos com as sociais, centralizando suas atenções nas questões religiosa e educativa, o que produziu um certo desencanto na elite mais progressista e favorável à implantação de um sistema liberal nos moldes da americana.

Para compreender a temática objeto de investigação, isto é “*O Presbiteriano do Sul em Campinas: primórdio da educação liberal*”, há que se considerar a visão de mundo que os presbiterianos norte-americanos traziam e explicitavam no cotidiano brasileiro; a maneira como trabalhavam a educação que ministravam em seus colégios e seminários e os desdobramentos que suas idéias tinham na sociedade, e á medida que o tempo passava, o

trabalho iniciado pelos pioneiros do presbiterianismo no Brasil foi sendo assumido pelos pastores nacionais.

Para os religiosos presbiterianos o programa educativo era uma necessidade de sua obra missionária, mas para conseguir seus objetivos de evangelizar, era preciso ir além da conversão: era necessário alfabetizar e estimular os membros da sociedade nacional à leitura da bíblia. Enquanto para os protestantes a interpretação da bíblia era realizada tanto por missionários como por leigos, entre os católicos a leitura e a interpretação ficavam entregues ao clero, cabendo aos fiéis a sua aceitação. Se para os protestantes presbiterianos, a escola era um instrumento eficiente de divulgação da religião, o seminário, por sua vez, era uma instituição ideal para a preparação de pastores para exercer o trabalho ministerial junto à população, daí o interesse em sua criação e funcionamento.

Os missionários presbiterianos tinham uma visão equivocada da sociedade brasileira, pois acreditavam que “o paganismo do povo brasileiro”, a baixa moral e a corrupção presente na sociedade era conseqüência da falta de preparo do clero católico que não zelava pela virtude do povo. Os missionários protestantes, vindos de um outro tipo de sociedade, de uma cultura diferente, onde a religião calvinista dominava, pensavam que bastaria boa vontade e consciência cristã para o protestantismo predominar. Ledo engano, a população brasileira (na sua maioria), não estava interessada em mudar de religião, pois renunciar ao catolicismo significava abandonar sua própria cultura e adotar um novo estilo de vida, de raízes estrangeiras, o que não era de seu interesse. Apesar de uma minoria da população ser atraída pela mensagem protestante, não se conseguiu transformar isso em conversão. Mesmo com a edificação de escolas e com a fundação do seminário, o número de candidatos brasileiros ao ministério continuou inexpressivo. A aceitação do protestantismo ocorreu mais no meio popular do que entre as elites que continuaram arraigadas aos seus costumes, hábitos e crenças religiosas. Essa classe tinha interesse em obter uma educação progressista, moderna, de cunho técnico e científico, como o difundido pelas escolas protestantes no Brasil, em razão até do próprio avanço do capitalismo.

A eficácia relativa das missões presbiterianas no Brasil, ocorrida a partir da metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, foi devido ao contato de brasileiros com comerciantes estrangeiros protestantes quando esses se fixaram no Brasil. A relação estabelecida entre o Estado e a Igreja Católica através do Padroado enfraqueceu a igreja que

se viu incapaz de manter suas funções básicas, como a formação e sustentação de clérigos competentes, uma catequese eficaz que garantisse a pureza ortodoxa e doutrinária. A distância entre a fé e a prática, possibilitou a expansão das igrejas protestantes, particularmente a presbiteriana. A imigração de europeus e norte-americanos foi outro fator que contribuiu para a propagação da ideologia protestante. Os imigrantes contribuíram para a implantação das missões protestantes no Brasil de duas maneiras: pelo estilo de vida que eles traziam e que foram copiados pelos brasileiros e pela tecnologia e costumes (inclusive o religioso) que foram incorporados ao cotidiano nacional.

Esta pesquisa teve início com o estudo do contexto histórico do presbiterianismo. Para isso foram utilizadas fontes secundárias, tendo em vista identificar suas raízes dentro do movimento de Reforma. O segundo passo foi compreender como ocorreu a implantação do presbiterianismo na realidade brasileira. A pesquisa se desenvolveu a partir dos documentos encontrados. Para isso, consultei o acervo do Museu e da Biblioteca do Seminário Presbiteriano do Sul, em Campinas, onde pude analisar alguns materiais oficiais da Instituição, e os incorporei no estudo conforme a necessidade.

No Centro de Memória da Unicamp (C.M.U), consultei jornais como a “Gazeta de Campinas”, “Correio Popular”, nos quais me baseei para reconstruir uma parte da história de Campinas e que foi necessária para a compreensão do perfil econômico, político, social e educacional da cidade.

Na Biblioteca do IFCH da Unicamp, teses e livros relacionados com o protestantismo no Brasil foram utilizados para reconstruir historicamente a trajetória da Missão Presbiteriana em território brasileiro, especialmente em São Paulo e no interior paulista.

Na Biblioteca Central da Unicamp, periódicos e livros raros foram consultados e ajudaram a compreender detalhes relacionados com a missão religiosa protestante no Brasil.

Outros materiais, como apostilas que tratam da “Educação Religiosa Presbiteriana”; “Prospecto da Faculdade de Theologia da Igreja Christã Presbyteriana do Brasil”; O “Cincoentenário” dessa Instituição, e outros, foram cedidos por particulares, interessados em fazer com que este trabalho de pesquisa acontecesse.

O grande problema que me deparei foi com a falta de cuidado com os acervos documentais, a falta de informações mais detalhadas da história dessa Instituição, a quantidade de materiais pertencentes à Igreja e ao Seminário em mãos de particulares. Tudo isso dificultou o andamento do trabalho de pesquisa. Essa era a realidade no momento que iniciei a investigação. No entanto, ultimamente, parece que essas instituições religiosas preocupada em conservar sua própria história tentam reescrevê-la, daí o interesse de muitos historiadores, comprometidos ou não com o protestantismo, em estudar a história das Igrejas Confessionais no Brasil e sua educação. .

Este trabalho é relevante para a História da Educação Brasileira, pois resgata o passado de uma instituição educacional-religiosa das mais antigas de Campinas e ainda em funcionamento. O que despertou meu interesse pela realização desta pesquisa foi o fato do presbiterianismo ser uma das ramificações religiosas protestantes que deu sustentação à imigração norte-americana, conforme havíamos apontado no trabalho desenvolvido no mestrado intitulado “*A imigração norte-americana para a região de Campinas: análise da educação liberal no contexto histórico e educacional brasileiro*”. Dando seqüência àquele estudo, buscamos entender as condições históricas nas quais a missão presbiteriana se insere no país e a aceitação de sua ideologia entre os brasileiros. O presente estudo enfatiza também a importância do momento histórico e do modelo eclesial transplantado pela missão, sua relação com a Igreja Católica e o grau de aceitação das idéias liberais dos seus pastores entre a elite nacional.

Este trabalho foi organizado em quatro capítulos: no Capítulo Primeiro, é sinteticamente exposta as raízes históricas do presbiterianismo e sua inserção na América do Norte, a partir do século XVII, quando grupos de europeus imigram para Nova Inglaterra por razões políticas e econômicas, ali impondo sua cultura, religião e estilo de vida. Após a independência americana (1814), surgiram diferenças de perspectivas econômicas entre as duas regiões mais importantes dos Estados Unidos, levando esse país a um conflito interno. Somente com a resolução desse problema, os Estados Unidos caminhou para o progresso e desenvolvimento industrial, impondo aos seus vizinhos uma agressiva política expansionista e comercial. Durante essa fase, é que houve a aproximação entre os Estados Unidos e o Brasil.

No Capítulo Segundo procuramos entender a importância da cidade de Campinas na fase de transição do Império para a República, e como os ideais liberais modificaram a sociedade campineira, que politicamente desejava a implantação do republicanismo e se interessava pelo desenvolvimento cultural, sobretudo educacional. A presença de imigrantes europeus e americanos contribuiu para alterar a fisionomia econômica e religiosa da cidade de Campinas, a partir da metade do século XIX, quando se deu a implantação da missão protestante.

O Capítulo Terceiro tem por objetivo analisar historicamente o movimento protestante no Brasil, quais os fatores históricos que contribuíram para a sua expansão, o início das primeiras atividades missionárias após a chegada do reverendo presbiteriano Ashbel Green Simonton (1859), a implantação e consolidação da missão presbiteriana, através da criação de escolas, igrejas.

O Capítulo Quarto trata da organização e funcionamento do seminário no Brasil em suas várias fases até a consolidação por definitivo do Seminário Presbiteriano do Sul, em Campinas no período de 1907 a 1940.

Capítulo I - As raízes históricas do presbiterianismo e sua inserção na América do Norte

Para estudarmos o Seminário Presbiteriano do Sul, em Campinas, e o movimento educacional que se desenvolveu no interior dessa Instituição, temos que considerar como fator principal que a gênese religiosa do presbiterianismo foi fundamentada em princípios cristãos, sendo herdeira da reforma empreendida por João Calvino, líder e articulador inicial desse movimento. Suas obras teológicas, como a *“Instituição da Religião Cristã ou Institutas”* e também suas preleções, comentários bíblicos e sermões, influenciaram seus seguidores e o movimento das igrejas protestantes em vários países do continente europeu: França, Holanda, Suíça, Hungria, e outros, dando origem ao Movimento Calvinista.

Esse movimento sofreu algumas transformações se adaptando à realidade de cada país. Na Escócia e na Inglaterra, desenvolveu-se dentro de um contexto de lutas, nesses países foi que surgiu o termo “Presbiteriano”, designando não apenas o adepto de uma forma particular do governo eclesiástico, mas

[...]. Em sentido lato, o presbiterianismo é o sistema de govêrno eclesiástico mediante assembléias chamadas presbitérios, radicalmente oposto aos regimes prelatícios ou episcopais e ao congregacional.

Regiam-se, e ainda se regem, pelo sistema presbiterial as igrejas reformadas zuinglianas.

Em acepção restrita, presbiterianismo é o nome dado a um dos grupos das igrejas reformadas que representam, de modo peculiar os aspectos e princípios a que João Calvino, reformador de Genebra, déra toda a ênfase.

Tem o Presbiterianismo a sua gênese primitiva na organização da Igreja Apostólica. O govêrno instituído pelos Apóstolos era incontestavelmente presbiteriano.

Presbíteros eram os oficiais dirigentes das congregações primitivas do Cristianismo, e o corpo de presbíteros ou Presbitério era entre elas a autoridade suprema.

Não se modelou o govêrno eclesiástico primitivo pela hierarquia sacerdotal do Templo, mas pela organização democrática da Sinagoga.

Pouco a pouco, todavia, o tipo apostólico do govêrno eclesiástico foi-se abliterando pela expansão do presbiterado na hierarquia episcopal; e esta, na evolução secular do orgulho humano, veio a culminar no papado.

(...) O regime governativo da Igreja Presbiteriana baseia-se em três grandes princípios: o govêrno por presbíteros, a paridade ministerial e um peculiar sistema de Côrtes. Têm sempre as igrejas locais o direito de eleger seus próprios ministros, presbíteros e diáconos.

As atividades da igreja são confiadas a comissões executivas designadas pela Assembléia Geral ou Supremo Concílio. (RIBEIRO, 1940, p.24 e 25).

Na Inglaterra do século XVII, os reis ingleses eram partidários de um sistema eclesiástico episcopal, podendo, portanto, nomear as autoridades clericais, achando-se a igreja sob o jugo da coroa e sob o controle do Estado. Os presbiterianos opunham-se a esse

quadro político, preferindo uma igreja governada por presbíteros docentes e regentes, eleitos pelos fiéis e reunidos em concílios. Eram favoráveis, portanto, a atuações de uma igreja independente da interferência e do controle do Estado.

Na Inglaterra, o conflito entre dois grupos religiosos puritanos e anglicanos (religião que representava o Estado monárquico inglês), assegurou a vitória dos puritanos (representantes do Parlamento inglês) e, como consequência, vingou a tese do presbiterianismo, elaborada na Assembléia de Westminster, a partir de documentos doutrinários abraçados pela maioria dos protestantes e onde constava: a confissão de fé e o catecismo de Westminster.

Essa confissão de fé sofreu grande influência dos calvinistas, através do pacto federal e da ênfase na eleição para a salvação ou perdição da alma (dupla predestinação). Contudo, a confissão de fé elaborada em Westminster durou pouco tempo na Inglaterra, em virtude da vitória do exército inglês sobre os escoceses. Em consequência disso, o Parlamento foi dissolvido e a confissão de fé banida da Inglaterra, sendo resgatado novamente o anglicanismo.

A confissão de fé de Westminster, como símbolo de crença, permaneceu na Escócia onde é empregado até os dias atuais. Dali difundiu-se para outras partes do mundo, a começar pelos Estados Unidos, no final do século XVII, quando ingleses e escoceses presbiterianos imigraram para a América do Norte, alimentando o desejo de viver de acordo com as próprias crenças.

O que levou os ingleses a deixar para sempre seus lares, enfrentar os riscos evidentes da longa e árdua viagem, e os perigos ainda largamente desconhecidos de uma nova vida, consubstanciados ora nos nativos selvagens, ora nas estranhas condições da América?

Os primeiros elementos do empurrão foram os sociais e econômicos, de um lado, e políticos e religiosos, de outro. A Inglaterra experimentava dificuldades econômicas e parecia aos contemporâneos estar superpovoada. Uma das maneiras de abrir caminho no Velho Mundo, ou mesmo sobreviver, era deixá-lo. O país, além disso, passava pelas agonias da intolerância religiosa e das lutas políticas. O desejo de viver de acordo com as próprias crenças, à sua maneira constituiu motivo básico para muitos. O puxão teve, mais simplesmente, sobretudo caráter econômico e social. Não se nega que estava vivo o espírito de aventureiro da era elisabethana, que o zelo missionário para converter os incréus foi também o fator de peso, e que o desejo puritano de fundar a cidade de “Deus nas Colinas” do Novo Mundo constituiu influência significativa, mas com tóda a probabilidade, nenhum se comparou em importância ao desejo de ganhar a vida e, se possível, de enriquecer.

Atenderam, inicialmente ao aceno de Deus, como ocorrera com os espanhóis, mas desvanecida essa esperança, substituíram-na pela expectativa mais sólida, lenta embora, da prosperidade na agricultura e no comércio. (ALLEN, 1964, p.13).

A questão da prática religiosa, aliada ao espírito de aventura e à busca de melhoria das condições econômicas, são as explicações mais plausíveis que pesam na resolução desses peregrinos ingleses, escoceses e irlandeses de deixar o seu país e imigrar para a América, que nessa época não passava de uma terra primitiva e hostil, começando ali uma nova vida.

[...] alguns dos seus membros, separatistas ou congregacionistas, dez anos antes haviam trocado a Inglaterra pela Holanda a fim de adorar a Deus a seu modo, Jaime I concedeu-lhes permissão para obter da Companhia da Virgínia uma patente que lhe permitissem estabelecer-se na Região Norte da Virgínia. Na verdade, deitaram raízes imediatamente em volta das fronteiras da Virgínia. Conseguiram, no entanto, permissão subsequente da Companhia da Nova Inglaterra para continuar no mesmo local. Embora a expedição tivesse sido financiada por mercadores ingleses em troca de sete anos de trabalho dos seus membros, a colônia foi, fundamentalmente, daquelas em que os fundadores procuravam, por motivo religioso, um novo sistema de vida,

A higidez da fé desses indivíduos quedou demonstrada na fortaleza com que enfrentaram as perspectivas e as realidades, de uma existência áspera e difícil para a qual poucos estavam preparados pela experiência anterior. O traço de idealismo (embora de caráter estrito), a independência e a autoconfiança política desses indivíduos ficou logo demonstrada na Carta de Formação do Governo, redigida a bordo do famoso “Mayflower”, no dia 11 de novembro de 1620. Como jamais conseguiram Carta-Patente, o documento tornou-se a primeira Constituição da Colônia. Rezavam eles: Nós solene e mutuamente, diante de Deus e dos aqui presentes, ajustamos e combinamos formar um corpo político visando à manutenção da ordem e à nossa preservação (ALLEN, 1964, p.15)

Em 1607, era instalada a primeira colônia inglesa na Virgínia, fundada por uma companhia comercial como feitoria de escoar ouro. Porém, não encontrando ouro de imediato, os colonizadores anglo-saxões iniciaram ali a produção de tabaco. Necessitando de mão de obra, a companhia contratava os imigrantes, pagando suas passagens em troca de sete anos de trabalho, sendo os mesmos considerados servos brancos. Vencido o prazo estabelecido, tinham sua autonomia devolvida, constituíam pequenas propriedades de agricultura ou sobreviviam do comércio.

A segunda colônia foi fundada em 1620, Plymouth, em Massachusetts. *“Nessa época, os habitantes da Virgínia totalizavam mais de 1.000 indivíduos. Exportavam mais de 15.000 quilos de fumos anualmente e haviam eleito a sua primeira assembléia legislativa, mais tarde chamada de Casa dos Burgueses”* (ALLEN, 1964, p. 15).

Entretanto, apesar da importância que desfrutava a colônia de Plymouth, com o tempo ela sofreu um decréscimo em número populacional. Em 1630, por exemplo, o número de moradores de Plymouth não passava de 300 moradores. Em 1632, sob o

auspício da Massachusetts Bay Company, a cidade de Boston foi fundada, sobressaindo-se em pouco tempo como a mais bem equipada colônia fundada pela Inglaterra, absorvendo Plymouth. A Carta-Patente dessa nova Companhia assegurou um efetivo e permanente controle de uma minoria de colonos religiosos, dispensando os mesmos da formalidade de se reunirem na antiga colônia de Plymouth. Organizaram, a partir daí, um corpo diretivo semelhante à divisão do Estado.

Nesta instituição, foram criadas uma comissão representativa, encabeçada por um governador, um vice-governador, um conselho legislativo conhecido como Côrte Geral, todos eleitos pelos cidadãos, ou primeiro acionista da Companhia. Embora aumentado logo depois o número de eleitores, a filiação à igreja, limitada a alguns, permaneceu como um dos requisitos à concessão do direito de voto. Paralelamente, fazia-se cumprir com rigor a ortodoxia congregacionista. Nem o conceito de tolerância nem a separação entre a Igreja e o Estado era reconhecida em Massachusetts, como não havia sido ainda admitido na Virgínia, embora lá (mesmo sob o predomínio da Igreja Anglicana) tendesse a prevalecer alto grau de tolerância prática. (ALLEN, 1964, p.16).

Os puritanos da Nova Inglaterra, embora tivessem deixado a mãe-pátria para fugir dos rigores da Igreja Anglicana, recusavam-se a olhar com idêntica tolerância para as demais crenças religiosas. Surgiu assim, ainda nos primórdios da colonização, um fato fundamental na história da tolerância religiosa nos Estados Unidos: leis que visavam regulamentar o funcionamento das diversas denominações protestantes, cabendo ao Estado da Virgínia a responsabilidade de sua implantação, em 1649, e que definia que todos os crentes na divindade de Jesus Cristo poderiam gozar de liberdade de adoração.

Assumia assim, o puritano-calvinista na América do Norte, sua identidade própria em razão do processo de formação que essa jovem nação na época vivia, conforme as características que marcaram a sociedade americana.

A igreja da América do Norte ao entrar em contato com regiões de fronteira, que foram essenciais na formação das instituições características da sociedade americana, passou por um confronto que moldou fundamentalmente também a religião e o denominacionalismo norte-americano gerando controvérsias e cismas religiosas, ainda mais duradouras do que as divisões políticas. (...). (SOUZA, 1998, p.29)

Vivendo uma fase de desenvolvimento econômico, as colônias norte-americanas através dos seus representantes, se convenceram da legitimidade da proposta dos “puritanos ingleses”, que incorporavam em seu espírito a idéia de serem eles os “povos escolhidos por Deus para viver um destino maravilhoso”. Para esses crentes, sua nação era um exemplo a

ser imitado pelos demais países americanos, originou-se daí o “mito do americano” que consistia em relatar a história dos primeiros colonos que vieram para a América, de como se deu a sua organização social, política e econômica.

A expansão do protestantismo na América do Norte foi acompanhada pelo desejo de expansão da política e do território dos americanos, principalmente nas regiões fronteiriças, para onde se dirigiram os imigrantes vindos de várias partes do mundo, principalmente da Irlanda, Escócia, Alemanha, Suíça. Esses homens se dirigiram para as regiões fronteiriças, ali se fixando, principalmente no entorno da Pensilvânia, Maryland, Maine, na Carolina do Norte, Piomonth e que foram dominadas pelos presbiterianos. Em 1746, escoceses presbiterianos fundaram o Seminário de Princeton e outras instituições de ensino superior.

Outros grupos de imigrantes também fundaram colônias, estabelecendo nela o seu modo de vida e sua crença religiosa, como alguns pietistas e os Quakers.

Deste modo, a religião protestante, como integrante de um projeto econômico e político-democrático, cumpria o papel de divulgar os princípios norte-americanos que passaram a existir logo após esse país ter alcançado sua independência, evento denominado de “*Destino Manifesto*”, que alimentava o sonho de estender o território da União até o Pacífico, justificado como um dever de caridade, de ajuda, para o bem e o progresso que uma sociedade originária de anglo-saxões estendeu aos povos atrasados.

Os líderes religiosos americanos personificavam os interesses de seu governo. Embasados no “Destino Manifesto” os Estados Unidos reafirmaram a missão divina, de tomar toda a América do Norte, à força se necessário, e então conquistar terreno para sua crescente população, ao mesmo tempo que expandia os ideais democráticos aos povos menos favorecidos. (COSTA, 1985, p.18).

Com base nessa justificativa, norte-americanos conquistaram territórios nas regiões fronteiriças dos Estados Unidos, incorporando parte das terras do Oeste da Flórida que até 1819 pertenciam à Espanha; bem como as terras da alta Califórnia e do Novo México (em 1848) e outros. Nesses territórios, atuaram diversas missões religiosas, com o objetivo de difundir suas crenças, às vezes de forma individual, outras vezes contando com a cooperação de todas as denominações protestantes que, “*embora mantivessem suas características próprias assim como suas formas específicas, nivelaram-se numa teologia mais ou menos uniforme como produto do reavivamento e do metodismo. As denominações dispunham-se a cooperar para a reforma do mundo*” (HANDY, 1971, p. 31).

Alimentava os americanos uma tendência para o messianismo nacional, em que prevalecia a idéia de que Deus havia elegido o seu povo para realizar uma nobre missão, “*a redenção política, moral e religiosa do mundo*” (MENDONÇA, 1984, p.54), herança do judaísmo ao puritanismo americano, também assumido como parte do “destino manifesto”.

A profunda convicção alimentada pelos americanos de que sua nação tinha sido escolhida para uma missão universal foi nutrida e sustentada através da Guerra Civil e recebeu um novo batismo de poder no período que se seguiu. Muitas forças se combinaram para exaltar o papel do Destino Manifesto na consciência americana. A partir do darwinismo os americanos tiveram a intuição de que pela seleção natural os Estados Unidos tinham se tornado uma nação superior destinada a dirigir os povos mais fracos. As filosofias idealistas enfatizavam a capacidade natural do homem e, interpretada a história em termos de progresso, tudo favorecia a ideologia expansionista. Num período em que as nações européias expandiam seus interesses imperialistas pela África, Ásia, América Latina e Pacífico, os americanos se sentiram comissionados para estender as bênçãos da civilização cristã e o governo democrático. (OLMSTEAD, 1961, p.133).

O expansionismo do imperialismo norte-americano em diversos continentes foi acompanhado de perto pelas missões religiosas protestantes que, associadas aos sentimentos nacionais de motivos teológicos, estabeleceram missões em diversos países, tendo como objetivo a implantação de uma cultura “civilizada cristã”, assim como os ideais políticos e econômicos norte-americanos.

1.1 - A transformação política e econômica Norte Americana no período pós-independência e da Guerra da Secessão (1814 a 1865).

Os Estados Unidos, logo após sua independência (1814), voltavam a investir pesadamente no desenvolvimento, aumentando sua produção agrícola, principalmente no Sul, onde os plantadores contavam com a mão-de-obra escrava para o desenvolvimento de sua lavoura.

(...).O desenvolvimento agrícola-comercial mais espetacular desses anos ocorreu indubitavelmente na grande exportação de safras comerciais produzidas pelo braço escravo nas plantações de fumo, arroz (e mais tarde, açúcar) e, acima de tudo, algodão, cultivado na deep south (região mais profunda do Sul). Inventado o descaroçador por Eli Whitney em 1793, a produção subiu de 178.000 fardos em 1810 para mais de 2 milhões em 1850. O Sul especializou-se em grande parte no seu cultivo, com efeito especialmente estimulantes sobre o desenvolvimento agrícola e comercial do velho Nordeste. Vê-se, portanto que a

agricultura constituiu uma das principais bases da expansão comercial americana. Realmente, tanto o desenvolvimento agrícola quanto comercial dos Estados Unidos estiveram inextricavelmente ligados ao fenômeno sem precedentes da Revolução Industrial na Grã-Bretanha. Não apenas o algodão do Sul e Sudoeste alimentou a pança das fiações de Lancashire, mas por trilhos britânicos correram as ferrovias americanas. Mais do que isto, os capitais britânicos, conforme observamos, deram grande contribuição no desbravamento do Oeste (permitindo, outrossim, que os Estados Unidos enfrentassem um balanço comercial internacional des-favorável durante muitos anos). Destarte, embora resolutamente procurando isolar-se tanto quanto possível politicamente dos negócios da Europa, a América ainda estava vinculada intimamente à Grã-Bretanha no campo econômico. (Século XIX adentro, por exemplo, os comerciantes da Nova Inglaterra ainda faziam suas contas em libras, xelins e pence). Sintomática das dificuldades emocionais dessa especial relação anglo-americana foi à intensa irritação provocada entre os investidores britânicos, pela recusa de certos Estados da União de honrar débitos contraídos durante épocas de crises, como a ocorrida depois da baixa de mercado, em 1837. (ALLEN, 1964, p.86)

O Sul dos Estados Unidos manteve ligações de compra e venda com a Inglaterra. Como exportador de produtos primários, fornecia o algodão a esse país, alimentando sua indústria têxtil, e dela importando produtos manufaturados mais baratos.

O algodão que chegou a representar mais da metade do valor das exportações dos EUA, constitui o principal fator dinâmico do desenvolvimento da economia norte-americana na primeira metade do século XIX. O seu cultivo permitiu a incorporação de abundantes terras férteis em Alabama, Mississipi, Luisiânia, Arkansas e Florida, as quais eram utilizadas em forma mais ou menos idênticas ao que ocorreria no Brasil com o café. As formas mais extensivas de cultura obrigavam a buscar sempre novas terras e penetrar no interior do continente. E foi principalmente como reflexo desse sistema, em expansão no Sul, que povoou o meio-Oeste norte-americano, abrindo-se espaço para as grandes colonizações européias as quais penetravam no centro do continente subindo os grandes rios que as ligavam com os mercados do Sul (FURTADO, 1987, p.104)

Na primeira metade do século XIX, após viver uma fase de paralisação (1810 a 1814), novamente se investiu na agricultura, havendo cultivos em grande quantidade tanto no Sul como nos estados que foram sendo incorporados pelos Estados Unidos. Esta produção tinha o objetivo de atender às necessidades sempre crescentes na Europa. *“Praticamente, a produção de algodão duplica de dez em dez anos: 178.000 fardos em 1810, 355.000 em 1820, 732.000 em 1830, 1.348.000 em 1840, 2.136.000 em 1850, 3841.000 em 1860. Seu papel na exportação é essencial: 22% (em valor) em 1810, e 57% em 1860”* (FOHLEN, 1973, p.83).

A plantação de algodão determinou uma constante necessidade de se buscar novas terras para compensar as esgotadas. Isto levou os agricultores norte-americanos a se

deslocarem para outras regiões, buscando novos territórios para atender a demanda de seu produto.

[...] O centro de gravidade da cultura do algodão se desloca para o Oeste: em 1800, estava na Carolina do Norte, em 1850 no Alabama e no Mississipi. Em 1860, mais de metade da colheita é fornecida por três Estados: Mississipi, Alabama e Luisiana. Os antigos portos exportadores, Charleston e Savannah, foram suplantados por Memphis, Mobile e principalmente Nova Orleans.

A migração de algodão acompanha nessa altura a expansão dos Estados Unidos para o Oeste ao mesmo tempo que atrai a escravidão, que é o seu motor. Um fator novo intervém: o aumento do preço dos escravos. (FOHLEN, 1973, p.83 e 84).

Com a proibição do tráfico de escravos pelo governo norte-americano, em 1815, um comércio clandestino não cessou de ser praticado no Sul, atividade para a qual as autoridades federais procuravam fazer vistas grossas. Às vésperas da Guerra da Secessão “*permaneceu, contudo limitado, porquanto calcula-se em 70.000 o número de escravos introduzidos de 1850 a 1860*” (NÉRE, 1961, p.10). Os escravos, como mercadoria e instrumento de trabalho, estavam sujeitos às regras ditadas pelo capital, e quanto mais rara sua presença no Sul dos Estados Unidos, mais valorizados eram, principalmente quando se iniciou o plano de anexação de novos territórios.

[..]. Para valorizá-lo, é preciso abrir novas terras à escravidão, o que leva senadores e representantes sulistas a sustentar sempre as soluções anexionistas e a reabrir a questão da escravidão quando territórios são admitidos e transformados em Estados. A cada vez, eles enfrentam as populações do Norte que pretende atrair colonos e abrir terras livres no Oeste. Para salvaguardar este capital, era necessário impedir que os escravos abandonassem as plantações. Ora, eis que se desenvolvem, nas fronteiras do Kentucky, do Ohio e de Indiana, com a cumplicidade de abolicionistas do Norte, um underground railroad (rota subterrânea), feira para permitir que os escravos fugissem e alcançassem o Canadá, onde estariam em segurança. (FOHLEN, 1973, p.86).

Enquanto a economia do Sul se desenvolveu com base na agricultura, no sistema de plantation e na manufatura, a do Norte e do Noroeste se desenvolveu com base na construção naval e na pequena indústria artesanal, tendo uma característica urbana, comercial e industrial, visando atender tanto o consumo interno quanto o mercado externo.

[...] à medida que essa economia se expandiu, cresceu o vínculo entre o Norte e o Centro Oeste. Este último estava se tornando o celeiro do mercado interno através da sua produção agrícola de homens livres e brancos. Grandes empreendimentos no setor de comunicações possibilitaram a ligação entre os Grandes Lagos do Centro-Oeste e as importantes vias fluviais, por onde escoava a produção de grãos para os centros portuários de Novas Orleans e do Leste. (NARO, 1985, p.18).

A expansão territorial dos Estados Unidos, em 1848, acabou por agravar as amargas divergências entre o Norte e o Sul sobre a questão da escravidão.

Com a eleição de Andrew Jackson para a presidência dos Estados Unidos, em 1818, teve início uma nova fase da história americana: a de estruturação e transformação em um verdadeiro país, ajustando as condições econômicas e sociais, criadas pela urbanização e pela admissão de novos estados à União.

A proposta do presidente Jackson era trazer o governo e a administração para mais perto do cidadão comum, afastando-se em certa medida do princípio de democracia jefersoniana (uma república de pequenos proprietários independentes) e fortemente do princípio hamiltoniano (um governo central forte aliado aos ricos e bem nascidos). O reformista Jackson adaptou os princípios da democracia jeffersoniana às novas condições criadas pela expansão da manufatura e, portanto, do proletariado urbano. Para ampliar o direito de voto, Jackson suprimiu as limitações eleitorais: já não era necessário ser proprietário para votar, bastava ser cidadão. Assim, Jackson, ampliava a participação popular no governo através dos representantes escolhidos por uma parcela mais significativa da população. À medida que novos estados eram admitidos à União, o papel do governo federal era questionado. [...] (MOTA, 1986, p.223 e 224).

A concepção de sociedade americana que predominou até 1820 entre os federalistas² do Norte era a de uma unidade orgânica, hierárquica, da qual participavam e tinham direito de opinar apenas os bem nascidos (proprietários) e os ricos comerciantes. Mudanças somente vieram a ocorrer após 1820, estimuladas pelo desenvolvimento das manufaturas, comércio e das pequenas indústrias. Surgia uma nova visão de sociedade que valorizava a concorrência entre os indivíduos e a sua ascensão econômica e social.

Ainda na década de 1820, foi criada uma política dirigida à classe popular e aos homens simples, imposta pela democracia “jacksoniana”. Durante o seu governo, os nortistas iniciaram um movimento de condenação à escravidão, mantida nos Estados do Sul. O pensamento antiescravista dos nortistas se baseou numa visão mais moderna de economia, que não admitia a subordinação de determinadas classes de homens sobre outros. Essa condição levou-os a questionar o modelo de trabalho adotado pelos sulistas, que caminhava na contramão do próprio sistema capitalista. A nova sociedade nortista, de cunho capitalista e industrial, não admitia conviver lado a lado com o velho sistema de trabalho. Era necessário, portanto, sepultar esse “*peso morto do passado*”, como dizia Karl

Marx, “*que atua como um pesadelo no cérebro dos vivos*” (MARX e ENGELS, 1962, I, p.247).

A democracia implantada pelo presidente Jackson permitia ao cidadão comum ampliar sua participação política em todos os níveis de governo, com exceção dos mais altos cargos. Essa regra contemplou tanto os brancos quanto os negros livres, sendo concedido a seus filhos o direito à educação pública gratuita. Embora em alguns estados da União os negros pudessem votar, eles não foram beneficiados por esse direito, criado nos novos estados a partir de 1819. Portanto, o novo espírito democrático jacksoniano não se estendeu a todos os libertos, demonstrando, que, apesar do caráter democrático da política implementada por Jackson com alguns conseqüentes resultados positivos, continuava prevalecendo a discriminação em relação aos negros.

A partir de 1840, cresceu o movimento abolicionista nos Estados Unidos, encabeçados pelos farmers (fazendeiros) e contou com a participação de operários industriais e a burguesia manufatureira do Norte, que ofereceram ajuda para que escravos pudessem fugir para o Canadá. A idéia abolicionista passou a fazer parte do movimento da sociedade nortista. Com o objetivo de sensibilizar a população, foi criado pela escritora Harriet Stowe, em 1852 o livro “*A Cabana do Pai Tomás*”.³ O problema da escravidão era motivo de discussão envolvendo os novos estados que se incorporavam à União, dividindo-os em dois blocos: escravistas e não escravistas.

Nessa época, apesar das divergências entre o Norte e o Sul, ainda se podia manter uma convivência cordial. O pomo da discórdia foi a expansão para o Oeste, que gerou o desequilíbrio e a ruptura entre as duas regiões, em razão da política de escravidão, criada em 1848, data da transferência das terras mexicanas para os norte-americanos. Dois partidos políticos se sobressaíram nessa fase: o partido democrata, cuja base social era formada pelos grandes proprietários escravistas que dominaram os Estados Unidos até 1860 e o partido republicano.

² N. O Partido Federalista era o partido ao qual fazia parte a grande burguesia e os grandes proprietários que eram partidários de um governo central forte. Este partido tinha muito dinheiro doado pela burguesia para promover a aceitação da Constituição.

³ N.A. Um movimento similar aconteceu no Brasil, no período imediatamente pré-abolição, quando Castro Alves tornou-se nacionalmente famoso pelas composições “Condoreiras” ou seja, poemas de cunho abolicionista, declamados tanto em teatros quanto nas sedes das fazendas, com intuito claro de ser a voz intelectual a favor da abolição seu mais famoso poema “Navio Negreiro” é, ainda hoje, considerado um dos ícones abolicionista do período.

Os democratas achavam que “*uma plataforma partidária, propondo que o Congresso forçasse as populações a aceitar a escravidão, não lhes daria votos nos estados do Norte industrializado*” (CÁCERES, 1980, p.110). Já o partido republicano resumia o seu programa no seguinte slogan: “*Quanto mais Estados escravistas, mais territórios para escravos*” (FOHLEN, 1973, p.86). Dominado pela burguesia industrial do Norte e os farmers, o setor mais progressista desse partido pregava o fim da escravidão, pois como os escravos não eram assalariados, contribuíam negativamente para reduzir o consumo americano e o número de empregos dos trabalhadores livres, retardando o desenvolvimento capitalista dentro do país. Este problema fazia com que uma parte da burguesia, especialmente aquela ligada à indústria têxtil, vivesse um dilema crucial: romper ou não romper com o Sul, pois tomar tal medida implicaria em conviver com a falta de matéria-prima para suas empresas.

O problema da escravidão, a partir de 1840, com a Questão Texana e a Guerra do México estava em discussão. Em 1844 o acordo Missouri havia dado um limite para a escravidão: esta seria mantida nos estados onde já existia até a data do acordo. Mas os grandes plantadores do Sul, com a conquista do Sudoeste ao México, começaram a rediscutir o problema dos limites da escravidão. No Texas não havia problema: a escravidão já existia e seria mantida. Mas nos novos estados como a Califórnia, Utah e Novo México, a escravidão não existia e os plantadores do Sul queriam introduzi-la. Os abolicionistas não aceitavam a incorporação desses novos estados como estados escravistas à União.

Proveniente do Missouri onde havia legalmente a escravidão e dos estados escravistas do Sul, os grandes plantadores e escravistas queriam transformar Kansas num estado escravocrata, enfrentando a oposição dos abolicionistas que partiram para a luta armada. Pensilvânia, estado antiescravista, iria enviar auxílio militar aos partidários do estado livre, mas foi impedido pelo governo da União, que era dominado por escravistas do Sul.

Dessa luta os abolicionistas de Kansas saíram derrotados, e o estado foi incorporado à União como estado escravista.

Em 1854 o Congresso resolveu povoar Kansas e Nebraska com cidadãos americanos. Os pioneiros, ocupantes das terras devolutas da União, dirigiram-se para aquelas regiões. Proveniente do Missouri onde havia legalmente a escravidão e dos estados escravistas do Sul, os grandes plantadores e escravistas queriam transformar Kansas num estado escravocrata, enfrentando a oposição dos abolicionistas, que partiram para a luta armada. (...) (CÁCERES, 1980, p.109).

A formação do Partido Republicano foi a somatória de diferentes forças políticas que se uniram aos partidos: “*free soil*” (terra livre) e “*Liberty*”, dos democratas dissidentes e dos antigos “*Whigs*” (favoráveis a uma participação maior do governo federal na economia, no setor bancário e na regulamentação da sociedade). Constava das fileiras dos “*Whigs*”, prósperos fazendeiros, grandes comerciantes do Norte, ricos fazendeiros do Oeste

e algumas das famílias abastadas do Sul. É deste grupo heterogêneo que se formou o partido republicano antiescravista.

As terras de Kansas foram disputadas tanto pelos grupos pró-escravistas como os antiescravistas. Norte e Sul travaram uma verdadeira guerra civil que durou de 1854 a 1857, espécie de preâmbulo da Guerra da Secessão. Com a derrota do Norte, o Kansas foi incorporada à União como estado escravista sofrendo o partido republicano sua primeira derrota. Mas o espírito de luta demonstrado pelos republicanos e a reorganização partidária que foi implementada no seu interior fizeram com que a população se sensibilizasse e, no pleito de 1860, elegeu o republicano Abraham Lincoln como presidente.

Os desencontros de interesses econômicos colocaram a região do Norte e do Sul em terrenos opostos. Lincoln era favorável a um sistema unificado de economia. Num de seus discursos proferidos na década de 1850, condenou essa divisão advertindo que a nação não suportaria viver por um tempo indeterminado sob a coexistência de dois interesses econômicos diametralmente opostos, pois um acabaria se sobrepondo ao outro. A diferença de interesses entre a região norte e sul nos Estados Unidos levou à “Guerra de Secessão” (1861-1865)⁴.

Portanto, restava à sociedade escolher entre o capitalismo e o agrarismo. O agrarismo foi defendido por Thomas Jefferson e por John Taylor, jovem intelectual e chefe dos republicanos, cuja base se fundava no fisiocraticismo. Taylor, criador do sistema econômico tradicional da Virgínia, imaginava a produção como função de consumo e o dinheiro como medida estável desse valor.

Taylor se había criado bajo el sistema económico tradicional de Virgínia. Estava acostumbrado a pensar en la producción como función del consumo, y en el dinero como medida estable del valor. No podía adaptar sus ideas a la teoría de que la producción como medio de lucro y la especulación de los intermediarios eram socialmente legítimas; y quando esa especulación se extendió a la moneda nacional, él se alarmó. El oro y la plata son mercancías bastante estables, en las cuales no hay alzas y bajas repentinas, y por tanto um sistema de moneda metálica no se presta fácilmente a las tretas de la especulación. Pero um sistema fundado en el papel moneda tiene limitaciones naturales; extendiéndose y contrayéndose a voluntad de los especuladores, somete los negocios del país a la explotación de los corredores de fondos. Así se habían sacado al pueblo grandes sumas en las operaciones de consoladación. El oro y la plata se habían excluído de la circulación, y

⁴ A Guerra da Secessão foi considerada a primeira das guerras modernas, não só pelas enormes perdas humanas (620.000 mortos) e materiais, mais sensíveis no Sul, onde a maior parte das batalhas foi travada, como também porque foi uma guerra total devido à utilização de todos os recursos políticos, militares, econômicos e psicológicos, empregados contra os exércitos e as populações civis (AQUINO. 1988, p.174).

com su desaparición había principiado una orgía de especulación en que sólo los corredores habían ganado. Tal había sido, según Taylor, el origen de la aristocracia del dinero, que ya estaba en posesión del estado y se servía de él únicamente para la explotación. Los Estados Unidos, decía, deben escoger entre el agrarismo y el capitalismo, los cuales, en su concepto, son incompatibles, y, a no ser que la ambición de la aristocracia del papel moneda se enfrene, el productor norteamericano caerá bajo el yugo de la explotación impuesta por la classe media. (PARRIGTON, 1942, p.24).

A classe agrária, a partir do começo do século XIX, sofreu concorrência de uma nova classe de capitalistas: a aristocracia de crédito, fundada no monopólio e na associação. Esta classe surgiu primeiramente na Inglaterra com o poder crescente da classe média, apoiou as guerras napoleônicas e foi apoiada pelo Banco da Inglaterra, obtendo o domínio do crédito público. Essa prática econômica fundada no crédito transmigrou para os Estados Unidos como consequência do transtorno financeira advindo da Guerra da Independência (1812 a 1814), vindo ali se consolidar. Vários capitalistas ambiciosos aproveitaram a necessidade nacional de se criar um sistema artificial de papel moeda, semelhante ao da Inglaterra, para impor um sistema paralelo, sacando grandes quantias de dólares do Banco Nacional e estabelecendo bancos particulares em todas as cidades e povoados norte-americanos.

Estas novas classes capitalistas norte-americanas obtiveram lucros através da exploração das terras, especulação da moeda nacional, acumulação de ações bancárias e tarifas protecionistas. O sistema fiscal criado por Alexander Hamilton, líder dos Federalistas, trouxe à tona valores como a fé pública, a integridade nacional e a santidade do crédito. Para Hamilton, o governo, além de desempenhar um papel fundamental na economia, tinha que ser forte e centralizador. A maioria dos dirigentes americanos que se destacaram durante essa época foram representados por protestantes “ricos e bem nascidos”, que tinham duas incumbências: supervisionar o descontentamento da massa popular e vigiar o governo. Estes dirigentes também, não se mostraram favorável com os rumos da política agrária, posicionando a favor do modelo capitalista proposto por Lincoln.

O que diferenciava o agrarismo do capitalismo defendido por Lincoln, era que a relação de produção do primeiro se desenvolveu através de uma economia estagnada e atrasada, que gerava lucros e capitais monetários apenas para os plantadores, não produzindo formas de consumo, tão necessárias para a sobrevivência do capitalismo ainda em fase de consolidação. Portanto, havia a necessidade de abrir a economia para maior

participação popular e promover a abolição dos escravos, considerada por Lincoln “*mal moral que ameaçava expandir-se e tomar controle da sociedade livre*” (NARO, 1985, p.32).

Lincoln não concordava com a divisão entre o Norte e o Sul e nem com a saída de um desses Estados da União. Para ele, o separatismo significava romper a unidade federativa americana nacional. Em tom conciliador declarava que, para evitar o conflito entre o Norte e Sul, estava propenso a respeitar a existência da escravidão nos estados onde ela já havia sido consolidada, dando a entender que o motivo da luta entre esses estados extrapolava a questão da escravidão.

O motivo do antagonismo entre os dois estados americanos realmente ultrapassa a questão da escravidão, adentrando no campo do interesse político-econômico, como, por exemplo, o protecionismo adotado pelo Sul e o prejuízo que os industriais do Norte arcariam por serem menos produtivos que os industriais ingleses. No Oeste, os pioneiros que ali se instalaram, exigiam a construção de estradas e canais para facilitar o escoamento de suas mercadorias. Esse fato só interessava à burguesia nortista que lucraria ainda mais com a venda de seus produtos industrializados, interesse não compartilhado com os plantadores do Sul, que não produziam manufaturas, tinham seu comércio circunscrito apenas ao Oeste, ainda em estágio inicial de produção. Um outro problema que opunha o Norte ao Sul era a conquista e a colonização de novos territórios. Enquanto a burguesia nortista se manifestava favorável à colonização pelos farmers, os plantadores do Sul eram de opinião que a região deveria ser desenvolvida utilizando, como forma de produção agrária, o sistema de plantation, baseado na mão de obra escrava e voltado para a exportação, principalmente para o mercado inglês.

Com o advento da guerra civil, as exportações dos principais produtos norte-americanos foram interrompidas, atingindo principalmente a Inglaterra, cuja matéria-prima dependia dos Estados do Sul. Esta situação fez com que a Inglaterra, principal país exportador de manufaturas, interrompesse sua produção, levando ao colapso a maioria de suas indústrias, daí a necessidade urgente de se encontrar novos fornecedores para o seu mercado.

Nos Estados Unidos, a “Guerra a Secessão” (1861-1865), entre nortistas e sulistas, não só culminou com uma grande quantidade de mortos, mas também com a destruição de

um modo de economia: a agrária. Após o término dessa guerra (1865), a importância agrícola do Sul diminuiu, com o aumento da concorrência internacional na produção de vários produtos. Foi quando teve início a fase da chamada Reconstrução Social com o intuito de se aproximar as regiões conflitantes e promover o desenvolvimento do capitalismo industrial.

1.2 - A reconstrução dos Estados Sulistas e a expansão da economia industrial americana (1865-1914).

Passado o período da “Guerra da Secessão” iniciou, esse país, o Plano de Reconstrução política, sócio-econômica e financeira. Durante esse período, os Estados sulistas foram reintegrados à União, reconhecendo a abolição da escravidão definitivamente fixada pela Emenda XIII à Constituição, que dava aos negros o direito de votarem, tornando-se assim cidadãos (conforme a Emenda XV).

Um das características mais surpreendentes desse tempo, é que os Estados Unidos foram a única sociedade onde os escravos libertados, dentro de poucos anos após a emancipação, desfrutaram de direitos políticos integrais e de uma parcela efetiva do poder político. Embora suas realizações possam parecer limitadas em retrospecto, a Reconstrução negra foi um experimento atordoante no mundo do século XIX, sendo a única tentativa feita por um poder externo, em aliança com os escravos emancipados, de moldar uma democracia anti-racial a partir das cinzas da escravidão (FONER, 1988, p.74).

A experiência emancipatória realizada pelos americanos no período da Reconstrução gerou disputas entre brancos e negros, principalmente após a elaboração da XIV Emenda da Constituição, que assegurou a qualquer pessoa, nascida ou não nos Estados Unidos, o direito de cidadania, de liberdade e de propriedade. Em maio de 1870, novos direitos foram concedidos aos ex-escravos, como a participação no sufrágio eleitoral e também a condição de eleger seus representantes. Com base na lei, *“os libertos assumiam a cidadania civil e política em pé de igualdade com o branco. Embora as emendas à Constituição fossem dirigidas a todos os americanos, os privilégios adquiridos pelos negros foram, na prática, tacitamente ignorados em diversos estados sulistas”* (NARO, 1985, p.35).

Para a maioria sulista, a liberdade concedida aos ex-escravos e o direito de cidadania garantido pela Constituição, colocando-os no mesmo pé de igualdade político-socialmente dos homens brancos, seria encarado como um ato de provocação das autoridades do Norte, tal condição fazia com que ex-senhores e libertos tivessem contato social o que significava uma afronta, isso veio repercutir na forma de trabalho e no relacionamento entre ex-senhores e ex-escravos, que emancipados foram conduzidos à condição de trabalhadores assalariados. Nesse sentido,

O sistema de grande lavoura nunca dominou o Sul inteiro, mas assim mesmo, antes e depois da emancipação, ajudou a definir os contornos das relações raciais e a natureza do empreendimento econômico na região, vista como um todo. Era no cinturão negro das grandes fazendas onde a maioria dos escravos emancipados vivia, e, na percepção dos brancos, foi a necessidade de manter o sistema de grande lavoura que fez do trabalho uma tal obsessão após a libertação dos escravos. Segundo observou, em 1865, o ex-secretário do tesouro Confederado Christopher G. Memminger, a política, as relações raciais e as conseqüências sociais da abolição giraram em torno da decisão que deveria ser tomada a respeito do modo de organização do trabalho da raça africana. (THOMPSON, 1975, p.69 a 85).

Os ex-escravos, desconhecendo outra forma de ocupação, continuaram desenvolvendo trabalhos na lavoura, sendo contratados como assalariados ou então arrendando as terras de seus ex-senhores, sendo que o pagamento pelo uso das terras se dava através do cultivo de produtos agrícolas. Muitos dos libertos ansiavam por possuir suas próprias terras e adquirir autonomia sobre o seu trabalho. O que estimulou esse pensamento foram as promessas feitas pelo governo federal aos negros libertos de lhes conceder terras para realizar o seu próprio plantio. Porém, isso nunca se cumpriu, uma vez que as terras, depois do período de guerra, sofreram uma supervalorização atraindo a atenção dos empresários do Norte que para ali transferiram seus capitais, adquiriram propriedades confiscadas pelo governo, ou daqueles proprietários que haviam contraído dívidas com os bancos de crédito. A questão relacionada com a propriedade acabou gerando situação de conflitos entre brancos e negros pelo direito à terra (já que nos Estados Unidos não ocorreu a reforma agrária) e, para resolver isso, os fazendeiros adotaram o sistema de parceria.

A solução final para o problema do trabalho no Sul algodoeiro de pós-Guerra Civil foi o sistema de parceria. Tal sistema surgiu de uma luta econômica travada entre fazendeiros e libertos, onde os grandes proprietários conseguiram impedir à maior parte dos negros o acesso à terra e onde os libertos aproveitavam-se da escassez de mão de obra (e, em muitos casos, com o apoio da Agência dos Libertos) para se opor às tentativas restaurar condições de trabalho que

faziam lembrar a escravidão, sobretudo o trabalho em grupo. Um meio termo entre a lavoura independente e o trabalho assalariado, a parceria seria mais tarde associada a um sistema de crédito que, através de indivadimento transformou muitos parceiros a uma condição semi-servil, praticamente como peões (FONER, 1988, p.82).

O emprego do sistema de parceria serviu apenas para amenizar a questão do trabalho no Sul, sem resolver o problema da propriedade. O emprego do sistema de parceria levou muito dos libertos à condição de peão em razão do seu endividamento com o patrão; poucos foram os bens sucedidos que conseguiram obter autonomia e progresso. Entretanto, para os políticos, mesmo esse número reduzido era visto como um avanço “*A nenhuma classe trabalhadora, fez o capital, a terra, tantas concessões como as que foram feitas à população de cor do Sul*”. (RURAL CAROLINIAN, I, 02/1870, p.317). No entanto, as concessões estiveram longe de serem cumpridas na sua íntegra, uma vez que, ao longo do processo histórico, apenas uma minoria obterem sucessos, permanecendo excluída a maioria da população negra do direito de igualdade, oportunidade e das conquistas econômicas.

Em 1866, o governo americano estabelecia os Códigos Negros que davam a garantia dos negros de

[...] possuir propriedades, de recorrer à justiça para processar e ser processado por membros da sua própria raça, de fazer contratos, de casar e de ser educado pelo sistema público de educação. Tais códigos também proibiram ao negro assumir cargos públicos, votar, fazer parte de jurados, portar armas e disputar os empregos que fossem dominados por brancos. (NARO, 1985, p.34).

Apesar da existência desses Códigos, a única coisa assegurada foi a obrigação dos negros de trabalhar, proibindo-os de escolher seus empregos livremente e de ficarem desocupados. O Estado procurou manter o controle sobre essa mão-de-obra barata, estável e conveniente para a recuperação da economia sulista.

As tarefas de Reconstrução eram muitas. Os problemas passaram de simples substituição nos cargos para a reconstrução de rodovias, estradas de ferro, açudes, diques, pontes, fábricas, prédios, orfanatos e asilos. Toda uma rede de escolas públicas para os negros foi criada. Na Carolina do Sul, por exemplo, onde antes da guerra apenas 20.000 crianças, quase todas brancas freqüentavam escolas públicas, em 1873, o número de crianças era de 120.000 e mais da metade era negra. No Sul todo, foram estabelecida no pós-guerra seis universidades e dois institutos técnicos, especialmente para os negros.

Os negros ganharam outros benefícios da Reconstrução. Pela primeira vez, eles votaram e serviram no júris, e estes direitos foram-lhes garantidos contra a interferência

oficial pela 15ª emenda à Constituição, aprovada em 1869. Muitos negros ocuparam cargos políticos. Foram eleitos quatorze negros como representantes federais e dois como senadores. Um foi nomeado governador e seis, vice-governadores. Vários serviram como secretários estaduais e muitos preencheram cargos locais. Muitos brancos também se beneficiaram com a Reconstrução, principalmente as companhias formadas para restaurar e estender as estradas de ferro (...). Outros capitalistas tentaram trazer a indústria para o Sul, sem muito êxito, mas com lucros para os promotores. (...). Uma nova oligarquia terratenente, de pessoas que ganharam o seu dinheiro no comércio e nos bancos e que compraram as fazendas falidas por preços baratos. (EISENBERG, 1987, p.100 e 101).

Entre as conquistas conseguidas pelos libertos, umas das mais relevantes ocorreu com o acesso ao campo cultural, religioso, educacional e também no campo político. Lincoln enxergava problemas práticos no plano de reconstrução, conforme previra antes do fim da guerra. No seu discurso de posse, afirmou:

Não podemos afastar as respectivas regiões umas das outras, sem construir um muro intransponível entre elas [...]

Devem permanecer elas face a face e as relações amigáveis ou hostis, devem continuar [...]. Suponhamos que vamos à guerra [...] e, depois de sanguinolentas baixas de ambos os lados [...] pomos fim ao conflito, as mesmas velhas questões quanto aos termos das relações novamente se interporão entre nós. (ALLEN, 1964, p.153).

Durante a Guerra Civil, Lincoln procurou adotar na abordagem do problema, um ponto de vista moderado e pragmático. A guerra havia extinguido a escravidão e preservado a União. Entretanto, *“não determinou, qual seria o novo status de mais de 3,5 milhões de negros no Sul, nem como seriam restabelecidas as relações com os Estados separatistas. Configuravam-se aqui as duas questões decisivas da reconstrução, tornadas ainda mais difíceis pela amargura trazida pela guerra tanto no Norte quanto no Sul”* (Idem. Ibidem).

A Primeira questão foi com relação à concessão de anistia a todos aqueles que haviam jurado defender a Constituição dos Estados Unidos, a segunda, previa o reconhecimento de todos os governos estaduais estabelecidos por pessoas indultadas. Uma das leis mais polêmicas votadas pelo congresso foi com relação aos direitos dados aos negros da participação política, o que causou descontentamento entre os membros dos grupos radicais e entre os republicanos que praticamente romperam com o presidente Lincoln.

Em 1865, Lincoln seria assassinado, assumiu em seu lugar a presidência, Andrew Jackson. Durante o seu governo, Jackson procurou restabelecer no Sul governos estaduais semelhantes aos que ali existiam antes da guerra e, também, concedeu anistias aos líderes confederados trazendo-os de volta à vida política. Em 10 de abril de 1877, após a retirada

das tropas federais da Carolina do Sul, as comunidades brancas sulistas recuperaram o poder, voltando o sistema político, social e econômico do Sul a ser semelhantes ao de antes da guerra, com a única exceção: de que o negro tinha se transformado em trabalhador sem terra e não mais um escravo. *“No esforço geral para reconstruir a estrutura dismantelada pela guerra civil e pela restauração até as pequenas conquistas do negro, para não falarmos nos direitos sociais mínimos que ele adquira (...) lhes foram sistematicamente retiradas”* (CÁCERES, 1980, p.113).

Aos poucos, os Estados Sulistas foram impondo a segregação social, retirando os direitos civis concedidos aos negros, negando-lhes qualquer tipo de assistência com relação à execução de contrato de trabalho assalariado e arrendamento, principalmente daqueles que haviam conseguido constituir pequenas propriedades e possuíam trabalhadores.

A partir de 1873, a economia americana viveu uma fase de instabilidade, em razão das especulações com ações, isto diminuiu o ímpeto da expansão agrícola no Sul e no Oeste, resultando na queda dos preços dos principais produtos e causando pânico aos fazendeiros que, para não perder tudo, pretendiam desfazer-se de suas terras por qualquer preço. Esta situação durou até 1876. Após esse período, houve uma concentração de empresas no Sul, o que estimulou o desenvolvimento técnico e urbano, vitimando fazendeiros, arrendatários de terras e assalariados. Esses, *“além de perderem empregos, sofrem com a queda dos preços dos cereais, do algodão, do gado, que vem afetar diretamente, no momento em que os progressos de maquinário agrícola (ceifeira-enfardadeira, emprego da locomotiva a vapor) diminuem as necessidades de mão de obra”* (FOHLEN, 1973, p.96). A crise que atingiu o campo possibilitou a venda de propriedades, principalmente aquelas em que os fazendeiros se encontravam endividados com os bancos credores. Muitas deles foram compradas pelos empresários e investidores do Norte que, tão logo as adquiriram, introduziram novas tecnologias, o que acabou expondo ao desemprego milhares de libertos. Mas se por um lado, a introdução de novas técnicas agrícolas no campo criava um problema social, por outro lado, contribuiu para estimular a formação de mão-de-obra especializada, daí a criação de escolas de ensino médio e de universidades com fins vocacionais e técnicos, totalmente voltadas para os objetivos pragmáticos, que pudessem dar conhecimentos agrícolas ou técnicos, preparando os jovens para a vida profissional e para as atividades profissionais.

Os fazendeiros sulistas voltaram sua produção exclusivamente para o mercado interno, o que resultou no cultivo de grande quantidade de uns poucos gêneros agrícolas, melhorando também a qualidade. A utilização de máquinas no campo acabou por expulsar milhares de colonos para as cidades, o que favoreceu o comércio e as indústrias que, além de poder contar com um exército de trabalhadores, ampliou o número de consumidores para seus produtos.

Quanto aos produtos agrícolas antes produzidos nas grandes propriedades do Sul e que se voltava para o consumo interno, passaram a ser importados das colônias ou de países como México, Cuba, Haiti, Panamá, Argentina e Brasil. Essa medida adotada pelo governo americano permitiu a ampliação do intercâmbio comercial com as colônias. Após 1870, os Estados Unidos, seguindo a dinâmica da divisão de trabalho que havia sido adotada pela maioria dos países capitalistas europeus, especialmente a Inglaterra, passou também a importar matérias primas e produtos primários de países latinos para alimentar seu mercado, principalmente daqueles países ou colônias que vendiam seus produtos por um preço baixo e que aceitavam o intercâmbio com os Estados Unidos importando seus produtos manufaturados. Desse modo, a nação americana iniciava uma competição com as grandes potências mundiais, lutando por sua supremacia e para impor seus produtos. A intervenção do capital estrangeiro na economia desses países subdesenvolvidos denominou-se de Imperialismo⁵

1.3 - O imperialismo Norte-Americano na América Latina e sua inserção na economia e na política brasileira.

No final do século XIX, o capitalismo viveu uma fase de grandes transformações de sua base produtiva, financeira e comercial, e isso podia ser percebido através da formação de grandes bancos com destacado peso no sistema financeiro da época, atuando em vários setores da economia, principalmente nos Continentes da Ásia, África, Oceania e na América Latina. Nesse último, se implementou investimentos para melhoria de vários países, principalmente naqueles que possuíam além de matérias primas produtos agrícolas voltados para a exportação, como era o caso do Brasil, daí a razão do capital estrangeiro

injetar milhões de dólares na melhoria dos setores de transporte, comunicação e recuperação aos portos marítimos, tornando-se mais rápida o escoamento das exportações desses países para a Europa e para os Estado Unidos. Entretanto, não foi somente via intercâmbio comercial que se deu a atuação americana na América Latina, ocorreu também pela via de intervenções militares, como forma de assegurar o controle das regiões produtivas. Foi com esse objetivo que os americanos participaram da guerra hispano-americana de 1898, da conquista da Nicarágua e da construção do Canal do Panamá, consolidando seus interesses imperialistas no continente na disputa com outros países europeus. *“Cada uma deles, além de procurar ampliar ao máximo as áreas coloniais sob o seu domínio direto, buscava ganhar influência e dominar os mercados das economias coloniais que eram politicamente independentes. O Brasil foi objeto desta disputa, ao lado de outras importantes economias coloniais, como o México, ou a China”* (SINGER, 1979, p.353).

Esta situação de dependência do Brasil ao capital internacional, principalmente do inglês, ocorreu ainda durante a vinda da família real para o Brasil, em 1808, quando ocorreu a abertura dos “portos às nações amigas”, e dois anos mais tarde, dava-se a assinatura do “Tratado de Aliança e Amizade e Comércio e Navegação”, celebrado com a Inglaterra. Em 1822, o Brasil alcançava a sua Independência política, porém, não sua autonomia econômica, pois continuou na dependência do capital inglês que além de concessão de empréstimos, investiram grande quantidade de libras em vários setores da economia. Nesse período, o Brasil foi inserido no mundo capitalista com a função de exportador de gêneros alimentícios e de matérias primas tropicais aos países das regiões temperadas da Europa.

O Brasil continuava sendo exportador de produtos tropicais, depois da crise do ouro, com uma sociedade dirigida pelos grandes senhores agrícolas escravistas. Nas primeiras décadas após a independência o Brasil começou a sofrer o impacto da deterioração dos termos de intercâmbio.

Entre 1821-1830 e 1841-1850 o valor em libras das exportações de açúcar cresceu em 24% com uma taxa média anual de 1,1%, o das exportações de algodão se reduziu a metade, o das de couros e peles se reduzia em 12% e o das de fumo permaneceu estacionário. (FURTADO, 1964, p.131).

⁵ A fase imperialista do capitalismo é marcada sobretudo pela concentração da produção e formação de monopólios. “O imperialismo é a fase monopolista do capitalismo” (Lênin, 1986, p.641).

As exportações brasileiras durante as quatro primeiras décadas do século XIX foram relativamente baixas, estimadas em cerca de 40%, enquanto que os preços das exportações da Inglaterra para o Brasil se mantiveram equilibrados.

Portanto, o setor dinâmico da economia que era o exportador, causara uma baixa da renda real per capita na primeira metade do século XIX. O setor de economia de subsistência não podia suprir as deficiências do exportador mesmo porque os empréstimos obtidos na Inglaterra tiveram objetivos improdutivos (LOBO, 1968, p.93).

O açúcar brasileiro no período de 1821 a 1830 representava 30% total da exportação; sofrendo decréscimo na década seguinte, devido principalmente à concorrência da cana-de-açúcar extraída da beterraba dos antilhanos, principal produtor e responsável pelo abastecimento do mercado inglês, enquanto que os Estados Unidos abasteciam-se na Luisiana e em Cuba, onde estabeleceram comércio em fins do século XVIII. O algodão, nesse mesmo período, ocupava o segundo lugar na pauta de exportação brasileira, com 20,6% da exportação. Mas devido à rápida recuperação dos estados sulistas, o Brasil passou a sofrer concorrência direta dos americanos, o que repercutiu negativamente para nossa economia, tendo como conseqüência o declínio da exportação desse produto a nível mundial. Outros produtos como o fumo, os couros, o arroz e o cacau, apresentavam uma tímida participação em nossa pauta de exportações.

Em fins do século XVIII, iniciou-se a produção do café no Brasil. Nos primeiros decênios (1821 a 1830), esse produto contribuiu com apenas 18,4% do valor das exportações brasileiras. Já no decênio seguinte (1831 a 1840), o seu volume de venda havia crescido e atingia o primeiro lugar nas exportações, representando 43,8%.

Entre 1840 e 1890 houve um aumento físico da exportação da ordem de 214% e os termos de intercâmbios tornaram-se favoráveis graças a uma redução de 8% no índice de preços dos produtos importados e um aumento de 46% nos preços médios dos produtos exportados. Houve, portanto, um aumento de 396% na renda real gerada pelo setor exportador. (LOBO, 1968, p.93 e 94).

Com a expansão da economia cafeeira, a relação entre o Brasil os Estados Unidos se estreitou, principalmente por ser esse país o principal comprador do produto, a partir de 1835. Além disso, vinham dos Estados Unidos as divisas monetárias usadas para cobrir o déficit da balança comercial com a Inglaterra.

No intercâmbio econômico entre Brasil e Estado Unidos, a balança comercial pendia a favor dos brasileiros, pois os americanos mais compravam do que vendiam, “por

possuírem um enorme mercado interno, não eram exportadores regulares, mas apenas procuravam uma saída para seus excessos em tempo de superprodução” (NORMANO, 1944, p.23).

A unificação dos Estados Unidos após a Guerra Civil havia criado condições para o desenvolvimento de uma industrialização ainda mais dinâmica e isso requeria a conquista de mercados externos para seus manufaturados. Para concretizar esse desejo se fazia necessário que os Estados Unidos melhor se organizasse internamente para levar avante o seu projeto de expansão comercial, fato esse que aconteceu em 1897, quando Theodore Roosevelt assumiu o posto de subsecretário da marinha mercante e organizou uma frota civil americana com fins comerciais, antes de assumir a presidência dos Estados Unidos e alterar a política externa norte-americana.

Desde a ascensão inesperada de Theodore Roosevelt à presidência, os Estados Unidos já operaram a alteração de sua política exterior. Mas Roosevelt, mais que todos, vai contribuir para dar a seu país responsabilidades mundiais. Indubitavelmente, ele havia sido preparado para isso por suas anteriores funções e experiências durante a guerra hispano-americana. Principalmente ele apresentou um conjunto doutrinário coerente. (BLUM, 1954, p.127).

Roosevelt apresentou um conjunto de doutrina que visava assegurar o continente americano como área de influência norte-americana, descartando a ingerência dos países europeus. Criava-se, assim, uma ideologia a Doutrina Monroe e que se constituía num instrumento de intervenção nas repúblicas latino-americanas, como realmente aconteceram na Venezuela, no mar do Caribe, o domínio no Panamá, Colômbia, e outros. Essas intervenções tinham interesses econômicos, explicado dessa maneira por Philip Taft: *“Se é verdade que nossa política exterior não se deve desviar (...) do reto caminho da justiça, isso não se exclui de forma alguma uma intervenção ativa para assegurar as nossas mercadorias e aos nossos capitalistas facilidades para investimentos lucrativos, fontes de benefícios para as duas partes em presença”* (In:DUROSELLE, 1960, p.24).

As várias intervenções americanas na América Central e na América Latina, o domínio dos americanos no Panamá e a abertura do istmo foram parte da estratégia de Roosevelt para assegurar a proteção comercial, o livre tráfego das “nações civilizadas” (subentendendo-se aqui os Estados Unidos) e para salvaguardar os interesses americanos, em todo o continente.

O estreitamento das relações entre o Brasil e os Estados Unidos tinha por interesse *“o desejo de livrar-se do jugo econômico da Inglaterra e a grande quantidade de café*

brasileiro que os Estados Unidos compravam, desde 1835, foram fatores que favoreceram a aproximação dos dois países” (VALLA, 1978.p.2). A troca comercial estabelecida entre o Brasil e os Estados Unidos favoreceu o primeiro, uma vez que os Estados Unidos - até o fim do século XIX - “por possuírem um enorme mercado interno, não eram exportadores regulares, mas apenas procuravam uma saída para os seus excessos em tempo de superprodução” (NORMANO, 1944, p.23). A unificação dos Estados Unidos através da Guerra Civil havia criado condições para o desenvolvimento industrial, cujas mercadorias produzidas tinham por objetivo os mercados externos, mas o mercado brasileiro era até então dominado pelas fontes inglesa e alemã, o que dificultava a entrada dos manufaturados americanos em nosso território. Entretanto,

As aspirações norte-americanas e brasileiras achariam a oportunidade de se encontrar, cada país buscando seus interesses num intercâmbio com o outro. Os Estados Unidos precisavam, cada vez mais, achar mercados para seus produtos industrializados e importar matérias primas para alimentar suas indústrias. Para isso, queria fazer do Brasil um país base para as suas operações num continente constituído, em quase sua totalidade, de nações de tradição espanhola. Estas temiam que os incidentes da América Central e da região do Caribe viessem novamente a ocorrer. O Brasil, por sua vez, procurava manter sua fonte lucrativa nos mercados norte-americanos, e, simultaneamente, queria fazer jus à sua posição teórica de líder representante da América do Sul. (VALLA, 1978, p.2)

A aliança entre os Estados Unidos e o Brasil foi motivada não somente por interesses econômico, mas também por razões políticas. Durante esse período já prevalecia a rivalidade entre o Brasil e a República Argentina por causa da competição agrícola, pela identificação da Argentina com os países europeus e por sua intenção de impor sua hegemonia sobre os demais países da América do Sul. Em razão dessa disputa, o Brasil se aproximou dos Estados Unidos, estabelecendo aliança para a conquista de sua hegemonia política na América do Sul. Dentro desse contexto

A formação da República do Brasil se enquadrava com mais um laço que iria estreitar as relações entre o Brasil e os Estados Unidos. Teoricamente, os dois países, que eram considerados como quase continentes, teriam a mesma forma de governo. Como república, símbolo de progresso e dinamismo, o Brasil seguiria os passos dos Estados Unidos. (VALLA, 1978, p.3).

Para que o Brasil seguisse os passos dos Estados Unidos, tornava-se necessário mudar o sistema político então em funcionamento, pretensão que muitos intelectuais e dirigentes políticos já alimentavam. Isso implicava em

[...] combater a centralização monárquica e fazer um programa descentralizador no plano político administrativo. Julgara que seria preciso aplicar o self government dos anglo-saxônicos, ou mesmo a teoria do Estado Federal como se elabora no direito constitucional norte-americano, quiseram aplicar o ideal self government e o esquema federativo a regiões perfeitamente diferenciadas de um país imenso, sem levarem em conta a total incapacidade de certas populações (no Norte) para desfrutarem de uma autonomia, que outras do Sul, podiam legitimamente reclamar. (SOUZA, 1965, p.23)

Em 1889, o Brasil implantou o sistema republicano nos moldes norte-americanos, porém, a diferença entre ambos era visível. Enquanto o tipo de governo americano possuía uma infra-estrutura já bastante desenvolvida, da qual o povo participava democraticamente, o sistema republicano brasileiro, era só de fachada e continuava privilegiando apenas uma minoria dominante. Além disso, fatores externos, de natureza política e econômica interferiram diretamente no seu funcionamento, como a longa dependência econômica e política do Brasil à Inglaterra, o progresso vivenciado pela república norte-americana, o grande mercado ianque responsável pelo consumo do café e da borracha brasileira. Esses fatores levaram o Brasil a se tornar cada vez mais dependente economicamente dos Estados Unidos, até mesmo devido ao isolamento do Brasil português numa América Latina espanhola, republicana e receosa do “perigo ianque”, principal aliado brasileiro. Essas situações favoreceram a aproximação do Brasil com os Estados Unidos.

Outro ponto de convergência entre esses dois países, era a influência dos velhos centros imperialistas europeus, mais particularmente da Inglaterra, e a tentativa de reduzi-lo na América Latina.

[...]. Ambos, como ex-colônias européias, desejavam ver reduzida a influência do imperialismo europeu no continente americano. O Brasil pretendia desta maneira ganhar um controle maior sobre sua própria economia, sobretudo quando este controle estava nas mãos de uma potência como a Grã Bretanha que tinha dado todo apoio a Monarquia. Já os Estados Unidos, conquistaram sua autonomia de fato com a Guerra da Secessão (O Sul, cujo algodão era exportado à Europa, tinha interesses complementares ao do imperialismo europeu) e almejavam, no final do século passado, competir com as demais potências imperialistas por zonas de influência. É claro que nestas circunstâncias, a proclamação da República no Brasil e o estremecimento nas relações entre o novo regime e a antiga potência dominante, a Grã Bretanha, só podiam ser interpretados, nos Estados Unidos, como sinal de que o Brasil acabara de cair na sua zona de influência. (SINGER, 1997. p.374)

Embora no campo político as relações entre o Brasil e os Estados Unidos fossem marcadas por dificuldades, no campo econômico esse país se transformou em nosso principal cliente, absorvendo, entre o período de 1853 a 1854 e, 1857 a 1858, 28% dos

produtos brasileiros, destacando-se o café. O vínculo econômico entre esses dois países muitas vezes evitou que suas relações políticas se degenerassem. Com esse intuito, Brasil e Estados Unidos, em 1891, estabeleceram um acordo de reciprocidade econômica, assinando em Washington. Era um acordo aduaneiro que concedia a entrada livre a produtos agrícolas brasileiros e o Brasil, por sua vez, reduziria em 25% os direitos sobre determinadas mercadorias americanas. Esse acordo que deveria significar a abertura do mercado de ambos países para a venda sem restrições de seus produtos foi descumprido em 1895 pelos americanos, quando o açúcar foi taxado em 40%.

Em 1897 foi votada, em Washington, a tarifa Dingley que também taxava o café brasileiro, retirando-o da lista de produtos que entravam livremente no mercado de consumo americano. Já as matérias primas brasileiras continuaram usufruindo privilégios, entrando livremente em território norte-americano, revertendo em benefício para as indústrias norte-americanas. Em 1896, houve vantagem em favor da importação brasileira, sendo que *“o déficit da balança comercial dos Estados Unidos com o Brasil alcançava 215 milhões de dólares. Em 1903 foi possível obter a renúncia a tarifa Dingley mediante um redução de 20% nas tarifas brasileiras relativas à farinha americana e a uma dezena de outros produtos”* (LOBO,1968, p.94).

Em 1905, as concessões dadas aos produtos americanos foram abolidas pelo Congresso brasileiro. Porém, em 1906, o Visconde do Rio Branco conseguia restabelecer as concessões, *“e quando Elihu Root, anunciou sua visita ao Brasil, em 1910, as mesmas concessões tarifárias foram mais uma vez renovadas e ampliadas para produtos como cimento, espartilhas, frutas secas, mobília escolar e secretárias”*(BANDEIRA,1973, p.184).

A concessão dada pelo Brasil aos produtos americanos, não aumentou as exportações norte-americanas para o mercado brasileiro, permanecendo baixas. De 1902 a 1904, a taxa era de 11,5%, sofrendo aumento nos anos de 1908 a 1912, quando atingiu o índice de 13,5%, conservando uma taxa abaixo à da Inglaterra, que manteve seu monopólio sobre o comércio importador brasileiro, pelo menos durante as duas primeiras décadas do século XX. Os Estados Unidos somente conseguiram ultrapassar a exportações da Inglaterra após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando este dominou pela primeira vez o mercado brasileiro, passando a exercer influência também em nossa política.

Foi a eclosão da Primeira Guerra que deu o impulso vital aos planos dos norte-americanos no Brasil. Depois de tanto esforço, através de ameaças e meios políticos, os Estados Unidos, numa questão de meses, encontraram o mercado brasileiro disponível para seus produtos, apesar de que, só depois de satisfazer às necessidades beligerantes dos países europeus, os norte-americanos realmente aproveitaram a brecha criada pela guerra no mercado brasileiro. Os relatórios da I Conferência Financeira Pan-Americana e da Comissão Federal do Comércio, no entanto demonstraram bem que, já na primeira parte da guerra, os norte-americanos estavam bem conscientes da oportunidade apresentada, não apenas no Brasil, mas em toda a América do Sul.(...). (VALLA, 1978, p.174).

Durante a Primeira Guerra, houve um avanço das exportações norte-americanas para o Brasil em todos os setores, principalmente das manufaturas. Este movimento comercial pode ser mais bem apreciado a partir da observação da tabela abaixo.

Exportações Sul Americana e Brasileiras para os Estados Unidos de 1910 a 1928 (milhões de dólares)

Anos	Exportações da América do Sul para EUA	Exportações do Brasil para EUA	Porcentagem das exportações brasileiras para EUA	Porcentagem das importações americanas para o Brasil	Porcentagem das exportações brasileiras para o EUA
1910-1914	206,9	110,9	34	6,6	38
1921-1925	421,3	152,2	36	4,4	42
1926	568,0	235,3	41	---	47
1927	518,0	203,0	39	---	46
1928	569,0	220,7	39	5,4	43

(VALLA,1978, In: Commerce Year book, 1929, v.I.p.134, 142)

Os valores dos produtos brasileiros exportados para os Estados Unidos de 1910 a 1914 são menores do que aqueles exportados por outros países da América do Sul, sendo que 50% dos produtos destinados ao mercado norte-americano saíram do Brasil antes da Guerra. Esta mesma performance não foi mantida entre os anos de 1921 a 1928, ficando as exportações brasileiras abaixo das exportações dos países sul-americanos. Entre o período de 1910 a 1914 registrou-se um volume de 38% da exportação total do Brasil para os Estados Unidos; já em 1926, o total foi de 47%, sobressaindo-se o café como principal produto.

A partir de 1913, conforme podemos observar na tabela abaixo, houve uma diminuição da importação de produtos comerciais brasileiros pelos norte-americanos,

havendo um aumento dos produtos de outros países Sul Americanos, entre eles a Argentina, grande rival brasileiro.

Porcentagem da Exportação Sul-Americana para o mercado norte-americano

Países	1913	1925	1926	1927	1928
Argentina	40	42	40	46	43
Colômbia	3	4	6	5	5
Peru	4	5	6	7	7
Venezuela	2	3	4	5	5
Brasil	27	24	24	20	21

(Bulletin of the Pan American Union in: Normano, 1944, p.30)

Os principais produtos de exportação brasileiros desse período continuaram sendo o café e, em menor volume, a borracha. O café, após a Primeira Guerra, foi responsável por 50% da pauta brasileira de exportações para os Estados Unidos, enquanto que, para países como Alemanha, a taxa de exportação era de apenas 12,6% e para a França de 6,7%.

Mesmo o café tendo se apresentado como principal produto em nossa pauta de exportações, as autoridades brasileiras começavam a fraquejar, observando a vulnerabilidade de uma economia baseada somente na exportação de produtos tropicais. Com a diminuição forçada das importações das fontes tradicionais e até de produtos como o café e a borracha, o Brasil vivia mais uma vez um período de crise (que ao longo de sua história foi sempre constante). Tornava-se necessário modificar a política econômica brasileira baseada somente nas exportações de produtos tropicais e implementar o desenvolvimento de novos setores da economia, como por exemplo, o industrial. Somente assim, conseguiria o Brasil libertar-se das estratégias comerciais norte-americanas. Porém, alguns fatores impediam que isso ocorresse imediatamente, como por exemplo:

- 1º) a concorrência dos produtos industriais estrangeiros, principalmente os europeus, que possuíam qualidade bem superior à brasileira, sendo muito mais variados e de baixo custo;
- 2º) a ineficiência das indústrias brasileiras, sem tradição, sem condições materiais, sobretudo a humana, para produção em alta escala;
- 3º) a deficiência das fontes enérgicas, principalmente da siderúrgica, o que dificultava muito o desenvolvimento industrial;

4º) a deficiência dos mercados consumidores, o reduzido número populacional brasileiro e o seu baixo nível econômico que impedia a população de consumir. O Brasil revelava-se um país pobre, cuja concentração de renda se situava nas mãos de um número muito reduzido de pessoas. Apesar das condições desfavoráveis para a implantação do parque industrial brasileiro, havia alguns pontos favoráveis:

Em primeiro lugar e sobretudo, a dificuldade que o país sentia de pagar no estrangeiro as manufaturas necessárias ao seu consumo. As exportações, donde provinham todos os recursos para saldar os pagamentos externos, não acompanhavam o ritmo de crescimento da população e de suas necessidades. Isto se observa em particular no déficit constante do nosso comércio exterior que perdurará até meados do século passado. O desequilíbrio geral das contas externas do país se comprova aliás, como foi notado, pelo declínio constante do câmbio monetário, coisa que se observa em toda a evolução financeira do Brasil desde sua independência. E esta queda do câmbio, provocando o seu encarecimento das mercadorias de importação, formará, por seu turno um dos estímulos à produção nacional. (PRADO JÚNIOR, 1956, p.264)

A importações de produtos manufaturados para o mercado brasileiro acabava por encarecer o produto a ser fabricado. Para um país como o Brasil, onde a população urbana ainda era diminuta e, portanto, não contava com um grande consumo nem com o poder de compra, isso significava prejuízo para os comerciantes. Com o desenvolvimento industrial, o Brasil pode melhor aproveitar a nossa matéria-prima, a mão-de-obra local, além de contar com a isenção das tarifas alfandegárias, o que permitiu baratear os produtos aqui fabricados.

O primeiro surto industrial no Brasil aconteceu ainda no período imperial (1880-1889), quando houve um aumento das atividades industriais no país, quando “*de um pouco mais de 200, em 1881, ascende no último ano da monarquia para mais de 600*” (PRADO JUNIOR, 1956, p.265), o número de fábricas. O primeiro setor industrial a demonstrar crescimento foi o têxtil, que aproveitou a facilidade de obter algodão no país para implementar a sua produção. Em segundo lugar, a indústria alimentícia. Em terceiro lugar, os produtos químicos, seguidos de outros produtos.

Esta fase de progresso industrial iniciada ao apagar das luzes do período imperial teve continuidade durante o período republicano, quando novas indústrias foram criadas, aproveitando “*o brusco declínio de câmbio que então se verifica, ainda virá reforçar a situação próspera da indústria; e o rompimento do equilíbrio conservador do Império*

abrirá as portas para uma política de mais consciente amparo à produção do país” (PRADO JÚNIOR, 1956, p.265).

Houve, por isso o incentivo à instalação de novos estabelecimentos industriais no Brasil. Entre o período de 1889 e 1907, quintuplicou-se o número de indústrias, na mesma proporção não ocorreu com o número de trabalhadores que continuou reduzido. A explicação para tal fato é que, embora houvesse uma ampla atividade manufatureira no país, grande parte dela era formada por pequenos estabelecimentos, organizados sob a forma de produção simples de mercadorias (fundições, olarias, pequenas indústrias siderúrgicas, destilarias, carpintarias, etc), todas elas, operadas por seus donos e familiares, contando com o auxílio de poucos operários.

O número de trabalhadores das indústrias se adequava à realidade econômica brasileira, pois sendo pequena a parcela dos que podiam se dar ao luxo do consumo, a produção para o mercado absorvia apenas uma limitada força de trabalho do país, proporcionando uma receita limitada de lucros, já que grande parte das divisas obtidas era utilizada para cobrir o serviço com as dívidas externas. A capacidade de importar com intuito de abastecer o mercado com produtos industriais importados, só se verificava por quem possuía maior poder aquisitivo e vivia nos grandes centros urbanos. Já a maioria da população vivia no campo, de seus poucos rendimentos, advindos da prática de uma economia de subsistência. Portanto, o crescimento industrial no Brasil, até às vésperas da Primeira Grande Guerra (1914-1918) vinha sendo realizando de maneira tímida, apresentando o setor industrial algumas alterações e elevação de investimento, principalmente no período de 1903 a 1913, quando o *“setor primário caiu de 40,4% para 33,3% do produto total e o secundário aumentou de 13,5% para 15,8%”* (HADDAD, 1974, p.74). O crescimento do setor secundário nas vésperas da Primeira Guerra Mundial foi conseqüência de um período de estabilidade monetária e financeira, em que a inflação mínima, principalmente na parte inicial, contribuiu para que os resultados fossem favoráveis. Além desse fator, contribuiu também,

[...] o ambiente político, social e psicológico, o momento de paz, estabilidade, prestígio político, confiança nacional, euforia, nem apenas pelo ambiente ideológico com o industrialismo, nacionalismo, mas também pela conjugação dos esforços do governo e dos empresários (incluindo os capitalistas estrangeiros). O saneamento da moeda e das finanças fortaleceu a posição internacional do país atraindo investimentos e empréstimos, estes, parcialmente para o governo que, não precisando mais cobrir déficits orçamentários, os utilizou em investimentos de infra-estrutura. As imigrações forneceram mão de obra mais especializada, alguns capitais,

tecnologia, espírito empresarial. O bom comportamento do setor externo (com a ajuda da borracha e do café, sustentado pela primeira operação de valorização) manteve um alto grau de capacidade de importar (BUESCU, 1985, p.90 e 91).

Esta condição favorável, que política e economicamente propiciou o desenvolvimento industrial e que também contou com ajuda externa, foi provocada principalmente pela crise mundial que afastou a concorrência estrangeira, ao mesmo tempo em que privava o país das importações de manufaturas internacionais. Esse fato obrigou os empresários brasileiros a se aliarem ao capital estrangeiro para investir na exploração de usinas (visando o aproveitamento industrial do minério brasileiro) e na utilização das técnicas para preparação dos imigrantes para o desempenho de atividades nas indústrias. Além disso, o setor industrial brasileiro contou, para o seu desenvolvimento, com o concurso das indústrias estrangeiras instaladas no país.

[...] Trata-se em regra de empresa que operando já de longa data no mercado brasileiro onde vendem seus produtos, acabam instalando-se no país para contornarem o obstáculos das tarifas alfandegárias, aproveitarem-se de mão de obra barata, ou por uma questão de facilidade de transporte. Montam estão indústrias subsidiárias no Brasil que são como prolongamentos deles, uma seção de acabamentos dos produtos. O processo de produção fica dividido em duas partes: a primeira é realizada na matriz; a última, na filial instalada no Brasil. Naturalmente é muito variável, de uma empresa para outra, e mesmo para cada qual delas em época sucessiva, a parte de um processo da produção que cabe a uma e outra seção. Na indústria química e farmacêutica, p. ex., há muitos casos em que a seção brasileira se limita quase só acondicionamento de artigos acabados e produzidos na matriz. A General Motor e a Ford Motor Company instalaram em S. Paulo oficinas para montagem de veículos motores com peças importadas de suas fábricas norte-americanas; aos poucos, algumas destas peças ou parte dos veículos foram sendo fabricadas nessas oficinas(...). A Pullman Standard Car Export Corporation, a primeira do vulto, que se instalou no Rio de Janeiro em 1913 com oficinas de montagem de material ferroviário. As indústrias frigoríficas que exportam carne para a Europa. São eles Wilson e Company, Armour, Swift, Continental, Anglo. Toda a indústria brasileira de carnes congeladas (a que se juntou logo a de conservas) foi sempre e ainda é constituída de filiais de grandes empresas estrangeiras, norte-americanas em particular. (PRADO JUNIOR, 1956. p.272).

No período de 1919 a 1930, se sobressaiu no mercado brasileiro as indústrias norte-americanas, explorando diversos campos produtivos: veículos, motores, farmacêuticos e químicos, aparelhamento elétrico, alimentação (farinhas, conservas, etc), sendo que a maioria funcionava com capital misto, ou seja, com investimentos de brasileiros e americanos.

Muitos dos produtos industrializados no Brasil, como as da *Armour, Swift e Wilson & Company*, não se destinavam a abastecer o mercado interno brasileiro, mas visava

atender o mercado externo interessado em consumir o produto bovino. Durante esse período notou uma tendência do capital estrangeiro também estimulado pelo governo norte-americano, ou seja, incentivar as grandes empresas americanas a instalar suas matrizes no exterior, aproveitando as matérias e a mão de obra dos respectivos países para a produção de mercadoria destinada ao mercado externo, era uma estratégia visando conservar o mercado, ao mesmo tempo em que aliviava suas exportações, de modo que pudesse atender o mercado interno americano em fase de crescimento populacional. A esse respeito Machado assim se expressou:

A situação dos Estados Unidos atingiu um ponto interessante. Dentro dos últimos dez anos a população cresceu de 18%, ao passo que os rebanhos decresceram de 20%. Em 1893, os Estados Unidos exportaram 287.000 cabeças de gado; e, 1915, 23 anos depois, os algarismos da importação e exportação estavam subvertidos. Este último ano, os Estados Unidos exportaram só 5.484 cabeças e importaram 538.167 cabeças de gado. É, portanto, evidente que se tornava imperativa a necessidade de achar outras fontes de produção, e a atenção foi, pois, concentrada na América do Sul. (MACHADO, 1949, p. 218 e 219).

É, portanto, no período de 1913 a 1917, que ocorreu o desenvolvimento da exportação brasileira com referência à carne congelada, proporcionando ao mercado brasileiro milhares de dólares. Isso aconteceu após a intervenção do capital estrangeiro na economia brasileira, principalmente daqueles grupos com capital disponível, como era o caso dos norte-americanos, que já possuíam uma infra-estrutura industrial desenvolvida para investir não somente no setor de importação e exportação da pecuária brasileira, mas também em outros setores da economia, implementando o seu desenvolvimento.

Esse desenvolvimento brasileiro determinou a subordinação do capital e das riquezas nacionais ao capital estrangeiro, ao mesmo tempo em que assegurou as mercadorias aqui produzidas não propriamente para o consumo da população (porque essa não dispunha de capital suficiente para adquiri-la), mas para o mercado externo, o que contribuía para que o produto elevasse o seu preço internamente, beneficiando somente uma fração da classe burguesa ligada ao setor financeiro. Além desse fator, o capital internacional investido no Brasil

Representa um importante fator de desequilíbrio das contas externas e déficits crônicos. Não há correspondência necessária entre inversões (que exigem logo depois de realizados novos pagamentos exteriores sob a forma de juros e amortizações), e o aumento da capacidade do país para efetuar tais pagamentos. Crescem as obrigações exteriores, sem um

progresso paralelo dos meios de satisfazê-las. Esta tem sido a história financeira contemporânea do Brasil. (PRADO JÚNIOR, 1956, p.286).

As dívidas contraídas pelos empresários brasileiros através de empréstimos com os bancos estrangeiros para investimentos industriais, não davam aos empresários a certeza de que poderiam honrar suas dívidas no prazo previsto e de modo integral, pois o mercado brasileiro era instável, levando esses empresários brasileiros a amortizá-las na medida em que exportavam mercadorias. Esta situação somente foi revertida quando o capital nacional se associou ao capital estrangeiro, integrando-se à economia mundial, conseqüência da penetração do capitalismo financeiro internacional (subentende-se o norte-americano). O capital internacional, em sua atuação no Brasil, procurou modernizar os meios de transporte, propiciando a construção de estradas de ferro, modernizando os portos brasileiros, organizando os serviços urbanos e atraindo grandes empresas industriais, de tal modo que *“sem ele não teria sido possível realizar o ritmo de vida econômica brasileira, que está sem dúvida no nível do mundo moderno, é em grande parte reflexo puro da ação imperialista”* (PRADO JÚNIOR, 1956, p.286). A contribuição que se processou ocorreu através do espírito de iniciativa, os padrões, o exemplo e o emprego de técnicas desenvolvidas por países como a Inglaterra, Alemanha e outros, foram importantes e serviram de estímulo para que se alcançasse o progresso econômico e um novo patamar de desenvolvimento, consolidando as bases da indústria nacional no terceiro decênio do século XX.

Entretanto, se o processo de industrialização estimulou o desenvolvimento urbano-industrial no século XX, não foi ele o único responsável pelo surgimento e progresso das cidades brasileiras, pois como afirma Moraes:

No Brasil, essa nova situação histórica começou a se estabelecer nas últimas décadas do século XIX. Várias cidades que se tornariam núcleos dos parques industriais no século XX já eram centros urbanos com mais ou menos influência desde os tempos coloniais e do Império. Obviamente, elas eram marcadas pelo caráter rural e escravista de nossa sociedade colonial, e as atividades propriamente urbanas que nelas se desenvolviam eram ainda muito restritas. (MORAES, 1994, p.22).

A maior parte das cidades do período colonial que alcançaram prosperidade, desenvolveu atividades agrícolas para fins comerciais (exportação da produção regional que foram exportadas). Foi o caso de Salvador, BA, Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas (no interior paulista). Essas cidades, depois de se manter por longo tempo ligada as estruturas

agrárias de produção para a exportação (a maior parte do século XIX) com base na mão de obra-escrava, na passagem do século XIX para o XX, criava condições necessárias para o desenvolvimento da industrialização o que atraiu muitos imigrantes, dirigindo principalmente para a região Sudoeste pólo de concentração industrial.

Os imigrantes norte-americanos atraídos pela prosperidade dessa região e pelo seu desenvolvimento econômico estabeleceram colônias ao redor de Campinas, especialmente em Santa Bárbara e Americana, produzindo além do algodão, milho, arroz, melancia etc, também procuravam produzir máquinas agrícolas que foram bastante utilizadas pelos brasileiros.

Campinas e região, durante esse período, destacaram como principal região do país, principalmente pela sua grande produção primeiramente a cana de açúcar até 1830, predominando após esse período, o café. O impulso econômico advindo do café, sem dúvida, contribuiu para o desenvolvimento urbano acelerando o processo de modernização da sociedade campineira, especialmente no período de transição do império para a república.

Capítulo II - Campinas na transição do Império para a República: transformações políticas e econômicas

O exemplo histórico de maior representação da relação entre crescimento agrícola e expansão industrial é o da expansão cafeeira na região Sudeste do Brasil, que impulsionou o desenvolvimento industrial de muitas das cidades localizadas no Oeste Paulista, entre elas, o da cidade de Campinas. Iniciada com uma economia doméstica aproximadamente em 1774, quando era Bairro da cidade de Jundiaí, em pouco tempo, devido a doações de terras devolutas para os lavradores que ali haviam constituído suas roças e com o aumento populacional, logo se transformaria em Freguesia, com o nome de “*Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas de Mato Grosso*”.

Os moradores da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas de Mato Grosso eram na sua maioria, agricultores que viviam daquilo que produziam, sendo o excedente trocado ou vendido. Entre os produtos cultivados estavam o arroz, o feijão, o milho e a cana de açúcar.

Já nos fins do século XVIII, em conseqüência da crise que atingiu os mais diretos concorrentes brasileiros, os antilhanos da Holanda, França e da Inglaterra em virtude do Bloqueio Continental promovido por Napoleão Bonaparte, incentivou o aumento da produção açucareira campineira, passando de uma economia doméstica (voltada para a subsistência), a exportadora voltada para o mercado europeu. Esta ascensão econômica da Freguesia de Campinas atraiu moradores de outras regiões que se instalaram ao seu redor. Se até 1774, o número de moradores não passava de 357 indivíduos, em 1797, sua população atingiu o número de 2.107 moradores, sendo acrescida num prazo de 13 anos em 1.750 habitantes.

Com o aumento populacional e da produção agrícola canavieira, a Freguesia foi elevada à categoria de Vila em 1797 com a denominação de São Carlos, ostentando um dinâmico comércio e conseqüentemente uma considerável renda pública. Esta condição levou os campineiros a justificarem a sua separação da comarca de Jundiaí. A petição da

separação foi assinada por 47 moradores e avalizada pelo pároco da Freguesia, sendo em seguida, encaminhada ao governador da capitania, nos seguintes termos:

Ilmo, Exmo.Sr.

Dizem os moradores da nova Freguezia de Campinas dos termos da Villa de Jundiahí, que consta do assignado, que se vêm vexados em servirem os cargos da República da dita Villa por morarem desviandos da mesma, oytto, dez, doze e catorze legoas, no que sentem gravíssimos prejuízos nas suas lavouras por serem engenheiors, quando a Freguezia dos Supp.es tem no todo o numero de duas mil cento e sete pessoas, e a três annos a esta parte tem crescido seiscentos e oytenta, e oytto pessoas, como fazem certo pella attestação junta do seo Parocho, e de fogos há mais de coatro centos , e de rendimento poderá a Villa sincoenta mil réis, a cuja attenção recorreu os Supp.es a V.Ex^a para que attendendo a esta verdadeira representação mandar fazer a Villa a nova Freguezia de Campinas, porque assim podem servir os cargos da Republica, e sem prejuízo de tratarem suas lavouras.

Para a alta proteção de V.Ex^a se digne attender ao requerimento do Supp.es mandando erigir Villa a dita Freguezia de Campinas.

E.R.M. (O Vigário da Freguezia das Campinas)

Joaquim José Gomes.

(DOCUMENTOS INTERESSANTES, 1797, v. III, p.2)

Esta petição dos moradores assinado pelo vigário Joaquim José Gomes, datado de 29 de outubro de 1797, teve sua aprovação, em 16 de novembro do mesmo ano, pelo Governador Capitão General Antonio Manuel de Melo e Castro, que elevou Campinas à categoria de Vila, com o nome de São Carlos, em homenagem à princesa herdeira, filha de Dona Carlota Joaquina.

O Capitão General Castro e Mendonça, em carta endereçada ao Secretário d' Estado explicando a razão dessa mudança de nome, afirma: “[...] *por ser erecta no dia 4 do presente mez, o primeiro em que se festejava aqui o feliz nascimento da sereníssima Senhora infanta a fiz intitular Villa de São Carlos*” (DOCUMENTOS INTERESSANTES, v.XXXIX, 1842, p.45).

A elevação de Campinas à categoria de Vila com o nome de São Carlos ocorreu em 16 de novembro do mesmo ano, com a assinatura do documento “*Autos de erecçam*”, oficializado pelo Doutor Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca de Jundiaí, Sr. Caetano Luiz de Barros Monteiro e outras personalidades.

Auto de Erecçam

Anno do Nascimento do Nosso Senhor Jesus Christo de mil settecentos e noventa e sette aos catorze dias do mez de dezembro do ditto anno nesta Povoçam das Campinas, Comarca da cidade de Sam Paulo, aonde foi vindo o Doutor Ouvidor Geral e Corregedor da mesma Comarca Caetano Luiz de Barros Monteiro commigo Escrivam do seo cargo adiante nomeado para o effeito de erigir em Villa, esta Povoçam em consequência da portaria do illustríssimo e excelentíssimo senhor Governador, e Capitam General desta Capitania Antonio Manoel de Mello Castro e Mendonça datada de deseseis de novembro corrente anno retro transcripta, e sendo ahi com assistência do Juiz Presidente, e mais officiaes da Câmara de Nossa Senhora do Desterro de Jundiahy, nobreza e povo desta mesma Povoçam, mandou o dito Ministro apregoar em altas vozes pelo Porteiro Salvador Vieira da Maya, que se erigia esta Povoçam em villa com a denomiçam de Villa de Sam Carlos o que satisfeito pelo dito. [...]. (CAMPOS JÚNIOR, 1952, p.54 In: Monografia Histórica de Campinas, 1952).

Após a assinatura, em que concedia a emancipação política e administrativa da Vila de São Carlos, foi convocada eleição para eleger os membros do governo municipal de Campinas, sendo escolhidos para juízes ordinários o alferes Antonio de Camargo Penteadado e Alexandre Barbosa de Andrade e para vereadores Manoel Pereira Tangerino, alferes João José da Silva, Rafael de Oliveira Cardoso e Albano de Almeida Lima, procurador do conselho.

Na época, as localidades brasileiras ainda eram regidas pelos princípios dos municípios coloniais portugueses, organizados segundo as normas prescritas nas ordenações felipinas e assim compostos: dois juízes ordinários, três vereadores e um procurador do Conselho. Os vereadores se reuniam sob a presidência de um dos juízes ordinários, os quais alternavam nesse cargo, contando também com a presença do procurador.

Nessa composição política, formavam o Conselho “*os homens bons*”, chefes de famílias locais que se destacavam na sociedade pela sua riqueza ou pelos cargos ocupados. Esses “*homens bons*”, de três em três anos eram convocados a se apresentarem ao ouvidor para participarem das eleições ou para dar parecer sobre variados assuntos, como ocorreu entre o período de 3 de fevereiro a 12 de outubro de 1822, quando os membros do Conselho Municipal se reuniram para votar a favor da independência.

Os ilustres membros do Conselho Municipal, no ano da Independência, de 3 de fevereiro a 12 de outubro de 1822, realizaram nada menos do que 33 sessões, das quais 12 foram extraordinária: 22 presididas pelo Juiz Ordinário Inácio Caetano de Leme; 12 pelo Juiz Antônio Francisco de Andrades; 3 pelo Capitão-Mor agregado João Francisco de Andrade; 1 pelo Capitão-Mor agregado Floriano de Camargo Penteadado. No período acima referido foram chamadas em várias sessões, os seguintes vereadores de câmara transatas: Vicente Guerrido Barreto, 3 vezes; Pedro José Batista, 2 vezes; Antonio Manuel Teixeira

Vilela, 1 só vez. Após a sessão foi convocada pelo Conselho Municipal da Vila de São Carlos a população: nobreza, clero e o povo para votarem ou não a proposta do aceite da Independência. Vitoriosa a proposta, apesar da desconfiança do povo, dia 12 de outubro foi bastante comemorado na Vila, com repicar dos sinos e estrondar de foguetes. (CARDOSO, 1952, p.225 In: Monografia Histórica de Campinas).

Depois do aceite da independência pelos membros do Conselho Municipal e representantes do povo, ocorreu a cerimônia religiosa de aclamação na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, onde compareceram autoridades políticas, religiosas e os moradores da Vila de São Carlos. Porém, passado o entusiasmo com a independência, os moradores da Vila, compartilhando dos mesmos sentimentos comuns a todos os brasileiros, também se posicionaram contra a recolonização e a política autoritária de D. Pedro I. Já nesse período, os moradores da Vila de São Carlos participavam politicamente, apoiando ou se opondo ao regime monárquico. Procurando retratar essa participação, o “*Jornal Correio Popular*”, em edição comemorativa de 1968 registrou a história participação política campineira:

Com a efervescência do período da chamada Independência, acharam-se em frente um do outro em São Carlos, o partido “Corcunda” que queria a desligação dos dois reinos, mas não queria a comédia do constitucionalismo, o partido “Exaltado”, e que queria ser patriota por excelência, que aderiu a causa das cortes revolucionárias e ultra-liberais de Lisboa, e o partido “Moderado”, ao qual pertencia Feijó, os prestantes cidadãos Alferes Raimundo Álvares dos Santos Prado Leme (filho do paulista do mesmo nome de que já se tratou), major Miguel Ribeiro de Camargo, capitão Francisco de Paula Camargo, etc. Membro notável do primeiro, foi o tenente-coronel Pedro Taques de Almeida, homem instruído, neto do grande cronista, Pedro Taques, mas muito engenhoso e excêntrico.

Este cidadão teve durante alguns anos de vida muito amargurada, sofrendo mil pirraças e contrariedades, acontecendo-lhe ser num domingo à tarde arrastado sobre o chão por soldado, desde a sua morada na rua Luzitana, até a cadeia, por ordem da autoridade, que era o exaltado cirurgião mor Thomas Gonçalves Gomide.

Existe também um assento no livro mais antigo da guarda nacional de S. Carlos em que na ocasião do primeiro alistamento, foi declarado que o tenente coronel Pedro Taques não era alistado como guarda nacional, por ser indigno de fazer parte da sociedade brasileira. Todavia não obstante tal exarcebação de espírito e a guerra que lhe foi aberta muito diretamente, o capitão mor Andrade não sofreu violência alguma como a quase totalidade dos capitães mores sucedeu [...]

Durante todo o tempo decorrido entre a retirada do rei e o malogrado movimento de 1842, Campinas foi um dos principais centros de exaltação política. Aqui tinham ramificações as sociedades secretas que pululavam no Império, e muito especialmente aquela dos “invisíveis” que tamanha parte teve em promover os sucessos que levaram o Sr. D. Pedro a abdicar. (CORREIO POPULAR. 06/06/1968, p.7).

O descontentamento que atingia os brasileiros foi compartilhado pelos campineiros através da participação política nos partidos que na vila de São Carlos se organizaram. A

partir da década de 1840, São Carlos não somente se destacava pela sua privilegiada situação econômica, mas também por ter se tornado um dos principais centros de exaltação política contra o governo de D. Pedro I. A situação insustentável do imperador levou-o a abdicar do trono em favor de seu filho D. Pedro II, em 7 de abril de 1831, sucedendo o período denominado de “*menoridade*”. Foi quando assumiu o poder, como regente, o Padre Antonio Feijó. Esse período foi marcado por grandes turbulências e por disputas entre os vários grupos políticos.

Após atingir a maioridade, D. Pedro II assumiu as rédeas políticas do país. As instituições que se organizaram para preparar as normas de um sistema condizente com os ideais liberais, foram inibidas em suas aspirações com a promulgação da Lei de 3 de dezembro de 1841 que “[...] *determinava a Reforma do Código de Processos e seu regulamento de 31 de dezembro de 1842 que encerrava o país num estreito círculo de dependência do poder central*” (PRADO JUNIOR, 1976 p.135 e 138). Esta lei, elaborada no período denominado “*Regresso*”, fortaleceu idéias e princípios retrógrados e reacionários manifestados com a criação do Conselho do Estado, pela Lei de 23 de novembro de 1841 e com a interpretação do Ato Adicional elaborado pela Lei de 12 de maio de 1840. A publicação de tais leis por parte do governo acabou por gerar descontentamento em muitas das províncias, como a de São Paulo e Minas Gerais, levando os simpatizantes do Movimento Liberal Paulista, sob o comando do Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, a pensar em ocupar toda a província paulista e depor o seu presidente.

Foi nesse período de grande turbulência da política brasileira que a Vila de São Carlos foi elevada à categoria de cidade, já com o tradicional nome de Campinas. Seus moradores não permaneceram alheios aos acontecimentos políticos da província. Demonstrando estarem descontentes com a situação, organizaram forças para lutar pela emancipação da província paulista contra o governo absolutista de D. Pedro II. As forças liberais campineiras se aquartelaram no “*Engenho da Venda Grande*”, aguardando o momento propício para se unir a outros revoltosos e tomar o poder provincial, quando foram surpreendidos pelas forças governamentais que, em combate, liquidaram a ação revolucionária campineira e paulista. A respeito desse episódio, Pupo registra o que segue:

Venda Grande tem sido para Campinas uma tradição estremeçada; os antigos a ela se referiam com veneração, cultivando em sua memória como a de um ato meritório, caro e

merecedor de uma lembrança que se perpetuasse, que se transmitisse às gerações vindouras. Ouvimos na meninice a repetição de sua história, o sacrifício das vítimas imoladas, nomes dos que ali morreram, dos que prisioneiros, desceram para Santos desfilando pela sua rua de Santo Antonio com destino aos cais de onde os navios os levariam para julgamento na Corte.

Campinas, viveu, através de gerações, o embate traumático de um movimento armado idealista que se extinguiu tristemente para os elementos locais vencidos e vencedores; a anistia de 1843 e o retorno dos revolucionários aos seus lares não apagaram a luta da gente campinense que o conservou em tradição familiar.

Pequenino não foi o significado do combate da Venda Grande que repercutiu decisivamente no ânimo da restante tropa revolucionária, desanimando-a; foi, em nossa província, com o encontro de Silveiras, um dos dois únicos embates de forças antagônicas, únicas deflagrações de armas de guerras, únicas refregas cruentas de tropas revoltosas com tropas regulares, e sua memória superou as proporções destes encontros, constituindo um abalo moral na família campinense cuja sensibilidade duradoura a colocou como fato marcante na história da cidade, como passo de maior grandeza na vida de Campinas. Pequenas foram as proporções numéricas de baixas e perdas materiais; mas a cicatriz que deixou na alma campinense, profunda e indelével, só uma grande causa a justifica. (PUPO, 1969, p.123 e 124).

A sublevação de São Paulo em 1842 era uma clara oposição dos liberais contra os conservadores que detinham o poder. *“A política era uma preocupação constante de nossa gente; era empolgante, absorvente, quase fanática e guiava os homens de responsabilidade que, pelo caráter puro e pela intransigência de suas resoluções, iam ao extremo, defendendo suas convicções como pontos de honra intangíveis e pelos quais se sacrificavam”* (Idem.Ibidem). Entre as convicções defendidas pelos revoltosos se encontrava a liberdade do indivíduo contra o autoritarismo de D. Pedro, o funcionamento de uma Constituição liberal, além da liberdade de atuação dos representantes do povo através do funcionamento da Câmara dos Deputados.

Apesar dos revolucionários campineiros sucumbir diante das forças governamentais, a cidade não se afastou do seu ideal de progresso e de desenvolvimento como a que já vinha apresentando desde 1840, quando o café se expandiu pelas terras férteis do interior paulista, especialmente *“o Oeste Paulista compreendendo as cidades de Campinas, Jundiaí, Limeira, Itu e Sorocaba”* (BATTISTONI FILHO, 1996, p.24).

A consolidação do café na região atraiu novos investimentos agrícolas, estimulando a instalação de novas fazendas, de modo que, *“[...] em 1854, contava o Município 177 fazendas nas quais trabalhavam 6.000 escravos e quase duzentos colonos livres, com uma produção estimada em 355.500 arrobas”* (BRUNO, Folha da Noite, 8/1959).

A produção cafeeira em Campinas gerou lucros que foram aplicados em novos setores da economia, como por exemplo, o comércio. Em 1852, em Campinas ocorreram as primeiras

[...] tentativas de industrialização (que) se deu com a implantação de uma fábrica de vela de cera, fundada em 1852, por G.F. Vasconcellos e uma marcenaria da viúva Krug, em 1853. Contudo, a que alcançou renome na cidade e na província foi aquela empreendida pelos irmãos Bierrembach, em 1857, quando fundam na cidade uma fábrica de chapéus, no bairro de Santa Cruz, ocupando um pessoal diário de 50 a 60 operários com a assistência de chapeleiros europeus, como o alemão, Johan Ziegleder. Em 1867 a firma fez vir da Inglaterra o primeiro vapor do interior de São Paulo e em 1873 um novo pavilhão vai ser acrescido com máquinas de beneficiar café, descarregar e enfardar algodão. (TIRICO, 1960, p.110).

Com o desenvolvimento da produção cafeeira pelos “*barões do café*”, uma nova mentalidade dinâmica e empresarial se formou, obrigando a transferência dos cafeicultores do campo para a cidade para melhor acompanhar a comercialização e exportação de seus principais produtos. Se antes a cidade era apenas um acessório do campo, com as riquezas produzidas pelo café e os investimentos recebidos, tornou-se um centro dinâmico de comércio, onde se concentravam bancos, lojas e pequenas indústrias. A importância que o centro urbano adquiriu, também atraiu a atenção de muitos imigrantes que trocaram o trabalho agrícola pela cidade, iniciando novos ramos de atividades, fosse no comércio ou nas indústrias. Em 1858, surgia em Campinas a fábrica de fundição do alemão Luis Faber, instalada no Bairro do Bonfim; em 1868, a fundição de ferro e bronze de Sampaio Peixoto; em 1870, a fundição de Paulo Anderson e Cia., instalada à rua José de Alencar; em 1871, a fundição de Guilherme Mc Hardy, instalada na rua Andrade Neves; desse mesmo ano é a firma Lidgwood, responsável pela fabricação de máquinas e instrumentos agrícolas situada no largo da Estação Paulista.

Campinas, a partir da metade do século XIX apresentava melhorias em todos os setores de suas atividades, influenciando também o setor urbano que ganhou contornos de cidade civilizada, contando com ruas pavimentadas, calçamentos, fontes, chafarizes, iluminação pública, rede de água e esgoto, transportes para os bairros que se formavam, instalações de estabelecimentos de créditos, de novas associações culturais e artísticas, lojas de qualidade que nada ficava à dever a capital, bancos, escolas e o mercado municipal.

O período de 1872 a 1889 é bastante significativo como indicador do progresso econômico da região. Deste modo, surgem os bancos como o Mercantil de Santos, em 1873; o London and Brazilian Bank, também neste mesmo ano e, em 1883, aparecem os Bancos Comércio e Indústria, União de São Paulo e o de Lavradores. Todos eles têm funções regionais e servem todo o interior de São Paulo, parte de Mato Grosso e o Sul de Minas Gerais. (BERGO, 1952, p.691).

Esta condição de progresso que gozava a Província de São Paulo e, mais particularmente, Campinas e região, abriram perspectivas para que as idéias republicanas florescessem, antecipando a criação do próprio Partido Republicano, fundado em 1870, no Rio de Janeiro, no Clube Republicano, local de lançamento do Manifesto Republicano.

O Manifesto, elaborado por Quintino Bocaiúva, Saldanha Marinho e Salvador Mendonça, recebeu expressivo apoio dos intelectuais brasileiros, membros da maçonaria e proprietários rurais. O Manifesto Republicano foi um meio dos partidários dessa causa lançarem suas idéias políticas, levando ao conhecimento do povo a inconveniência de continuar apoiando o regime monárquico. Os republicanos achavam que, para modificar o regime, não havia necessidade de convulsões sociais, medidas que os líderes desse movimento abominavam.

O Manifesto Republicano de 1870, portanto, trazia em seu conteúdo as normas norteadoras do republicanismo e que considerava legítima a submissão à vontade popular embora essa submissão não passasse de demagogia, já que a república foi posteriormente implantada sem a participação popular.

O Manifesto, seguindo uma linha doutrinária liberal-democrática, dava importância ao uso das palavras como meio de persuasão, consideradas pelos ideólogos republicanos, como “[...] armas *da discussão, os instrumentos pacíficos da liberdade, a revolução moral, os amplos direitos*” (MANIFESTO REPUBLICANO, 3/12/1870).

Os republicanos pretendiam indispor o governo monárquico com a população através de críticas, apontando as injustiças sociais, a manutenção dos privilégios e da hierarquia, próprias desse regime. A respeito disso, afirmava o Manifesto Republicano:

O privilegio, em todas as relações com a sociedade, tal é em syntese, a formula social e política do nosso paíz, privilegio de religião, privilegio de raça, privilegio de sabedoria, privilegio de posição, isto é todas as distinções arbitraria e odiosas que cream no seio da sociedade civil e política a monstruosa superioridade de um sobre todos ou a de alguns sobre muitos (MANIFESTO REPUBLICANO, 31/12/1870).

Os republicanos protestavam condenando a centralização do poder, as ligações da Igreja com o Estado, o Senado vitalício, o autoritarismo do Poder Moderador, a manutenção dos privilégios da oligarquia, a falta de instrução do povo e a desigualdade social e de oportunidades. Para os republicanos, o sistema monárquico era o principal responsável pelo mar de corrupção em que o país havia mergulhado, além de culpado por “[...] esse desequilíbrio de forças, a essa pressão atrofiadora, deve o nosso paiz a sua decadência moral, a sua desorganização administrativa e as perturbações econômicas, que ameaçam devorar o futuro depois de haver arruinado o presente” (MANIFESTO REPUBLICANO 31/12/1870).

Este estado de coisa desqualificava a política imperial, gerando descrença mesmo entre os políticos da ala conservadora que até então apoiavam o imperador, como o senador Francisco Gonçalves Martins, Barão de São Lourenço, que ocupou a tribuna numa das sessões do senado para assim declarar:

[...] a força e prestígio com que tanto trabalho os partidos tinham ganho para o governo do país estão mortos; e as províncias começam a perder a fé no governo do Império, nada esperando em seu bem, antes contínuos obstáculos a seu programa pelas más administrações. (ANAIS DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1868, v. II p.155).

A descrença no governo imperial era motivada não somente pela má administração, como também por equívocos políticos e pelas decisões autoritárias e centralizadoras que prejudicavam as províncias; daí algumas delas serem favoráveis à República, principalmente as de maior expressão econômica situadas no Centro Sul do país, como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Em São Paulo, se posicionaram a favor do movimento republicano, intelectuais ligados ao partido liberal e cafeicultores interessados na contratação de trabalhadores livres para suas lavouras. Esses pretendiam que o governo da província adotasse um modelo de governo semelhante ao implantado nos Estados Unidos.

Para os republicanos históricos como os cafeicultores do Oeste Paulista, a solução política ideal era o federalismo norte-americano, que concedia autonomia aos estados, permitindo que os ricos fazendeiros mantivessem sob seu controle tanto o poder político quanto o econômico, preservando assim seus interesses.

Campinas e Itu, identificados com a causa liberal republicana, participavam ativamente da política, sendo o movimento divulgado pela imprensa local. Em Campinas, o Jornal comprometido com a causa era “*A Gazeta de Campinas*”, principal veículo divulgador dos artigos escritos por liberais republicanos, como Jorge Miranda, Francisco Quirino, João Quirino, Francisco Glicério, Campos Salles, Américo Brasiliense e Rangel Pestana. Na ocasião da realização da primeira convenção do Partido Republicano, ambas as cidades se candidataram para sede desse evento, recaindo a escolha sobre Itu, devido à sua excelente localização, sua alta produção cafeeira e ao esforço do fazendeiro republicano Almeida Prado, responsável pela inauguração da Estrada de Ferro Ituana. Nesta convenção, Campinas foi representada por figuras de destaque da cidade, Francisco Quirino dos Santos, Jorge Miranda e Francisco Glicério. Entre os assuntos ali discutidos, uma série de críticas foi feita ao governo monárquico, principalmente contra a sua estrutura hierarquizada e hereditária, que fazia com que o país se curvasse diante da vontade de um só homem.

Com a implantação do governo republicano, não houve um rompimento com as antigas práticas de trabalho, pois apesar de muitos aceitarem a emancipação dos escravos, não era possível uma mudança imediata do antigo modelo de trabalho, deixando os fazendeiros sem força produtiva para tocar suas lavouras. Diante de tal situação, os republicanos assumiram posição de neutralidade, esperando que o tempo se encarregasse de definir melhor a situação do trabalho no campo, que vivia uma fase de transição, sendo mantida a convivência do trabalho servil com o trabalho livre. Embora os fazendeiros tentassem conciliar as duas formas de trabalho, isso não seria possível, pois

[...], ou falhavam por inviáveis, demonstrando a impossibilidade prática de semelhante hibridismo, ou, quando realizadas com espírito experimental e progressista, serviam para indicar que o trabalho livre pela natureza, mesmo da sua organização e das suas condições de desenvolvimento, produzia maior ou melhor rendimento econômico do que o trabalho escravo. A esta conclusão teria já chegado o senador Vergueiro, na sua fazenda de Ibicaba, onde fundara, em 1847, a famosa colônia de imigrantes europeus para a cultura do café pelo sistema de parceria. (PEREIRA, 1997,p.161).

A conciliação do trabalho servil com o trabalho livre já havia sido tentada nos Estados Unidos, resultando na “Guerra de Secessão”, entre os Estados do Norte e do Sul, que culminou com a derrota dos escravistas confederados e de sua política de exploração do trabalho escravo. Com base no exemplo retirado da história vivida por outros países e de

suas experiências, figuras destacadas no cenário político brasileiro, como o senador Vergueiro, André Rebouças, Benjamin Constant, Aristides Lobo, José do Patrocínio e Rui Barbosa, defendiam a substituição do trabalhador escravo pelo trabalhador livre, considerando a superioridade de desempenho desses. Entretanto, o que determina a superioridade, não é propriamente a origem étnica do trabalhador, e sim as condições de trabalho.

As condições de trabalho é que, em verdade, explicavam tudo, evidenciando por toda a parte e em suas mais variadas feições, a superioridade do trabalho livre sobre o trabalho escravo. E o trabalhador negro liberto revelava-se tão bom, tão capaz, tão produtivo quanto o trabalhador livre, desde que o colocassem nas mesmas condições de trabalho deste último. Sua inferioridade, quanto escravo, não provinha dele próprio, de tais ou quais estigmas de ordem biológica ou racial, mas sim de sua condição de escravo. (PEREIRA, 1997, p.163).

Se os abolicionistas viam as coisas sob esse ponto de vista, o mesmo não acontecia com os escravistas que, tendo seus interesses ameaçados, lutavam em defesa de seus direitos de propriedade (os escravos eram considerados um instrumento de trabalho ligado à terra e de propriedade dos fazendeiros), já que tinham investido capital para adquiri-los. Em razão disso, os fazendeiros reivindicavam que o governo indenizasse seu investimento, amenizando suas perdas. As mudanças na sociedade impuseram uma nova dinâmica no trabalho produtivo e uma forma de pressão sobre os senhores escravistas, fazendo com que buscassem a utilização de novos métodos de cultivos e técnicas.

O café buscava igualmente novos e melhores métodos de trabalho, necessários à sua expansão. É certo que junto com o café se deslocava também grande massa de escravos, a ponto de Nabuco poder afirmar, ainda em 1883, que a escravidão “florescia” apenas na província de São Paulo; não menos certo, porém, é que surgiam ali fazendeiros menos apegados à rotina, homens novos, de mentalidade já moldada ao influxo dos modernos processos de cultura. Estes fazendeiros, pela primeira vez no Brasil, empregaram arados nas suas plantações de café. (PEREIRA, 1997, p.168).

As diferenças não se davam somente na utilização de novos métodos de colheita, mas também na valorização dos próprios trabalhadores livres contratados, já que esses tinham o domínio técnico. Apesar de supor que houvesse uma igualdade de eficiência entre os trabalhadores escravos e os trabalhadores livres, os primeiros se ajustavam ao processo produtivo à custa de coação; já os segundos produziam com interesse o salário. Neste caso, depunha contra o trabalho servil o fato de que “[...] a escravidão bloqueava tanto uma maior divisão técnica do trabalho, quanto à especialização do escravo, porque era próprio de sua condição que se mantivesse res”. (MELLO, 1991, p.75). Em suma, o trabalhador

livre foi mais aproveitado, o que permitiu aos latifundiários, diminuir suas despesas com o trabalho de vigilância dos trabalhadores escravos, como meio de inibir suas fugas. Outro fator que pesava contra o trabalho servil foi que, sendo ligados ao patrimônio dos latifundiários, os escravos eram considerados instrumentos de trabalho e, sendo assim, não eram remunerados. Isto contrariava a dinâmica do capital, que necessitava cada vez mais de consumidores para o seu produto, requisito que já possuíam os trabalhadores livres (que além de produzir, consumiam, transformando a força de seu trabalho em mercadoria e esta, em dinheiro, pré-requisito indispensável para o avanço do capitalismo).

Os proprietários agrícolas, influenciados por essa nova mentalidade empresarial que predominava na sociedade brasileira, passaram a dar preferência à contratação dos trabalhadores livres. Por sua vez, esses imigrantes vieram para o Brasil em número cada vez maior, atraídos pelo progresso e pelas ricas terras situadas no Oeste Paulista. O responsável pela chegada dos imigrantes alemães e tirolezes a Campinas, foi o Visconde de Indaiatuba. Já o Senador Vergueiro foi o responsável pela vinda de colonos belgas e suíços, distribuindo-os por várias regiões da província, principalmente na região de Limeira, em sua Fazenda de Ibicaba.

Em 1840, quando o tráfico internacional de escravos já declinava e surgiam indícios do fim da escravidão no Brasil. O senador e fazendeiro Nicolau Pereira de Campos Vergueiro realizou a primeira experiência com o emprego de mão de obra livre européia. Pouco se sabe, porém, a respeito, a não ser o fato de que a maioria das famílias portuguesas que ele trouxe para sua fazenda de cana de açúcar de Ibicaba (então pertencente a Limeira, São Paulo) abandonou-a dois anos depois, devido a conflitos políticos. Mas o senador não desistiu e, em 1845, obteve do governo um empréstimo de 200 contos, sem juros, para financiar a vinda de 1000 imigrantes europeus. Também fundou, em 1846, a firma Vergueiro e Cia., que encarregaria da importação de mão de obra. Como resultado dessas operações, chegaram, no ano seguinte, 64 famílias alemãs provenientes de Bavária, Prússia e Holstein e também da Suíça, totalizando cerca de 400 famílias. Para o senador Vergueiro, a sua Fazenda Ibicaba, agora dedicada à cafeicultura, deveria ser o modelo de um empreendimento agrícola com a utilização de trabalhadores livres. (WAGNER, 1989. p.30).

No período de 1852 e 1880, constatou-se um fato importante em Campinas: o aumento de sua população em consequência do nascimento de filhos de europeus na cidade.

Pudemos apurar que de 1º de janeiro de 1852 a 31 de dezembro de 1853, dois anos, nasceram 14 crianças de origem germânica, 13 crianças de origem francesa e 1 de origem italiana. De 1º de janeiro de 1861 a 31 de dezembro de 1862, dois anos, nasceram em Campinas 35 crianças de origem germânica, 13 crianças de origem francesa e 1 de origem italiana. De 1º de janeiro de 1870 a 31 de dezembro de 1871, dois anos, nasceram nesse

município 61 crianças de origem germânica, 9 de origem francesa e 7 de origem italiana. De 1º de janeiro de 1879 a 31 de dezembro de 1880, dois anos, nasceram 78 crianças de pais germânicos, 31 de franceses e 56 de italianos, o que já indica a supremacia do número de italianos, que, realmente, ultrapassaram as demais correntes imigratórias.

Destes dados estatísticos resulta a constatação de que tivemos a imigração alemã na década de 1850 a 1860; uma francesa de 60 a 70 e a italiana a partir de 1870. Depois da terceira década de permanência no país a população estrangeira passa a perder o seu característico integral, e já se revela a existência de uma absorção pelo nativo, para o que a gente paulista teve sempre altas qualidades.[...]. (PUPO, 1969, p.150).

E se no início esses imigrantes se mantiveram ligados ao seu grupo de origem, com o tempo foram absorvidos pela população local, uma vez que inúmeros casamentos se deram fora do grupo étnico, principalmente após a transferência desses imigrantes, juntamente com seus familiares do campo para a cidade. Os filhos desses imigrantes já adaptados à realidade nacional e à vida urbana tornaram-se comerciantes, mecânicos e professores. O grande número de imigrantes que se dirigiram para os grandes centros urbanos fez com que o número populacional ampliasse, principalmente de cidade como Campinas que, na década de 1870, apresentava um número populacional de 33.000, sendo que a maior parte destes (14.202), estava localizada na sede do município. “*Havia cerca de 13.000 brancos, 20.000 negros e mulatos, dos quais a metade compunha a população urbana, dedicando-se às obras de edificação, aberturas de ruas, implantação de estradas de ferro e serviços domésticos das famílias abastadas*” (BERGO, 1944, p.659).

Ainda na década de 1870, em Campinas, uma intensa vida cultural despontava. Foram criados colégios particulares, associações artísticas, literárias e musicais, serviço hospitalar como a Santa Casa de Misericórdia, para os pobres, Irmãos Penteados (1876), Beneficência Portuguesa (1879) e Circolo Italiani Uniti, atual Casa de Saúde de Campinas (1884). Enfim, Campinas crescia tanto em extensão como em importância. Já em 1885, a cidade apresentava um número significativo de indústrias e casas comerciais, num total de 579 estabelecimentos. Entre eles “*figuram 17 alfaiates, 2 caldeirarias, 2 chapelarias, 3 fundições, 2 macarronarias, 15 padarias, 5 latoarias, 2 marmorarias, 4 selarias, e 7 oficinas mecânicas*” (AMENDOLA, 1952, p.691).

A população de Campinas a partir de 1888 era de cerca de “*20.000 habitantes na área urbana e 50.000 em todo o município*” (BERGO, 1944, p.659). O aumento populacional de Campinas ocorreu em virtude do grande fluxo imigratório para o

município, em razão de ter as cidades situadas no Oeste paulista se transformado num dos principais pólos de atração em virtude da expansão cafeeira.

Esse rápido crescimento fez com que Campinas se defrontasse com questões de saneamento básico: *“As instalações prediais de água encanada não estavam concluídas, não havia esgoto e os arruamentos esbarravam nos brejos que envolviam a cidade”*. (BADARÓ, 1996, p.30). Esta situação foi o grande responsável pelo surto de febre amarela que assolou Campinas a partir de 1889 perdurando até 1897, *“interrompendo a longa fase de prosperidade que a havia colocado como principal força econômica da província, superando mesmo a capital em diversos parâmetros quantitativos e qualitativos da vida urbana”* (Idem.Ibidem) Em decorrência da epidemia, houve um decréscimo no número populacional, passando de 20.000 habitantes para 5.000, pois os que não morreram, se esconderam no campo, migraram para cidades vizinhas ou para capital, com medo de serem atingidos pela calamidade. A situação somente voltou à normalidade em 1897, em pleno período republicano.

2.1 -As transformações sócio-político-econômicas de Campinas nos primeiros decênios da república (1900 a 1930)

Campinas atravessou os primeiros anos de República tentando se recuperar dos estragos que o surto da febre amarela havia causado e que repercutiram diretamente sobre a economia da cidade, tendo sua receita diminuída em virtude da migração das atividades comerciais e industriais para as cidades vizinhas. Desse modo, somente em 1900, Campinas voltou a apresentar o número aproximado de habitantes que tinha tido anteriormente, ou seja, 19.000 habitantes. Já a economia viu-se prejudicada nos primeiros cinco anos do século XX, recuperando-se nos anos posteriores a essa data.

Em Campinas, a produção de café declinou como se recorda em 1872 a produção para de 1,3 milhões de arrobas, aumentando depois disso. Até 1886 quando atinge 1,5 milhões, caindo para cerca de 1 milhão na média de 1886 a 1898. [...].

O estoque de cafeeiros era de 2,7 milhões em 1897, e entre esse ano e 1905 ostentando uma produção de mais de 3 milhões, atingindo-se o plantel máximo no município de 28,5 milhões. Com isso a produção aumentou novamente, passando um pouco de 1.200 milhões de arrobas em 1905. Começava a partir dessa época a estabilização da cafeicultura local. (SEMEGHINI, 1988, p.61).

Entre o período de 1897 a 1910, o café, como principal produto de exportação brasileira, atravessou fases de oscilações. Isso levou muitos cafeicultores a diversificarem seus investimentos, transferindo seu capital do setor agrícola para o industrial em fase de expansão nos centros urbanos. Colado ao desenvolvimento industrial, surgiram novas casas comerciais e novos locais de investimentos.

A nível urbano, além das citadas incorporações do início da década, aumentou o número de bancos, que eram 6 em 1891 e passam a 10 em 1900, com um deles (Banco dos Lavradores), tendo sede local. Com o surto bancário, que ocorre após a reforma do setor, no início dos anos 90, aumenta o número de agências (dos estabelecimentos de maior porte com sede em São Paulo). Nos municípios do Oeste, e o papel regional que Campinas exercia no âmbito financeiro do café, através principalmente das casas comissárias aqui estabelecidas começou a declinar. Importantes movimentos de diversificação de capital cafeeiro na década de 1890 são as citadas transformações da Cia. Mac Hardy em Sociedade Anônima e a constituição de duas empresas ferroviárias de âmbito local, o núcleo manufatureiro. Em 1900, Campinas tinha 78 estabelecimentos, não ocorrendo no período nenhuma modificação importante em sua estrutura de composição. O segmento de metal/mecânico continuava sendo o mais importante, reforçado pela oficina da Mogiana. (SEMEGHINI, 1988, p.65).

A produção e comercialização do café nos centros urbanos proporcionaram aos cafeicultores condições para que acumulassem capitais, investidos em outros setores da economia, como por exemplo, o industrial. É claro que o setor contou também com a intervenção do capital financeiro vindo de diferentes atividades econômicas, dirigidas primeiramente ao café através das agências bancárias, que emprestavam dinheiro para os cafeicultores desenvolverem suas produções, contratarem a mão de obra livre, importarem novos mecanismos empregados na produção, garantindo uma melhor qualidade do produto e um maior aproveitamento do solo, além da produção de um grande volume de café a ser exportado. Com o tempo, esse capital financeiro investido na produção cafeeira se transferiu para as indústrias e outros setores de atividade. *“Isto ocorreria tanto nos momentos de auge da crise: na fase expansiva, porque a acumulação financeira ficava acima do real e na crise porque, embora no conjunto da atividade cafeeira o excedente caísse a níveis baixos”* (SEMEGHINI, 1988, p.84), ainda assim, permitindo uma boa margem de lucro aos bancos, firmas comerciais de procedência nacional ou estrangeira, especialmente com as exportações.

Outro campo que ofereceu grande margem de lucros para o capital financeiro internacional foram empreendimentos industriais voltados para a melhoria da infra-

estrutura brasileira: estradas de ferro, serviços de melhoramento urbano, instalações portuárias e fornecimento de energia elétrica. Esta última era uma iniciativa do capital inglês, sendo inaugurada em Campinas em 1906, denominada de Companhia Campineira de Iluminação e Força.

Em 1906, a Companhia Campineira de Iluminação a Gaz passou a denominar-se Companhia Campineira de Iluminação e Força. Já não era a mesma antiga empresa de 1875, de pretensões limitadas.

Os atuais diretores andavam em adiantadas negociações com a firma Cavalcante, Byngton e Companhia, proprietário da Represa e Usina de Salto Grande, e que com a unidade de 1.250 kw inaugurava o serviço de eletricidade de Itatiba .

As negociações entabuladas chegaram a bom termo. Em 1908, a Iluminação e Força se transformou na Companhia de Tração, Luz e Força. Mas ainda se escoariam três anos com a iluminação de gaz em Campinas.

Foi precisamente a 14 de janeiro de 1911 que o C.C.T. L.F. assinou contrato com a Prefeitura de Campinas, para a concessão de luz e energia por um prazo de trinta e cinco anos.

A mesma Companhia Campineira de Tração, Luz e Força encampou em 1912, a Companhia Campineira de Carris e Ferro (a do bondinho de burro). (CORREIO POPULAR, 14/07/1974, p.2).

Com a instalação do sistema de energia e luz em Campinas, o setor fabril, as pequenas oficinas de fundições e os estabelecimentos artesanais foram favorecidos. No período de 1907 e 1910, registram-se 78 estabelecimentos em funcionamento no município. Porém, em sua maioria, não passavam de pequenas empresas que funcionavam em galpões ao lado das casas, organizadas dentro de um regime de trabalho doméstico e com poucos funcionários. Daí a razão de não se apresentar um crescimento significativo no número de trabalhadores nessa época.

Entre as poucas fábricas importantes que se instalaram em Campinas, destacou-se a Cervejaria Colúmbia, em 1908. A explicação para isso é que a sociedade não havia esquecido a calamidade da febre amarela que havia atingido a cidade e isso ainda refletia na hora dos capitalistas escolherem, para instalação de suas fábricas, o Rio de Janeiro, São Paulo ou cidades como Americana, onde se instalou a Fábrica de Tecidos Carioba de Rawlinson, Müller e Cia. de iniciativa de imigrantes, ali instalada devido a proximidade do núcleo de americanos.

Entre 1907 e 1913, ocorreu a expansão da agricultura cafeeira e, paralelo a ela, desenvolveram-se indústrias de chapéus e indústrias têxteis algodoeiras. Estas últimas, sem dúvida, alcançaram maior progresso técnico, contando com modernos maquinismos,

facilidades para recrutar mão-de-obra e especialistas estrangeiros que vieram ao Brasil para desenvolvê-las. Dois estados se beneficiaram com isso: São Paulo e Rio de Janeiro

São Paulo beneficiou-se dessas vantagens, e muitos fazendeiros ligados á lavoura do algodão instalavam fábricas, com mecanismos inglês ou norte-americano, e com pessoal especializado pra pô-las em funcionamento. O empreendimento envolvia um grande volumes de capitais, pois todo o processo produtivo era mecanizado e também porque a fábrica reunia em uma só unidade produtiva secções de fiações, tecelagem, estamparia, tinturaria, costura de sacos e oficinas mecânicas. Na grande indústria têxtil, o algodão entrava in natura para produzir o fio, que era então tingido e transformado em tecido. Todas as operações eram feitas por máquinas que iam transformando passo a passo, a matéria prima em produto desejado. (RIBEIRO, 1989, p.6).

A indústria têxtil, além de contar com os benefícios já citados, aproveitou a mudança na forma de energia (de vapor para elétrica) para se modernizar, tornando-se mais competitiva. Nesse processo de mudança, São Paulo e Rio de Janeiro foram os maiores beneficiados, em virtude da grande produção desses Estados e por concentrarem as grandes indústrias do país, vindo em seguida São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e Maranhão. A indústria têxtil algodoeira, entre os anos de 1907 e 1913, foi responsável por atender 67% do mercado consumidor nacional. Durante esse período houve uma intensa entrada de imigrantes, concentrada na região Sudeste e no Oeste Paulista, contribuindo para o aumento da produção e do consumo de tecidos, destinado a atender as necessidades dos trabalhadores rurais.

Outro setor que sofreu um grande impulso durante esse período, foi o de calçados, graças à sua mecanização, com a introdução da máquina de costura e das máquinas de preparar couro para a sola dos calçados. Grande parte das máquinas utilizada pelas indústrias brasileiras vinha dos Estados Unidos e, juntamente com elas, entraram muitos operários, como por exemplo, a Companhia de Calçados Clark Ltda. Com sua entrada no mercado muita das pequenas oficinas acabaram sendo eliminadas.

A partir de 1912, o município de Campinas registrou 83 fábricas, sendo empregados mais de 3.000 operários. Durante esse período, a população da cidade se elevou a 38.000 habitantes e a do município, formada por Cosmópolis, Americana, Santa Bárbara e outras, em 100.000. Isto se deve ao aumento do fluxo imigratório para a região sendo que o contingente de imigrantes que se destina ao urbano é bem maior do que o que se dirige para a região rural, conforme podemos verificar abaixo no recenseamento de 1918, realizado pela Prefeitura de Campinas.

População Urbana, Rural e Geral do Município de Campinas e Distritos:1918			
Distritos	População Urbana	População Rural	População Geral
Campinas	41.004	32.291	73.295
Souzas	749	9.045	9.794
Vila Americana	2.211	4.525	6.736
Cosmópolis	822	4.282	5.164
Valinhos	800	4.684	5.484
Sumaré	422	4.265	4.265
Total	46.068	59.092	105.160

Recenseamento da Prefeitura Municipal de Campinas. Boletim da Directoria da Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, 10 série, nº9. set/1919, {56, 19}.

Durante os anos de 1918 a 1920, houve um grande fluxo de imigrantes em Campinas, em virtude do desenvolvimento agrícola e industrial que atravessava esse município. A maioria das indústrias que se instalou em Campinas nessa época era de propriedade de estrangeiros: italianos, ingleses, suíços, franceses, portugueses e alemães. Esses imigrantes desenvolveram indústrias de tecidos, laticínio, couro e madeira para atender ao mercado interno que havia crescido numa média de 40%, abastecendo o interior paulista e mineiro.

Entre as fábricas que se desenvolveram em Campinas a partir de 1920, encontram-se diversas indústrias para a produção de tecidos, destacando-se a Fábrica de Seda Nossa Senhora Auxiliadora, situada na Ponte Preta, e a Fábrica Sociedade Anônima Indústria de Seda Nacional, todas desenvolvidas com capital brasileiro e voltadas para o consumo interno.

Fábricas importantes também se dedicavam à produção de fios para tecelagem do algodão e de seda. Havia outras ainda, dedicadas aos mais diversos produtos, como a Fábrica de Tecidos Elásticos Godoy e Valbert (1921), a Indústria Nacional de Lápis de A.O. Maia Ltda (1924), a Fábrica de Chapéus Cury, a Indústria Brasileira de Artefatos de Ferro, além de fábricas de fogões, papéis e papelões, cerâmicas, etc. (BADARÓ, 1996, p.35).

Entre os anos de 1920 a 1926, Campinas apresentou um considerável crescimento tanto industrial quanto agrícola, mesmo ocorrendo diminuição de áreas cultivadas em 11%. Os resultados do município, porém, continuaram elevados, aparecendo como o maior produtor do Estado. Em 1926, o café começava a migrar para o Oeste Paulista, correspondendo às cidades de Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Presidente Prudente e

outras. Isto colocou Campinas em terceiro lugar na tabela de classificação entre as cidades que mais produziam esse produto.

A elevação do preço do café não se sustentou por muito tempo; em 1927 encerrou-se a imigração européia subsidiada para São Paulo. Nesse contexto, já durante o período de 1920-34. Campinas chegou a apresentar saldo migratório negativo de mais de 11mil pessoas, muitos dos imigrantes deixaram Campinas em direção às lavouras de café em expansão no interior paulista. (BAENINGER, 1996, p.38).

Campinas viveu, de 1927 a 1930, fase de desaceleração da produção de seu principal produto (café) e, em virtude disso, viu diminuir sua população que migrou para as regiões onde o café estava em evidência. Se, por um lado, essa condição foi um prenúncio de crises para a economia do município, por outro incentivou os agricultores a diversificar sua produção, investindo em outros produtos agrícolas como algodão, cana de açúcar, feijão, arroz, milho, cujo aumento da produção (assim como da fruticultura) tinha por objetivo atender às demandas da crescente população urbana.

O processo de urbanização no Estado já era intenso nesse período. O êxodo rural trouxe à cidade uma mão de obra relativamente qualificada e de baixo custo, especialmente para as indústrias que começa a surgir. Campinas constituía-se no segundo núcleo manufatureiro de São Paulo, perdendo apenas para a Capital.

Esse processo de urbanização e industrialização representou a formação de uma nova ordem social permeando todas as instâncias de sociedade. A mistura de raças, nacionalidades, culturas e ideologias, dispersas no espaço urbano, começou a caracterizar certos grupos sociais. A constituição da classe operária, formada primeiramente pelos trabalhadores estrangeiros, foi expressão desse processo. (BAENINGER, 1996, p.41).

Se no campo a força de trabalho foi constituída por colonos ou camaradas (estrangeiros, paulistas e provenientes de outros estados), proprietários de pequenas propriedades e negros agregados, no meio urbano a classe trabalhadora era formada por que operários, ferroviários, barbeiros, carpinteiros, comerciários, funcionários públicos, profissionais liberais, professores, empregados domésticos e outros.

Muitos imigrantes eram ferroviários, outros tornaram-se proprietários de pequenas fábricas ou negócios e alguns se dedicaram a atividade artesanais em diferentes ofícios. Eles criaram várias associações de auxílios mútuos, como, por exemplo, a Sociedade Portuguesa e Socorros Mútuos, a Sociedade Espanhola de Socorros Mútuos e Instrução, o Círculo Italiani Uniti e a Sociedade Alemã de Instrução e Leitura. (SOUZA, 1998, p. 102 e 103).

As associações criadas pelos imigrantes na cidade de Campinas tinham por finalidade promover auxílio mútuo dos seus membros, independente das classes sociais ostentadas ou da categoria profissional exercida. As associações prestavam aos seus membros ajuda econômica, de saúde e se interessavam também pela instrução dos seus filhos. Promoviam festas tradicionais de seu grupo étnico para manter viva a sua cultura.

No aspecto religioso, a maioria dos imigrantes se identificava com o catolicismo e o praticavam com frequência, assim como a maioria dos moradores da cidade. Somente a partir de 1870, veio a se constituir a primeira igreja protestante na cidade de Campinas.

2.2 - Aspectos religiosos de Campinas durante os Século XIX e XX.

Na história de Campinas, a Igreja Católica esteve presente em toda sua fase de desenvolvimento, iniciada com a sua fundação como Bairro do Distrito de Jundiaí, depois como Freguesia, mais tarde sendo elevada a Vila com o nome de São Carlos e, finalmente, cidade com o nome de Campinas. Isto ocorreu devido à fé de seus moradores e pelo envolvimento que muitos dos sacerdotes tinham com Campinas. Francisco Barreto Leme, por exemplo, considerado o fundador de Campinas, tinha como colaborador eficiente, dedicado e seu braço direito, o Frei Antonio de Pádua.

Frei Antônio de Pádua deixou o seu Convento e se aposentou (como se dizia na época) em casa localizada na paragem de Campinas: fez construir a Igreja provisória que benzeu, instalou a Freguesia que se fundava em 14 de julho de 1774. Em seguida tratou de construir a matriz definitiva com os alicerces que haviam sido demarcados a 23 de setembro de 1772, pelo Vigário de Jundiaí.

Faltando recursos para levantar a Igreja, Frei Antonio pediu esmolas na estrada de Goiás e levantou as taipas e as cobriu de telas, faltando só o acabamento. Sem o sacrifício de franciscano, Campinas não seria fundado em 1774. (CORREIO POPULAR 14/07/1974, p.3).

Vencidos os obstáculos financeiros, em setembro de 1774 foi a paróquia e a pia levantadas, havendo missa cantada com benzimento da matriz provisória. Entre os sacerdotes que assistiram a essa solenidade estavam Frei Antonio de Pádua Teixeira que, tendo servido de guardião do Convento Franciscano em Itu, fora agraciado pelo Bispo Manuel da Ressurreição com o cargo de vigário e criador da nova paróquia, e o padre vigário de Mogi-Mirim, sacerdote Ângelo Ribeiro de Prado Siqueira. Este padre, mais

tarde, renunciou à condição de vigário de Mogi-Mirim e passou a residir por algum tempo em Campinas.

A matriz sede da paróquia foi inaugurada em 25 de julho de 1781, com a translação da imagem da padroeira para esse modesto templo, sendo a missa rezada pelo vigário Frei José de Monte Carmello que assim registrou o evento:

Aos vinte e cinco dias do mês de julho de 1781, com licença ao Exmo e Revmo. Sr. Frei Manoel da Ressurreição, Bispo diocesano, benzi esta nova igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Campinas. E a vinte de seis do mês de julho de 1781, se trasladou a imagem da padroeira da primeira capela para esta Igreja nova, com aquela solenidade que permite esta limitada e pobre Freguezia. Também no mesmo ano celebrei a primeira missa. E para constar, fiz esse assento em que assino.

O Vigário Frei José do Monte Carmello Siqueira. (CORREIO POPULAR, 20/07/1968 n°3, p.2)

A translação da imagem de Nossa Senhora para a Igreja Matriz e a missa rezada na sua inauguração, foram solenemente acompanhadas pelas autoridades civis e eclesiásticas, juntamente com a população, numa demonstração de fé e respeito dos moradores da cidade por esse ato religioso e pela sua padroeira.

Alguns anos mais tarde, a 7 de novembro de 1787, a Igreja Matriz recebeu os restos mortais das pessoas sepultadas na Capela provisória. Na época, era costume enterrar as pessoas mais ilustres da cidade na igreja: esse hábito prevaleceu até 1846. Porém, com o assoalhamento da Igreja, os corpos foram inumados, inclusive do fundador de Campinas, Francisco Barreto Leme e de sua esposa Rosa Maria de Jesus.

Os membros da Igreja Católica não somente se envolviam com os rituais litúrgicos, como também os sacerdotes procuravam estar presente nos eventos sociais e políticos da cidade, assim como muitos dos membros eclesiásticos eram filiados à loja maçônica. Nesse sentido, a Igreja não só cuidava dos registros sociais, como casamento, batizados, atestados de óbitos, mas também registrava os acontecimentos históricos da época, como por exemplo, o projeto da Constituição oferecida por D. Pedro I e assinada em 18 de abril de 1824.

PROJECTO DA CONSTITUIÇÃO

Aos 18 de abril de 1824 nesta villa de São Carlos, na igreja matriz sendo em vereação extraordinária onde foram presentes o clero, tropa, nobreza e povo, foi pelo presidente lido o Decreto Imperial de onze de março do corrente anno e em cumprimento delle se procedeu a solemne juramento da Constituição offerecida por sua Magestade Imperial como lei fundamental deste Império do Brazil, cujo juramento foi pelo presidente

lido e por todos repetido com as formalidades do costume e vai abaixo transcripto e assignado. E para constar mandou o dito presidente lavrar em termo em que assignou com os demais officaes deste senado. Eu José Tristão do Lado de Christo escrivão da Câmara escrevi. (MONOGRAFIA HISTÓRICA DE CAMPINAS, 1952, p.227).

Este episódio histórico teve grande repercussão histórica e foi muito comemorado pela população e autoridades, com direito a queima de fogos, descargas de tiros pelos membros da ordenança militar que prestaram juramento solene acompanhada pela população, de fidelidade ao Império, à Constituição e à religião católica. Esse juramento se realizou com as seguintes afirmações:

Nós os habitantes desta villa de São Carlos juramos aos Santos Evangelhos observar e guardar como lei fundamental do Império a Constituição offerecida por Sua Magestade Imperial e como tal obrigamos manter a custa de nosso sangue a Religião Catholica Apostólica Romana, a Sua Magestade Imperial Senhor Dom Pedro como primeiro Imperador e Perpetuo Defensor do Brazil, a sua augusta Dimnastia, a Assembléa Legislativa, a integridade e Idependência do Império e respeito às autoridades constituídas. Em fé do que assignamos. Luiz Bernardo Pinto, Presidente. Antonio Corrêa Barbosa, vereador. Joaquim José de Moraes, vereador. Vicente Guedes Barreto, vereador. Bento José de Abreu Alves Guimarães, pocurador.(seguem-se de numerosas assignatura). (MONOGRAFIA HISTÓRICA DE CAMPINAS, 1952, p.228).

Em 1870, por ato do Bispado de São Paulo, o velho templo tornou-se sede da Paróquia de Santa Cruz, tendo como padroeira Nossa Senhora do Carmo. A reforma iniciada em 1807, na Igreja do Carmo visava melhorar seu aspecto exterior, com esse intuito foi realizado o levantamento de duas torres e a colocação do velho relógio (o mesmo que havia pertencido à Cadeia demolida no final do século XIX). A Igreja do Carmo, em 1930, foi demolida para se reerguer no mesmo local, ostentando um estilo mais imponente e suntuoso de linhas góticas.

A construção da Matriz Nova (Catedral Metropolitana), ocorreu em razão da Matriz do Carmo haver se tornado pequena e insuficiente para atender aos fiéis em tempo de festividades. A Igreja, de posse de um terreno, pensou em edificar um novo prédio para a Matriz. O primeiro movimento nesse sentido se iniciou em 6 de outubro de 1807, porém, só 1883, foi concluída. As verbas destinadas à construção vieram da população.

[...]. Para o seu levantamento, os sacerdotes convocaram os senhores de engenhos, cabendo a cada um dar para as obras referidas a saber no fim da safra do anno de mil oitocentos e oito, tanta porção de assúcar que pagarem ao dizimo, e aos que não fabricam o assúcar dar dos gêneros: trigo, milho, feijão, arroz e algodão em cada um anno das seguintes

metade do que pagarem ao dízimo, e aos que não fabricam o assúcar dar dos gêneros: trigo, milho, feijão, arroz e algodão em cada um anno dos seguintes metade do que pagarem ao dízimo. E o reverendo vigário offereceu a quantia de cincoenta mil réis no anno seguinte, e metade que são vinte e cinco mil réis em todos os mais annos que se seguirem. Que semelhante contribuição era muito sufficiente para em poucos annos se concluir o referido templo, o qual ficaria cessado inteiramente logo que se concluísse a capella-mor do mesmo edificio, a qual se julgaria concluída nos primeiros dias em que se principiar a celebrar nella os officios divinos; porém, enquanto durassem as obras pelo modo que ficam expostas muito expontanea e livremente em sua infância é o echo e o espelho da matriz popular, o espelho da natureza. (MENDES, 20/07/1968, p.4 e 5)

A vida religiosa em Campinas sempre foi intensa, devido principalmente o monopólio da Igreja Católica e a ardorosa fé da população campineira. Esse fato podia ser comprovado através do surgimento de inúmeras congregações marianas e de entidades fundadas pela igreja ou sob sua orientação, com tendência educativa, beneficente ou piedosa. Entre as principais ordens religiosas que atuavam em Campinas se encontravam a ordem dos Salesianos, Missionários do Sagrado Coração de Jesus, Missionários do Sagrado Coração de Maria, Estigmatinos, Agostinhos e Salvatorianos. Havia também as irmandades femininas, como as religiosas do Calvário, as dominicanas, as irmãs de São José, as carmelitas, etc. Já com respeito às instituições educacionais sob orientação da Igreja Católica, haviam várias instituições:

O Colégio Progresso, da veneranda Sra. Dona Emília Meira, ao qual deu ela todo o vigor de sua alma pura e todo o calor de seu coração fervoroso, e o colégio Sacré Coeur, por onde passaram, tanto aquêlo como por êste, as filhas da mais fina flor da família campineira.

O Ginásio Santa Maria, o Liceu Nossa Senhora Auxiliadora, a Academia de Comércio São Luis e as Faculdades Econômicas e de Filosofia, Ciências e Letras, que dão a nota marcante da aprimorada formação espiritual e cultural da cidade a sua juventude.

Um sem número de outras organizações piedosas que contam aos milhares seus membros, quer do sexo masculino, quer do sexo feminino, mantendo e afervorando o espírito da piedade cristã no seu povo. (SOBRINHO, 1952, p.361 e 362).

O monopólio que a Igreja Católica sobre a cidade, historicamente vinha desde a fundação de Campinas, (1790), prevalecendo em boa parte do Império, mais precisamente até 1870. Após esta data, com o início do movimento republicano e o crescimento das forças liberais, iniciou-se uma luta pouco favorável à Igreja Católica, mas que só daria frutos com a implantação da República em 1889 quando esta deixou de ser religião oficial do Estado.

Este período foi ainda marcado pela entrada de uma nova força, o protestantismo; introduzido pelos imigrantes ingleses e alemães e norte-americanos. O protestantismo tomou corpo com a chegada de missionários enviados por Juntas (Boards) especializadas neste trabalho. Todavia, vale dizer, essas missões só desenvolverão uma obra mais ampla no século seguinte. (AZEVEDO, 1980, p.87).

A implantação do protestantismo em Campinas foi resultado dos esforços das igrejas norte-americanas que criavam missões religiosas e enviavam seus missionários, para que esses divulgassem o evangelho protestante entre a população. As primeiras visitas desses missionários na cidade ocorreram, pela primeira vez, em 1839, quando o reverendo Kidder (colporter), trabalhando como agente da Sociedade Bíblica Americana esteve em Campinas divulgando a bíblia. Em 1855, foi a vez de reverendo Fletcher visitar a região. Entre o final de 1860 e começo de 1861, Ashbell Simonton, considerado o pioneiro da obra presbiteriana no Brasil, “[...] fez uma longa viagem de reconhecimento na Província de São Paulo, passando pela capital e pelas cidades de Sorocaba, Itapetininga, Itu e Campinas. Fez várias pregações, visitou ingleses e alemães, hospedou-se com liberais, conversou com sacerdotes e estabeleceu depósitos de Bíblias” (MATOS, 2004, p.25). Constam também visitas desse mesmo missionário à região de Brotas (SP), Americana (SP) e Vila de Santa Bárbara (SP), então área de concentração da comunidade americana. Em 1862, o reverendo Schneider, pregou para grupos de imigrantes alemães e suíços tanto em Campinas, quanto em Rio Claro e Limeira.

Estas visitas constantes dos missionários protestantes ligados às sociedades bíblicas à região tinham por intenção atender às necessidades espirituais dos imigrantes e também contribuir para a abertura do caminho do evangelho, sem, no entanto, significar a implantação do protestantismo, que apenas ocorreria a partir de 1869, com a vinda dos primeiros missionários do Comitê de Nashville, Edward Lane e George N. Morton.

Alguns ministros protestantes, que serviam de pastores aos emigrados, vieram para aqui, a fim de dar os socorros da religião aos acatólicos. Encontra-se, na localização dos emigrados norte-americanos, no Município de Campinas, o elemento de sugestão que determinou a escolha da cidade para a sede da Missão da igreja Presbiteriana do Sul dos Estados Unidos. (FERREIRA, 1952, p.384)

Campinas foi, portanto, o local escolhido por Morton e Lane para instalar a sede do protestantismo, por dispor de uma infra-estrutura econômica interessante e por se encontrar próxima ao núcleo de colonização norte-americana. Depois da aprovação, pela Assembléia Geral Presbiteriana, de seu plano, Morton e Lane se estabeleceram em Campinas, onde

fundariam o “Colégio Internacional” e, em seguida, organizaram a Igreja Presbiteriana, em 1870, da qual foram os primeiros pastores. Em 1903, a Igreja Presbiteriana atravessou um período de turbulência o que acarretou o seu desmembramento em várias igrejas.

Com a crise de 1903 os elementos da Igreja Presbiteriana (reduzido a 7 elementos) passaram a reunir-se no prédio do antigo Colégio Internacional e depois em sedes alugadas, até que construíram, em 1925, no pastorado do reverendo Miguel Rizzo Júnior, o templo à Rua Bernardino de Campos, esquina com o Largo do Mercado.

Também edificaram um pavilhão de educação religiosa, entre a mesma Rua Bernardino de Campos e a General Osório, onde funciona a “Escola Erasmo Braga”. É um belo edifício, com esplendidas instalações educativas, e que, iniciado quando pastor o reverendo José Borges dos Santos Júnior, só agora, no pastorado do reverendo Américo J. Ribeiro, chega à sua fase final. (FERREIRA, 1952, p. 384 e 385).

Depois do cisma que atingiu a Igreja Presbiteriana Nacional em 1903, esta se dividiu, formando uma nova Igreja, em 09 de agosto daquele ano, denominada Presbiteriana Independente de Campinas, vindo a se estabelecer na Rua Lusitana, nº 808, dirigida pelo reverendo Bento Ferraz e auxiliada pelos presbíteros Sebastião Pinheiro e Francisco Costa. Em setembro de 1903, foram eleitos para fazerem parte do ministério dessa Igreja “os presbíteros Dr. Adolfo Hempel e o Dr. Carlos W. Stevenson. Mais tarde, foi presbítero da referida igreja o Dr. J. Wilson Coelho de Souza. Todos eles homens de projeção na vida social da cidade” (FERREIRA, 1952, p.386).

Em 1907, começaram as atividades do Seminário Presbiteriano do Sul em Campinas, no antigo prédio do Colégio Internacional. A sua presença fez com que Campinas se transformasse num centro de referência do protestantismo brasileiro, atraindo não somente os ministros ligados ao presbiterianismo que aqui vinham realizar o curso de teologia, mas também estudantes de outras denominações.

Entre o final do Império e início da República, ocorreu uma grande expansão protestante nos principais centros brasileiros, como Rio de Janeiro, São Paulo e Sul de Minas Gerais; posteriormente, Paraná, Santa Catarina, Bahia e Sergipe.

Em Campinas, presbiterianos, luteranos e batistas abriam suas igrejas em 1907. Nos primeiros anos de funcionamento, a Igreja Batista de Campinas foi dirigida pelo pastor americano William Buck Bagby, que anteriormente havia dirigido a pequena Igreja Batista de Santa Bárbara (1871). Nesse período ela se voltou apenas para o atendimento espiritual dos colonos. O crescimento populacional de Campinas e a importância que essa cidade passou a ter economicamente, atraíram a atenção dos dirigentes da Igreja Batista que aqui instalaram sua Igreja, funcionando primeiramente na rua José Paulino, nº 81, num prédio

alugado. Somente em 1920 é que essa igreja passou a ter prédio próprio. O seu ritual eclesiástico despertou atenção de pessoas influentes da sociedade local, levando-os a se converterem, enquanto alguns se tornaram pastores, como ocorreu com José Grelor (1916-1917), Sebastião de Souza (1919-1922), Antonio Gabriel Mota e outros.

Durante um bom tempo, presbiterianos, luteranos e batistas se mantiveram como principais congregações protestantes na cidade. Mas após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), uma quarta igreja abriu suas portas: a metodista. Esta Igreja foi organizada em Campinas pelo reverendo José da Costa Reis. Mesmo antes da fundação da Igreja Metodista em Campinas, os seus missionários já visitavam os crentes da cidade, divulgando seu trabalho. Primeiramente os metodistas se estabeleceram em cidades como Piracicaba, Santa Bárbara do Oeste, Americana e Ribeirão Preto.

Havia oito anos, que os elementos metodistas residentes nesta cidade recebiam visitas de ministros vindo de outras cidades. Foram 15 os membros fundadores e procederam de outras igrejas metodistas do país. As reuniões à Rua Francisco Teodoro, 36, na Vila Industrial, bairro já bem populoso na ocasião. A casa era alugada. Depois transferiram o trabalho para a rua Visconde do Rio Branco, em frente à Escola Alemã, depois para as ruas Tomás Alves, Regente Feijó e outras, sempre em prédios alugados, até que, em 1922, se estabeleceu definitivamente à rua Ferreira Penteado, esquina da José Paulino. O belo templo que ali se ergue foi construído em parte com o auxílio de irmãos da América do Norte. A igreja conta hoje com 300 membros. (FERREIRA, 1952, p.387)

A Igreja Metodista, tão logo edificada em Campinas conseguiu atrair um número significativo de adeptos entre os moradores da cidade, despertados pelo seu culto, principalmente quando os trabalhos evangélicos passaram a ser realizados na língua nacional.

Entretanto, os fiéis protestantes em Campinas, assim como no resto do Brasil, jamais conseguiram atingir um número expressivo que pudesse ameaçar a hegemonia da Igreja Católica. Com isso, constatamos que os adeptos do catolicismo, apesar das críticas feitas à posição da Igreja com relação aos seus representantes e à postura que o clero assumia enquanto condutor moral de toda a sociedade, não tinha a intenção em mudar de religião.

O catolicismo havia perdido sua posição de condutor moral de toda a sociedade; desafiaram-no políticos, intelectuais e governos. E ele teve poucas forças para lutar: dependia financeiramente dos Estados, tinha tido um comportamento anti-nacional no período colonial, contava com uma hierarquia subserviente e um clero (geralmente mais combativo) diminuto, continuava em muitas situações completamente afastada do seu povo (que poderia dar força indispensável). (AZEVEDO, 1980, p.172).

A crise pela qual passou a Igreja Católica teve seu início ainda no Período Imperial (1870) quando ocorreu o crescimento das forças liberais, tendo seu desfecho final com a Constituição da República (1891). Foi neste período que houve a penetração de uma nova força religiosa, o protestantismo e a implantação das missões religiosas estrangeiras, representantes do liberalismo e da modernidade. A conseqüência imediata dessa presença foi o abalo da hegemonia estabelecida pela Igreja Católica no campo político, religioso e cultural, em razão da concorrência. Isto levou a Igreja Católica a assumir uma posição radical com relação a tudo aquilo que ameaçava o seu poder. Entre esses perigos, estavam relacionados num mesmo nível, o galicanismo, o jansenismo, o liberalismo, o protestantismo, a maçonaria, o positivismo, o deísmo, o racionalismo, o socialismo e certas medidas liberais propostas pelo estado civil, tais como a liberdade de religião, a separação entre a Igreja e Estado, a democracia política, a educação para todos e liberdade de consciência. Todos esses valores foram discutidos pelos representantes da sociedade brasileira de maneira apaixonada. Enquanto parte da elite progressista apoiava as inovações e modernidades que o liberalismo anunciava, representantes do grupo tradicional ligado à Igreja Católica se opunha radicalmente a suas propostas e também à presença de protestantes no Brasil.

O protestantismo no Brasil foi encarado como intruso durante todo o século XIX, tanto pelos missionários que lutaram para superar as difíceis barreiras, mas, principalmente pelos representantes da igreja Romana. A vigilância mais ativa esteve a cargo dos ultramontanos, que não só procurou impedir o trabalho de catequese realizado pelos protestantes, como também denunciou a posição liberal dos jansenistas. (BARBOSA, 2002, p.26).

A mensagem religiosa anunciada pelos missionários protestantes e pelo clero jansenista no Brasil, através de pregação missionária ligada estreitamente ao liberalismo, foi alvo de críticas por parte dos radicais ultramontanistas, principalmente do padre Luis Gonçalves dos Santos, um dos mais combativos, também conhecido pelo apelido de “Padre Perereca”. Esse religioso havia desenvolvido acirrada polêmica contra o jansenista padre Feijó sobre o projeto legislativo, por esse se mostrar favorável ao casamento dos padres brasileiros. Além do padre Feijó, também se transformaram em alvo dos ataques do padre Luiz G. dos Santos dois missionários metodistas Daniel P. Kidder e Justin Spaulding.

Como é possível que na cõrte do Império da Terra de Santa Cruz, à face do Imperador e todas as autoridades Ecclesiásticas e Seculares se apresentem homens leigos, casados, com filhos, denominados missionários do Rio de Janeiro? Incrível, mas desgraçadamente certíssimo! Estes intitulados missionários estão perto de dous annos entre nós, procurando perverter os catholicos, abalando a sua fé, com pregações públicas em suas casas, com Escolas Semanárias e Dominicais, espalhando Bíblias truncadas e sem notas, enfim, convidando a uns e outros para o Protestantismo; e muito especialmente, para abraçar a seita dos Methodistas de todos os protestantes, os mais modernos, mais turbulentos, os mais relaxados, fanáticos, hypócritas e ignorantes (SANTOS, 1838, p. XXIV).

A presença dos missionários protestantes, com o tempo, foi se tornando visível aos olhos da população, com suas Igrejas, escolas dominicais, bíblias e pregação do evangelho. Isso despertou a atenção do clero católico brasileiro que passou a ver nos protestantes um adversário que devia ser combatido antes que esse ganhasse ampliasse mais o seu campo de atuação. Acirrado debate foi travado entre clero católico e missionário protestantes pela imprensa, durante os atos litúrgicos, o clero conclamava o povo a desprezar os protestantes quando esses batessem em suas portas. Essa medida, por um tempo, surtiu resultado, porém, conforme foi aumentando a entrada de imigrantes no Brasil, intensificou também o trabalho dos missionários protestantes (especialmente dos presbiterianos) em solo brasileiro. Portanto,

A implantação da obra presbiteriana no Brasil resultou dos esforços de igreja norte-americanas, que ao longo de muitas décadas fizeram enorme investimento pessoal e recursos em muitos pontos do território brasileiro. A Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos da América (PCUSA), a Igreja do Norte, cuja Assembléia Geral foi organizada em 1789, criou a sua Junta de Missões Estrangeiras, sediada em Nova York, em 1837. Dentro de poucos anos essa junta enviou missionários para a Índia, Tailândia, China, Colômbia, Japão e o Brasil. (SOUZA, 2004, p.13).

Para que o missionário protestante criasse espaço num país em que a maioria da população era católica não foi uma tarefa fácil, pois o catolicismo estava enraizado na cultura brasileira por mais de trezentos anos (1549 a 1889), enfraquecendo somente com a implantação do padroado, quando a Igreja Católica se vê controlada pelo governo e se torna incapaz de manter as funções básicas, tais como: a formação e sustentação de um corpo de clérigos competente que desenvolva uma catequ Coastização eficaz entre seus fiéis que lhe garanta a pureza doutrinária do país. A falta de ação nesse sentido oferece espaço para que os missionários protestantes atuem, expandindo suas igrejas e criando escolas dominicais com o intuito de atrair católicos para que seja convertido à fé protestante.

Para combater a interferência das idéias liberais no seio da própria Igreja Católica e a intervenção dos protestantes, se lançaria um amplo movimento conservador denominado de ultramontanismo, assunto abordado no próximo capítulo.

Capítulo III - A implantação do protestantismo missionário no Brasil

A implantação do presbiterianismo dentro do país somente veio ocorrer no século XIX. Várias tentativas foram realizadas antes desse período, protagonizadas pelos calvinistas franceses, conhecidos como “huguenotes”, no Rio de Janeiro, no século XVI e a dos holandeses, no Nordeste, no século XVII.

O protestantismo no Brasil foi motivo de várias resistências pelos elementos da sociedade e da igreja, principalmente por trazer idéias, valores e sistemas diferentes daqueles cultivados pelo povo brasileiro. De modo que,

A preocupação portuguesa com a presença de credos protestantes no Brasil tinha a sua razão de ser, pois as idéias, valores e sistemas a serem transmitidos estariam ligados a situações históricas, governo e leis. A presença protestante no Brasil foi tida como invasora e prejudicial, porque estava mesclada com interesses comerciais e políticos. (HACK, 2000, p.13).

Historicamente, a presença protestante no Brasil ocorreu primeiramente com o desembarque dos franceses no Rio de Janeiro primeiramente em 1555, comandada pelo vice-almirante Nicolas Durand de Villegaignon, que aqui buscava alimentos e riquezas naturais. Desde 1504 os franceses comerciavam clandestinamente com os indígenas do Brasil, uma vez que a França não reconhecia o direito absoluto de Portugal e da Espanha sobre o Novo Mundo. Tentativa de estabelecer colônia mesmo somente aconteceu em 1555, quando Villegaignon obteve apoio do seu governo para estabelecer colônia. Contando

Com o apoio e o auxílio de Enrique II da França, arrigementou colonos entre os huguenotes, na época em litígio com o Estado, nesse anos, chegaram dois navios e em 1557, mais de três navios, com cerca de 300 colonos. Composta em sua maioria por huguenotes franceses mas contando também presença de calvinistas de Genebra (12 pastores comissionados por Calvino) e de católicos (André Thevet), a colônia não se uniu unicamente em torno de Villegaignon para suas conquistas. O vice-almirante católico não se sabe por que, alterou seus princípios de não intervenção em questões religiosas. Estabeleceu um conflito que redundou na condenação à morte de três calvinistas que tinham assinado uma Confissão de Fé (Confesso Fluminense), redigida por Jean du Bordel como resposta a um questionário prévio preparado pelo vice-almirante (CAMARGO, 1955.p.72-77).

Esta mudança de posição de Villegaignon, voltando a professar a fé católica não se sabe bem o motivo, mas deduz que foi devido às pressões da Igreja Romana. Com respeito a esse assunto o historiador Rocha Pombo faz a seguinte observação:

O que se infere, em suma, dos documentos, e da própria conduta de Villegaignon na América, é que o homem nunca deixou de ser católico; e que em França se disfarçou o quanto pode, só para criar um grande motivo que tornasse popular e patriótico o

empreendimento planejado, que na ilha de Coligny continuou por algum tempo a comédia; e que, assim que sentiu como Henrique II tomava interesse pela obra, e que já não era mais preciso parecer protestante, entendeu que não havia mais necessidade de contrafazer-se (ROCHA POMBO, 1963, p.92).

Em 1559, Villegaignon voltou a França. A criação da França Antártica deixou de ser um projeto em 1567, com a derrota total dos invasores. Uma outra tentativa de implantação do presbiterianismo mais profícua foi a dos holandeses de 1630 a 1654. Esses calvinistas liderados por Mauricio de Nassau, devido à perseguição religiosa movida pelos católicos em seu país de origem, se refugiaram em Pernambuco, chegando ali a elaborar um catecismo trilingüe para evangelização no país, mas seguintes línguas: tupi, holandês e português.

A rápida expansão do trabalho missionário holandês com a implantação de igrejas e catequeses dos índios despertou o interesse e admiração, mas também, Por outro lado, a preocupação dos jesuítas, propagadores do movimento de contra-reforma. *“Os jesuítas viam a expansão apreensivos e reconheciam a influência protestante na Província. O padre André de Barros refere-se ao trabalho dizendo: estavam os índios tão calvinistas e luteranos como se nascessem na Inglaterra ou Alemanha”* (RODRIGUES, JORNAL “O COMÉRCIO”, 1904).

A expansão protestante no Brasil ocorrida nesse período fez com que o governo português juntamente com a Igreja Católica rejeitasse os holandeses e os combatesses com receio de perderem suas terras, a derrota definitiva deu-se em 1654, quando se retiraram do Brasil estabelecendo nas Índias Ocidentais onde empregaram suas experiências e técnica de navegação deram-lhe a liderança na competição pelos mercados mundiais.

Passaria-se mais de duzentos anos para que as presenças dos missionários protestantes fossem novamente notadas. Durante esse período, a Igreja Católica Romana manteria o total controle sobre as questões de orientação de fé religiosa no país.

3.1- Fatores históricos e religiosos que contribuíram para a presença do protestantismo no Brasil.

O rompimento entre Estado e Igreja, ocorrido no contexto do direito e padroado da Coroa portuguesa, assumiu um aspecto mais vigoroso durante o reinado de D. José I (1750-

1777), quando o Marquês de Pombal tornou-se o primeiro-ministro e estabeleceu em Portugal a política dos “monarcas esclarecidos”.

Pombal tinha como pretensão promover a modernização de Portugal sem mexer com a estrutura das instituições políticas. “*Estas continuaram adstritas ao absolutismo monárquico. Preservou-se a Inquisição, para enquadrar oponentes às reformas e continuou sendo admitido o emprego da tortura*” (PAIM, 1998, p.16). A idéia pombalina de levar Portugal a caminho do progresso e do desenvolvimento econômico e científico, semelhante ao vivido pela Inglaterra, esbarrava no conservadorismo da sociedade portuguesa, contrária a qualquer plano de renovação. Embora

[...] Pombal fosse adepto das teorias mercantilistas então em voga, segundo as quais a riqueza das nações provinha do comércio internacional, razão pela qual este deveria estar diretamente subordinado ao Estado ou por este supervisionado muito de perto. As teorias mercantilistas foram mais tarde refutadas por Adam Smith (1723-1790), para quem aquela riqueza seria uma decorrência do trabalho e da divisão internacional do trabalho, isto é, incumbindo a cada um produzir aquilo que estivesse em melhores condições de fazê-lo. Esta doutrina conhecida como liberalismo econômico, somente seria difundida no Brasil no século XIX. (PAIM, 1998, p.17).

O liberalismo econômico, tal que pregava Adam Smith em seu livro “*A Riqueza das Nações*“, pretendia a liberdade pessoal, de expressão e de opinião, proclamava a igualdade de direitos, mas não a dos bens ou da instrução. A doutrina que se fundamentava nas noções de contrato de trabalho e no direito natural proposto no denominado “*século das luzes*”, triunfou com a revolução francesa de 1789. Este tipo de liberalismo pretendido por Pombal, apesar de alguns autores proclamarem que foi difundido no Brasil no século XIX, demoraria um pouco mais para ser introduzido tanto em Portugal como aqui. Embora fosse a aplicação do liberalismo brasileiro formalmente a partir de 1889, quando se adotou um sistema político-jurídico adequado à nossa realidade, esse se mostrou inviável, pois constituía um aglomerado de regiões produtivas, geralmente agrícolas e exportadoras e, portanto, dependente essencialmente do mercado internacional para a determinação de sua respectiva importância no âmbito geral da economia brasileira. Além disso, inexistia no Brasil um mercado interno suficientemente forte e dinâmico para unir as várias unidades regionais em torno dos interesses econômicos. A adesão de Pombal ao mercantilismo somente favoreceu o Estado monárquico português que, além de centralizar toda riqueza e lucro, também pretendia assumir a função de empreender o desenvolvimento e o progresso

da nação, burocratizando o setor econômico. Para o comerciante brasileiro, isso significava um péssimo negócio, pois os privava de lucros, sobrecarregando-os de tributos.

O Marques de Pombal assimilou o iluminismo de aspiração reformista quando foi embaixador na Áustria, sendo “[...] seu principal mentor o padre oratoriano Luiz Antônio Verney, um estrangeirado que vivia em Roma, cujas idéias foram reunidas em 1746 no livro *O Verdadeiro Método de Estudar para ser Útil à República e à Igreja: uma coleção de 16 “cartas” que se tornou a bíblia do pombalismo*” (CHAGAS, 1980, p.7). Através de sua utilização, se pretendia quebrar o monopólio ideológico que os jesuítas da Companhia de Jesus exerciam sobre Portugal, mais especificamente sobre a educação, começando pela reforma da Universidade de Coimbra.

As reformas pombalinas constituíram uma violenta e sistemática reação antijesuítica. Após viver séculos sob a tutela ideológica da Companhia de Jesus, Portugal descobriu subitamente haver-se distanciado das novas idéias que empolgavam a Europa e, buscando a recuperação, fez dos jesuítas os responsáveis por todos os seus males passados e presentes. Motivos sem dúvida existiam para tanto. Ainda em 1746, no Colégio das Artes da Universidade de Coimbra, um edital baixado pelo reitor proibia opiniões novas pouco recebidas ou inúteis para o estudo das ciências maiores, como...as de Renato Descartes, Gassendo, Newton e outros, assim as que defendam os átomos de Epicuro ou neguem as realidades dos acidentes Eucarísticos e as que cheguem a conclusões contra o sistema de Aristóteles. (CARVALHO, 1952, p.24 e 25).

Ao se valorizar o estudo das ciências, como a matemática e a física, bem como das ciências aplicadas a hidráulica, arquitetura civil e militar, se pretendia transformar a mentalidade da sociedade. Outras reformas foram realizadas por Pombal na área da educação, como a criação da primeira escola de comércio do mundo.

A modernização iniciada por Pombal não atingiu as instituições políticas; esfera na qual continuou prevalecendo o regime absolutista monárquico. Quanto à instituição religiosa, embora Pombal afastasse a Companhia de Jesus, expulsando-a de Portugal e das suas colônias, recebeu auxílio de outras instituições ligadas ao catolicismo, o que descartava a possibilidade de contar com o auxílio de outros grupos religiosos como os jansenistas e os galicanos que faziam parte do clero francês que aderiu à ideologia liberal e jurava fidelidade ao Estado, afastando-se das diretrizes pontifícias, embora mantivesse obediência à Sé Romana. Já o jansenismo negava a supremacia papal mesmo nos negócios da Igreja. Esse movimento teológico se juntou ao liberalismo (em consequência da

Revolução Francesa de 1789), que no contexto de Portugal significava um anticlericalismo radical, ou seja, confiscar os bens que a Igreja havia adquirido.

O jansenismo foi um movimento que ficou conhecido por ser uma tentativa de reforma dentro da Igreja Católica, no século XVII, tomando por base os preceitos religiosos de Fleming Cornelius Otto Jansen (1563-1638), Bispo de Ypres. Depois de sua morte, esse movimento foi liderado por seus discípulos.

Jansen, ao lançar a idéia de reformar a Igreja Católica, sugeriu mudanças na orientação de sua teologia. De certo modo, ele reagia contra o protestantismo, se bem que muitos dos seus ensinamentos religiosos se assemelhavam aos de João Calvino, especialmente nas questões que lidavam com a predestinação. Jansen, como Calvino, acreditava que o homem, para salvar sua alma, tinha que mudar suas ações, levando uma vida mais correta, estreitando sua relação com Deus através de leituras diárias da bíblia e mantendo-se fiel aos ensinamentos da doutrina da Igreja Católica.

Jansen se opunha vigorosamente aos jesuítas da Companhia de Jesus. Suas idéias religiosas tinham sido assimiladas quando da sua passagem pela Universidade Flamenga de Louvaina (1602), onde calorosos conflitos ocorreram entre os escolásticos, dirigidos pelos jesuítas, e os augustianos, dirigidos por Michael Baius.

O jansenismo era a favor da leitura popular da bíblia e da Igreja Nacional, posição que o levou a sofrer várias derrotas, especialmente na França, onde foi perseguido por Luís XIV, sob incitação dos jesuítas. O rei obteve uma bula papal contra essa escola teológica. *“A Bula Unigenitus dei Filius (1713), do Papa Clemente XI (1702-1721), anatematizou 101 proposições jansenistas e, entre outras coisas, desferiu um golpe mortal na leitura popular da Bíblia”* (HASTING, vol.13, 1928 p.476-481).

Em Portugal, a teologia de Jansen surgiu durante o século XVII. Entretanto, *“não se mostrou abertamente até os dias do Marquês de Pombal. O Primeiro Ministro Pombal, na sua luta para estabelecer o controle do Estado sobre a Igreja, utilizou os jansenistas portugueses”* (THORNTON, 1948, p. 21 e 22). Apesar do desejo de reformar a Igreja e combater os jesuítas, os fiéis não aceitavam a idéia da separação de Roma.

[...]. Para eles era suficiente controlar a Igreja Nacional, defendendo o direito do rei de conceder o placet (isto é, o direito de aceitar ou rejeitar todas as bulas e encíclicas), protegendo-se, assim, contra outras bulas semelhantes a Unigenitus que pudessem vir a ser lançadas, de modo fulminante, diretamente contra eles. Ainda assim, eram bastante

tolerantes para com o protestantismo, a ponto de permitirem que um ministro protestante se sentasse com eles, como membro da Real Mesa Censória, que era a versão pombalina da antiga Mesa de Censura Inquisitória. (MOREIRA, 1958, p. 54 e 55).

A teologia jansenista foi trazida para o Brasil por padres, bispos e arcebispos educados em Coimbra. A Universidade de Coimbra foi um importante centro de educação superior para os brasileiros, tanto para os leigos como para os clérigos. Mediante a reorganização de Coimbra em 1772, pelo Marques de Pombal, se iniciava a influência pombalina sob o clero, uma doutrinação sistemática dos estudantes clericais, com idéias liberais. Alguns padres ligados ao esquema pombalino estabelecido em Portugal e nas suas colônias, tornaram-se cúmplices desse sistema católico liberal e inimigo do Papado.

A influência das novas doutrinas atingiu diretamente o Brasil, uma vez que os bispos eram escolhidos dentre os que tinham estudado em Coimbra. Em 1800, um desses bispos, Dom José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho, fundou o Seminário de Olinda, que era o terceiro seminário no Brasil e servia todo o Norte e Nordeste do país. Dom Azeredo Coutinho tinha estudado em Coimbra e era, de fato, parente de Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, que era associado a Pombal e reitor de Coimbra durante a sua reorganização. (BRUNEAU, 1974, p.47).

Assim, desde 1772, em Coimbra, e de 1780 a 1800, no Brasil, a Igreja Católica foi cada vez mais permeada por doutrinas liberais contrárias nocivas ao catolicismo ortodoxo, de natureza jansenista. Esse movimento liberal presente no interior da Igreja Católica no Brasil, enfraqueceu o seu poder político, dando autonomia aos padres para atuarem de acordo com sua consciência política sem prestar obediência a Roma,

No começo do século XIX a influência da Igreja no Brasil, era insignificante. Suas bases não tinham sido realmente estabelecidas; desde o tempo de Pombal o seu poder político era nulo e os padres eram formados em doutrinas que os levavam a se opor a qualquer tentativa de aumentar o poder político. Isso não significava, porém, que os padres eram politicamente inativos. Por terem recebido uma educação melhor do que a maioria da população, e como essa educação incluía inúmeros elementos de liberalismo, muitos padres eram revolucionários, lutavam a favor da independência, mas agiam individualmente, e quase nunca em favor dos interesses institucionais da Igreja. (BRUNEAU, 1974, p.48).

Muitos padres e bispos acabaram por se envolver nos vários movimentos de oposição política contra o governo português, se tornando membros da maçonaria, que era um foco de oposição a Portugal, ou participando de revoltas que visavam à implantação do republicanismo, como a abortada Revolução Pernambucana de 1817. Depois que a Independência do Brasil, em 1822, foi declarada pelo Imperador Pedro I, a Assembléia

Constituinte funcionou sob a presidência do Bispo do Rio de Janeiro, fazendo parte dessa constituinte 15 clérigos, demonstrando com isso o envolvimento de religiosos nos assuntos políticos.

A fraca influência da Igreja no Brasil e a autonomia da Igreja-no-Brasil com respeito a Roma contribuíram para que as idéias doutrinárias como galicanismo e jansenismo se sobressaíssem, em estreita ligação com o Estado através do sistema do padroado.

A adoção de um doutrina mais liberal por parte da Igreja Católica no Brasil tinha por intenção fortalecer o Estado Monárquico de Pedro II. Além desse fator, a doutrina liberal praticada pelos jansenistas e galicanistas podia abrir possibilidades para uma relação mais amistosa com os grupos religiosos protestantes que começavam a marcar presença no cenário religioso brasileiro. *“O jansenismo, tinha três importantes aspectos que influenciaram o catolicismo brasileiro e prepararam-no para receber amigavelmente os missionários protestantes: pregava austera piedade, amor à Bíblia e independência de Roma.[...]”* (LEONARD, 1949, p. 38 a 40).

Uma piedade austera era a que praticava a Congregação dos Padres Patrocínios de Itu, Província de São Paulo. Esses sacerdotes, agrupados em torno do Padre Jesuíno de Monte Carmelo, cujo nome era Jesuíno Francisco de Paulo Gusmão, viviam um clima de rigorismo espiritual, numa época em que se experimentava um certo afrouxamento religioso. *“Esse grupo exerceu grande influência sobre o clero de seu tempo, sabe-se que Feijó a ele pertenceu de 1818 a 1821, e que Antônio Joaquim de Melo tornou-se bispo de São Paulo, o que considerou, aliás, uma infelicidade”* (LÉONARD, 1951, p. 128).

Os jansenistas não apenas influenciaram os sacerdotes no aspecto da pregação da piedade austera, com base no catecismo de Lião e Montpellier, mas ainda no amor às Escrituras, como base primordial da fé e da vida religiosa. O jansenismo

Em vez de ser uma influência desmoralizante, tendia a ser, no Brasil, tão reformista e revivificador como tinha sido na França e em Portugal. O movimento de Itu, foi um exemplo desse revivescimento jansenista. Além disso, o chamado Catecismo de Montpellier, de autoria de Charles Joachim Cólbert, largamente adotado no Brasil, tinha predisposto o clero brasileiro, e a população literata, ao conceito da leitura diária da Bíblia, assim como a outras idéias neo-protestantes. O metodista Daniel P. Kidder (1838-1840), notando como era largamente usado no país, sugeriu que o mesmo fosse adotado, juntamente, com a Bíblia, como texto da leitura nas escolas públicas de São Paulo. (Idem e Ibidem).

O catecismo de Montpellier, havia sido condenado pelo decreto papal de 1772, pela sua insuficiência e ineficiência teológica, mas mesmo assim continuou sendo usado pelo clero brasileiro.

Na viagem que o reverendo americano Kidder fez à Província de São Paulo, visitou a Assembléia Provincial solicitando aos parlamentares uma autorização para entregar, nas escolas públicas, exemplares do catecismo de Montpellier; porém seu pedido foi negado. No ano de 1892, Eduardo e Henrique Laemmért criaram a Editora Laemmért, publicando o Catecismo da Diocese de Montpellier, destinado ao ensino da doutrina cristã aos escolares do Brasil e de Portugal.

Um fato observado nesse estudo e que me despertou a atenção, foi a relação de cordialidade entre jansenistas e protestantes. A antiga literatura e a correspondência protestante ratificam esse parecer, citando o encontro entre o padre Antonio Diogo Feijó e o reverendo metodista Daniel P. Kidder em duas ocasiões:

Durante uma visita do reverendo Kidder a Feijó, em 1839, ainda em São Paulo, segundo ele, o antigo regente lhe disse: “-Em toda a Província dificilmente encontraríamos um sacerdote que cumprisse seus deveres como a igreja ordena, principalmente no que diz respeito à instrução das crianças no dia do Senhor”. Numa segunda visita Kidder ouvindo-o, disse ele: “-Os sacerdotes se assemelhavam ao cachorro do jardineiro, negligenciado o cumprimento dos seus deveres religiosos e não deixavam que outros os cumprissem em seu lugar”. (LÉONARD, 1949. p.30).

A cordialidade e o respeito na relação entre o padre Feijó e o reverendo metodista Kidder foram extensivos a outros protestantes que se instalaram na Província de São Paulo. “*Tais contatos amistosos, no entanto, dificilmente ocorreriam entre protestantes e ultramontanos*” (VIEIRA, 1980, p.2), em razão da existência de diferenças de pontos de vista. Enquanto os ministros protestantes defendiam valores liberais e acreditavam que, para modernizar a sociedade, era necessário crer no progresso, empreender a separação da Igreja e o Estado, implantar a democracia política, implantar a educação de caráter universal e propiciar a liberdade de consciência. Os ultramontanos eram ultra-conservadores, se posicionavam contra a modernidade, procuravam confirmar a perenidade de seus princípios e redescobrir a essência divina, além de procurar firmar a infalibilidade papal.

Padre Feijó, como jansenista, pretendia empreender o reformismo do Estado brasileiro e das Igrejas nacionais elevando o nível espiritual do país sujeito a críticas. Feijó ocupou cargos políticos, primeiramente como Deputado por São Paulo, em 1826; depois como Ministro da Justiça, em 1831; como Senador do Rio de Janeiro, em 1833 e finalmente Regente de 1835 a 1837.

Na tentativa de levar à frente o seu projeto, Feijó pediu ao Marquês de Barbacena, em Londres, que fizesse uma sondagem junto aos irmãos Morávios da disposição desse grupo religioso estabelecer no Brasil a sua congregação para dedicar-se à educação dos indígenas brasileiros. “*Os Morávios eram os membros da ínfima comunidade protestante que se havia encarregado, desde então, da primeira e já importante atividade missionária organizada do protestantismo*” (LÉONARD, 1951, p.129). Os Morávios contavam com mais de dois mil missionários na Europa, porém essa congregação não chegou a vir para o Brasil.

As novas instituições católicas que surgiram, como as do clero galicano e jansenistas embora obedientes às determinações da Santa Sé, também mantinham fidelidade ao governo monárquico francês de Napoleão, afastando-se assim das diretrizes pontificias. Esse afastamento era o que pretendia Feijó, como forma de assegurar a autonomia do Estado.

Para não correr esse risco, a Igreja Católica resolveu combater as novas tendências surgidas em seu interior lançando um projeto de recristianização, denominado ultramontanismo, que tinha por objetivo confirmar e reafirmar a “divindade do papa” e do poder espiritual da Igreja sobre o mundo. A respeito do ultramontanismo,

[...] se caracterizou pela reafirmação do escolasticismo, pelo restabelecimento da Sociedade de Jesus (1814) e por uma série de encíclicas, bulas, alocuções e contribuições que foram fulminantemente lançadas contra o que a Igreja considera um elemento errôneo e tendências perigosas dentro da religião e da sociedade civil. Esses escritos culminaram em 1864 com a Encíclica *Quanta cura* e o “*Silabo dos Erros*”, anexo à mesma. Portanto, a grosso modo, pode-se dizer que o ultramontanismo do século XIX colocou-se, não apenas numa posição a favor de uma maior concentração do poder eclesiástico nas mãos do papado, mas também contra uma série de coisas, que eram consideradas erradas e perigosas para a Igreja. Entre esses perigos estavam o galicanismo, o jansenismo, todos os tipos de liberais, o protestantismo, a maçonaria, o deísmo, o racionalismo, o socialismo e certas medidas liberais propostas pelo estado civil, tais como a liberdade de religião, o casamento civil, a liberdade de imprensa e outras mais. (VIEIRA, 1980, p.32 a 33).

A Igreja Católica considerava a modernidade um celeiro de atitudes profanas e seculares, cujas idéias eram carregadas de valores que se opunham aos seus princípios, que

se fundamentavam em acontecimentos históricos e em verdades absolutas definidas no Concílio de Trento (1545-1563), com o objetivo de restaurar a autoridade do papa e se opor à ideologia protestante. Este Concílio procurou reforçar a hierarquia dos clérigos católicos, manteve a censura aos livros que a Igreja considerava proibidos, conservou a inquisição para julgar os hereges e criava escolas e seminários em todo o mundo.

O ultramontanismo apareceu exatamente como uma reação ao mundo moderno, isto é, àquele conjunto de novas relações sociais, políticas, de produção, culturais, que começando a se esboçar no século XVI, tomou contornos definitivos e se consolidou após as Revoluções Industrial e Francesa. Foi uma orientação política desenvolvida pela Igreja, marcada pelo centralismo, um fechamento sobre si mesma, uma recusa de contato com o mundo moderno, visando a sua própria sobrevivência. (ZULIAN, 1987, p.69)

. Durante esse período, movimentos revolucionários eclodiram em diversas partes do mundo, como a Revolução Americana (1775-1783); a Revolução Francesa (1789-1799); a Revolução Industrial na Inglaterra (1760-1830); a Unificação Italiana (1848-1870), resultados da mistura das idéias liberais e nacionalistas.

Após o período de luta que resultou na criação do Estado Nacional Italiano sob a influência da Igreja, ocorreu a separação entre essas instituições, assumindo o rei sua autonomia política. Esses fatos, “[...] levaram a Igreja a assumir uma posição defensiva, uma postura cujo objetivo último não era apenas a sua sobrevivência institucional, mas a recuperação de um lugar central na sociedade” (MATOS, 1987, p. 28).

Com a finalidade de recuperar o terreno perdido, a Igreja Católica lançou o movimento ultramontanismo, promovendo mudanças que visavam restaurar o catolicismo romano no Brasil, nos moldes da França, Itália e em outros países da Europa. Entretanto, se na França e Itália a Igreja Católica conseguiu manter a unidade religiosa, o mesmo não ocorreu na Inglaterra.

As igrejas estabelecidas, portanto, negligenciavam estas novas comunidades e classes abandonando-as (especialmente nos países católicos e luteranos) quase inteiramente à fé secular dos novos movimentos trabalhistas, que mais tarde iria capturá-los, já no final do século XIX. (Como em 1848 não fizeram muito para conservá-las, o esforço para reconquistá-las também não foi muito grande). As seitas protestantes obtiveram maior sucesso, pelo menos em países como a Grã-Bretanha, em que tais religiões, eram um fenômeno político-religioso bem estabelecido. Contudo, há provas de que estas seitas obtiveram maior sucesso em locais onde o meio ambiente social se aproximava mais do tradicionalismo das comunidades aldeãs e pequenas cidades, como por exemplo, os trabalhadores agrícolas, os mineiros, e os pescadores. Além disso, entre as classes trabalhadoras industriais estas seitas nunca eram mais do que uma minoria. A classe trabalhadora como grupo era indubitavelmente menos atingida pela religião organizada do

que qualquer outro núcleo de pobres da história mundial. (HOBSBAWM, 1982, p. 243 e 244).

Na Inglaterra, além de prevalecer uma tendência à secularização, ocorreu também uma crescente valorização da ciência, do espírito racional, havendo por parte da população um afastamento do catolicismo por ser considerado seita ortodoxa e manter-se ligado a princípios mais conservadores.

Diante do avanço das idéias iluministas e da revolução científica, as seitas religiosas, de maneira geral, ficaram em segundo plano. Com o passar do tempo e com o aumento populacional da Europa, o movimento religioso novamente ganhou terreno. A Igreja Católica, em razão de suas concepções doutrinárias de se opor às idéias progressistas e condenar as práticas capitalistas, ficou em segundo plano. As igrejas protestantes, por outro lado, identificando-se com o capitalismo, ampliaram seus adeptos. As denominações protestantes procuraram manter o ideal religioso bem próximo do pensamento burguês, apoiando o espírito empresarial, estimulando os lucros, o trabalho, a poupança e a usura, ou seja, unindo o espírito do capitalismo à ética protestante⁶.

A burguesia, identificada com o liberalismo econômico e o capitalismo moderno, elegeu o protestantismo como religião em suas variadas denominações, predominando em países como Holanda, Suíça, Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos.

No Brasil, o catolicismo continuou sendo a religião oficial do Estado e, a partir da última metade do século XIX, a igreja empreendeu seu projeto de reformulação alcançado com a vitória do ultramontanismo.

Essa vitória foi alcançada quando os bispos conseguiram o direito de suspender qualquer clérigo “ex-informata conscientia” (decreto nº1.911 de 28 de março de 1857) sem que o clérigo afetado pudesse apelar para a Coroa, bem como quando obtiveram o controle dos Seminários. O Imperador inadvertidamente auxiliara o ultramontanismo. Com o seu

⁶Em *Ética Protestante e o Espírito Capitalismo*, Weber traça detalhadamente o tipo ideal de conduta religiosa que contribuiu decisivamente para o desenvolvimento do capitalismo. Trata-se do ascetismo intramundano vivenciado pelos diversos segmentos do protestantismo. Não seria possível que outro ascetismo, como o catolicismo tivesse influenciado o capitalismo, pois a piedade popular católica, de forma resignada, espera a recompensa na vida após a morte. O luteranismo com o dogma Paulino da justificação pela fé, dispensa a ação humana como componente do processo de salvação. Dessa forma, coube aos puritanos que se consideravam eleitos, viver a santificação da vida cotidiana. A atividade do trabalho é para o puritanismo, um imperativo ético que todos crentes deveriam observar. Em suma, o ascetismo intramundano, praticado pelo s puritanos com o seu elevado grau de racionalização, engendrou, segundo Weber, o espírito ao capitalismo, produzindo empresários e trabalhadores ideais para a consolidação de uma nova ordem social, que integrou pessoas com uma economia produtiva conforme orientação política estabelecida. (WEBER, M. 2002).

desejo de obter para o país um clero mais bem educado, mandou para a Europa um grande número de seminaristas brasileiros que absorveram idéias ultramontanas nos seminários da França e da Itália. Ao voltarem ao Brasil, esses jovens em pouco tempo conquistaram posições de liderança dentro da Igreja. Muitos deles chegaram a bispo a pouco tempo. A verdade é que, pelos idos do Primeiro Concílio do Vaticano (1869-1870), todos os bispos brasileiros e seus colegas latino-americanos (48 ao todo) eram ultramontanos e se juntaram a maioria que defendeu o projeto que estabelecia a infabilidade do Papa. Já em 1870, os ultramontanos dominavam o clero brasileiro, tendo, de há muito, suplantado o jansenismo e o catolicismo liberal de todos os tipos. (VIEIRA, 1980, p. 38).

Este movimento reformista ou de renovação católica que atingiu o Brasil, fundamentava-se em 3 pilares: o romanismo, o episcopalismo e clericalismo. O primeiro defendia obediência incondicional ao Papa, restaurando o caráter de universalidade da Igreja, em unidade doutrinal e disciplinar. O segundo e o terceiro valorizavam o papel dos bispos e dos padres como autoridades eclesiásticas da Igreja e ministros dos sacramentos, com responsabilidade de levar o nome de Deus para toda a comunidade religiosa, interpretando a bíblia para seus fiéis.

Com o intuito de combater o protestantismo no Brasil, a Igreja Católica reformulou seu modelo educacional, substituindo a tradicional formação luso-brasileira por uma educação européia, levando em conta os modelos e práticas de devoções e a concepção de natureza, de homem e sociedade editada pela ideologia católica ultramontana.

No Brasil, a Igreja Católica só conheceu a adversidade ao final do período. De 1831 a 1889, ou seja, durante todo o reinado de D. Pedro II, foi a religião oficial do Estado, sendo auxiliada pelo governo em seu trabalho missionário. Entretanto, a partir de 1870, com o crescimento das forças liberais, iniciou-se uma luta desfavorável à Igreja Católica que se consolidaria a partir da implantação do regime republicano (1889) e do estabelecimento de uma nova Constituição (1891), a qual decretou a separação entre a Igreja e o Estado, concedendo aos estrangeiros que professavam a religião protestante, a liberdade de realizarem seus cultos e constituírem suas igrejas. Foi nesse período que a Igreja Católica vinculou o campo pastoral ao do magistério.

A Igreja sempre qualificou seu múnus pastoral como magistério, significando que sua função básica é ensinar, pois a humanidade só retomará o caminho da salvação se conhecer a verdade, da qual entende ser propagadora e fiel depositária, e que estava sendo afastada dos homens pela ciência e filosofia materialista moderna. (ZULIAN, 1998, p.88).

A Igreja Católica, com intuito de conservar seus valores e seus ideais humanistas condenava as doutrinas de base materialista, empiricista e cientificista presentes na sociedade. Com esse objetivo foi que os jesuítas católicos constituíram escolas, transformando-as em núcleos das novas orientações ideológicas da igreja. Para combater as influências protestantes, edificaram colégios próximos às colônias de imigrantes europeus, buscando atraí-los para sua fé religiosa. Esta tentativa de recuperar as antigas posições levou a Igreja a lutar em duas frentes. Na primeira, lutava para modificar a Constituição, tentando manter os privilégios no ensino religioso nas escolas públicas. Na segunda, criava mais colégios confessionais em locais considerados estratégicos para fazer frente à concorrência aos grandes colégios confessionais protestantes: luteranos, presbiterianos, metodistas e batistas, constituído por missionários estrangeiros para atender aos imigrantes protestantes que tinham vindo para o Brasil.

3.2 - A presença protestante no Brasil

A presença definitiva de protestantes na América Latina, especificamente no Brasil, está ligada a uma nova reordenação política e econômica do Ocidente, primeiro com a Inglaterra e depois com os Estados Unidos, substituindo assim a hegemonia dos países ibéricos no comércio e na navegação. Esta condição fez com que houvesse uma aproximação dos países da América Latina com os países europeus e, mais tarde, com os Estados Unidos, intensificando o intercâmbio comercial, o que permitiu a expansão capitalista na segunda metade do século XIX, trazendo conseqüências políticas, econômicas e sociais para a maioria dos países da América Latina. No âmbito cultural, esse intercâmbio difundiu uma nova forma de cristianismo, o protestantismo.

Assim, a primeira fase de implantação do protestantismo no Brasil se volta “[...] *basicamente para o imigrante de origem protestante e o atendimento religioso é feito via serviço de capelania, com o uso da língua de origem dos imigrantes*” (BARBOSA, 2002, p.32). Ainda inserido nesse contexto, havia o “protestantismo de colônia” vivido por aqueles que, também protestantes em suas nações de origem, continuaram unidos étnica e culturalmente e se empenharam na preservação de sua identidade religiosa. Na segunda fase de implantação, ocorreu o protestantismo de missão, fruto do trabalho das “Sociedades

Bíblicas” e “Juntas Missionárias”, cuja preocupação era a conversão de brasileiros à fé protestante, quer por meio de pregações, quer pela instrução educacional (escola dominical).

No Brasil, a ação das Sociedades Bíblicas começou em 1804; até 1807 a Sociedade Britânica tinha publicado e distribuído, através de comerciantes e marinheiros, cerca de 20 mil exemplares do novo testamento em português. Um dos pioneiros da colportagem organizada foi Daniel P. Kidder, missionário da Igreja Metodista Episcopal dos Estados Unidos, e, ao mesmo tempo, agente da Sociedade Bíblica Norte-Americana, chegado em 1837, Kidder até deixar o país três anos depois, vendeu milhares de Bíblias (versão Figueiredo), visitou muitas cidades, onde organizou algumas “sociedades de temperança” (contra o alcoolismo). As notas de viagem que deixou se constituíram num grande promotor de missões nos Estados Unidos. Houve ainda outros agentes que emprestaram uma grande contribuição na distribuição da Bíblia como James C. Fletcher, que substituiu Kidder, R. Nesbit, A. L. Blackford, W.M.Brown, W. Utley e H.C.Tucker, entre outros. (AZEVEDO, 1980. p.97).

Através da ação dos missionários ligados à Sociedade Bíblica, como era o caso de Daniel P. Kidder e J.C. Fletcher, foi que muitos imigrantes confederados se interessaram pelo Brasil, principalmente após ambos lançarem seus livros nos Estados Unidos relatando fatos interessantes sobre o nosso país. Em 1845, Kidder publicou um livro com o título: *“Reminiscência de Viagem e Permanência no Brasil (Rio de Janeiro e São Paulo: compreendendo notícias Históricas e Geográficas do Império de diversas províncias)”*. Em 1854, foi a vez de Fletcher publicar nos Estados Unidos, em parceria com Kidder, um livro narrando fatos pitorescos e geográficos a respeito do Brasil e dos brasileiros, tendo por título: *“Brazil and Brazilians”*. Essas publicações serviram para divulgar o Brasil entre os americanos, atraindo atenção não só dos imigrantes sulistas, mas também das missões religiosas que descobriram a América Latina como um interessante campo missionário a ser explorado. Assim, iniciava-se o trabalho das Sociedades Missionárias Estrangeiras no Brasil, com o objetivo de evangelização e conversão dos pagãos e católicos romanos à fé protestante.

Um dos pioneiros do trabalho missionário no Brasil foi Robert Kalley, professor e médico escocês, que em 1855 chegava ao Rio de Janeiro fugindo da perseguição religiosa na Ilha da Madeira. Não representava qualquer Junta missionária,

Veio para o Brasil, onde começou trabalhando com duas famílias portuguesas também imigradas com ele. Quando se realizou o primeiro batismo, a 11 de julho de 1858, data considerada como de fundação da Igreja Evangélica, a comunidade contava já com 14

membros, oito portugueses, um brasileiro e quatro norte-americanos. (BRAGA E GRUBB, 1932, p.55).

A Igreja Evangélica fundada por Kalley em 1858, passou mais tarde a se chamar Igreja Congregacional. O fato mais notório desse período foi a conversão de um brasileiro à fé protestante, pois o proselitismo era proibido pelo Império brasileiro; somente podiam se converter à fé protestante os estrangeiros. Por essa razão é que o trabalho de evangelização e batismo de brasileiros, realizados por Kalley em Petrópolis, despertou a ira do clero da Igreja Católica.

A presença de Kalley provocou a reação católica imediata. O núncio solicitou do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Silva Paranhos, Visconde de Rio Branco, que esclarecesse ao médico escocês Kalley que a tolerância religiosa que a Constituição Brasileira garantia não era tão plena que admitia a propaganda de doutrinas contrárias à religião do Estado. Kalley foi convidado a deter sua propaganda religiosa ou retirar-se de Petrópolis. Todavia obteve o apoio de três respeitados juristas: Nabuco, Urbano Pessoa de Melo e Caetano Alberto Soares, que deram parecer favorável provando que ele não havia violado as leis brasileiras. (ROCHA, 1846, p.95).

Este parecer favorável da justiça dado a Kalley, estabelecendo que ele não havia violado as leis brasileiras de tolerância religiosa, conforme rezava a Constituição, foi um ato significativo e bastante comemorado entre os missionários protestantes representantes das diferentes igrejas confessionais, pois abria as portas para que os missionários protestantes exercessem livremente suas atividades religiosas sem o risco de violar as leis brasileiras.

Aberto e aplainado o caminho, vieram os presbiterianos. Em 12 de agosto de 1859, o reverendo norte-americano Ashbel Green Simonton desembarcou no Brasil, para realização da sua missão religiosa. Simonton havia embarcado no navio “Banshee” em Baltimore, Estado da Virginia, em 18 de junho de 1859, enviado pela “Junta de Missões da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos”. No primeiro contato com terras brasileiras, Simonton mostrou-se encantado com a beleza natural do Rio de Janeiro. Registrou as primeiras impressões da cidade em seu Diário desta maneira:

Sexta-feira, 12 de agosto de 1859, 9 horas e 30 minutos

Tendo estado, desde as quatro horas, observando a entrada do navio no porto, onde estarão ao abrigo do vento e da maré. Belo lugar, o mais original e notável que jamais vi. Pela beleza, sublimidade, segurança, quer contra os ventos, quer contra as ondas, e pela

possibilidade de defesa contra os ataques por mar e por terra, um porto assim é quase inconcebível. A baía se estende em volta, guardada por ilhas curiosamente plasmadas, de rochas altas e sólidas, como se fossem ovos com uma ou outra ponta à mostra. Em cumes aqui e ali, grimpam-se igrejas e alegres vivendas. Uma delas é mesmo como pombal no topo de campanário: de certo terá de duzentos metros de altura. A entrada da barra é de meia milha de largura: num dos lados há ousado promontório e o Forte Santa Cruz, ali encravado, com pesados canhões pelas encostas: noutra, a torre do Pão de Açúcar, com mais de trezentos metros de altura. Estamos ainda no colo da grande enseada, aproveitando cada minuto, a olhar ora do lado do Forte, ora do outro, à distância de um tiro de pedra do Pão de Açúcar. A água é de tal profundidade que o cuidado do timoneiro não será o de evitar que o mastro transversal toque num ou noutro flanco. A cidade jaz a duas milhas de nós, em grande extensão de colinas altas e de montanhas.

Já me desfiz da indumentária marítima: dei ao camareiro que me prestou bons serviços na viagem. Estou pronto para o desembarque. (SIMONTON, Journal s/d in: FERREIRA, 1996.).

Simonton, ao desembarcar no Rio, mostrou-se ansioso para iniciar o trabalho para o qual havia se preparado durante anos. Depois de estabelecer residência e de um breve descanso, fez sua primeira incursão evangélica realizando culto a bordo do navio americano “John Adams”, em 31 de agosto de 1859, pregando para mais de 200 ouvintes, a maioria marinheiros e viajantes.

Simonton também se encontrou com o missionário escocês Kalley e, na ocasião, tiveram uma longa conversa sobre o Brasil e seu povo. Kalley era da opinião que o americano “*teria boa proteção de seu país. Aconselha, não obstante, um trabalho velado, método que lhe parece mais conveniente em país católico*” (FERREIRA, 1996, p.16), ponto de vista que não foi compartilhado por Simonton, que achava que o trabalho missionário junto aos brasileiros deveria ser divulgado, pois dizia ele que: “*contava com a proteção do senhor. Minha presença aqui e meus propósitos não podem ficar ocultos*” (Idem . Ibidem).

Simonton, ao iniciar seu trabalho, pensou em fundar primeiramente uma escola dominical, para depois edificar uma Igreja. Entretanto, tinha grande dificuldade em se comunicar com os brasileiros, já que seu conhecimento da língua portuguesa era precário. Este obstáculo o preocupava, como deixou transparecer em seu Diário:

O que mais me interessa é agora aprender a língua. Começo a reprovar-me por perder tempo, pois este é meu primeiro dever, e enquanto não o completar, não tenho condições de ser útil. Procurei o Sr. Eubank e ofereci-me para dar aulas de inglês a seus filhos e aprender com eles o português.

Ele falou-me de um cunhado que quer muito aprender inglês e estou esperando uma entrevista com ele. Esta manhã escrevi um recado para o Dr. Pacheco na esperança de que ele possa ajudar-me. Se não tiver sucesso em nenhum dos casos vou colocar um anúncio no

jornal. Ficarei muito satisfeito quando Blackford e Lille chegarem e tivermos um lar. (SIMONTON, 18/11/1859, p.151 e 152),

A aproximação de Simonton com o brasileiro Pacheco da Silva, permitiu que um auxiliasse o outro em suas dificuldades. Pacheco, ensinando a língua portuguesa para Simonton que, por sua vez, ensinava-lhe o hebraico. Simonton estabeleceu outras parcerias, conforme registra na página de seu Diário que data 2 de dezembro de 1859:

Finalmente fiz um pequeno progresso para aprender o português mais rapidamente. Quando fui com o Sr. G. procurar o Secretário da Instrução Pública, Sr. Leon, (sic) este mencionou o desejo de aprender inglês e dispôs-se a permutar lições.

Começamos no dia seguinte e agora vou diariamente a seu escritório às duas horas. É importante ter como professor alguém que tenha bom conhecimento da língua. (SIMONTON, DIÁRIO, 1982, p.152).

A urgência que Simonton tinha em aprender a língua portuguesa era justificada na convicção de que, sem seu domínio, não podia comunicar-se com os brasileiros, atrasando com isso seu projeto missionário e a criação de escolas. A respeito da escola, ele assim registrou em 21 de janeiro de 1860, em seu Diário.

Comprometi-me a dar diariamente uma hora ou duas de aulas às crianças do Sr. Eubank, tanto de educação religiosa como da intelectual e encontrei-os prontos para aprender. Tive uma conversa longa e interessante com o Sr. Eubank sobre as condições do Brasil. O plano de uma escola protestante aqui, de grau elevado, para ingleses e os brasileiros que quisessem frequentá-las, tem ocupado muito dos meus pensamentos ultimamente. O Sr. Eubank, diz ser possível e que muitos brasileiros apoiaria essa idéia.[...]. (SIMONTON, 1982, p.158).

Para a grande maioria dos protestantes, a educação religiosa ou cristã é a expressão maior, utilizada em diferente sentido nas diversas partes do mundo. Em alguns lugares, ela se equaciona com a vida e os esforços totais da igreja em divulgar o evangelho. Em outros, significa programas especiais desenvolvidos pelas agências de educação religiosa, através das escolas paroquiais ou missionárias do ensino bíblico. A educação que Simonton pretendia implantar no Brasil tinha dois objetivos: o de divulgar os ensinamentos bíblicos através da escola dominical para o povo em geral, e a educação escolar, desenvolvida em grandes colégios confessionais, criados a partir de 1870 e dirigidos à elite.

No início da implantação do protestantismo no Brasil, o reverendo Simonton e outros missionários presbiterianos chegaram a ser preceptores de filhos de norte-americanos ou de comerciantes ingleses radicados no Brasil, sendo essas aulas dadas em

inglês. Somente a partir de 1861 Simonton ministrou aulas em português na escola dominical que ele fundara, fato esse muito significativo e bastante comemorado por ele. Na abertura das aulas, Simonton fez uma explanação aos presentes, um verdadeiro relato histórico de como ocorreu a disseminação do puritanismo na Europa e nos Estados Unidos, leu trechos da Bíblia e parte do livro “Peregrino”, de John Bunyan (1628-1688), cujo conteúdo fazia uma alegoria da vida cristã e da tradição puritana da Inglaterra. Em uma das páginas escritas por Bunyan há a afirmação que: para o homem conseguir chegar ao céu, devia optar pelo caminho estreito, difícil e penoso, ou seja, devia sacrificar os prazeres da vida e seguir o caminho da virtude e da moral cristã. Princípio esse adotado pela doutrina protestante. A abertura da escola dominical ocorreu no dia 1 de maio de 1861, e Simonton assim registrou em seu Diário:

No dia 1º de maio aluguei casa na rua Nova do Ouvidor nº31, e comecei a dar aulas duas vezes por semana, em inglês e português, como recurso para ter contato com os brasileiros, e assim poder trazê-los à classe bíblica no Domingo. Essa classe, nós a tivemos pela primeira vez a 19 de maio às 3 horas da tarde. Foi com algum temor que esperei a hora. Havia dois presentes, e pareciam interessados. Comecei o estudo no evangelho de Matheus. No domingo seguinte havia três; no terceiro, mais; e no quarto, fiquei surpreendido de ver a sala cheia de homens e mulheres. Era um quadro jubiloso ver tantos brasileiros ansiosos para receber instrução religiosa. À vista do desejo de mais instrução, iniciei na quinta-feira última um culto semanal à noite, ao qual sete pessoas compareceram. É com profundo gozo e gratidão que vejo abrirem-se as portas à minha pregação do Evangelho. (SIMONTON, DIÁRIO, 1982, p.27).

Quando Simonton propôs ao Presbitério em 1860, a implantação de uma escola, usou como principal argumento, de que seria indispensável para assegurar o futuro da igreja evangélica no Brasil e preparar os filhos dos membros da Igreja Presbiteriana.

Simonton, ao criar sua escola, não tinha idéia de que a mesma atrairia a atenção de tantos brasileiros católicos. Embora a escola tivesse fins religiosos e dogmas diferentes do catolicismo, muitos pais solicitaram a permissão para que seus filhos pudessem freqüentá-la e ali receber instrução.

O interesse dos brasileiros pelas escolas protestantes era resultado do pouco investimento do governo imperial em escolas públicas elementares e, além disso, o clero católico (professores) era intolerante e obrigava os alunos, cujos pais não professassem a religião oficial, a estudar o catecismo católico, desrespeitando assim a Constituição Imperial de 1824 que concedia aos acatólicos a liberdade de suas práticas religiosas e a tolerância de culto. Em virtude da intransigência que passou a imperar nas escolas públicas,

muitos pais acharam por bem retirar seus filhos, buscando uma outra alternativa para instruí-los. Com respeito à intolerância religiosa

[...] O curso da “escolinha” (nome atribuído à Escola Americana) abrangia aulas de inglês e francês ocupando 20% do tempo para cada matéria dada por Mrs. Chamberlain; o Dr. Chamberlain usava os 60% do tempo restante para ensinar as matérias em língua portuguesa. A escolinha tomou vulto rapidamente pois além das evangélicas foram admitidas as filhas de republicanos e positivistas que sofriam também os efeitos da intolerância das escolas públicas.(GARCEZ, 1970, p.15).

A partir da metade do século XIX, percebia-se nitidamente a ampliação das atividades religiosas no Rio de Janeiro. Isso levou Simonton a solicitar junto à Missão Presbiteriana a vinda de novos missionários para auxiliá-lo em seu trabalho. Essa ajuda chegou dos Estados Unidos, em 13 de agosto de 1860, quando desembarcaram no porto do Rio de Janeiro sua irmã Lille e seu cunhado Alexandre Latimer Blackford e, no ano seguinte, o reverendo Francis Joseph Christopher Schneider, alemão de origem, mas naturalizado norte-americano, e que se tornou o terceiro missionário presbiteriano no Brasil. Todos esses nomes estão ligados à história da missão Presbiteriana no Brasil.

Simonton foi o primeiro a vir, distribuindo bíblias e sondando o terreno para a futura estação presbiteriana de São Paulo. Da capital dirigiu-se a alguns pontos como Campinas, Itu, Rio Claro, Sorocaba, Itapetininga e Santos, estabelecendo nelles depositos de bíblias. Habil estrategista, ia assentando as baterias para as conquistas do Evangelho. Homem de grande tino e largo alcance revelou-se na curta trajetória. Em setembro de 1861 coube ao Reverendo Blackford a visita a S. Paulo. Já a instancias de Simonton logo que começara a se expremir em portuguez, havia feito uma visita a Juiz de Fora, Barbacena e S.João d`el Rei.

Da excursão a S. Paulo foi Blackford de parecer que a missão se transferisse do Rio para ali com o que não concordara Simonton, que pedia ao Board novos obreiros para esphera mais ampla de evangelização. Mas dos três o primeiro a fixar-se em território paulista foi o Reverendo Schneider [...] (LESSA, 1938, p.19).

Com a vinda de Blackford e Schneider surgiu à idéia de estender o trabalho missionário para fora do Rio de Janeiro nessa ocasião se discutia qual o melhor local para a instalação da sede da igreja-mãe: São Paulo ou o Rio de Janeiro? Enquanto Blackford se colocava a favor de São Paulo, Simonton preferia permanecer no Rio de Janeiro. Depois de vários encontros para definir o local ideal, prevaleceu o ponto de vista de Simonton, como líder da missão.

Em 1862, foi fundada a primeira Igreja Presbiteriana no Rio de Janeiro e ao seu lado construída uma escola, com intuito de instruir tanto os convertidos à fé protestante, quanto os que nela se matriculassem sem o propósito de trocar de religião. Dos alunos que podiam

pagar, era exigida uma pequena taxa destinada ao pagamento do professor. Essa prática de se criar escolas ao lado de uma igreja, foi uma estratégia utilizada pelos protestantes com o intuito de divulgar o evangelho e instruir a população mais carente de recursos econômicos, ato que levou esse segmento da sociedade a se mostrar mais sensível à evangelização e à conversão ao protestantismo. Entretanto, havia um grande empecilho a ser vencido pelos missionários: o analfabetismo do povo brasileiro, que impedia a leitura da bíblia, característica importante para a implantação da missão religiosa

Procurando responder a essa necessidade básica, os missionários protestantes instalaram, ao lado de cada igreja, uma escola paroquial. O objetivo dessas escolas era oferecer um mínimo de instrução que permitisse aos alunos a leitura da bíblia. Em muitas ocasiões, os missionários chegaram a empregar leigos na leitura da bíblia para os prosélitos analfabetos, ressaltando a importância dessa leitura. Esses “leitores da bíblia” foram utilizados para compensar a insuficiência de pastores preparados. (BARBOSA, 2002, p.58).

O papel da escola paroquial era promover a educação cristã das crianças e dos adultos. Os métodos empregados para atingir esse objetivo foram: pregação direta os cultos com cânticos de hinos religiosos, debates públicos e conversas individuais; distribuição de literatura cristã, tais como bíblias, folhetos e outras publicações, além, é claro, de aberturas de escolas e multiplicação de igrejas. A inauguração da Igreja mãe foi assim registrada por Simonton em seu Diário, que data 14 de maio de 1862.

[...]. No Domingo, 12, celebramos a ceia do senhor, recebendo por profissão de fé Henry E. Milford e Cadoso Camilo de Jesus. Assim, organizamo-nos Igrejas de Jesus Cristo no Brasil.

Foi uma ocasião de alegria e prazer. Muito antes que minha pequena fé esperava. Deus permitiu-nos ver a colheita dos primeiros frutos de nossa missão. Sinto-me agradecido, de certa maneira, mas não tanto como deveria sentir-me. A comunhão foi ministrada pelo Sr. Schneider e eu, em inglês e português.

O Sr. Cadoso, a seu próprio pedido e de acordo com o que nos também julgamos melhor, depois de muito pensar e hesitar, foi batizado. Seu exame foi bastante satisfatório para o Sr. Schneider e para mim, e não deixou dúvida quanto à realidade de sua conversão.

Graças a Deus nossa débil fé foi confirmada ao vermos que não pregamos o evangelho em vão. (SIMONTON, DIÁRIO, 1982, p.175).

A organização da Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro, pela Missão do Norte, deu-se com dois membros, já que o reverendo Blackford achava-se fora prestando serviço na Província de Minas Gerais. De acordo com a Ata da Igreja de 15 de maio de 1863:

A 15 de maio de 1863 vem a ponto esclarecer, reuniram-se pela primeira vez em Assembléia Geral os membros da Igreja Evangélica Presbiteriana do Rio de Janeiro (este o seu nome primitivo a partir de sua fundação, a 12 de janeiro de 1862), não dá para se constituir em Igreja, entidade coletiva já existente, e, sim, diz Simonton em seu relatório de 10 de julho de 1866 textualmente: “para formular e assinar certidões declarativas de serem Alexander L. Blackford, A.G. Simonton, e F. J. Schneider pastores da Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro. A vista destas certidões, os títulos dos mesmos pastores foram registados pelo Governo e seus atos, feitos de conformidade com a lei civil, garantidos principalmente em relação ao casamento de pessoas que não professassem a religião do Estado. (RIBEIRO, 1940, p.13 e 14).

Com relação ao matrimônio, pela lei brasileira eram considerados casados os que recebiam o aval da Igreja Católica; do contrário não tinha efeito legal. Em virtude disso, muitos estrangeiros e nacionais acatólicos preferiam apenas uma união sem passar pela oficialização do casamento, registrando seus filhos nos cartórios para que a lei reconhecesse a legitimidade paterna. Essa prática foi muito comum entre estrangeiros e brasileiros da época. Mas, à medida que crescia a população brasileira, essa lei foi sendo alterada, o que ocorreu em 1863, quando o governo passou a reconhecer outras práticas religiosas e os seus serviços, tais como casamentos e batizados. Para isso, as igrejas tinham que ser registradas assim como os seus pastores, estando de acordo com o Artigo nº 52, do Decreto nº3069 de 17 de abril de 1863 do Governo Brasileiro.

Para que os pastores e ministros das religiões toleradas possam praticar atos de seu ministério religioso, suscetíveis de produzir efeitos civis, é indispensável, sob pena de não produzirem tais efeitos, que sua nomeação ou eleição esteja registada, quanto aos que residirem na Côrte, na Secretaria do Império; e, quanto aos que residem nas províncias, de sua residência. Para êstes registo bastará que a nomeação ou eleição seja apresentada ao chefe da Secretaria, o qual lhe porá o visto, com a designação do oficial que o deverá fazer. (RIBEIRO, 1980, p.160).

Após a criação da primeira Igreja Presbiteriana no Rio de Janeiro, novas investidas foram feitas pelos missionários com o objetivo de disseminar o evangelho por outras províncias. O reverendo Blackford deixou o Rio de Janeiro rumando para Minas Gerais, enquanto o reverendo Schneider se dirigiu para a província de São Paulo, iniciando na capital os primeiros contatos com os imigrantes alemães, seguindo depois para o interior percorrendo as colônias alemãs e suíças de São Jerônimo, Ibicaba, Beri, Cubatinga, São Lourenço e Paraíso, pregando também nas cidades de Campinas, Limeira e Rio Claro, sempre em alemão. A seqüência deste fato foi assim descrita:

Schneider encontra alemães em Campinas, mas na maioria infiéis. Pregou a auditórios razoáveis, três vezes. Em fevereiro está em Limeira. “Pequena vila de 1500 habitantes. Num raio de 14 milhas há alemães. Colônias de dezenas, às vezes centenas de pessoas, muito pobres, muito negligentes. Os filhos nada sabiam de religião. Havia dez anos que os próprios adultos não ouviam sermão”. “Sabem que há um Deus, mas não sabem nada dos deveres para com Ele”. Domingo é dia de bebedeira, de negociar cavalos. Contudo, ouviram-no com certo interesse. (FERREIRA, 1992, p.33).

Os missionários presbiterianos, durante a sua pregação, procuravam converter o maior número de adeptos, missão nem sempre muito fácil, pois não contavam com a boa vontade de muitos dos imigrantes que, ao deixar seu país, haviam se acostumado com a nova vida, assimilando novos costumes, adquirindo outro tipo de passatempo, participando das corridas de cavalos, bebedeiras aos domingos e, aos poucos, se afastando dos compromissos religiosos. Além desse empecilho, os missionários se depararam com a falta de material para divulgação do trabalho evangélico; sem ele, as pessoas interessadas prestavam atenção apenas aos sermões dos missionários e, depois de um certo tempo, suas pregações eram esquecidas.

Com o intuito de resolver essa situação, Simonton buscou solução com a “Junta Missionária Presbiteriana nos Estados Unidos”. No entanto, o agravamento da doença de sua mãe fez com que voltasse rapidamente àquele país, deixando de lado as tarefas mais urgentes, tirando o seu primeiro “Furlough”⁷.

No final de março, o missionário foi aos Estados Unidos para gozar o seu único furlough (misto de férias e divulgação de trabalho), antecipando assim uma viagem que pretendia fazer. Essa antecipação deveu-se antes de tudo ao estado de saúde de sua mãe. Logo que chegou, soube que ela falecera recentemente. Afligiu-se com a guerra civil que devastava o seu país. Falou sob o seu trabalho em diversas igrejas, inclusive na maior igreja portuguesa de Jacksonville, Illinois, onde os fiéis encantaram-se em ouvir um americano expressar tão bem o seu idioma. Também trabalhou por alguns meses em Baltimore.

Durante a permanência de Simonton em Baltimore, USA, o Dr. Backus, pastor da Primeira Igreja Presbiteriana de Baltimore, convidou-o para pastor substituto durante suas férias, convite que foi prontamente aceito. Longe da Pensilvânia, passou o seu natal na casa

⁷ N.A o termo em inglês Furlough designa o período em que um missionário passa em sua pátria, após longo tempo fora de seu país de origem, quando retorna para prestar conta de seu trabalho. Portanto, não se pode traduzir por um período de férias.

de uma família chamada Murdoch, a quem se aproximaria pelo resto de sua vida, unindo-se pelos laços matrimoniais com Helen Murdoch, cerimônia que Simonton registrou em seu Diário com data de 23 de fevereiro de 1863:

Em 28 de janeiro de 1863, depois de muitas questões de sua conveniência, Helen Murdoch consentiu em assumir um compromisso de casamento comigo, ficando estabelecida a data de 19 de março para a sua realização. (SIMONTON, 23/02/1863. In: Diário 1982).

Após o seu casamento, Simonton e Helen Murdoch ainda permaneceram por uns meses nos Estados Unidos. Em 23 de maio de 1863, embarcavam para o Brasil, chegando ao Rio de Janeiro em 16 de julho desse mesmo ano.

Durante a permanência de Simonton nos Estados Unidos, a Igreja Presbiteriana no Brasil ficou a cargo de Blackford e do reverendo Schneider. Ambos pronunciavam poucas palavras em português, mas mesmo assim conseguiram empreender uma certa objetividade em seus trabalhos, alcançando algum sucesso na conversão de brasileiros e aumentando o número de membros da igreja para 12 convertidos.

Em junho de 1862 recebeu Blackford, por profissão de fé, duas pessoas; em outubro, mais duas; em janeiro seguinte, mais três. Em abril de 1863 foi recebido Antonio dos Santos Neves, taquígrafo do Senado, empregado na Secretaria da Guerra e poeta. Viria a ser o autor de muitos hinos e colaborador da Imprensa Evangélica. (FERREIRA, 1992, p.36).

Os reverendos Blackford e Schneider, à frente da organização da Igreja Presbiteriana, atraíram brasileiros para a fé protestante e conseguiram a aprovação de “artigos orgânicos da igreja”, assinados por cinco dos seus ministros. Após 15 meses, o governo viabilizava o plano dos protestantes na oficialização de suas igrejas no Brasil, através do Decreto Lei nº 5105, de 3 de outubro de 1872, criando o Presbitério do Rio de Janeiro. O aval de funcionamento do Presbitério do Rio de Janeiro pelo Governo Imperial, foi um fato bastante significativo para os presbiterianos e muito comemorado pela Junta das Igrejas.

O trabalho desenvolvido por esses missionários e a forma como conseguiram organizar a comunidade protestante em um país predominantemente católico, atraiu a atenção de pastores norte-americanos, principalmente de um estudante que veio observar *in loco* o funcionamento e a organização da missão presbiteriana em solo brasileiro, George

Whitehill Chamberlain, do curso de teologia do Seminário de Princeton, EUA. Entusiasmado com o que tinha visto, Chamberlain passou a participar dos trabalhos missionários junto com Simonton e Blackford e, depois que se formou, escolheu o Brasil como campo de missão, mais precisamente São Paulo, onde, a partir de outubro de 1869, assumiu o pastorado da Igreja dessa cidade.

Chamberlain, juntamente com os reverendo Blackford e Schneider, tornaria um dos grandes nomes da missão presbiteriana em São Paulo, responsável pela implantação de igrejas na capital e cidades do interior e litoral paulista. Em 1870, o reverendo Chamberlain e sua esposa, Mary Ann Annesley, iniciaram na sala de sua residência a “Escola Americana” voltada para meninas.

Mary Ann passou a dar aulas para as meninas que não podiam freqüentar as escolas públicas por causa da intolerância religiosa. No ano seguinte, a escola passou a ocupar as instalações da Igreja, na rua Nova José, nº1 (atual Libero Badaró), sob a direção da missionária Mary P. Dascomb, que também lecionava matemática. Os outros mestres eram Mary Ann Chamberlain (música e Francês), Harriet Greenman (Inglês, Caligrafia e Conhecimentos Gerais) Júlio Ribeiro (Português), Palmira Rodrigues (História) e Adelaide Molina (Geografia). Em 3 de setembro de 1876, a escola transferiu-se para a rua São João, esquina com Rua Ipiranga, onde também passou a funcionar o internato para meninas e, dois anos depois, o jardim da infância (Kindergarten). (MATOS, 2004, p.49).

A igreja funcionou por vários anos no salão da Escola Americana, sendo o templo inaugurado na rua 24 de maio, em 6 de janeiro de 1884. Tanto o templo como a Escola Americana foram construídos com os donativos dos fiéis americanos, coletados pelo reverendo Chamberlain em sua visita aos Estados Unidos com esse propósito.

A partir de 1885, com a “Escola Americana” já melhor estruturada e contando com a presença do médico e educador Horace M. Lane para assumir sua direção, inaugurou o internato para meninos.

3.3 - Os primeiros missionários presbiterianos em São Paulo: a implantação de Igrejas e Escolas.

Após o retorno de Simonton dos Estados Unidos em 16 de julho de 1863, o reverendo Blackford recebeu autorização da Junta Missionária Norte Americana para dar início ao trabalho missionário na Província de São Paulo. Esse trabalho, como já vimos, foi

“favorecido com as visitas de pregadores, desde Kidder em 1845 e Fletcher em 1855, Corfield em 1857, Simonton em 1861” (FERREIRA, 1992, p.37).

Blackford em São Paulo encontrou muitos comerciantes ingleses e operários da estrada de ferro que tinham ali fixado residência em razão de seu trabalho. Esses contatos foram importantes para a missão presbiteriana na ocasião da construção da primeira igreja nessa província.

Os primeiros cultos realizados na cidade de São Paulo ocorreram na casa do presbítero William D. Pitt. Este, juntamente com o reverendo Chamberlain, se tornou auxiliar do reverendo Blackford que, em 09 de outubro de 1863, fixou residência em São Paulo, iniciando o trabalho de pregação em 18 de outubro do mesmo ano. *“Domingo, 18 de outubro de 1863, preguei em inglês no Salão Inglês de leitura: 1 Tm 2.5. presentes 14 pessoas”* (JOURNAL RECORD OF MISSION PRESBYTERIAN, 9/10/1868 a 25/12/1868). O culto em inglês foi mantido até o mês de outubro do ano seguinte em diversos pontos, *“em casa de W. D. Pitt, no escriptorio de Sharpe Filhos, na residência de D. M. Fox, que era o superintendente da estrada de ferro inglesa, e na propria casa do reverendo Blackford, variando a assistência de cinco a quarenta pessoas”* (LESSA, 1938, p.25). As reuniões de oração normalmente eram realizadas nas casas dos missionários, ocasionalmente ocorriam nos lares de alguns trabalhadores ingleses e operários da estrada de ferro.

Em dezembro de 1864, depois de um ano de propaganda constante, as reuniões passaram a ser efetuadas na rua Nova de São José I, local para onde o reverendo Blackford transferiu a sua residência. Ali eram realizados cultos aos domingos de manhã e à noite e nas quartas-feiras. Paralelamente ao trabalho evangélico ali desenvolvido, funcionava a escola dominical.

Até 1867 não existia um público permanente assistindo a esse culto, sendo que cada reunião apresentava uma variação de dez a setenta pessoas. O reverendo Blackford contou com vários auxiliares, sendo o mais presente Pitt.

Um dos melhores auxiliares do Reverendo Blackford em S. Paulo veio a ser o referido W. D. Pitt. Em seu lar foi celebrado o primeiro culto em portuguez. Era subdito inglez, havendo nascido no condado de Devonshire.

Quando moço foi alumno de uma classe dominical em Torquay, cidade do referido condado, classe que era professora a Snra. Kalley, então solteira. Indo para os Estados Unidos, foi residir em Springfield, no Illinois, onde vieram achar refugio varios

portuguezes imigrados da Madeira, na perseguição movida contra o Dr. Kalley. Quando este missionario chegou ao Rio, aos 10 de maio de 1855, fez um appello a alguns dos seus amigos de Springfield para que o viessem ajudar.

Pitt foi o primeiro a attender, aportando ao Rio em dezembro do mesmo anno e indo para Petropolis, onde se fixara o Dr. Kalley, do qual foi valioso auxiliar(...). De Petropolis transferiu-se Pitt para o Rio, empregando-se como carpinteiro no Arsenal de Marinha sem estorvo da propaganda.

(...). Outro coadjutor precioso encontrou o Reverendo Blackford na pessoa do Professor George W. Chamberlain (1839-1902), que estava destinado a ser um dos mais abençoados missionários presbiterianos no Brasil. Dava lições de inglez em S. Paulo e ajudava na propaganda. Menciona-o Reverendo Blackford como havendo sido seu assistente de novembro de 1864 a agosto de 1865.

Chamberlain, nascido em 13 de agosto de 1839 em Waterford, Pensylvania, fizera curso no Delaware College e no Union College. Não tinha vindo ao Brasil como missionario, nem pregador. Conta elle que, partindo de sua terra em junho de 1862, tinha em vista obter melhoras para a sua vista estragada pelos estudos. Aconteceu, porém, trazer uma carta de recommendação para o Reverendo Blackford, do Rio, e logo no dia da chegada, 21 de julho, travou com elle relações que muito vieram influir no seu destino.

Encontrou-se também no Rio com o então negociante Horacio Lane, que teria de ser seu cooperador na obra educativa.

Logo veio a S. Paulo, indo visitar o Reverendo Shcneider no Rio Claro e os seus colonos allemães. Dahi para o Rio Grande do Sul onde se demorou cerca de um anno. Em seu primeiro relatorio pastoral não explicou em que se empregou então. Talvez em negocios particulares sem se esquecer da nova vocação que se abria deante de seus olhos.[...].

De novembro a agosto do anno de 1865 colaborou com o Reverendo Blackford em São Paulo, tendo acompanhado a Brotas o Reverendo Simonton em março e abril. Em agosto e setembro fez muitas viagens pelo interior, regressando ao Rio, onde por seis mezes ficou como auxiliar de Simonton, substituindo-o em quanto este missionario havia ido a S.Paulo para a organização do presbyterio do Rio de Janeiro. [...] (LESSA, 1938, p.26 e 27)

A partir de março de 1865, Blackford passou a organizar a Igreja Presbiteriana de São Paulo. A princípio ela funcionou em um salão localizado no Largo de São Bento. Essa primeira igreja da capital paulista esteve sob a influência do Presbitério do Rio de Janeiro, em atenção à importância da Corte e ao fato de nela se achar instalada a Igreja-mãe. Durante esse tempo, criou-se uma segunda igreja em São Paulo e na Vila de Brotas (atual Brotas) no interior paulista foi inaugurada em novembro desse mesmo ano, uma terceira igreja. Foi nessa ocasião que o reverendo Blackford conheceu o padre José Manoel da Conceição, que mais tarde se tornou o primeiro pastor presbiteriano ordenado no Brasil.

Com a existência de três igrejas e comunidades, Simonton e outros missionários deram um passo importante para a institucionalização do presbiterianismo no Brasil, com a criação de um presbitério ou federação regional de igrejas, sob a supervisão do Presbitério do Rio de Janeiro. Essa federação era composta por três igrejas e três missionários estrangeiros, sendo as mesmas filiadas ao Sínodo de Baltimore, da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos.

Essa assembléia, que tratou da organização da federação regional das igrejas, ficou conhecida pela designação de “primitivo presbitério ou organização da Igreja Apostólica”. A respeito desse ato constitutivo,

Nós, Ashel G. Simonton, do Presbitério de Charlisle; Alexandre L. Blackford, do Presbitério de Washington; e Francisco J. C. Schneider, do Presbitério de Ohio, querendo melhor promover a glória e o reino de nosso Senhor Jesus Cristo no Império do Brasil, julgamos útil e conveniente exercer o direito que nos confere a Constituição de nossa Igreja, constituindo um Presbitério sob o governo e direção da Assembléia Geral da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos da América do Norte. Portanto, de conformidade com a referida Igreja, de fato nos constituímos em um Presbitério que será chamado pelo título de Presbitério do Rio de Janeiro, o qual deverá estar anexo ao Sínodo de Baltimore. (FERREIRA, 1992, p.59)

Nesse primeiro concílio organizado em São Paulo, em 17 de dezembro de 1865, o ex-Padre Manoel da Conceição, deixou a batina abraçando o protestantismo:

[...]. O ex-padre Conceição não se satisfez somente em constituir-se membro da igreja presbiteriana e em fazer parte do corpo de redacção do primeiro orgam evangelico que surgiu no Brasil. Suas aspirações eram mais elevadas, consoante elle expuzera ao seu diocesano, abandonando a igreja romana, era o seu intento annunciar aos seus patricios o puro Evangelho de Christo, como verdadeiro ministro de Deus que era.

Em 16 de dezembro de 1865 constitui-se, em S. Paulo, o Presbyterio do Rio de Janeiro, do qual faziam parte os reverendos Simonton, Blackford e Schneider. No dia seguinte, 17 de dezembro, o antigo vigario era solennemente ordenado pela imposição das mãos do Presbyterio organizado na vespera..

Estava realizada a grande aspiração do reverendo Conceição, que foi contado como primícias do ministerio evangelico nacional.

Na Segunda reunião do presbyterio, na cidade do Rio de Janeiro, em sessão de 8 de julho de 1866 foi consagrado o reverendo G. M. Chamberlain, o segundo ministro ordenado no Brasil. O presbyterio do Rio de Janeiro contava então com cinco ministros no seu rol e as igrejas do Rio, São Paulo e Brotas. (LESSA, 1935, p.28).

Algum tempo depois de se incorporar ao ministério evangélico, o reverendo Conceição foi excomungado formalmente pela Igreja Católica. O clero católico, antes de tomar essa decisão, tentou ainda fazer com que o padre Conceição voltasse atrás, porém ele se manteve firme em seus propósitos. Diante disso, a autoridade diocesana não vacilou em publicar pelo *Jornal Correio Paulistano* de 23 de abril de 1867 essa sentença.

Circular. Juizo contencioso Ecclesiatico de S.Paulo, 19 de Fevereiro de 1867. Dom Sebastião Pinto do Rego, bispo da diocese de S. Paulo, por seu delegado, vigario geral e provisor do bispado, o conego Joaquim Manoel Gonçalves de Andrade, scientifica ao muito reverendo vigario da parochia desta cidade, para os devidos effeitos que sendo denunciado perante o juizo contencioso ecclesiastico criminal desta diocese o então reverendo José Manoel da Conceição como schismatico exaltado, que não só abjurara princípios

fundamentaes da religião catholica apostolica romana, como igualmente prégava com toda a publicidade as idéas erroneas do protestantismo, foi pelo doutor promotor ecclesiastico accusado solennemente em 15 de dezembro de 1865 e condemnado em 30 de outubro de 1866 como schismatico e incurso ipso facto na pena de excommunhão maior, da exautoração das funcções ecclesiasticas e deposição verbal, sendo igualmente fulminado com inhabilidade para officios, benefícios e dignidades da igreja. Em cumprimento do que dispõe a Constituição do Arcebispado da Bahia, artigo 1.103, ordena ao mesmo muito reverendo vigario da parochia desta cidade, que, em sua respectiva igreja, dê publicidade a mesma sentença condemnatoria, cuja copia a esta acompanha, a fim de que os seus parochianos fiquem bem informados das penas comminadas e da pessoa contra quem recahirem; proporcionando-lhes por este meio mais seguro abrigo contra a seducção da novidade e do erro. Joaquim Manoel Gonçalves de Andrade. (CORREIO PAULISTANO, 23 DE ABRIL DE 1867. In. LESSA, p.29, 1935).

O padre José Manoel da Conceição foi ordenado em 1844, mas desde o início apresentava um perfil diferenciado de outros sacerdotes católicos: tinha por costume fazer leitura da bíblia, o que outros clérigos não faziam. Além disso, mantinha relações com os protestantes ligados à imigração. Esta sua atitude o marginalizou dentro da Igreja Católica, colaborando para que se tornasse um padre solitário e rebelde que não tinha por temperamento prestar obediência à hierarquia. Em razão de sua atitude, as autoridades eclesiásticas da Igreja Católica não o deixavam permanecer por muito numa só paróquia, removendo-o sempre que vagava uma igreja numa das vilas e povoados mais distantes. Em suas andanças pelo interior paulista, trabalhou em Limeira como padre enviado à Freguesia, mas após alguns meses recebeu novamente ordem de remoção.

A cidade de Limeira, na metade do século XIX, era próspera devido ao café e, em razão disso, era grande o número de imigrantes ali concentrados. Em poucos meses, Conceição revolucionou: fez os deveres de padre sem cobrar e conversava com os imigrantes em suas próprias línguas. Esta proeza do ex-padre Conceição se deu após seu contato com o Dr. Teodoro Henrique Langgard, luterano dinamarquês que foi médico e clinicou pelo interior de São Paulo, Sorocaba e Campinas. A respeito do contato de Langgard com o padre Conceição

Contrahi amizade com o Dr. Theodoro Langgard a quem devo meus conhecimentos de língua allemã, de história e geographia. Destas boas relações (onde são ellas extremamente raras) ficou-me pelo menos a certeza de que ellas nos obrigavam a também a nos tornarmos melhores do que aquelles que não têm educação alguma, sorte aliás de quem vive no campo. (LESSA, 1935, p.14).

A educação recebida pelo padre Conceição foi dada por um tio, padre José Francisco de Mendonça, que o influenciou a seguir seus passos religiosos. Conceição

iniciou sua vida como sacerdote com vinte e dois anos, permanecendo por 20 anos como sacerdote católico.

A simpatia do padre Conceição pelos protestantes e seu conhecimento da bíblia, nunca passaram despercebidas pelo clero e pelo próprio bispo que o apelidaram de “padre protestante”. Entretanto, *“sua piedade, comtudo, permittiu que usassem para com elle de tolerância. Além disso, muito tempo decorreu antes de tomar uma posição definitiva”* (LESSA, 1935, p.15), ou seja, abandonar a Igreja Católica e converter-se ao protestantismo.

A última paróquia do padre Conceição servindo à igreja Católica foi na Vila de Brotas (SP). Nesse mesmo lugar abandonou o catolicismo e se converteu ao presbiterianismo *“[...] onde definitivamente se pronunciou, obedecendo a fascinação que se sentiu possuído ainda na adolescência em Ipanema e Sorocaba na convivência com protestantes estrangeiros”* (LESSA, 1935, p.19).

Brotas, na época, não passava de uma pequena Vila do sertão paulista. A influência que o padre Conceição exerceu sobre seus moradores, levou-os a se interessarem pelo evangelho e a construírem uma igreja presbiteriana e uma escola dominical, tornando-se Brotas o local de concentração dos missionários que, com muita freqüência, a visitavam. O primeiro a visitar Brotas foi o reverendo Blackford, em 1865; em março e abril do mesmo ano, os reverendos Simonton e Chamberlain e em junho o colporter Bastos. Em fins de outubro e começo de novembro, Blackford retornava para lá, em companhia do ex-padre Conceição, para ali permanecer por 20 dias percorrendo as casas e sítios na divulgação da bíblia.

Foi nesta época que se organizou a Igreja Evangélica de Brotas, em casa do Sr. Antonio Francisco Gouvêa, em 13 de novembro de 1865, tornando-se este um dos primeiros membros dessa família a ser convertido ao presbiterianismo juntamente com alguns moradores da Vila. Nessa época, a igreja presbiteriana passou a contar com 18 participantes.

Com as profissões acrescidas em consequência da visita do reverendo Schneider, tornou-se então a igreja de Brotas maior que a de S. Paulo temporariamente. E assim foi por muitos anos. S. Paulo com quatorze membros, Brotas dezoito. E converteu-se Brotas em igreja missionária. Dalli irradiou o evangelho para outros pontos. Transpoz as raias da antiga província e foi surgir na freguezia da Borda da Mata, comarca de Pouso Alegre. A igreja da Borda da Mata, installada em 23 de maio de 1869, foi a principal igreja presbiteriana organizada em Minas Gerais. (LESSA, 1938, p.36).

O presbiterianismo, nessa primeira fase, expandiu-se pelo interior paulista e na região do Sul de Minas Gerais, acompanhando a rota das estradas de ferro por onde passava o café. A mensagem presbiteriana chegou a essa região levada pelos missionários, que ao penetrar na zona rural influenciou os donos das pequenas propriedades. Os missionários, observando que nessas regiões de sertão o clero católico continuava ausente, ali se infiltraram, pregando o evangelho e ensinando seus hinos para serem cantados em reuniões familiares. Com o decorrer do tempo, tornaram-se amigos dos moradores, o que facilitou a implantação missionária. A consolidação desse trabalho deu-se com a fundação de igrejas e escolas edificadas nas vilas e sítios para facilitar o acesso dos que ali residiam.

Em Brotas, a escola foi freqüentada por 30 a 35 alunos; duas vezes houve exames, o último foi muito bom; presentemente será muito pequeno pela razão dos crentes haverem-se removidos da vila para os sítios. O sítio de Henrique Gomes: foi estabelecido escola, com 27 alunos, e aulas noturnas, com 19 adultos. Dentro de um ano já estava construída, pelos fiéis, a casa para culto e escola, com 20 palmos de largo por 50 de fundos, e já se preparavam para fazer a casa do mestre-escola. Sítio de Manoel de Toledo Magalhães: Está uma escola funcionando com 8 alunos; tem reunião duas vezes no domingo, e uma vez na quarta feira. Ali também funciona uma escola dominical. (...).

São José do Rio Claro: No dia 27 de fevereiro de 1873, estabeleci uma escola e culto regular duas vezes no domingo... A escola principiou com 9 alunos, o qual no dia 23 de julho chegou a 76 alunos... a escola tem ganhado a simpatia de muitas pessoas e famílias. (RELATÓRIO DE DAGAMA AO PRESBITERIO DO RIO DE JANEIRO DO EM 09/08/1873. In: RIBEIRO, 1980, p.163).

O reverendo João Fernandes Dagama chegou ao Brasil em 1870. Havia sido exilado da Ilha da Madeira por sua prática religiosa. Na sua escolha pelo interior paulista para realização do seu trabalho missionário, Dagama percorreu vários vilarejos, sempre com o intuito de criar escolas e igrejas, como as construídas em Rio Claro, Araraquara e outras já citadas. Dagama, no 62º Relatório Anual da Missão, de 1899, relata sua missão evangélica:

Eu tenho na Igreja de Rio Claro cinco pontos de pregação; em São Carlos do Pinhal, a quarenta milhas de distância, três pontos de pregação; em Araraquara, a setenta milhas de distância, nove pontos de pregação. O total de membros admitidos durante o ano foi de vinte e quatro. (ANNUAL REPORT, 1899. In: RIBEIRO, 1980).

Dagama tinha organizado quatro igrejas e, para atendê-las, percorria uma distância de quarenta a setenta milhas de sua casa por caminhos precários e de difícil acesso, realizando visitas e atendendo as necessidades espirituais dos moradores.

O trabalho de maior expressão do reverendo Dagama foi realizado em Rio Claro (SP), em 1874: construiu uma escola e uma igreja ao mesmo tempo. O Colégio de Rio Claro, mantido por Dagama recebeu a valiosa presença de duas missionárias: Mary Dascomb, que foi auxiliada pela missionária americana Elmira Kuhl. Esta escola destacou-se por ministrar um ensino de boa qualidade e possuir excelentes professoras. Em 1877, Dagama criou outra escola, o “Internato para Crianças Pobres e Órfãos”. Esta escola contou com a participação, em seu quadro de professores e das duas missionárias acima citadas, pertencentes à Missão que haviam assumido a responsabilidade de ensinar crianças para ali enviadas. Ribeiro em seu trabalho de doutorado intitulado “*Introdução do Presbiterianismo no Brasil*”, faz uma longa referência com respeito ao reverendo Dagama e sua escola,

Em Rio Claro, onde veio residir, foi mais ambicioso; organizou escola (primária) para receber crianças de fora da igreja e anota que a simpatia da população é geral. Para ali vieram ajudá-lo, em estágios ao longo de alguns anos, as duas grandes educadoras da Missão, Mary Dascomb e Elmira Kuhl. Ao lado do curso primário, organizou seu internato-orfanato sui generis: recolhia crianças pobres, inclusive órfãs, e as mantinham durante três anos num regime espartano; depois pretendia remetê-las de volta ao lar ou ao seu Distrito, para comporem os quadros dirigentes das congregações analfabetas, bem como comandarem a ofensiva evangelizadora dos sertões. (RIBEIRO, 1980, p.169).

Com o objetivo de expandir o evangelho entre os brasileiros, os missionários presbiterianos utilizaram várias estratégias. Uma delas foi a formação de crianças pobres e órfãs dentro dos princípios protestantes em suas escolas. As mesmas, após receberem instruções e convivido com os missionários, voltavam as suas respectivas vilas e distritos, influenciando a prática religiosa da população. Este método conquistou novos membros para a igreja, inclusive, alguns, que mais tarde se tornariam pastores da Igreja Presbiteriana.

Capítulo IV - O Seminário Primitivo Presbiteriano no Brasil: sua organização e funcionamento (1867-1870)

A criação do seminário presbiteriano pelos missionários tinha o objetivo de dar uma educação teológica aos interessados em seguir a vida ministerial, preparando-os adequadamente para a atividade pastoral, para melhor servir à Igreja e ao reino de Deus. Desenvolvendo um estudo teológico, que buscava uma melhor compreensão do homem, do mundo e da sociedade, atendendo assim a máxima da Igreja Protestante da ação missionária.

A tendência teológica no Brasil reproduziu a teologia de suas origens no protestantismo de imigração e no protestantismo de missão que por sua vez, remonta à herança dos reformadores, Calvino, por exemplo, sempre se preocupou com a questão do ensino.

Devido a sua própria formação acadêmica, queria ministros/pastores preparados intelectualmente para produzirem um efeito maior com sua pregação.

É nesse espírito que funda a Academia de Genebra, que no início tem como objetivo preparar os pastores calvinistas para ministrarem nos demais lugares onde a reforma estava se expandindo. Tal academia acaba dando lugar à grande e importante Universidade de Genebra.

Nos Estados Unidos, a influência no preparo de pastores levou os presbiterianos a criarem os Seminários de Harvard, Yale e Princeton transformados, posteriormente em grandes e famosas universidades. (VIEIRA, 2000, p.2).

O reverendo Ashbel Green Simonton, responsável pela implantação da missão presbiteriana no Brasil se formou no Colégio Universitário de Princeton, em 1852. Influenciado pelas idéias dos antigos reformadores, idealizava em consolidar no Brasil igrejas, escolas e seminários, como ocorreu a partir de 1867.

Desde a realização da primeira assembléia da Igreja Presbiteriana no Brasil, que uniu as Igrejas do Norte dos Estados Unidos, a “*Presbyterian Church of United States of América*” e a Igreja do Sul, “*Presbyterian Church of América*”, já existia uma preocupação do Concílio de se criar um seminário com o intuito de formar pastores brasileiros.

Os colégios criados pelos missionários norte-americanos em território brasileiro, apesar de não terem objetivo totalmente proselitista, mantinham uma classe aberta de educação teológica aos que se interessavam pelo estudo religioso. Foi com a fundação do seminário que melhor se desenvolveu a educação religiosa daqueles que pretendiam se tornar pastores da Igreja Presbiteriana no Brasil.

O primeiro Seminário Teológico Presbiteriano a funcionar no Brasil foi denominado de “Seminário Primitivo”, localizado no Rio de Janeiro, no Campo de Sant’ana, nº 49. Abriu suas portas, em abril de 1867. A esse respeito Simonton afirma:

Aluguei uma casa com sala ampla, boa para pregações; outra para imprensa e alojamento para os nossos estudantes e para as famílias de dois impressores. Tudo por 150 mil réis por mês. É muito razoável. Pelo menos trinta pessoas a mais poderão estar assentadas. Tal mudança se faz necessária pelo aumento animador dos auditórios. Quando tivermos de mudar outra vez, espero que seja para lugar definitivo. (SIMONTON, 1867, In: Diário, 1982).

Por alguns meses o Seminário Primitivo funcionou nesse prédio ocupando quase todos os andares, dividindo espaço com uma cervejaria instalada no pavimento térreo, segundo descrição de Antonio Bandeira Trajano (aluno do Seminário na época) para o Almanaque “O Puritano”. Nesse prédio funcionavam o Seminário, a Igreja, a Escola Paroquial e a Imprensa Evangélica. Assim distribuída:

No primeiro andar havia um grande salão de cultos; e no fundo um cômodo para a escola paroquial. No centro havia um pequeno compartimento em que se fazia a venda de livros e folhetos. A esse andar chamavam a Igreja. O segundo pavimento era o Seminário, ali viviam os estudantes e tinham suas aulas. O terceiro andar, era residência de Santos Neves. Ele colaborador da Imprensa Evangélica, Dna. Gervásia, sua esposa, dirigente da escola paroquial e organista da Igreja. (ALAMANAQUE “O PURITANO”, 1902, p.64).

Simonton tinha também a idéia de criar no Brasil, uma escola nos moldes das escolas americanas, que atendesse tanto aos filhos dos imigrantes quanto dos brasileiros. Para a realização desse projeto convidou o seu irmão, James Simonton, que permaneceu por alguns anos lecionando no Brasil (1861-1865), em Vassouras, RJ. Porém a idéia de escola não se concretizou de imediato, somente ocorrendo em 1867.

Ao vir para o Brasil, Simonton trouxe consigo a preocupação de edificar igrejas, escolas e também um seminário, aliás, imprescindível para o crescimento do movimento missionário no Brasil e para a preparação de líderes religiosos brasileiros. Por esse motivo é que no dia 14 de maio de 1867, quando tiveram início as aulas no Seminário do Rio de Janeiro, o próprio reverendo Simonton fez questão de ser um dos professores, juntamente com Schneider e o pastor luterano Karl Wagner Groben.

Repartiram os mestres em várias matérias conforme suas possibilidades. Simonton, teologia e Bíblia; Wagner, grego e história eclesiástica; Schneider, preparatório. Muitos dos assuntos eram de nível secundário, e até mesmo primário, conforme a necessidade, pois os estudantes não tinham suficiente preparo prévio. O trato pessoal deles com os mestres, e a prática no

trabalho da igreja e na evangelização, e sobretudo os dotes especiais com que o Senhor da Seara os tinha aquinhoado, fizeram deles bons pastores. (FERREIRA, 1992, p.80)

No funcionamento do Seminário Primitivo do Rio de Janeiro, em 1867, o currículo aplicado era flexível, principalmente, devido à falta de preparo e a precariedade de estudos apresentados pelos quatro estudantes brasileiros (na verdade, três eram portugueses e apenas um brasileiro). Por esta razão, o ensino dado a esses futuros pastores teve uma variação curricular, sendo adaptado à realidade educativa desses alunos. Em razão das dificuldades apresentadas, os professores tiveram que buscar novos métodos e técnicas de ensino para transformar esses seminaristas em bons pastores. Portanto, havia, duas modalidades de ensino: o pré-teológico, para aqueles que tinham cursado o primário, e o curso teológico, para os que haviam concluído o secundário.

O reverendo Schneider se encarregava da educação Pré-Teológica ou Secundária; os estudantes traziam heterogêneo preparo: Trajano e Carvalhosa tinham freqüentado parte da escola secundária. Antonio Pedro, (o único brasileiro) tinha sido aluno de alguns padres, e, por último, do padre José Manuel, em Brotas; sabia algo da gramática portuguesa, pouco de latim e era maestro; Miguel, auto-didata; (...). Aprendiam álgebra, física, astronomia e inglês; a pequena biblioteca aberta a seu uso tinha vindo de Nova Iorque, remetida pela Junta (Missões).

A partir do 2º Ano, dedicavam-se aos estudos de formação pastoral propriamente dito até o 4º Ano, quando o curso seria encerrado. Aprendiam grego; o professor era o reverendo Carlos Wagner, ministro luterano, que também lecionou História Eclesiástica. O reverendo Simonton era professor de Teologia e Bíblia. (RIBEIRO, 1981, p. 258-261).

O Seminário Primitivo estruturou o programa de cursos com a divisão Pré-Teológico e Teológico, sendo o primeiro ano do currículo, onde todos os alunos cursavam as mesmas matérias, modificado a partir do segundo ano, quando esses alunos iniciavam o estudo teológico para a vida ministerial. No seminário os futuros pastores recebiam uma educação religiosa que tinha por objetivo prepará-los para viver dentro de uma atmosfera de relações tanto para com Deus como para com o próximo. Para que pudessem alcançar esse propósito, o currículo do curso teológico se fundamentava numa educação cristã :

- 1º) A Educação Cristã deve constituir parte integrante do currículo de cada seminário,
- 2º) Todo curso ministrado no seminário deve salientar suas implicações com relação à Educação Cristã.
- 3º) Deve haver equilíbrio e correlação entre os cursos de Educação Cristã e os demais cursos do seminário.
- 4º) Cursos de preparação de leigos de ambos os sexos para a obra da Educação Cristã devem ser estabelecidos.

5º) A produção de literatura adequada deve ser encorajada pelo seminário.

6º) Os estudantes de teologia devem compreender que a evangelização e a Educação Cristã estão unidas e se completam. (RIBEIRO, 1901, p.44).

Embora o fundamento da educação cristã, seja a teologia cristã, entendiam que essa se beneficiava com a contribuição de ciências como: psicologia, pedagogia e sociologia. A necessidade do conhecimento dessas e de outras ciências contribuía com os “[...] *obreiros que operam no campo da Educação Cristã para que conheça os princípios básicos do comportamento humano, do processo de crescimento intelectual, da vida moral, etc., para que sejam capazes de realizar trabalhos mais eficientes [...]*”, (RIBEIRO, 1901, p. 46 e 47), seja no campo educacional, quanto no da evangelização e do proselitismo.

A educação dos futuros pastores no seminário se desenvolvia tanto teoricamente como no terreno prático. No primeiro, correspondia a um elenco de disciplinas ligado a área teológica; no segundo, os seminaristas colocavam em prática tudo que haviam assimilado. Para isso desenvolviam atividades como pregação aos fiéis na igreja, lecionando na escola paroquial anexa, “*Modesto dava inglês; Antonio Pedro, música; Trajano, geografia e aritmética; Miguel Torres, gramática*” (FERREIRA.1992, p.85). O trabalho desses estudantes foi acompanhado de longe pela “*foreign Mission*”, que não economizava elogios, dizendo que os estudantes brasileiros não ficavam nada a dever aos melhores dos Estados Unidos em dedicação.

Em novembro de 1867, Simonton contraiu a febre amarela no Rio de Janeiro sendo obrigado a interromper suas tarefas e aulas no Seminário Primitivo. Pensando em recuperar-se, dirigiu-se para a casa de sua irmã em São Paulo, mas seu estado de saúde agravou, falecendo um mês depois. Este acontecimento levou seu cunhado Alexander Latimer Blackford a transferir-se de São Paulo para o Rio de Janeiro para substituí-lo, conforme determinações da Missão Presbiteriana. Blackford, auxiliado pelos reverendos Schneider e Wagner, deu continuidade a educação religiosa dos estudantes seminaristas até 1870, quando o “Seminário Primitivo” encerrou suas atividades no Rio de Janeiro. A Missão Presbiteriana tomou a resolução de fechá-lo por falta de alunos e comprometimento dos missionários com outros trabalhos, o que dificultava suas deslocações para o Rio de Janeiro. Além disso, impediram a continuidade do trabalho nesse seminário “*as férias de Blackford, a necessidade de Chamberlain ir para São Paulo, a retirada de Wagner para a*

Suíça, onde logo depois faleceu, e a transferência de Schneider para a Bahia” (FERREIRA, 1992, p.88).

Com a extinção do “Seminário Primitivo”, em 1870, finda a utilização de um modelo curricular estabelecido de forma provisória e até certo ponto contextual, surgido para atender às necessidades do momento. Iniciava-se assim um período em que a aprendizagem dos futuros pastores deu-se sem a existência de seminários; aqueles que se sentiam despertados pela vocação religiosa e se interessavam pela vida ministerial acompanhavam um ministro em suas atividades espirituais. A inexistência de uma instituição formal fez com que surgisse o método preceptorial de formação de religiosos.

4.1 - A preparação teológica dos pastores presbiterianos fora do seminário, a utilização do método preceptorial de educação (1870 a 1882)

Por 12 anos, a educação dos futuros pastores da igreja foi entregue aos missionários mais experientes da Missão Presbiteriana, destacando nesse trabalho os reverendos Chamberlain na Escola Americana de São Paulo, Morton e Edward Lane, em Campinas, entre outros.

Manoel Antônio de Menezes estudou com diferentes pastores em São Paulo e fez estágio na Inglaterra. José Zacarias de Miranda cursou parcialmente a Escola Americana e recebeu aulas Howell. Eduardo Carlos Pereira (1855-1923), estudou com os missionários George Nash Morton e George Witehill Chamberlain (1839-1902). Álvaro Emydgio Gonçalves dos Reis (1867-1925), com Eduardo Lane (1837-1902), missionário pelo Executive Committee Foreign of the Nashville, EUA., radicado em Campinas, São Paulo. Caetano Nogueira Jr., acompanhou Miguel Gonçalves Torres. Estes não tiveram seminário. (SILVA, 1998, p.33).

A formação desses pastores, não se realizou seguindo um currículo criteriosamente elaborado de modo a unificar o pensamento educacional da igreja presbiteriana, pelo contrário, se desenvolveu de acordo com o conhecimento de cada ministro e daquilo que ele havia apreendido ao longo de sua vida ministerial. Alguns eram verdadeiros educadores, caso de Morton, Lane e Chamberlain e exigia dos seus discípulos uma aprendizagem tanto no campo teórico, com estudos de várias disciplinas, quanto no campo prático, onde desenvolvia vários tipos de atividades relacionadas ao campo missionário. Um exemplo disso foi Eduardo Carlos Pereira, que mais tarde se tornaria um dos líderes mais influentes

na igreja e fora dela, formado por esse currículo aberto. O reverendo Eduardo Carlos Pereira teve como mestres, primeiramente, o reverendo Morton que antes havia dirigido o Colégio Internacional e ostentava um vastíssimo conhecimento intelectual, e depois reverendo Chamberlain que na história do presbiterianismo se destacou como excelente educador. Guiado por ambos, Eduardo Carlos Pereira estudou as seguintes matérias na preparação do seu ministério: “*Português, Francês, Latim, Grego, Teologia, Geografia, Física, Aritmética e História Universal*” (RIBEIRO, 1981, p. 63)

Em 1878, o Presbitério do Rio de Janeiro, representado pelo reverendo Lennigton, procurou organizar os estudos seminaristas, dividindo em seis anos e uniformizando o preparo individual dos candidatos ao ministério evangélico.

Estudos Para os Candidatos ao Ministério Evangélico

O curso regular será de seis anos de estudos divididos do modo seguinte:

Primeiro ano: Gramática Portuguesa, Leitura e Declamação, Composição em Português, Estudo do Breve Catecismo, Geografia e História Pátria, Aritmética Superior, Noções de Música e Inglês.

Segundo ano: Português (análise dos clássicos), Composição, Recordação do Breve Catecismo, Música (Canto), História, Leitura e Tradução do Inglês com Análise Lógica, Álgebra, Latim, Geografia, e História Universal e Ciências Naturais.

Terceiro ano: Latim (tradução dos clássicos), Gramática Grega, Francês, Geometria, Filosofia Mental de Wayland ou Upham, Geografia e História Natural, Composição em Português, Música (canto) e Ciências Naturais.

Quarto Ano: Latim (clássicos), Grego, Teologia, História Eclesiástica, Filosofia Moral, Filosofia do Plano de Salvação, Exegésis e Música.

Quinto Ano: latim, Grego, Hebraico, Teologia, História Eclesiástica e Eloquência Sagrada.

Sexto Ano: Grego, Hebraico, Teologia, História Eclesiástica, Confissão de Fé, Governo e Disciplina da Igreja e Comentário de Hodge sobre a Confissão de Fé. Eloquência Sagrada e Polêmica Religiosa.

O estudante que prestar exames e for aprovado nas matérias dos anos antecedentes, poderá matricular-se no ano superior. (IMPrensa EVANGÉLICA, 17/02/1878, p.22).

Com o intuito de preparar os candidatos ao ministério, o Board (Missão Presbiteriana) mantinha desde 1875 uma classe teológica anexa tanto a Escola Americana de São Paulo, como ao Colégio Internacional em Campinas, ambas voltadas para aos alunos que, demonstrassem interesse em seguir a vida ministerial.

Em 1887, o Presbitério de Campinas e Oeste de Minas Gerais reuniram-se seus membros em Itatiba (SP), criando uma comissão permanente de educação que adotou um plano de estudo para ser seguido pelos candidatos ao ministério, sendo nomeando como diretor desse programa o pastor Álvaro E. G. Reis. Após isso

A comissão reuniu-se em Campinas poucos dias depois de nomeada e combinou o seguinte plano de estudos, que ella recomenda para a aprovação do Presbiytério:

Estudos preparatórios: Português, Francez, Inglês, Latim e Grego. Aritmética, Geometria Plana e Esférica, Trigonometria Plana, Geographia e Cosmogeographia, História Universal, Physica, Chimica, Geologia, Astronomia, Biologia, Philosophia Mental, psicologia Lógica, Rethórica e Ética..

Estudos Técnicos: Hebraico, theologia Natural e Revelada, História Eclesiástica e Sagrada, Sacramentos, Governo Eclesiástico e a Exegese. (RIBEIRO, 1981, p.358).

Observa-se que, existia por parte dos Presbitérios a preocupação com a elaboração de um currículo, onde constavam várias disciplinas voltadas ao atendimento daqueles estudantes que não havia passado pelo preparatório, sendo que a manutenção desses estudos tinha como objetivo suprir necessidades educacionais. Já as disciplinas técnicas visavam dar aos candidatos o mínimo de conhecimento teológico. A confirmação da aptidão desses alunos acontecia logo após passarem pelo exame de suficiência realizado no final de cada curso, no qual se avaliava o progresso intelectual.

O Presbitério, ao estabelecer programa de estudos para os candidatos ao ministério evangélico, pensava em manter um elevado nível intelectual dos futuros pastores, dando a eles um conhecimento amplo, não somente teológico e bíblico, mas também em disciplinas como português, história, geografia, inglês, francês, hebraico e latim, e disciplinas ligadas às ciências naturais.

O intuito era preparar os futuros pastores de maneira adequada para que pudessem exercer as atividades religiosas como evangelizador, agente bíblico e educador cristão. Para isso tornava-se necessário unir o conhecimento teórico ao prático, pois a junção de ambos oferecia oportunidade aos futuros pastores de adquirir experiência, habilidade de execução e intelectual de assimilar os valores morais, desenvolver competência e outros meios importantes e necessários para se atingir a evangelização, a conversão de novos adeptos e de educação.

O sistema educacional que o presbitério desenvolveu na formação dos futuros pastores funcionou enquanto o número de candidatos era relativamente pequeno. À medida que o movimento missionário se expandia, aumentava o número daqueles que se sentiam despertados pela vocação ministerial evangélica. A necessidade da criação de um seminário passou a ser realidade, explicada também pela abertura de novos campos missionários, como os que apresentavam os reverendos Carvalhosa em Lorena (SP) e Miguel Torres em Borda da Mata (MG). O reverendo Trajano, por sua vez, ficou no Rio de Janeiro auxiliando Blackford em razão do crescimento das atividades religiosas; Antonio Pedro, depois de ter

deixado o Seminário Primitivo, voltou a São Paulo em 1872, sendo convencido pelo reverendo Chamberlain a realizar seus estudos teológicos na “Escola Americana”, onde também trabalhou ministrando aulas de música. Em 10 de agosto de 1873, conseguia ser licenciado, sendo designado pastor da Igreja Presbiteriana, em Sorocaba (SP).

Aos poucos os caminhos abertos pelos pioneiros do movimento presbiteriano foram sendo preenchidos pelos novos pastores nacionais. Em 1880, cinco novos pastores ordenaram-se: Zacarias de Miranda e Eduardo Carlos Pereira (anteriormente citado), João Pinheiro de Carvalho Braga, Caetano Nogueira e Antonio Manuel de Menezes, todos preparados para o desempenho de suas missões evangélicas dentro do sistema preceptoral e de acompanhamento dos missionários.

Após 1880, a missão presbiteriana ocorria em várias partes do Brasil,

Na Bahia o presbiterianismo chegou primeiro que em Pernambuco, pois em 1871, Schneider chegou a Salvador onde demorou até 1877. Em Sergipe o pregador presbiteriano que primeiro chegou foi o reverendo Benjamils Kolp.

George Chamberlain funda a Escola Americana em São Paulo. George Landes e Roberto Lenington evangelizam no Paraná. Venerdon funda o trabalho no Rio Grande do Sul. (ARAÚJO, 1982, p.6).

Até o ano de 1888, a Igreja Presbiteriana no Brasil possuía um efetivo de 20 missionários e 12 pastores nacionais, sendo construídas 59 igrejas. Havia quatro Presbitérios: do Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo. As sessões do 1º Sínodo foram realizadas na igreja do Rio de Janeiro, no período de 30 de agosto a 19 de setembro de 1888.

Nós, os membros dos Presbitérios do Rio de Janeiro, de Campinas e Oeste de Minas e de Pernambuco, autorizados pelas Assembléias Gerais de nossas respectivas igrejas dos Estados Unidos, nos desligamos delas, e, juntamente com as igrejas pertencentes aos Presbitérios acima mencionados, nos constituímos em um Sínodo que deverá ser chamado Sínodo da Igreja Presbiteriana no Brasil, sobre as seguintes bases:

Da Organização.

O Sínodo terá sob sua jurisdição todas as igrejas pertencentes aos Presbitérios acima mencionados, as que no futuro forem por eles organizadas, e as que se lhes associarem.

Os símbolos da Igreja assim constituída serão a Confissão de Fé e os Catecismos da Assembléia de Westminster, recebidos atualmente pelas igrejas presbiterianas nos Estados Unidos, e o Livro de Ordem publicado na Imprensa Evangélica de 1881, com as emendas já anotadas pelos Presbitérios.

O Sínodo terá a prerrogativa de dividir-se em dois ou mais Sínodos, quando julgar conveniente, para constituir-se então uma assembléia geral segundo as determinações do Livro da Ordem.

Das relações entre a Igreja Presbiteriana no Brasil e as igrejas no Estrangeiro, que mantém atualmente ou venham a manter no futuro missões no Brasil, ou a prestar seu auxílio à obra de evangelização.

As ditas igrejas no estrangeiro escolherão as obras ou trabalhos de evangelização que quiserem manter ou auxiliar no país, contanto que nada se faça contra a vontade expressa.

As ditas igrejas no estrangeiro escolherão as obras ou trabalhos de evangelização que quiserem manter ou auxiliar no país, contanto que nada se faça contra a vontade expressa do conselho supremo da igreja no Brasil.

Nomearão também as referidas igrejas os seus agentes e comissões locais para administrarem na parte que lhes tocar os referidos trabalhos, e para o dispêndio e fiscalização do auxilio pecuniário que fornecerem. Os presbitérios, porém respeitarão, quanto for compatível com as suas prerrogativas eclesiásticas, as disposições que as referidas igrejas ou as suas comissões locais quiserem fazer dos missionários ou outros trabalhadores evangélicos que mantiverem no Brasil.

As igrejas auxiliaadoras no estrangeiro regularão entre si suas relações mútuas e, por meio de suas respectivas mesas administrativas sobre as obras e trabalhos que empreenderem e sobre as localidades e territórios que quiserem. (ACTA DO SYNODO DA IGREJA PRESBITERIANA DO BRASIL, 1888-1907, p.5 e 6)

O Sínodo realizado no Rio de Janeiro, propôs a separação e a organização da Igreja Presbiteriana do Brasil, o que foi aceito pela missão estrangeira, dando a ela autonomia e desligando-a da igreja matriz norte-americana.

Com a organização do Sínodo criou-se o Seminário Presbiteriano, elegendo seus primeiros professores, ao mesmo tempo que dividiu o Presbitério de Campinas e Oeste de Minas Gerais.

Organizado o Sínodo, um dos seus primeiros atos foi cogitar do estabelecimento de um seminário para a formação de um ministério nacional idôneo. Com êsse fim foram eleitos, nessa primeira reunião, os seguintes professores: reverendo Alexander L. Blackford, representando o Board de Nova York, que o mantinha, e o reverendo J.R. Smith, representando o Committem que igualmente o mantinha.

Nessa eleição manifestaram-se os germes da luta que, através de 15 anos, devia terminar pela cisão do Concílio de 1903.

O Board de Nova York mantinha em São Paulo a Escola Americana, fundada em 1870, e, desde 1875, uma classe teológica anexa a ela. Havia nessa ocasião o projeto de fundar-se nesta cidade, sob os auspícios do mesmo Board, uma Universidade Protestante, que modificada, tem a sua realização no atual colégio Protestante ou Mackenzie. Julgava por êsse motivo, Nova York que São Paulo devia ser a sede do Seminário, e este uma das faculdades da universidade projetada. Com êste pensamento havia mandado o reverendo Mac Laren para lecionar teologia. (FERREIRA, 1959, p.242).

Apesar da disposição dos partidários de São Paulo, em escolher como local sede do Seminário a cidade de Campinas e, contar com professores do Sínodo, entre eles os reverendos Lane, T.J.Porter, Norton, Smith e outros, que iriam fazer parte desse grande projeto da Igreja Presbiteriana, isso não chegou a acontecer em virtude do surto de febre amarela, que mais uma vez se abatia sobre Campinas, vitimando os missionários Eduardo Lane, Thompson, Dabney e Blackford. Isso consta no artigo transcrito da “*Revista das Missões Nacionais*” em carta endereçada ao reverendo Horácio Lane:

Do Dr. Horácio Lane, médico e presidente do Mackenzie College:

Nosso muito amado irmão, reverendo Eduardo Lane, morreu ontem de febre amarela, à uma hora e meia da tarde, em sua casa em Campinas. Miss Kemper está apenas convalescente do ataque da mesma doença. Devido a delongas e interrupções na estrada de ferro e no serviço de telégrafo, ninguém aqui soube da doença desses amigos a tempo de prestar-lhe serviço. Acorri para eles logo que possível, após saber que estavam doentes, mas muito tarde para alcançar vivo ao irmão a quem todos amávamos. A marcha da moléstia foi terrivelmente rápida: ele morreu, no quinto dia, em estado de coma, ocasionado pela intoxicação urêmica. (REVISTA DAS MISSÕES NACIONAIS, 1892, p.3, 4 e 5 In: PEREIRA, C. Eduardo, 1965).

Esta situação causou desânimo entre os membros da Igreja Presbiteriana, levando a Diretoria do Seminário Teológico a transferir a idéia da criação do Seminário de Campinas, (SP) para Nova Friburgo, (RJ).

Nova Friburgo tinha sido discutida na reunião anterior e, considerando as vantagens que essa cidade oferece, foi ela escolhida como lugar provisório do Seminário.

No mês seguinte o Dr. Smith estabeleceu a sua residência em Nova Friburgo, e no dia 15 de novembro de 1892, o Seminário Sinodal foi inaugurado. Durante quase dois anos êle tem continuado com toda a regularidade.

A Diretoria reuniu-se em Nova Friburgo, no dia 4 de setembro de 1894, para tomar conhecimento do serviço feito durante êsse período. Ficamos plenamente satisfeitos com o plano seguido pelo Dr. Smith, com a ordem dos estudos e o evidente progresso que os estudantes têm feito. [...] (ATA DO SÍNODO, 1894, p.59).

Depois de se reestabelecer-se de sua doença, o reverendo Smith retomou o trabalho na preparação dos futuros pastores para a Igreja Presbiteriana no Seminário Sinodal em Nova Friburgo. Smith ficou à frente desse Instituto por dois anos, sendo auxiliado pelos missionários Chamberlain, Carvalhosa, Kyle, Wardlaw e outros que fizeram parte do corpo administrativo.

4.2 - O Funcionamento do Seminário Sinodal Presbiteriano de Nova Friburgo – RJ (1894-1896)

Na ocasião da Proclamação da República (1889), já se encontravam presentes em território brasileiro as principais denominações históricas do protestantismo: os presbiterianos, desde 1859; os metodistas, desde 1876; os batistas, desde 1881; a congregacional, desde 1885; os episcopais, desde 1890. Além delas, haviam aquelas que vieram acompanhando os imigrantes: os anglicanos que aqui chegaram em 1816 e os luteranos, em 1824.

Durante esse período, o protestantismo brasileiro apresentava poucos adeptos, sua maioria era constituída de imigrantes. A denominação que mais se sobressaiu nesta época

foi a presbiteriana, que atuava tanto na área rural quanto na urbana. Os presbiterianos contavam com duas grandes escolas: o Colégio Internacional de Campinas e o Colégio Americano de São Paulo. Além disso, foram os primeiros a organizar um seminário protestante no Brasil, reconhecido em toda a América Latina.

A nacionalização do corpo protestante, se desenvolvia lentamente as vésperas da República, assumindo um caráter mais intenso após a sua Proclamação. Conforme dados da Igreja Presbiteriana

Em 5 de março de 1865, numa das suas primeiras admissões, recebeu como membros professos 4 portugueses e 2 brasileiros. Em 1867 os seus 32 membros compreendiam 17 estrangeiros (13 portugueses, 2 ingleses, 1 alemão e 1 italiano) e 15 brasileiros; no ano seguinte, 23 estrangeiros (19 portugueses, 2 ingleses, 1 alemão e um italiano) e 17 brasileiros. Em 1873, os treze membros daquele ano compreendiam 5 brasileiros, 5 alemães, 2 portugueses e 1 suíço. Mais tarde, já o número de brasileiros aumenta. Em 1882 encontramos entre os seus novos prosélitos 8 brasileiros e 2 norte-americanos, um português, um italiano, um alemão e um suíço. E embora no ano seguinte se restabeleça a maioria estrangeira, pequena, aliás, (6 brasileiros, 4 italianos e 3 portugueses), a Igreja recebe, em 1884, 7 brasileiros, um norte-americano e 2 suíços; em 1885, 9 brasileiros, 2 norte-americanos e 1 alemão. A partir de então nunca mais o número de admissões de estrangeiros ultrapassou o de brasileiros. (LÉONARD, 1951, p.350).

De acordo com os números acima apresentados pela Igreja Presbiteriana, o protestantismo brasileiro crescia, convertendo não somente indivíduos, mas também famílias inteiras, como já havia ocorrido em Brotas (SP), onde as famílias Gouvêa e Cerqueira Leite aderiram ao protestantismo. Ao ser construída a Igreja Presbiteriana de Itanhaém (SP), foram admitidos 22 membros professos. Embora aumentasse o número de adeptos ao presbiterianismo, a mesma proporção não ocorreu com a formação de pastores brasileiros. Em 1888, por exemplo, eram 20 missionários estrangeiros para 12 pastores nacionais. Pensando em ampliar esse número foi criado o seminário do Sínodo em 1892.

A criação do seminário do Sínodo foi cercada de dúvida da indefinição de qual o melhor local para a sua instalação.

O Sínodo achava urgente o Seminário; as missões resolveram achar a instalação. O Sínodo queria que fosse no Rio de Janeiro. Uma das missões o queria em São Paulo, outra, em Campinas. A questão é mesmo complexa. Os presbitérios deveriam respeitar as disposições missionárias e as missões suas relações mútuas (FERREIRA, 1959, V.1, P.245-247).

Ainda em 1888, o Sínodo, realizaria uma votação para definir Nova Friburgo, Rio de Janeiro como local escolhido. Somente com a realização do 2º Sínodo em Campinas em 1891, resolveu-se optar por essa cidade. Essa preferência deve-se ao fato de Campinas encontrar-se perto do núcleo colonial norte-americano, instalado nas cidades de Americana,

Santa Bárbara e também, por aparentemente o surto de febre amarela haver desaparecido. Entretanto, mais uma vez esse propósito teria que ser adiado, pois novos focos invadiram a cidade em 1892, levando a assustada diretoria do Seminário a transferi-lo apressadamente para Botucatu (SP), antes da decisão de leva-lo para Nova Friburgo (RJ). As aulas do Seminário do Sínodo iniciaram em novembro de 1892, funcionando com um único professor, reverendo John Rockwell Smith.

Apesar da nomeação do reverendo Thomas Porter e Eduardo Carlos Pereira, representando as missões das Igrejas Presbiterianas do Norte e do Sul dos Estados Unidos, nenhum dos dois assumiram o cargo. Enquanto o reverendo Porter por motivos diversos ficou impossibilitado de assumir o magistério na época, voltando para os Estados Unidos, o reverendo Eduardo Carlos Pereira não se transferiu para o Rio de Janeiro, optando por permanecer em São Paulo.

O Seminário Sinodal funcionou de 1888 a 1892, em Nova Friburgo (RJ), com apenas três alunos matriculados no curso de teologia:

Atualmente, três moços freqüentam as aulas, a saber: Os Srs. Alberto Meyer, Franklin do Nascimento e Alfredo Guimarães, todos candidatos para o ministério sob os cuidados do Presbitério. Eles prestaram exames perante os membros da diretoria nas seguintes matérias: Ciência Mental, Ciência Moral, Hermenêutica, Retórica Sagrada, História do Velho Testamento até a Divisão do Reino, os Evangelhos, História e Teologia Sistemática até Santificação. Estes exames foram todos aprovados. (FERREIRA, 1959, p.265).

Seguindo a tradição protestante, exigia-se muito dos futuros missionários na sua formação, daí constar em seus estudos diversas disciplinas como: psicologia, teologia, história e filosofia. O objetivo era desenvolver uma preparação ministerial segura, de forma que esses seminaristas, quando fossem exercer o trabalho evangélico, obtivessem êxitos. No entanto, há poucas informações sobre o currículo adotado nesse período no Seminário de Nova Friburgo, *“sabe-se apenas que o seminário ficou conhecido como seminário de um só professor, o reverendo John. R. Smith, que ensinava todas as matérias do currículo, porém sua especialidade era Teologia Sistemática”* (VIEIRA, 2000, p. 103) consistia em um estudo sistemático das doutrinas do cristianismo e dogmática da Igreja e de Deus.

Embora não se possa afirmar categoricamente, alguns estudiosos da história da Igreja Presbiteriana, como Helérson da Silva (1996), Adão Evilásio da Silva (2000), partem do pressuposto que o currículo do Seminário foi elaborado seguindo a orientação do

Presbitério do Rio de Janeiro, de Campinas e do Oeste de Minas Gerais, e que, portanto, seguia as mesmas orientações do currículo utilizado na criação do Seminário Primitivo e depois, quando se elaborou o curso teológico na “Escola Americana” e no “Colégio Internacional” também o mesmo modelo foi utilizado.

O Seminário Sinodal de Nova Friburgo funcionou de maneira provisória até 1894, transferindo depois para São Paulo, tendo se unido ao Instituto Teológico de São Paulo, em 1895. Os professores foram os reverendos Smith e Eduardo Carlos Pereira.

4.3 - A criação do Seminário Sinodal Presbiteriano e sua transferência para o Instituto Teológico de São Paulo: organização e funcionamento (1896 a 1903)

Seguindo a deliberação do Sínodo de 1894, composta pelos representantes: reverendos Chamberlain, Kille, Wardlaw, Caetano e Álvaro Reis, juntamente com outros membros da Igreja, elaboraram um Plano de Ação, pleiteando a inauguração de um Instituto Teológico em São Paulo, cidade que apresentava condições bem mais favoráveis do que Nova Friburgo, além de facilitar o acesso dos alunos.

O motivo da transferência do Seminário de Nova Friburgo para São Paulo estava relacionado com a súbita morte do reverendo J. Boyle, acometido pelo surto de febre amarela, que mais uma vez, vitimou um membro importante da Igreja Presbiteriana, deixando um enorme vazio no seio desse grupo. J. Boyle destacava-se pelo espírito de liderança que exercia. Esse pesadelo, porém, ainda não havia terminado, pois novos falecimentos ocorreram entre os missionários pioneiros responsáveis pela implantação do presbiterianismo no Brasil. Não bastando isso, havia insatisfação entre os membros da Igreja com o funcionamento do Seminário em Nova Friburgo, em razão das dificuldades de se deslocarem de São Paulo para o Rio de Janeiro, para auxiliar Smith.

A vinda do Seminário para São Paulo ocorreu em 1894. A novidade foi a junção do ex-Seminário de Nova Friburgo, com o Instituto Teológico de São Paulo. Os responsáveis pela transferência foram os reverendos Eduardo Carlos Pereira, Carvalho Braga, Álvaro Reis e outros, engajados num “Plano de ação” que consistia em promover o crescimento e o desenvolvimento das missões da Igreja Presbiteriana por todo o Brasil.

{...}. Em 1894 havia aberto o Instituto Theológico suas aulas ocorreram com grande animação. Augmentava o número de estudantes. Sete já. Antonio Amaral Sobrinho e João Américo Higgins, irmão de José Higgins, eram dos novos. Andou Américo também em Nova Friburgo, mas não firmou pé em nenhum dos dous lugares. (...).

No Instituto, o corpo docente de 1894 era constituído pelos reverendos E.C.Pereira, Benedicto Ferraz, Professor Remigio e pelo antigo missionário reverendo Schneider, agora funcionario publico em S.Paulo leccionava grego e physica gratuitamente. (LESSA, 1938, p.458).

O plano de ensino do Seminário Sinodal de São Paulo constava com a seguinte divisão de cursos: o Preparatório que tinha uma duração de dois anos e o Teológico com a duração de três anos. O Preparatório equivalia ao Secundário da Escola Americana e as disciplinas que compunham esse curso eram: Francês, Inglês, Latim, Grego, Música, Geografia e Cosmografia, Aritmética, Álgebra, Equação do Segundo Grau, Geometria Plana e no Espaço, História Universal, História Pátria, Física, Química, História Natural, Geologia, Fisiologia, Psicologia, Lógica Moral, História da Filosofia. Já o Curso Teológico onde as disciplinas eram divididas em Theologia Exegética: composto por Hebraico (Grammatica e Syntaxe), Grego, Isagoge, Exegese do Velho Testamento e do Novo testamento. Theologia Histórica: História Eclesiástica. Theologia Systematica: Theologia Doutrinal e Psicologia da Relgião. Theologia Pragmática: Homiletica, Sociologia Cristã, Educação Religiosa e Órfão. Após 5 anos de estudos dividido entre o preparatório e o teológico, os seminaristas estavam aptos para cumprir o seu pastorado.

O ano de 1894, foi considerado de grande proveito para a Igreja Presbiteriana que contou com a ajuda da sociedade civil e de representantes da elite paulista, que ofertaram donativos para as construções do novo templo, juntamente com a residência pastoral e do Hospital Samaritano. A idéia da construção do Hospital havia sido ventilada primeiramente em 1890.

Em 1890 agitava-se em S. Paulo a idéa da construção de um hospital evangélico. Em meados de abril, num dos salões da Escola Americana, houve uma reunião de membros da Egreja Presbyteriana de S.Paulo. Foi apresentado um plano creando a Sociedade Evangélica para a manutenção de um Hospital .Da direcção deveriam fazer parte seis membros em plena communhão com a dicta Egreja. Foram determinadas varias categorias de sócios. Foi criada uma commissão para angariar sócios e constituir a sociedade, composta das seguintes pessoas: dr. Horacio Lane, Reverendo E.C. Pereira, Manuel da Costa, Miss Kuhl e D. Maria Paes de Barros.

Em 11 de agosto houve na Escola Americana a segunda reunião sob a presidência do Reverendo E.C.Pereira, secretariado pelo presbytero Manoel da Costa, ficando confirmada a nomeação de uma commissão para angariar sócios e levantar donativos.

As pessoas presentes que assignarama acta foram considerados sócios. [...]

No dia seguinte foi eleita a mesa que resolveu dirigir uma circular, solicitando das almas generosas os meios necessários para aquisição do terreno e a construção do edificio.

Uma das razões alegadas para a fundação do hospital era o constrangimento a que estavam sujeitos os evangélicos em outros hospitaes de S. Paulo. O hospital projectado deveria ser internacional, conforme sahiu publicado, onde os doentes não soffressem constrangimento ou vexame religioso. [...]. (LESSA, 1938, p.357 e 358).

Apesar de constar como data de inauguração do Hospital Evangélico 1890, foi em 1894 que iniciou o seu funcionamento no Jardim Pacaembu, em São Paulo. Ainda nesta data, foram criadas Igrejas em diversas partes do Brasil, destacando-se, a Igreja Riachuelo, no Rio de Janeiro, sendo o seu primeiro presbítero Myron Clark, seguido pelos missionários Lino, Chamberlain e Rodger que também participaram da sua organização.

Para divulgação do trabalho evangélico, a missão religiosa presbiteriana fundou vários jornais, “*O Estandarte*” de São Paulo, “*O Escudo da Verdade*” de Recife; “*As Boas Novas*” de Campos, Rio de Janeiro; “*O Verbo*”, de Baturité, Ceará, entre outros. A missão presbiteriana procurou se equipar com as benesses do mundo moderno. Esses jornais fundados pela Missão tinham como finalidade divulgar o trabalho evangélico e ao mesmo tempo exaltar o sucesso alcançado pela sociedade norte-americana, suas virtudes e seu modo de vida, como um exemplo a ser seguido pelas demais sociedades.

Os presbiterianos consideram 1894 como um ano importante e de grandes realizações para o movimento missionário no Brasil, No entanto, nesse ano não se formou nenhum pastor, fato que só veio acontecer em 1895, quando dois candidatos se apresentaram: Francisco Lotufo e Manoel Alfredo Guimarães.

Um dos grandes problemas que continuou prevalecendo no meio presbiteriano paulista foi a indefinição do local para a instalação do Seminário, já que duas tentativas frustradas (devido à febre amarela) tinham sido feitas em Campinas, uma em 1892 e a outra em 1896. Pela terceira vez se tentou Campinas, entretanto, agora quem impedia sua fixação por definitivo, era a condição econômica apresentada pela Igreja Presbiteriana Nacional, que se via impossibilitada de adquirir o terreno para a instalação do Seminário, embora recorresse às corporações missionárias estrangeiras: “*Board*” de Nova York e a “*Committee*” de Nashville. Entretanto, ambas negaram o empréstimo da quantia pretendida pela Igreja, sob alegação de já arcar com enormes despesas na manutenção das igrejas brasileiras e demais obras assistenciais, fracassando assim a negociação. Esta situação fez com que a Igreja Nacional, “*num assomo de entusiasmo, associou-se à de S. Paulo no levantamento de uma subscrição, que atingiu a cincoenta contos no fim do*

anno, tendo por alvo a construção de edifício conveniente, visto a insuficiência do exíguo prédio da rua 24 de maio” (LESSA, 1938).

Neste mesmo período, o Mackenzie College, recebeu uma doação de US\$ 50.000.00 dos Estados Unidos, quantia que encorajou sua diretoria a investir no Colégio e na construção de um Instituto Superior de Estudos. Este fato gerou sérios desentendimentos entre o Presidente do Mackenzie, o Dr. Horácio Lane, e os membros da Igreja Presbiteriana de São Paulo, representado pelo pastor Eduardo Carlos Pereira, que entendia que os recursos financeiros vindos de fora deveriam ser encaminhados para obras de evangelização e não desperdiçadas na construção de um colégio.

Esta discussão era uma clara demonstração da divisão de opiniões entre os líderes da Igreja Presbiteriana Nacional e os interesses do Mackenzie College. Enquanto a Igreja interessava em evangelizar e dar uma formação teológica aos candidatos ao pastorado; o Mackenzie embora também se voltasse para esse fim, estava mais interessado em desenvolver atividades educativas, principalmente para as classes média e as elites.

Esta condição desagradava uma parte dos pastores nacionais e estrangeiros que acreditavam que o melhor seria investir no Seminário Teológico. Em torno dessa questão surgiram acusações de ambas as partes. Na tentativa de acalmar os ânimos, os representantes, tanto da Missão: “*Board*” de Nova York, como da “*Committee*” de Nashville, opinaram sobre a importância de ambas Instituições para a Igreja Presbiteriana Americana, “*fazendo ver a necessidade do Seminário e da cooperação das duas corporações no ensino. Mostrava o empenho da igreja nacional em levantar um edifício conveniente*” (LESSA, 1938, p.501).

Procurando minimizar os problemas, a “*Board*” de Nova York, através de seu secretário executivo, Sr. Ellinwood, reuniu os principais representantes de cada Presbitério Nacional para uma declaração em conjunto:

Pessoas há que desejariam fazer-vos crer que somos passivos instrumentos nas mãos do reverendo Eduardo Carlos Pereira e sua panellinha. Desejamos que compreendades que o reverendo Pereira goza da pleníssima confiança e respeito desta corporação e de nossa Igreja no Brasil. Julgamos estardes sob errônea impressão em respeito a repartição preparatória do nosso Seminário. O Dr. Ellinwood fala de nossa instituição como uma escola de preparatório com uma repartição theologica, quando a verdade, é ser ella uma escola theologica com uma repartição preparatória. Não foi pedido vosso auxilio para sustentar a repartição preparatória. O Synodo pediu-vos um professor de theologia. Em caso nenhum, porém, e em nenhum sentido é este repartimento rival do Collegio Protestante, porém é elle apenas uma pequena repartição preparatória que recebe unicamente moços de 16 annos e dahi para cima, que sejam membros professores da Igreja e

tenham declarado ser sua actual intenção estudar para o ministério. Devem, também trazer recommendação de seus pastores. Vedes, pois, que seu único propósito é preparar moços para o curso theologico. (LESSA, 1938, p.502 e 503).

Apesar da polêmica envolvendo os diretores do Mackenzie College e o reverendo Eduardo Carlos Pereira quanto ao verdadeiro papel do colégio protestante, a diretoria do Mackenzie se manteve firme no propósito de dar aos brasileiros uma educação cristã. “*A Escola ministrará educação evangélica nos moldes dos mais sagrados princípios da moral cristã e protestante, e, dentro desse conceito, fica excluído todo o elemento de propaganda religiosa na Escola, e limita a sua função às questões de moralidade ética, baseada no ensino de Cristo, sendo aberta a todas as religiões*” (GARCEZ, 1970, p.32). Esta condição e mais um amplo programa de ensino composto dos seguintes cursos: primário, secundário, ginásial, além da Escola Normal e do curso de Filosofia, atraíram a atenção de um grande número de estudantes da classe média e das elites para o Mackenzie College

Anos mais tarde, o curso médio e o superior foram incorporados ao Mackenzie College, graças aos auxílios recebidos tanto de brasileiros como de norte-americanos que, através da Presbyterian Church dos Estados Unidos, ofereceu donativos para a organização de uma Escola de Engenharia nos moldes pedagógicos das universidades americanas.

Os investimentos e donativos recebidos pelo Mackenzie College, geraram descontentamento dos membros da Igreja Presbiteriana Nacional, estes acreditavam que o melhor seria investir no Seminário Teológico. O mais descontente com essa situação era o pastor Eduardo Carlos Pereira que, entre outras coisas, reivindicava maior investimento da Missão Presbiteriana do Sul dos Estados Unidos na ampliação dos acanhados cômodos do Seminário, a fim de abrigar mais estudantes.

Tendo em vista os termos da resolução da Assembléia da Igreja Presbiteriana do Sul dos Estados Unidos, em relação ao Seminário, convém declarar-vos que não pode haver obra mais urgente e importante para a Igreja Presbiteriana do Brasil, do que o Seminário Teológico, e nem pode ser mais aparente a sua necessidade.

A prova está no apoio no apoio franco e decisivo que as Igrejas estão prestando à decisão da última reunião do Sínodo.

Apesar de lhe ter caído repentinamente nos ombros a responsabilidade da sustentação de quase todo o trabalho nacional, elas têm, como verdadeiro espírito de sacrifício, mantido o Seminário, enviando dinheiro e estudantes.

A esta hora sob os cuidados dos professores reverendos J. R. Smith e E.C. Pereira, treze estudantes são mantidos pela Igreja Brasileira, pois apenas Rs 1:160\$000 entra para a tesouraria do Seminário, como auxílio da Igreja do Sul. Estes estudantes, cheios de animação, constituem o núcleo de consoladoras esperanças nas agonias de nosso trabalho.

A igreja, sentindo isto, vai tentar um supremo esforço a ver se pode dar ao Seminário um edifício, visto que os apertados cômodos que levantamos nos fundos do templo da 1ª Igreja Presbiteriana de S. Paulo, já são inteiramente insuficientes pela afluência de moços.

Tendo ainda em vista os termos da resolução da mesma Assembléia Geral, releva saberdes que, se o Sínodo não localizou definitivamente, em S. Paulo, o Seminário, é porque nutria a esperança de entrar em posse, durante o triênio, da propriedade que nos era oferecida em Campinas. Agora, porém, que não temos essa esperança, não terá o Sínodo, cremos, perplexidade alguma em localizar definitivamente o Seminário. (FERREIRA, 1959, p. 292 e 293).

Nesse conflito envolvendo o grupo nacional encabeçado pelo pastor Carlos Eduardo Pereira e o Dr. Horace Lane, diretor do College Mackenzie, escondia uma luta maior entre os dois Comitês, a Board de Nova York, representando as Igrejas do Norte, e a Committee de Nashville, representando as Igrejas do Sul. Embora ambos procurassem se manter à margem da rivalidade e das disputas que envolviam as duas instituições brasileiras, ficava evidente a diferença de interesses entre os dois comitês estrangeiros sobre a questão da evangelização. Enquanto a Board preferia a evangelização indireta e dava ênfase à escola, se posicionando a favor do Colégio Mackenzie e da sua forma de atuação, a Committee preferia a evangelização direta, aglutinando forças a favor do Seminário e dando preferência para a formação ministerial dos pastores e de seus filhos. Os debates vieram a público através do pastor Eduardo Carlos Pereira que expressava sua posição na “*Revista de Missões Nacionais*” (1892) dessa forma:

Convém ou não convém à evangelização o uso dos grandes colégios? A evangelização deve ser direta ou indireta? Por evangelização direta estamos entendendo a ação do missionário junto aos pecadores na difusão da Bíblia, na explicação da mesma seja onde for. Por evangelização indireta, estamos entendendo o gasto do dinheiro da missão em obras sociais, em colégios, por exemplo, onde há cultos regulamentares, mas a liberdade de consciência a ser garantida não pode fazer com que a ação evangelística vá além da influência espiritual dos mestres quando são estes cristãos.

A primeira é a do tipo do reverendo Eduardo Lane quando no lombo do burro faz em torno de Campinas, a esplêndida rosácea de seus itinerários evangelísticos; a segunda é do tipo do Dr. Horácio Lane, o filantropo e pedagogo que se presta como Conselheiro do Estado de São Paulo em assuntos educacionais. (REVISTA DE MISSÕES NACIONAIS, 1892).

O reverendo Eduardo Carlos Pereira assumia uma posição cada vez mais radical contra o Dr. Horácio Lane, ao mesmo tempo, procurava amenizar a situação junto à “Missão Presbiteriana do Sul dos Estados Unidos”. Com esse objetivo, Pereira escrevia assim na “*Revista de Missões Nacionais*” (1892):

Não somos infensos ao espírito liberal filantrópico dos capitalistas americanos, antes somos seus admiradores, e não lhe regatearemos, por certo, como patriotas, sincera gratidão; porém, só desejamos dar a seu dono, e saber se são missionários em nome do

humanitarismo cosmopolita de ilustres filantropos, ou em nome da caridade salvadora do filho de Deus; se são enviados para São Paulo pela generosidade de homens liberais, ou pela dedicação da Igreja de Cristo em sua gloriosa missão de evangelizar o mundo. (REVISTA DE MISSÕES NACIONAIS, nº 12, p.3,4 e 5, 1892).

A posição nacionalista assumida por Eduardo Carlos Pereira, demonstrava que o grupo por ele liderado e favorável ao Seminário Teológico lutava pela autonomia da igreja brasileira. Faziam parte desse grupo, pastores brasileiros e missionários representantes do Presbítero do Sul dos Estados Unidos, como: Eduardo Braga, Zacarias, Álvaro, Külle, Smith. A favor do Mackenzie se posicionaram os reverendos Chamberlain, Gammon, Horácio Lane, Waddell, Kolb, Carvalhosa, Menezes, Rodrigues, representando o Presbitério do Norte dos Estados Unidos.

A quarta reunião anual do Sínodo ocorreu em 1897. O grupo liderado pelo pastor Eduardo Pereira enviou às Juntas das Missões um documento solicitando que todo auxílio financeiro fosse direcionado aos trabalhos de evangelização.

Considerando a grande necessidade de evangelização em todo o território do nosso Sínodo e os muitos campos abertos que não podemos suprir com os meios da graça. Considerando as quantias avultadas despendidas nos grandes colégios, internatos, etc., etc., como meio de propaganda. Considerando o quase completo malogro de tais instituições, entre nós, quer como meio de propagação da fé, quer como preparação de um ministério evangélico. Considerando as contendas amarguras que tem sempre resultado destes institutos, tirando-nos às vezes o franco apoio e simpatia de nossos irmãos na América do Norte.

Nós, o Sínodo do Brasil, respeitosa e recomendamos e rogamos às Assembléias das nossas Igrejas-Mães que o auxílio que quiserem prestar-nos seja no sentido de ajudar-nos no grande trabalho de evangelização pelos métodos mais diretos, incluindo o trabalho da educação e preparação de um ministério conforme os planos do Sínodo, e no sustento de escolas paroquiais para os filhos dos crentes.

Sala das Sessões do Sínodo, São Paulo, julho de 1897.

J.Rockwell Smith, João Ribeiro de Carvalho Braga, Eduardo Carlos Pereira e outros (PEREIRA, 1965, p.8).

Após a Reunião do Sínodo, chegou-se à conclusão de que a Igreja Nacional deveria ter autonomia para a construção do Seminário Teológico buscando seus próprios recursos. Foi com este objetivo que seus representantes lançaram uma campanha entre os fiéis para arrecadar fundos para a compra de um terreno. A mobilização em torno desse propósito foi intensa, tanto em São Paulo como em outros Estados. Essa arrecadação envolveu tanto os fiéis da Igreja presbiteriana como de outras denominações protestantes e através dessa solidariedade conseguiu-se levantar a quantia de oitenta mil réis.

O College Mackenzie instalava-se em novos prédios e a Missão de Nova York procurava vender o prédio em que o College Americano esteve estabelecido por muito tempo. O preço pedido era de 160.000 mil réis. O Seminário ofereceu pagar 80.000 e sugeriu que cada uma das Missões do Norte e do Sul contribuísse para a despesa de 35.000. Nenhuma resposta veio de Nova York e, quando o Presidente da Comissão do Seminário perguntou por telegrama, a resposta foi que a Board não tinha nada para vender. (LÉONARD, 1949, p.49).

Não contando com o auxílio financeiro das “Missões Estrangeiras”, a diretoria do Seminário, apelou para o auxílio dos fiéis da Igreja Presbiteriana e de outras denominações, o que foi prontamente atendido, reunindo assim condições de adquirir o terreno. O lançamento da pedra fundamental da construção do Seminário se deu em 17 de julho de 1898. Entretanto, a construção do Seminário, não significou o fim da polêmica envolvendo a direção do College Mackenzie e os membros da Igreja Presbiteriana Nacional, pois novos problemas vieram à tona alimentando novas discussões em torno da questão educativa e maçônica.

A questão educativa foi resultado da tensão entre educação secular (desenvolvido no Mackenzie) e religiosa, defendida pelo pastor Eduardo Carlos Pereira com relação ao curso preparatório anexo para os futuros pastores. Anteriormente essa função coube ao Mackenzie College, mas, com a criação do Seminário Sinodal de São Paulo, em 1893, a Board cancela a pretensão de usar o colégio como seminário. Para o funcionamento do seminário ficou estabelecido entre os dois comitês, o Board de Nova York e o Nashville, que cada corporação missionária enviaria um professor.

Entravam em acção o professor de Nashville e o professor nacional. Faltava o professor de Nova York, o reverendo T. J. Porter que, por circunstancias diversas, não pode prestar o seu concurso, retirando-se neste anno para os Estados Unidos.

Cumprir notar que foi só em 1895 que as duas corporações missionárias americanas deram permissão aos respectivos professores para a cooperação formal no Seminário. (LESSA, 1938, p.500).

Embora o Seminário Sinodal de São Paulo já estivesse funcionando, o pastor Eduardo Carlos Pereira não estava satisfeito com o Mackenzie College e seus diretores, daí os constantes ataques a essa instituição escolar, negando o seu papel enquanto entidade voltada para a formação de pastores nacionais e, na qualidade de professor, desferia duros ataques contra o ensino ministrado nesse colégio, “*denunciando seus métodos pedagógicos, e atacando-o também na sua qualidade de pastor, condenando o seu caráter misto que expunha os filhos de crentes a influências católicas*” (LEONARD, 1951, p. 191).

Os ataques do pastor Eduardo Carlos Pereira ao Mackenzie College levou o Dr. Horace Lane, em viagem aos Estados Unidos, a denunciar o Seminário de São Paulo como fruto do nativismo.

Diante de tal fato, a Missão de Nova York tomou uma atitude, pediu a volta do reverendo Porter, designado como professor do Seminário e que nunca assumira o seu posto, ao mesmo tempo considerava as declarações do pastor Eduardo Carlos Pereira como *“um produto de rivalidade para com o Mackenzie, um fruto do nactivismo. Desejava o Mackenzie prestar concurso a formação do ministério e o Seminário rejeitava. O pastor de São Paulo era considerado um faccioso. Elle e seu pequeno grupo tornavam-se os causadores da perturbação”* (LESSA, 1938, p.501).

Embora a Missão de Nova York pressionasse o Committee Sulista de Nashville a adotar uma postura mais rígida com relação ao Seminário Sinodal de São Paulo, o máximo que se conseguiu foi que Nashville retirasse a proposta feita aos brasileiros de vender os prédios do antigo Colégio Internacional em Campinas, local onde se pretendia instalar o Seminário. Quanto ao reverendo Smith, professor e representante da Nashville, foi mantido no Seminário Sinodal de São Paulo que, na época, já contava com treze estudantes.

O pastor Eduardo Carlos Pereira, contando com o apoio de alguns representantes de Nashville, participou na reunião do Sínodo em São Paulo realizada no início de julho de 1987, levando dois documentos para discussão, o “da representação” e a “moção Smith”. Com respeito ao primeiro motivo, diz o Sínodo:

Não podemos deixar de falar-vos em primeiro lugar do que julgamos ser a raiz de nossas dificuldades. O Colégio Protestante (Mackenzie), que representa, por certo, grande soma de sacrifício e de boa vontade para conosco, tem sido desgraçadamente, pelos manejos do grande adversário, a causa de sérias complicações. Suas relações com o nosso Sínodo são anormais, por isso que os seus atuais presidentes, o Dr. Horácio Lane e o reverendo W. A. Waddell não tem confiança deste supremo concílio, de nossa igreja. Em tais condições, compreendeis que não podemos absolutamente, cogitar de auxílios que por ventura nos possa prestar o Colégio Mackenzie, na educação ministerial de nossos filhos. (PEREIRA, 1965, p.12).

Com essas declarações, o Sínodo condenava o sistema de colaboração entre as duas instituições, assim como declarava não manter boas relações com a direção do Mackenzie College, e muito menos o seu modelo pedagógico secundário gozava da confiança da igreja, pois, na opinião dos seus representantes, os filhos dos crentes eram alvo da influência de doutrinas não protestantes.

Com respeito ao segundo motivo, também conhecido como “Moção Smith” diz o Sínodo:

[...].Considerando as quantias avultadas despendidas nos grandes colégios, internatos etc..., como meios de propaganda;

Considerando o quase completo malogro de tais instituições, entre nós, quer por meio de propagação da fé, quer por meio de preparação de um ministério evangélico;

Considerando as contendas e amarguras que tem sempre resultado desses institutos, tirando-nos às vezes o franco apoio e simpatia de nossos irmãos na América do Norte;

Nós o Sínodo do Brasil respeitosa e rogamos às Assembléias das nossas Igrejas-Mães, que o auxílio que quiserem prestar-nos seja no sentido de ajudar-nos no grande trabalho de evangelização pelos métodos mais diretos, incluindo o trabalho da educação e preparação de um ministério, conforme os planos do Sínodo e no sustento de escolas paroquiais, para os filhos dos crentes. (PEREIRA, 1965, p.12).

O Sínodo através de seus representantes condenavam o Mackenzie College e seu método liberal de educação, primeiro por não se prestar à evangelização direta, segundo por considerar que o Board investia enormes quantias para manter essa instituição em funcionamento, quando achava prudente que os recursos financeiros ali despendidos fossem revertidos para as instituições brasileiras, como por exemplo, a própria igreja e o Seminário Sinodal de São Paulo, que pretendia instituir a educação secundária só para os filhos dos crentes. Essa Idéia, não foi apoiada pela maioria dos missionários e presbíteros por considerá-la imoral, já que tal medida, importaria uma separação entre a educação religiosa e a secular, e o isolamento da igreja da comunidade, o que seria um desastre para a popularização da igreja presbiteriana, limitando-a à uma minoria..

Apesar das discussões em torno da “Moção Smith” e dos posicionamentos à favor ou contra, foi ela finalmente aprovada. Com isso, promoveu-se mudanças no Seminário, sistematizando o curso anexo.

A directoria do Seminário, em sua reunião do fim de anno, tractou de systematizar o curso annexo. Havia também o plano de ampliação do mesmo, advogado pelo reverendo Eduardo, extendendo-se a meninos de 13 para 14 annos, como um meio de selecção de vocações para o ministério. Teria de ser mais adeante um dos pontos capitães de sua campanha na nova bandeira da educação dos filhos da igreja.

Houve, comtudo, opposição, sendo o reverendo Álvaro um dos impugnadores mais fortes. Pareceria, no entender destes, uma competição com o Mackenzie, e a igreja não estava em condições de manter o plano educativo projectado. Defendia-se o reverendo Eduardo, dizendo que, com o edificio a inaugurar-se, poderia haver a secção colegial. Com as rendas seria garantida a manutenção. O curso seria para os filhos dos crentes, não havendo elemento mixto, como se dava no Mackenzie, ao qual de modo algum seria uma concorrência. (LESSA, 1938, p. 545 e 546).

A pretensão do pastor Eduardo Carlos Pereira de inaugurar uma seção colegial demonstrava sua intenção de continuar competindo com o Mackenzie College, o que não

concordavam alguns dos seus colaboradores do seminário, gerando discórdia entre os próprios líderes nacionais. Essa discórdia se dissipou após o recuo de Eduardo Carlos Pereira de suas pretensões, devido principalmente as pressões de seus próprios companheiros, entre eles, Álvaro Reis que procurou limitar a diretoria do seminário apenas ao seu plano de sistematizar o curso anexo.

Esta situação fez com que Carlos Pereira mostrasse o primeiro desinteresse, entregando a Álvaro Reis a parte final da campanha financeira para a construção do seminário. No ano seguinte, dentre os dez membros da Primeira Igreja que solicitaram autorização para organizar uma segunda Igreja, pois que a de Carlos Pereira já não lhes propiciava nenhum proveito espiritual, tomada que estava por uma atmosfera de lutas, contavam-se três alunos do seminário. Acreditando-se tratar-se de alguma intriga dentro do próprio seminário, Carlos Pereira demitiu-se do cargo de professor que ali ocupava, no que foi acompanhado por Cerqueira Leite. E quando os novos edifícios foram inaugurados em setembro de 1899, sem que houvesse qualquer cerimônia especial, Carlos Pereira já não se encontrava mais no seminário nem ali esteve presente. (LEONARD, 1951, p.194).

O afastamento de Eduardo Carlos Pereira do Seminário Sinodal de São Paulo, não significou o desaparecimento das lutas pela independência da Igreja Nacional com relação as Matrizes. Estas continuaram ocorrendo e cada vez mais as questões pessoais reapareciam demonstrando a divisão que imperava dentro da Igreja Presbiteriana.

Em 1900 quando se realizou o 5º Sínodo Anual na cidade de Campinas, o grupo nacional trouxe à tona um novo problema para ser discutido nesta reunião do Concílio, “a questão maçônica”.

Aguardávamos a reunião trienal do Sínodo de 1900 para vermos realizados, em o novo e espaçoso edifício, os nobres intuítos da Igreja Presbiteriana no Brasil, tão eloqüentemente revelados, quando surge, nos fins de 1898, a questão relativa à incompatibilidade dos princípios e práticas maçônicas com a profissão do Evangelho, isto é, com os princípios de nossa Igreja.

Esta questão dispersou de vez a maioria compacta, que, em 1894 e 97, se pronunciara tão energicamente contra o esforço absorvente do Colégio Protestante. A questão maçônica foi o sinal da debandada. (PEREIRA, 1965, p.18 e 19).

Este problema levantado pelo bloco “nacionalista” liderado pelo pastor Eduardo Carlos Pereira provocou polêmica uma vez que a maioria dos missionários pertenciam a maçonaria. Defendia Eduardo Carlos Pereira juntamente com outros pastores, a incompatibilidade da maçonaria com o cristianismo, numa clara oposição ao diretor do Colégio Mackenzie, Horácio Lane, maçom e a de outros missionários.

A questão maçônica alvoroçou a maioria dos missionários maçônicos que em sinal de protesto se retiraram dessa reunião.

Os oradores da maioria, partidários dos planos do Colégio Protestante, defenderam-na tenazmente, mostrando, porém, em geral, desapego à Ordem maçônica: muitos deles

declararam que não a queriam nem para si nem para seus filhos; outros não freqüentavam mais as lojas; outros estavam prontos a deixar de freqüentá-las. Os fortes argumentos contra a profissão da Maçonaria em nossas igrejas não exerciam sobre eles a mínima impressão.

Tudo indicava que, para eles, havia realmente, debaixo da questão maçônica, uma outra questão.

A Maçonaria, posta pela minoria no terreno da consciência, como questão de fundamental importância era visivelmente aproveitada pelos partidários do Colégio Protestante para se desembaraçarem da minoria, que, após 15 anos, se encontrava a oposição aos planos absorventes daquele estabelecimento.

Receosa de tão singular intransigência propôs a minoria, para evitar a separação, que os ministros maçons deixassem as lojas por amor à igreja escandalizada, e ela nada mais exigiria senão a liberdade de dar o seu testemunho contra os princípios do secretismo.

Deste modo evitar-se-ia a divisão iminente. Foi debalde a intransigência desta proposta conciliadora: a maioria, compacta e inflexível, mostrou-lhe o anunciado o ponto de partida da separação, declarando compatível com o Evangelho a profissão da Maçonaria. Não podendo conscienciosamente conformar-se com tal compatibilidade, oficialmente declarada, a minoria retirou-se. (PEREIRA, 1965, p.25).

Para apaziguar a situação, o Presbitério resolveu não considerar as acusações e concedeu liberdade dos missionários maçons de continuarem ligados à Loja, conforme a consciência de cada um, desde que não prejudicasse à Igreja. Já o Sínodo pediu aos membros que se abstivessem dos calorosos debates em torno da questão, a fim de manter a paz e o amor no interior da igreja. Na reunião, concedeu ao pastor Carlos Eduardo Pereira um dos principais acusadores apenas 15 minutos de exposição de seus argumentos da não aceitação de missionário ser maçom. Esse justificava seu argumento afirmando que: *“as preces maçônicas em que o nome de Cristo não era pronunciado não eram preces cristãs; de que o Grande Arquiteto não era o Deus da Trindade e de que a teoria da regeneração pela moral maçônica, desconhecia a obra do Espírito Santo”*. (LEONARD, 1951, p.198).

O Sínodo, logo após a manifestação do pastor Eduardo Carlos Pereira e de seus simpatizantes, procurou abreviar esta discussão colocando em votação a resolução mais acertada para resolver tal impasse. A comissão assim se manifestou:

[...], é pois permitido a um membro ser maçom desde que sua consciência não o impeça. O Sínodo reconhece o direito de todo membro em ter sua opinião sobre este assunto, mas julga prejudicial à causa do Evangelho toda a propaganda pró ou contra a Maçonaria. (LESSA, 1938, P.639).

Diante da derrota do grupo dos opositoristas da “Escola Americana” e antimaçônico, o grupo liderado pelo pastor Carlos Eduardo Pereira se afastou e criou a Igreja Presbiteriana Independente, em 31 de julho de 1903, quando sete pastores e quinze presbíteros se retiraram da Igreja Presbiteriana Brasileira.

Nós, abaixo assignados, ministros e presbyteros regentes que nos desligamos do Synodo da Igreja Presbyteriana no Brasil pelos motivos constantes do protesto que publicaremos, nos constituímos em Presbyterio, com poderes de Assembléa Geral, com o nome de Presbyterio da Igreja Presbyteriana Independente, acceitando como constituição de nossa Igreja a Confissão de Fé da Igreja Presbyteriana e os Catecismos Maior e Breve, bem como o Livro de Ordem que abrange a forma de governo e as regras de disciplina, e o directorio do culto. (LESSA,1938, p.677).

Com está divisão da igreja, houve a necessidade de partilhar as propriedades e as comunidades, o que foi realizado através de litígios judiciais. Este período conturbado da Igreja Presbiteriana estendeu-se até 1907. Durante esse período percebe-se o crescimento da Igreja Presbiteriana Independente, que livre da política que a Bords adotava, cresceu tanto em termos de membros, como em igrejas e recursos. Com respeito a isso:

A constituição de uma Igreja anti-maçônica, pelo que se vê, não havia por si só trazido um golpe de morte às Lojas, mesmo dentro do protestantismo. Mas, por outro lado, os êxitos imediatos do presbiterianismo independente demonstraram suficientemente a legitimidade e a importância das verdadeiras razões de sua separação. Tratando-se de uma Igreja nacional, que só poderia contar com os recursos de seus fiéis e excluída de qualquer contribuição estrangeira, mesmo assim conseguiu subsistir e alcançar desenvolvimento considerável. Cinco meses após a sua fundação contava com 2.500 membros comungantes; e em 1907, 4.424 e 56 Igrejas. Calculadas as suas necessidades em 4.000 mil réis, ao constituir-se, para os seus primeiros cinco meses de vida, e com apenas 1.600 réis angariados na própria comunidade de Carlos Pereira, ao fim daquele prazo orçamentário havia conseguido 17.000 réis. O orçamento do ano seguinte votado em janeiro de 1904 previa 17.600 cruzeiros de despesas; mas foram solicitadas 40.000 e as contribuições alcançaram este total. A Igreja Presbiteriana Independente dava assim um exemplo salutar de uma Igreja unicamente brasileira e sustentada pela fé dos seus membros. (LEONARD, 1951, p.206).

A Igreja Presbiteriana Independente não só procurou atrair os fiéis protestantes que freqüentavam outras igrejas, como também se ocupou da instrução de seus filhos e da formação de pastores seguindo o plano de Carlos Pereira. Em 1905 abriu o Instituto Evangélico, em São Paulo, com internato e externato, e em 1912 a igreja dava início à construção do Seminário Teológico, inaugurado em 1914.

Ainda em 1906, a Igreja Presbiteriana Independente, com o dinheiro obtido através de campanha, negociou com a “*Executive Committee of Foreign Mission*” que possuía sede em Nashville, EUA, a compra da propriedade pertencente ao Colégio Internacional de Campinas. Em janeiro de 1907, o Seminário se instalou na cidade, nos altos da Rua Dr. Quirino, na velha chácara de propriedade de Eduardo Lane.

4.4- A criação do Seminário Presbiteriano do Sul em Campinas e o seu funcionamento (de 1907 a 1940)

O Colégio Internacional foi criado em Campinas em 1869 e funcionou até 1892, na Rua Dr. Quirino. A transferência desse Colégio para Lavras (Mg), ocorreu devido ao surto da febre amarela que assolou a cidade, vitimando vários moradores, entre eles, o reverendo Dr. Eduardo Lane. Durante o período em que predominou o surto epidêmico

Os colégios da cidade, as escolas primárias particulares e do Estado tiveram que suspender suas atividades a fim de preservar a saúde de seus alunos e transferir as responsabilidades pela vida destes para as suas respectivas famílias. O Internacional, assim como as demais escolas, sofreram com a epidemia. No início daquele ano tinha ele matriculado cerca de quarenta alunos, sendo este número reduzido pela metade no ano seguinte. (MINUTES OF THE EXECUTIVE COMMITTEE OF THE PRESBYTERIAN CHURCH, 1871, p.28).

Mesmo antes de ocorrer o surto epidêmico da febre amarela na cidade, fato que motivou a transferência do Colégio Internacional de Campinas para Lavras, essa escola já vinha atravessando um período de crise administrativa. Isso determinou que o “*Executive Committee of Foreign Mission*”, demitisse um ex-aluno brasileiro, Flamínio Augusto Rodrigues, colocando em seu lugar o reverendo norte-americano Samuel Rhea Gammon.

Gammon, ao assumir a direção do Colégio Internacional, buscou recuperar a imagem do Internacional, para isso necessitou recuperar as finanças do colégio e contratar novos professores.

Ao chegar ao Brasil, conhecendo os males epidêmicos que ocorriam em Campinas, o primeiro objetivo do reverendo Gammon foi procurar soluções que contornassem os empecilhos das epidemias, responsáveis pela formação de quadros téticos para a jovem cidade.

O preenchimento de espaços vagos no corpo docente em decorrência das epidemias, as reformas nos internatos masculino e feminino, a construção de um novo edifício para a Escola das Meninas e a compra de aparelhos didáticos foram as primeiras atitudes do reverendo Gammon no esforço de soerguer um colégio que ainda lutava para ser considerado uma iniciativa viável para a cidade que já não possuía os mesmos atrativos de vinte anos atrás.

No plano educacional o reverendo Gammon manteve o currículo da fase anterior, acrescentando apenas as disciplinas de Música e Composição. O reverendo deu um passo revolucionário na esfera educacional ao extinguir no Internacional os exames públicos orais. Sua aplicação foi desprezada por serem estes considerados pelo reverendo como superficiais e arcaicos. A partir daquele momento a avaliação do aluno dar-se-ia por meio de prova escrita em todas as disciplinas. (BENCOSTTA, 1996, p.107 e 108).

Embora o reverendo Gammon promovesse reformas na parte administrativa e na estrutura do Colégio Internacional, não alterou o programa de ensino dessa escola, acrescentando apenas a disciplina Música e Composição. Já o sistema de avaliação onde os alunos eram argüidos oralmente para uma banca de professores, publicamente, foi abolido substituído e pela avaliação através de provas escritas. Com referência a mudança no plano de avaliação do Colégio Internacional, um dos jornais da cidade assim se referia. “*Não há mais exames públicos no Colégio Internacional. Este costume é desprezado por serem exames geralmente superficiais. O meio efetivo para o aluno dar prova de seu conhecimento em qualquer matéria é o escrito*”. (DIÁRIO DE CAMPINAS, 4/12/1891).

Apesar do esforço do reverendo Gammon em recuperar o prestígio do Colégio Internacional, o “*Executive Committee of Foreign Mission*”, não pretendia mais correr o risco de novos surtos epidêmicos, tomando a resolução de transferir a escola para uma outra cidade. Os missionários encarregados de achar esse lugar foi Gammon e Chamberlain.

Com o propósito de verificar um local apropriado para instalação do novo trabalho, o Sr. Gammon, acompanhado do reverendo Chamberlain, da Missão Presbiteriana no Norte, fizeram uma viagem de observação no primeiro semestre de 1892 no Estado de Minas Gerais. Como resultado, as duas cidades, de Lavras e São João Del Rei foram tidas como bons centros para o novo trabalho. Lavras situada no leito superior do trecho navegável do Rio Grande está na junção de duas estradas de ferro, uma delas recentemente concluída, a outra em breve será terminada. São João Del Rei está interligada à Lavras pela ferrovia, cerca de cinquenta milhas. Ambas estão ligadas a cidade do Rio de Janeiro, por uma ferrovia. (MINUTES OFF THE ANNUAL MEETING OF THE BRAZIL MISSION, 1871, p.28).

O Comitê Executivo decidiu pela cidade mineira de Lavras, e para lá se transferindo o reverendo Gammon e alguns estudantes que o acompanharam nessa viagem. O “Colégio” seria instalado numa, onde iria se desenvolver as atividades educativas do ex-Colégio Internacional.

A Escola, em Lavras, foi aberta no dia 1º de fevereiro de 1893, com nove alunos; uma semana mais tarde havia catorze, sendo logo necessário transferi-los para salas maiores. A Escola era principalmente para meninas, sendo aceitos alguns alunos.

Desde o começo, os filhos das melhores famílias freqüentaram a escola, que crescia sempre em número e prestígio, Miss Chambers e Miss Reed eram as professoras; D. Carlota, a tesoureira da Missão; D. Henriqueta Armstrong dirigia o internato das meninas trazidas de Campinas. (GAMMON, 1959, p. 28-42)

Depois de encerrado às atividades e se transferido para Lavras, o prédio do Internacional permaneceu por muitos anos fechado. Somente em 1907, depois de muitas

idas e vindas, se negociou a venda do prédio vendido para o Sínodo que o adquiriu da “*Executive Committee of Foreign Mission*”, com sede em Nashville, EUA, sendo finalmente ali instalado o Seminário Presbiteriano do Sul, em Campinas. “*O Sínodo autorizou a Diretoria do Seminário a adquiri-la pelo preço máximo de quinze contos de réis*” (FERREIRA, 1959, p.85). A negociação entre a Igreja e a Missão foi intermediada por Alva Hardie, que, representando o interesse da missão, cedeu por um preço simbólico o terreno e os prédios para que fosse criado o Seminário.

Instalado o Seminário nesse prédio, à rua Dr. Quirino desde 1907, tratou a diretoria de vender o de São Paulo, o que fez pela quantia de 120.000\$000, constituindo assim, o seu patrimônio inicial, convertida quase toda essa quantia em apólices dos Estados em 1912. Nesta época pagou a Diretoria ao “Committee de Nashville”, o saldo de 13.000\$000 que ainda devia das propriedades de Campinas. (SILVA, 1996, p.25).

A diretoria do Seminário adquiriu as propriedades por definitivo junto ao “Committee de Nashville” em 1912, após pagamento das últimas prestações. Já no dia primeiro de fevereiro de 1907, abriu as portas do Seminário Presbiteriano do Sul em Campinas, sendo empossada a sua diretoria formada por Alva Hardie, Laudelino de Oliveira, Herculano Gouvêa, tendo como estudantes: A.Nora, A.Zanon, João Pereira Garcia e Samuel Barbosa.

Dando início aos trabalhos em Campinas, o Seminário Presbiteriano contou com os seguintes professores: Alva Hardie, H.Vogel, Américo de Moura, mestre em português, missionária Miss Blanche Dunlop, professora de matemática, e, como professor do Sínodo, Erasmo Braga que se transferiu de São Paulo para Campinas, assumindo o lugar como secretário da congregação e Deão.

A reitoria do Seminário ficou sob o comando de John Rockwell Smith, um dos primeiros a ocupar esse cargo. Smith já havia assumido esse posto no Seminário de Nova Friburgo (RJ).

Entre os missionários do Seminário de Campinas, destacou-se Erasmo Braga pelo seu vasto conhecimento acumulado e pelas contribuições prestadas em prol da educação.

Como pastor evangélico, não só foi professor do Seminário Presbiteriano de Campinas, onde lecionou hebraico e história e literatura do antigo testamento. Como também o fundador da Sociedade de Evangelização, além de co-fundador da Confederação das Igrejas Evangélicas do Brasil.

Como educador, além de ocupar cargo de professor de inglês no magistério oficial, projetou-se no magistério primário como autor de uma coleção de leituras primárias

contando os mais modernos métodos educacionais. Foi a Série Braga que ele traduziu para uso das crianças japonesas. (JORNAL. “O CLARÃO”, 1977, nº2, p.1).

O livro da “Série Braga”, que Erasmo Braga havia escrito endereçado às crianças no qual veio ser traduzido para o japonês dividia-se em três volumes.

[..]. No primeiro, a gostosa lição que inicia o livro “Nossa Casa”, mostrando a gravura de um bonito grande e acolhedor bangalô como se designavam as casas com jardim até há umas 4 décadas, possuía essa divisão: duas janelas de frente, porão, ampla varanda com trepadeira, muro com artísticas grades de ferro, enorme jardim lateral, tendo ao fundo dois altos e belos pinheiros. A lição que termina com a célebre frase: “Lar, doce lar, nada há como o meu lar”. Procurava inculcar nos pequenos alunos o amor filial e a harmonia da família, enfatizada por este belo período: “vejam como é bonita a nossa casa! Não é rica, não tem luxo. Mas é a nossa casa!”.

E o livro se derrama em suas duzentas páginas sobre a rotina de uma família de classe média com o casal, quatro filhos e um tio solteiro educando os estudantes no complexo moral e cívico. As lições são entremeadas de poesias e terminam sempre com um conhecido ditado, citações consagradas e cheias de sã filosofia. (PIRES, 16/5/1981, p.2).

Além desse livro, Erasmo Braga, como escritor se destacou membro da Sociedade Científica de Paris, através da qual escreveu a obra intitulada: “Vocabulário Hebreu-Português”. Outras obras: “Chave Bíblica”, “Tradução de Dicionário Bíblico”, “Pan Americanismo”, “República of Brazil: A Religious Survey”.

Braga, além de escritor, jornalista, pastor, também se destacou como editor da Revista de Cultura Religiosa. Em Campinas, foi um dos fundadores do Centro de Ciências, Letras e Artes. Como professor trabalhou no Colégio Culto a Ciência, Colégio Internacional, Colégio Mackenzie, no Seminário Teológico de São Paulo, Seminário Presbiteriano de Campinas e no Seminário Unidas no Rio de Janeiro.

Em 1930, Erasmo Braga se associa a A.B.E (Associação Brasileira de Educação), entidade à qual prestou colaboração e chegou a fazer algumas conferências, como essa apresentada na 39ª Conferência de Educação em São Paulo, em 1929, intitulada: “Finalidade do Ensino Secundário”:

Se o ensino secundário tiver como finalidade armar a juventude com as habilitações físicas, mentais e morais, para a vida, é claro de ver que a organização das nossas escolas deverá inverter por completo o seu programa de ação. Em vez de criar ginásios aparelhados para as necessidades dos poucos que atingirão as escolas superiores, deverão colimar as necessidades das massas que terão que lutar pela vida e suplementar, por meio de cursos diferenciados de especialização, orientados para as várias profissões liberais, o preparo dos que se destinam às universidades. (BRAGA, JORNAL “O COMÉRCIO DO RIO DE JANEIRO” 1930).

Desse modo, Erasmo Braga preconizava o ensino secundário universal, com reconstrução dos cursos em torno da personalidade do aluno e não das matérias ensinadas e seleção, não para dificultar o prosseguimento dos estudos, mas para orientação vocacional.

Muitas das idéias educativas que Erasmo Braga trazia, eram consequência de sua vasta experiência nessa área, resultado também do seu contato com outras culturas, principalmente aquela de natureza liberal que ele havia se formado. A condição intelectual que Erasmo Braga ostentava muito contribuiu para o crescimento intelectual de seus alunos, na ocasião de sua passagem como professor de Inglês no Ginásio do Estado em Campinas.

Como referido anteriormente o Seminário de Campinas iniciou suas atividades em 1907, com apenas três alunos, sendo outros três transferidos do Seminário Teológico de São Paulo. Somente em anos posteriores esse número aumentou, demonstrando com isto, sua aceitação entre os cidadãos campineiros.

Quando se considera que o Seminário tem apenas uma média de trinta e poucos alunos nos últimos anos de sua existência alguns julgam diminuto esse número. A impressão desaparece si olharmos para o passado. No anno de 1914, por exemplo, o Seminário tinha apenas cinco estudantes, e desses, dois concluíram os estudos nesse anno. Eram três delles casados e dois solteiros. Quatro fazia o curso completo e um estudava as matérias indicadas pelo seu Presbyterio. Isso representa progresso numérico.

Há outros aspectos, porém, em que a obra educativa theologica tem melhorado muito. Um delles é que o Presbyterios agora não têm mandado mais estudantes fazerem os cursos chamados especiaes, isto é, incompletos. Havia no passado muitos estudantes que sentiram tardiamente a vocação do ministério, já idosos e com as responsabilidades de família constituídas, as vezes numerosas. Não tinham curso de preparatórios sufficiente. Não poderiam estudar com proveito certos aspectos do programma e nem demorar-se muitos annos em estudos. Os Presbyterios então os enviavam com o objectivo de fazerem curso abreviado. Esses casos agora desapareceram.

Todos os estudantes visam o diploma que só se tem concedido aos que fazem o curso completo gymnasial, o pré-teologico e o theologico. É outro marco de progresso.

Nunca se deu diploma a quem fazia curso abreviado e nem mesmo a alguns que satisfizeram todas as exigências do regulamento do Seminário mas que não tinham um curso propedêutico completo. Esses recebiam um certificado do trabalho feito. (KERR, 1938, p.16).

O Seminário Presbiteriano do Sul, nos seus primeiros anos de funcionamento, ainda apresentava uma divisão de cursos. Existiam os alunos que faziam cursos incompletos, ou seja, especiais; outros, o curso ginásial para depois ingressarem no curso pré-teológico; assim como aqueles, que por terem o ginásio, freqüentavam o curso teológico, porém, esse era um número pequeno. Procurando sanar o problema de uma educação deficitária

recebida pelos alunos, alguns professores do Seminário lecionavam mais do que uma disciplina.

Neste período inicial de funcionamento do Seminário do Sul em Campinas (1907), foram matriculados apenas três alunos. No ano seguinte, juntaram-se a esse grupo novos alunos: Francisco de Souza, da Igreja Congregacional Fluminense; Tancredo Costa, filho do ex-padre Lima da Costa e Herculano Gouvêa Junior. Por um tempo, continuou o Seminário diplomando pequenas turmas de no máximo nove alunos, posteriormente esse número seria elevado, principalmente quando se estabeleceu uma relação de cooperação entre as igrejas protestantes, tornando o Seminário Presbiteriano centro de preparação e formação dos pastores brasileiros. A esse respeito, um dos professores que atuaram no Seminário durante esse período assim afirmava:

O Seminário tem abrigado no seu seio nestes últimos annos um bom número de estudantes de outras denominações seguindo nisso a boa tradição iniciada muito cedo em nossa casa.

Esses estudantes encontram aqui ambiente fraternal e amigo sendo tratados nas aulas e em toda parte com o mesmo cuidado que os presbyterianos, sem distincção de espécie alguma e sem desrespeito aos seus princípios denominaçoes.

Nos anno pp.tivemos trinta e quatro alumnos e desses eram de outras denominações 7, mais de um quinto de freqüência, assim distribuídos: três independentes, um dos quaes recebeu o diploma, três methodistas e um Baptista. Este último foi concluir os estudos nos Estados Unidos em importante Seminário, e lá reconheceram os exames de nosso Seminário, nas matérias que aqui estudou, para os fins de poder elle obter o diploma de conceituado estabelecimento de ensino theologico. (KERR, 09/1938).

Aos poucos o Seminário Presbiteriano do Sul, foi sendo reconhecido nos meios protestantes, como um importante centro de estudo de teologia, atraindo aqueles, que tocados pela vocação religiosa, para ali se dirigiam, buscando o seu aperfeiçoamento. Outros foram encaminhados pela igreja à qual pertenciam, e uns poucos seminaristas estudavam às expensas de seus pais ou as suas próprias custas. *“Entre 1893 a 1907, 28 alunos conseguem concluir o curso theológico no Seminário”*. (KERR,1938).

Este número foi ampliado, posteriormente, pelo menos até 1920, quando o Seminário Presbiteriano do Sul viveu tempos difíceis em decorrência da criação do Seminário Unido, e a disputa que passou a haver em torno dos candidatos ao pastorado. *“A turma de 1926 reduziu-se a dois alunos: Benjamin Lenz de Araújo César e Avelino Boamorte”* (FERREIRA, 1992, p.278). A redução do número de alunos implicou no decréscimo do corpo docente, que se transferiu para o Seminário Unido no Rio de Janeiro,

como ocorreu com os reverendos Alvaro Reis, Erasmo Braga, Samuel Gammon, Jorge Goulart e Lennigton, em 1918, época em que esse seminário iniciava o seu funcionamento.

A idéia da criação do Seminário Unido surgiu quando da realização do Congresso do Panamá, em 1916. Neste encontro, em que contou com a participação dos representantes das diversas igrejas protestantes que atuavam na América Latina, foi recomendada a fundação de um seminário em que todas as denominações e Missões cooperassem. O objetivo era criar uma instituição que *“pela especialização de seus mestres e pela solidez da base dos estudantes, se pudessem chamar de seminário de alto tipo. Importava formar líderes notáveis, como passo preliminar à ofensiva evangelística que se pretendia desencadear nesse setor das Américas”* (FERREIRA, 1992, p.240). Esta idéia empolgou os participantes do Congresso, entre eles Eduardo Carlos Pereira que, alegando dificuldade eclesiástica ao “Committee of Cooperation for Latin América” em Nova York, propôs a organização de uma confederação de seminários, em vez de uma fusão deles, que passaria a ser denominado de “Seminário Unidos” e não “Seminário Unido”. Entretanto, prevaleceria a última denominação.

Determinava ainda os organizadores do Unido que os seminários denominacionais fechassem suas portas, sendo absolvidos por esse último, o que muitos ministros não concordavam, em razão da maneira apressada como esse seminário tinha sido constituído. A realização desse propósito contou com o empenho das duas missões (Board de New York e Committee of Nashville). Isso resultou em um choque de interesses entre os que se posicionavam a favor dessa medida e os contrários.

Muitos dos cooperativistas não julgavam que fosse necessário matar os seminários existentes para a realização do Unido; outros, porém, confessavam-no abertamente, porque tal era a imposição lógica da empresa. Em Lavras, a resolução foi a seguinte: O Seminário desta Assembléia não suspenderá seu funcionamento sob a atual administração enquanto o Seminário Unido não estiver consolidado. (FERREIRA, 1992, p.241).

Esta posição assumida pelos membros da Assembléia Geral de Lavras (MG) em 1918, de cooperar com o Seminário Unido, desagradou muito dos ministros que haviam assistido as lutas pelo estabelecimento do Seminário Presbiteriano no Brasil, desde a fase de Friburgo (RJ), passando depois pelo estágio junto ao Instituto Teológico de São Paulo, para finalmente se instalar em 1907 em Campinas. Entretanto, Erasmo Braga, J.Goulart e

outros missionários eram entusiastas do Unido, posição endossada por vários outros missionários representantes das igrejas protestantes no Brasil.

Em 1921, o Seminário Unido já alcançara a adesão oficial da Igreja Presbiteriana do Brasil, da Igreja Presbiteriana Independente Brasileira, da Igreja Metodista Episcopal do Sul, no Brasil, da União das Igrejas Cristãs Evangélicas, do Board of Foreign Missions Committee of the Presbyterian Church (Nashville), do Board of Foreign Missions of the Methodist Episcopal Church South. Dez anos depois estava agonizante a instituição. A Igreja Presbiteriana forneceu os cômodos em que funcionou a princípio a instituição; o Supremo Concílio elegeu, em 1918, seu membro para a Diretoria do Unido, e em 1920 seu professor. Boa parte dos alunos, desde o início, e dos professores, posteriormente, foi presbiteriana. Em 1931, encerrava a idéia da implantação do Seminário Unido. (FERREIRA, 1992, p.244).

O entusiasmo pelo Seminário Unido, fez com que o Supremo Concílio entregasse a administração do Seminário Presbiteriano do Sul em Campinas, à administração do Sínodo Meridional que, em 1920, havia decidido transferi-lo para São Paulo. Para isso, iniciaram a venda de terrenos, desfazendo-se do bosque que cercava o velho prédio do Colégio Internacional. Porém, com o fracasso da implantação do Seminário Unido e a crise financeira mundial que atingiu a maioria das instituições em 1929, os planos da diretoria do Seminário Presbiteriano do Sul em Campinas foram adiados, voltando em 1932 o Seminário Presbiteriano do Sul a ser administrado pela Assembléia da Igreja Presbiteriana, que achou por bem manter sua sede em Campinas.

Depois de estabilizado, o Seminário Presbiteriano de Campinas, em 1932, voltou a crescer, quando “80 alunos receberam o diploma de bacharel em theologia. Nesse mesmo período, 27 alunos receberam o certificado das matérias estudadas” (KERR, 1938). Desses, alguns faleceram e outros deixaram a carreira ministerial.

Ainda na década de 1920 o Seminário Presbiteriano procurou dar um novo direcionamento aos estudos dos seus alunos, alterando a grade curricular que foi adaptada e adequada à realidade cultural, social, histórica e política do país.

Até o ano de 1919, só funcionava um dos anos do currículo e todos os alunos cursavam as mesmas matérias. Desse ano em diante começou a funcionar em anos paralelos, de sorte que, de agora em diante, os alunos estarão distribuídos em tantos anos quanto são os do currículo, o que representa o aumento de trabalho para cada professor, mas ninguém ousará discutir as vantagens de ordem pedagógica desse novo marco de progresso da Instituição.

Além disso o currículo tem sido revisto à luz dos programmas europeus e das Américas dos Seminários Teológicos, no seu todo uma vez há menos de dez anos e parcialmente mais duas vezes depois de 1930.

O Curso Pré-Theológico que começou com um ano, em 1925 passou a ser depois de 1935, de dois anos. (KERR, 1938, p.14).

O Prospecto da Faculdade de Teologia elaborado em 1939 nos dá uma visão nítida de como eram os cursos e disciplinas no seminário, sendo divididos de acordo com as respectivas cadeiras.

CURSO PRÉ –THEOLOGICO DE PHILOSOPHIA E LETRAS

Primeiro Anno

Portuguez-Grammatica Histórica	3annos
Inglez-Revisão Grammatica e Selecta, autores antigos e modernos	3annos
Latim-Revisão e Clássicos	3annos
Grego-Grammatica	3annos
AnalyseBíblica	3annos
Introduccão Geral à Philosophia lógica	2annos
Psychologia	2 semestre
Música	2annos

(PROSPECTO DA FACULDADE DE THEOLOGIA DE CAMPINAS 1939, p.11).

CURSO PRÉ-THEOLÓGICO DE PHILOSOPHIA E LETRAS

Segundo Anno

Portuguez-Literatura	2annos
Latim Clássico e Patrística	2annos
Grego Clássico	3annos
Hebraico Grammatica	3annos
História de Israel e Vida de Chirsto	3annos
História da Philosophia	3annos
Sociologia	2 semestre
Antrophologia	2 semestre
Musica	2annos

(Idem. Ibidem).

O Curso Pré Teológico, principalmente o 1º ano equivalendo ao ginasial, era dado para preparar adequadamente os futuros pastores nas disciplinas: português, inglês, latim, visando desenvolver e aperfeiçoar o conhecimento; o grego clássico oferecia a oportunidade do contato direto, pela primeira vez, com rudimentos mais simples dessa língua: alfabeto grego, sílaba, acentuação, etc; análise bíblica: ensinava os alunos a análise, a sintetização e a dedução das mensagens básicas de cada livro da época que foi escrita; introdução geral à filosofia: consistia dar aos alunos noções de ontologia, epistemologia, cosmologia, psicologia racional e finalmente a música.

Esse conjunto de estudos tinha por objetivo promover uma sólida formação geral aos futuros pastores, o 2º ano da Pré-Teologia correspondia ao secundário, onde se estudava disciplinas como literatura: origens, escolas, princípios e representantes das escolas, formação da nacionalidade ao lado das correntes literárias, vultos da literatura dos povos antigos e modernos, etc; latim: dar aos alunos um conhecimento mais acentuado da sintaxe latina, argumentação do autor, de preferência Cícero; grego clássico: síntese da morfologia, estudo da sintaxe, etc; hebraico (gramática): habilitava o aluno a ler os textos originais bíblicos; história de Israel: narração dos fatos principais da vida religiosa desse povo; vida de Cristo: estudo particularizado da vida de Jesus; história da filosofia: tratava-se de um estudo crítico expositivo da origem e desenvolvimento dos problemas religiosos, escolas e sistemas filosóficos, em sua ordem histórica, bem como em relação aos grandes pensadores; sociologia: estudo e compreensão do fato social, grupos sociais, elementos estruturais e atividades ou funções dos grupos, fatores de vida e do progresso social; antropologia: o desenvolvimento do homem primitivo, as raças, a cultura humana, costumes invenções, meio de vida, artes, guerras, a família, o clan, governo, religião e ciência e finalmente a música.

A constituição de uma grade curricular tão intensa tinha por finalidade dar uma boa formação aos futuros pastores, colocando o Seminário Presbiteriano do Sul no mesmo pé de igualdade da Europa e dos Estados Unidos. Daí constar um elenco de disciplinas que visava a formação intelectual dos seminaristas com noções básicas de teologia, sendo que esse estudo se desenvolvia no terceiro, quarto e quinto ano.

CURSO THEOLÓGICO

Terceiro Anno	Quarto Anno	Quinto Anno
Theologia Exegética: Hebraico-Grammatico e Syntaxe Grego-Syntaxe do Grego N.T. Isagoge-Canônica, Crítica Textual, Literária e Histórica do V.T. e N.T. Hermenêutica Exegese do V.T. Psalmos-selecta Exegese do N.T. actos dos apóstolos	Theologia Exegética: Archeologia-Geographia, História Natural Costumes Sociaes e Monumentos Exegese do V.T.-Genesis Exegese do N.T. Matheus	Theologia Exegética: Exegese do V.T. Isaias (Prophetas). Exegese do N.T. Epístola aos Romanos. Theologia Bíblica do V.T. e do N.T.
Theologia Histórica:	Theologia Histórica:	Theologia Histórica

História Ecclesiástica	História Ecclesiástica	História da Doutrina
Theologia Systematica: Theologia Doutrinal Psychologia da Religião	Theologia Systematica: Theologia Doutrinal	Theologia Systematica: Theologia Doutrinal Apologética-Spiritismo, Romanismo, Materialismo. Seita Exótica Religiões Comparadas Ethica.
Theologia Pragmática: Homilética Sociologia Christã Educação Religiosa Orpheão	Theologia Pragmática: História do Púlpito Hyperetologia-Vocação e Serviço Halieutica-História das Missões Orpheãos.	Theologia Pragmática: Poimenica ou Cura das Almas Ecclesiastica e Praxe Litúrgica Orpheãos.

(PROSPECTO DA FACULDADE DE THEOLOGIA DE CAMPINAS 1939, p.11)

No Curso de Teologia, diversas disciplinas foram inseridas com o objetivo de promover um estudo profundo e rigoroso a respeito de Deus e da Igreja a fim de auxiliá-la a encontrar o caminho certo. A Teologia Bíblica ou Exegética: procura estudar a revelação de Deus nas Escrituras do velho e do novo testamento. A Teologia Histórica: é onde se estuda a história do período bíblico e pós-bíblico, assim como a história da igreja. Teologia Sistemática: é onde se revela a palavra de Deus não somente nas Escrituras, mas também nas Igrejas. A Teologia Sistemática tem o propósito de orientar a igreja quanto aos seus princípios de fé e oferecer-lhe um sistema compreensivo e harmonioso de doutrinas. Porém, como o conhecimento da palavra de Deus é interpretado pelos homens e esse é falível e limitado, a teologia deve ser crítica e sempre suas conclusões devem ser revista, daí a verdade ter que ser analisada tomando como base a racionalidade. E, finalmente a Teologia Pragmática: que procura estudar uma igreja em ação. É onde o pastor procura colocar em prática seus conhecimentos teológicos através do ato litúrgico, da homilética (comunicação realizada pelo pastor aos ouvintes da palavra de Deus), da educação cristã (culto, pregação do evangelho), etc.

Com relação ao currículo do Seminário Presbiteriano, salvo algumas alterações, ele se manteve desde 1904 predominando uma teologia sistemática embasada na visão

teológica do Seminário de Princeton (1812) adotado pelos missionários americanos que aqui chegaram.

Como podemos observar, as ênfases de Princeton são calvinistas e da velha escola, e foi a velha escola que formou os missionários presbiterianos tanto do norte como do sul dos Estados Unidos que para cá vieram trazer o evangelho reformado.

Três aspectos se destacam na Teologia de Princeton que será sempre a corrente adotada pelo Seminário Presbiteriano do Sul. Primeiro: Princeton aceitava a plena inspiração da Bíblia, pois é, afinal, a infalível autoridade da Bíblia em questões de fé e prática. Segundo: adotava ao mesmo tempo a epistemologia do “senso comum”, do filósofo escocês e pastor presbiteriano Thomas Reid, que tanto atacava o ceticismo de David Hume como o idealismo de Berkeley e o iluminismo do social francês. Os sentidos nos dão a percepção da realidade exterior e as percepções comuns à humanidade são verdadeiras. Além disso, temos; um “senso moral” que nos dá acesso ao mundo de nossa mente. (...).

O terceiro elemento que importou na formação dos pastores é a experiência religiosa. (VIEIRA, 2000, p.108 e 109).

Os presbiterianos, assim como todos os protestantes, primeiramente tomaram como base de sua teologia a fé nas escrituras sagradas (bíblia), que inclui o velho e o novo testamento, embora também aceitem a manifestação da fé ortodoxa, definida pelo concílio ecumênico que tinha por objetivo combater qualquer ensino considerado estranho às escrituras e que fizesse referência a Jesus Cristo e a doutrina da trindade. No segundo aspecto, a teologia priorizava a epistemologia do senso comum onde todo conhecimento tende a se voltar para o sentido prático da vida, visando o desenvolvimento do indivíduo, no caso os pastores. O terceiro aspecto, diz respeito à valorização das experiências religiosas dos pastores durante o exercício do ministério. Para atingir esse grau de experiência

1) Deve ser organizado e superintendido de tal maneira que os professores e estudantes reconheçam o seu valor.

2) A mais eficiente supervisão deste trabalho exige íntima colaboração entre o seminário e a igreja.

3) O trabalho prático pode ser feito nos fins de semana, nas férias anuais ou durante um ano inteiro, como parte do curso. (RIBEIRO, 1901, p.44).

Nas reflexões dos seminaristas o estudo teórico tende-se a relacionar com as atividades práticas, pois a junção de ambas faz com que os alunos adquiram experiências. Para que isso aconteça, recomenda-se a promoção de encontros (nos Seminários), em que teólogos e educadores cristãos discutam assuntos de interesse comuns, elaborem planos eficientes como forma de educação, de comunicação, e vários estudos das áreas científicas,

etc. O objetivo é estabelecer um equilíbrio entre a educação propriamente dita e o estudo religioso (teológico).

Apesar do Seminário de Princeton haver formado a maioria dos missionários americanos que vieram para o Brasil e desses seguirem a doutrina básica calvinista, em alguns aspectos a teologia que formou os pastores nacionais diferenciava-se daquela ensinada na matriz. De acordo com Mendonça:

[...] Os missionários, tanto pregadores como educadores, embora academicamente preparados nos seminários e universidades, foram como já foi dito, produtos dos movimentos de avivamento. Assim sendo, a teologia que eles trouxeram para o culto no Brasil não foi acadêmica, mas a teologia das suas formas de crença, no seu conjunto a teologia dos avivamentos à qual as diversas tradições haviam se esforçado para encontrar meios de ajustamento. De modo que a teologia dos púlpitos e do culto em geral não foi a dos seminários e academias. Essa mesma defasagem ocorreu no Brasil quando os presbiterianos começaram a formar seus pastores em seminários. As complicações a teologia não eram levadas para o púlpito. O púlpito desempenhou no Brasil um triplo papel: o de polemizar contra a Igreja Católica, o de infundir moral e o da explanação bíblica. Este último papel talvez tenha sido responsável pela única via pela qual o protestantismo pode mostrar sua presença na cultura brasileira. O conhecimento das línguas bíblicas, a prática da exegese e da hermenêutica sobre os textos sagrados produziu filólogos e gramáticos conhecidos. Por outro lado, a polêmica e o moralismo isolaram os protestantes da cultura, assim como este último, o moralismo, parece ter fechado as portas dos eruditos protestantes para a literatura. (MENDONÇA, 1984, p.214 e 215).

O padrão de culto protestante no Brasil, diferente do que predominou nos Estados Unidos e na Europa foi marcado por uma teologia do avivamento (despertamento) que valoriza o voluntarismo pessoal: consiste na capacidade do homem de vencer sua própria imperfeição e de se elevar através de suas ações, seus próprios esforços e competências. Esta teologia se colocava contra a doutrina da predestinação: seleção e privilégio que alguns tinham sobre os demais de alcançar a graça Divina. A teologia avivalista alimentava a idéia de que todos homens que quisessem podiam alcançar sua salvação, bastava para isso amar a Deus e modificar sua conduta moral. O sermão avivalista tinha a pretensão de despertar o indivíduo para a consciência de seu pecado, procurando suas emoções e levando-os a uma decisão existencial, da aceitação de Cristo como seu Deus e a bíblia como seu guia espiritual. Esta dramaticidade utilizada pelo pregador na conversão do indivíduo à fé protestante era aprendido na prática, longe das escolas, academias ou seminários, quando os pastores itinerantes no desenvolvimento do seu trabalho de evangelização permaneciam meses sem contato com suas igrejas. Esta situação “*muito*

favoreceu o cultivo do convívio individual com a bíblia, o que desenvolveu um apego sentimental do protestante ao livro sagrado; a bíblia acabou, por falta de agente interpretador na maior parte do tempo, assumindo uma função oracular ao dar respostas imediatas para as várias situações existenciais”. (MENDONÇA, 1984, p.233).

Nos Seminários ou Academias o modelo de doutrina adotada para a educação dos pastores foi a Confissão de Fé de Westminster e seus Catecismos⁸, ocorrida em Londres, Inglaterra entre 1643 e 1649 (ainda dentro do período reformista), e transformando para os calvinistas num pequeno sistema de teologia, com base em dois catecismos: o Breve e o Maior, organizado dentro de um sistema de perguntas e respostas que visavam a instrução religiosa e a doutrinação.

Dentre as três fontes doutrinárias, a Confissão de Fé de Westminster é uma das maiores expressões do escolaticismo protestante, reavivado no século XIX e que permaneceu até o fim do século XX. O escolaticismo protestante no Brasil permaneceu como o seu espírito de sistema nas cátedras de seminários. Esta fidelidade se manteve com a tradição do presbiterianismo é *“a prova que, no rito de ordenação de presbíteros docentes e regentes os candidatos são obrigados a declarar publicamente que aceitam a confissão de Fé e os Catecismos de Westminster como fiel exposição do sistema doutrinário ensinado nas Santas Escrituras”.* (MENDONÇA, 1984, p.230). Dessa maneira, os futuros missionários e pastores oficializavam o seu sistema de fé e declaravam publicamente aceitar a disciplina e a autoridade da Igreja Presbiteriana, assim como a base de sua doutrina, a bíblia.

Durante o decorrer de sua história, o Seminário Presbiteriano do Sul em Campinas, atravessou várias fases de turbulência, quer pela divisão interna que levou a Igreja Presbiteriana do Brasil buscar sua própria autonomia, separando-se da “Missão Presbiteriana Estrangeira de Igrejas”, quer pela crise econômica mundial, que também repercutiu no funcionamento das igrejas e de seus seminários, obrigando a se desfazer de seus patrimônios para saldar dívidas mais urgentes, como ocorreu em 1929, quando sob o

⁸ A Confissão de Fé de Westminster é um documento que resume toda a teologia reformada presbiteriana. Este documento recebeu esse nome derivado do local de onde se reuniram teólogos e leigos, numa das salas da Abadia Westminster, em Londres, Inglaterra. O Concílio foi convocado pelo Parlamento inglês a fim de se elaborar uma nova base de doutrina, forma de governo eclesiástico e de culto.

efeito da “crise da bolsa de valores” e da “crise do café”, a diretoria do seminário foi abrigada a vender a chácara situada na rua Dr. Quirino, pensando em se mudar para São Paulo. Porém, essa questão foi superada com o auxílio dos “amigos do seminário” que arrecadaram fundos para mantê-lo em funcionamento. Segundo Kerr:

A Sociedade Amigos do Seminário foi fundada em 1923 pelo reverendo Dr. Dale Daffin...Constituída inicialmente de cem sócios que contribuíssem anualmente com a quantia de 50\$ em benefício do Seminário, tem sido essa sociedade o sustentáculo de nossa casa. Reformou a mobília do salão, offerecendo as modestas cadeiras que ahi se vêem: adquiriu por 45:000\$000 de D. Frederica Rodrigues uma casa e terreno à rua Luzitana offerecendo-a depois de paga á Directoria; tem auxiliado a manutenção do Curso Pré-Theológico: doou as excelentes e elegantes poltronas para as salas de aulas, tem ajudado a Cooperativa dos estudantes e aos próprios estudantes mantendo nas mãos do Deão um fundo limitado de empréstimos. (KERR, Setembro de 1938, p.17).

A ajuda ao seminário foi prestada pelos missionários, que não mediram esforços para a sua manutenção, como, por exemplo, professores, alunos e adeptos do presbiterianismo. Isto pode ser comprovado quando a antiga propriedade já não comportava mais o número de alunos e nem possuía espaço suficiente para ampliação de prédios. Para contornar essa situação os responsáveis pelo seminário viram a necessidade de realizar novos investimentos em um outro prédio. Entretanto, mais uma vez as dificuldades batiam às portas da Igreja Presbiteriana do Brasil, principalmente pela desvalorização de seus terrenos e dos títulos que detinham. Isto fez com que a Igreja Presbiteriana mais uma vez dependesse da boa vontade dos missionários. Desta vez, o Dr. Eduardo Lane (filho do reverendo Edward Lane e que fundara o Colégio Internacional), foi quem vendeu por uma quantia irrisória, a propriedade localizada no Jardim Guanabara, onde mais tarde foram construídos os prédios atuais. Ressalta também a atuação do reverendo Américo Justino Ribeiro que, na época, era presidente da diretoria e se tornou o principal responsável pela campanha financeira e pelas direções das obras em 1940. Com respeito a infraestrutura inicial do Seminário, nos diz Ribeiro:

Protegido por sólido alambrado, a área comporta, além dos edifícios, duas excelentes quadras de esportes, a casa que reside o deão, bem como, amplo espaço livre, gramados e cobertos de árvores frondosas, na parte extrema, que aponta para a cidade. Essas árvores foram plantadas pelo reverendo Eduardo Lane. (RIBEIRO, 1997, p.70).

A grande maioria era presbiteriano, mas havia também independentes (congregacionais que reagem contra o governo de bispos), alguns anglicanos e até erastinos (seguidores de Erasto que colocava o Estado como autoridade para nomeação de bispos). Predominou a teologia Reformada. VIEIRA, Adão Evilásio.2000, p.75

A campanha financeira para a construção deu resultado e as obras iniciaram em 1940. Porém, seu término ocorreu após a 2ª Guerra Mundial, mais precisamente em 8 de setembro de 1946, quando foi lançada, por um grupo de presbiterianos, na Avenida Brasil, a pedra simbólica da Faculdade de Teologia da Igreja. O prédio principal somente foi concluído em 1949, quando também foi inaugurado um auditório para o exercício da prática de pregação. Fez parte dessa cerimônia os reverendos Benjamin Moraes, presidente do Concílio da Igreja Presbiteriana, Guilherme Kerr, como futuro reitor do Seminário e Pascoal Pitta, presidente da comissão de construção.

O Seminário Presbiteriano de Campinas, na época, foi considerado como o maior prédio da cidade. Segundo “*A faculdade de Teologia Presbiteriana foi a pioneira do ensino superior na cidade, sendo fundada antes mesmo do estabelecimento da Pontifícia Universidade Católica de Campinas e a Universidade Estadual de Campinas. [...]*”. (SILVA, 1998, p. 45).

A preocupação do Seminário Presbiteriano do Sul com relação as atividades educacionais, era em formar líderes religiosos bem treinados para atender as igrejas que foram surgindo. Quanto ao número de alunos, ela se manteve dentro de um quadro relativo, demonstrando com isso que apesar da ação dos protestantes visando atrair os adeptos da religião católica, ela não chegou a despertar grande entusiasmo entre os brasileiros, cujo número de seminaristas não ultrapassava a média de 60 alunos.

Enfim, o Seminário Presbiteriano do Sul em Campinas manteve-se ligado às suas tradições, sofrendo poucas modificações. O funcionamento dessa instituição foi marcado pela prática de uma política descentralizada que foi responsável pela falta de unidade que predominou no seu interior, o que causou divisões e influenciou no seu crescimento.

Seminário Presbiteriano do Sul em Campinas, desde que iniciou o seu trabalho como instituição educacional teológica, manteve-se fiel à sua tradição e aos objetivos da Igreja Presbiteriana. Buscando determinar o seu objetivo foi que um dos missionários assim definia essa questão.

O nosso grande alvo é a evangelização da Pátria por meio da pregação da Palavra. Temos em vista, pois, a preparação de evangelistas, que puguem certezas e não dúvidas, que puguem as grandes realidades Moraes e espirituaes e não phantasias humans, que puguem o Evangelho Eterno e insubstituível da Cruz de Christo, que “é o poder e a sabedoria de Deus para a salvação de todos o que crê”, de accordo com as Escripturas e com a experiência humana universal. (KERR, 1938).

O Seminário Presbiteriano de Campinas, através da Faculdade Teológica, procurou por mais de trinta anos dar aos estudantes uma cultura sólida e prática, dentro dos valores cristãos, cumprindo assim o seu papel de instituição padrão de ensino de uma teologia evangélica e da constituição de uma igreja espiritual e missionária. Nesse sentido, cumpriu e cumpre sua missão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao desenvolvermos o estudo sobre o “Presbiterianismo do Sul em Campinas: primórdios da educação liberal” procuramos promover uma investigação que nos ajudasse entender quais as condições que levaram protestantes anglo-saxões à implantação de missões religiosas em países de origem católica, como o Brasil.

A resposta para essa questão ocorreu primeiramente no campo econômico e depois pela influência política que os americanos passaram a exercer, principalmente após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Nos primeiros anos do século XX a presença norte-americana teve um papel importante na moldagem da sociedade brasileira. Dois fatores se tornaram primordiais e ajudaram os americanos a imporem a sua ideologia e sua cultura. O primeiro foi a religião que atuou vinculada ao campo educacional, daí o interesse dos missionários na construção de escolas com o intuito de educar e evangelizar ao mesmo tempo, o segundo é que as denominações protestantes que atuavam no Brasil procuraram adotar um modelo aberto, prevalecendo a cooperação entre as denominações, pois a grande rival a ser combatido era a Igreja Católica, e o que se buscava era a adesão de fiéis católicos à nova religião. Uma outra característica percebida durante esse estudo, foi que o protestantismo primava pela virtude moral e buscava uma constante renovação, possuindo uma característica diferente da Igreja Católica mais conservadora de seus dogmas.

No Brasil, o protestantismo desenvolveu-se dentro das seguintes características: aquelas formadas por estrangeiros (imigrantes ou representantes comerciais e pertencentes ao corpo diplomático em missão no Brasil), que procurando manter sua fé, pediram autorização ao governo brasileiro para constituir igrejas e dispor do auxílio de missionários protestantes para o atendimento de suas necessidades espirituais. Com isso, continuaram unidos étnica e culturalmente às suas tradições. Outra característica foi o protestantismo de missão, resultado do trabalho das sociedades bíblicas e ações missionárias das várias denominações protestantes, que vieram ao Brasil com o propósito de estabelecer igrejas e colégios a fim de converter brasileiros à fé protestante, quer por meio da evangelização direta, quer pela pregação indireta do evangelho. Em ambos os casos a instrução tornou-se um instrumento essencial para divulgação do protestantismo, daí a criação de dois tipos de escolas. Enquanto a escola dominical ou paroquial visava apoiar o trabalho dos

missionários na divulgação da Bíblia, uma vez que a maioria da população era analfabeta; os colégios criados nos grandes centros urbanos objetivavam a formação da elite e da classe média. Para atrair esses elementos foi utilizado um modelo de ensino inovador e técnico voltado tanto para formação intelectual como moral. Princípios como tolerância religiosa e liberdade de culto presentes na Constituição Brasileira, foram ostensivamente utilizados pelos missionários, servindo para atrair brasileiro, como instrumento legal para evitar maiores confrontos com o clero católico.

Com respeito aos padrões da pregação protestante no Brasil três características estiveram presentes durante a missão religiosa, o avivalismo: cujo objetivo era a conversão dos indivíduos à fé protestante; o polêmico que tinha praticamente o mesmo sentido anterior, dando ênfase à Bíblia, que era considerada uma forma de revelação da palavra de Deus aos homens, que a interpretava e, finalmente, a moralista, que tinha a pretensão de destacar o alto padrão moral que fundamentava a religião protestante e as condutas de seus missionários. Esse padrão era avaliado comparando as atitudes do clero católico, numa demonstração inequívoca de que entre as missões protestantes e as autoridades católicas se instaurava uma ampla hostilidade. Embora algumas vezes as reações dos católicos fossem exageradas, os apelos para violência foram esporádicos, sendo que a maioria dos embates aconteceu ou através da imprensa, ou nas tribunas das Igrejas, durante as pregações do clero para seus fiéis.

Durante a pesquisa, alguns fatores explicativos apareceram como facilitador da penetração protestante entre os brasileiros, entre eles, o aperfeiçoamento dos meios de comunicação, o movimento de urbanização, a não atuação do clero católico nos lugares mais afastados, a desorganização da Igreja Católica, que se viu enfraquecida, devido a sua relação com o Estado, manifestado através do funcionamento do sistema de Padroado. Essa situação e mais a presença dos imigrantes facilitou a expansão protestante no Brasil, especialmente da presbiteriana, que através do reverendo americano Ashbell G. Simonton fundou em 1862, a Igreja Presbiteriana no Rio de Janeiro, e mais tarde, a escola dominical e um seminário, iniciando o plano de consolidação da Missão Presbiteriana no Brasil. Entretanto, foi na província de São Paulo e interior paulista que o presbiterianismo se desenvolveu, devido, principalmente a fixação de imigrantes, em razão do desenvolvimento do café e do surgimento das primeiras indústrias. Cidades como Santa Bárbara (SP) e

Americana (SP), foram escolhidas pelos imigrantes norte-americanos, para fixar residência em Campinas (SP), local escolhido pela missão presbiteriana como sede, estabelecendo ali igreja e colégio. Quanto a idéia da criação do seminário teológico em Campinas, dois impedimentos adiaram esse projeto: o primeiro, foi o surto de febre amarela que assolou Campinas a partir de 1892, fazendo com que as instituições educacionais e culturais que ali funcionavam fechassem suas portas, transferindo-se para outros lugares; o segundo, a união das duas missões religiosas presbiterianas: a sulista e a nortista, que apesar de contribuírem para o crescimento dessa denominação, foram as grandes responsáveis pelas crises do presbiterianismo brasileiro, cujo desfecho foi à cisão da Igreja Presbiteriana Nacional e o seu desmembramento em várias outras Igrejas, entre as quais o surgimento da Igreja Presbiteriana Independente, sob a liderança de um pastor nacional, Carlos Eduardo Pereira. Em 1907, depois de muitas idas e vindas, finalmente o Seminário Presbiteriano do Sul foi inaugurado em Campinas, com o objetivo de dar uma sólida formação intelectual e ministerial aos futuros pastores.

A aceitação do protestantismo pelos brasileiros nunca chegou a abalar a hegemonia da Igreja Católica, acabou sim, dividindo sua atenção, pois, o número de seguidores das várias denominações protestantes que atuavam no Brasil foi relativamente pequeno comparando com o número de adeptos ao catolicismo, demonstrando com isso, que a maioria da população brasileira nunca pensou em mudar de religião, pois consideravam a doutrina protestante demais ortodoxa e conservadora para seus padrões morais. Além disso, estavam acostumadas a rituais alegres, repletos de cânticos e festividades, principalmente quando realizavam tributos aos seus santos de devoção. A elite e a classe média, apesar de preferirem matricular seus filhos nas escolas protestantes buscando uma educação moderna e inovadora, técnica e científica, conforme exigia a sociedade capitalista do final do século XIX e começo do XX, continuaram católicos.

O objetivo do presente trabalho foi desenvolver um estudo histórico que possibilitasse compreender a inserção de uma instituição religiosa de origem estrangeira, sua organização e funcionamento. Apesar de historiadores ligados a Igreja Protestante considerarem a expansão missionária das Igrejas Americanas, como um sucesso dentro da realidade brasileira, concluímos que o mesmo foi relativo, pois, não conseguiu dentro do

período estudado ampliar o número de adeptos, igrejas e escolas, comparando-se com os da Igreja Católica.

Portanto, pode-se concluir que atingimos o objetivo, que foi o de promover o estudo histórico e analítico de uma instituição religiosa protestante das mais antigas atuando no Brasil, que é o Seminário Presbiteriano do Sul, em Campinas.

Certamente este trabalho não esgota um assunto tão extenso e complexo. Ele deverá ser complementado com outros que mostrem novos correlacionamentos e enriqueçam as interpretações. Seria muito importante, por exemplo, pesquisar “*a prática educativa das escolas paroquiais protestantes ou católicas no Brasil durante o período de 1910 a 1930*”. Seria um estudo que nos forneceria subsídios para entendermos um pouco mais a maneira de atuação desse tipo de escolas voltadas para a população mais carente.

BIBLIOGRAFIA

A-Fontes Secundárias

AGUIAR, Pinto de. *Abertura dos Portos*. São Paulo: Livraria Progresso Editora, 1960.

ALLEN, H.C. *História dos Estados Unidos da América*. São Paulo: Companhia Editora Forense. 1964.

AMARAL, Leopoldo. *A Cidade de Campinas em 1901*. Campinas, Typografia Casa do Livro Azul, 1900.

AMÊNDOLA, J. *O Comércio de Campinas*. Primórdios. Evolução e Desenvolvimento até a Época Atual. In: *Monografia Histórica do Município de Campinas*. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1952.

AQUINO, Rubin Santos Leão de (Et. Al). *História das Sociedades: das sociedades modernas às sociedades atuais*. 21ª edição. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico, 1988.

ARAÚJO, João Dias de. *Inquisição sem fogueira (vinte anos de História da Igreja Presbiteriana do Brasil: 1954-1974)*. 2ª edição. Rio de Janeiro. ISER, 1982.

AZEVEDO, Israel Belo de. *As Cruzadas Inacabadas: introdução à História da Igreja na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Gêmeos Ltda. 1980.

BADARÓ, Ricardo. *Campinas. O despontar da modernidade*. Campinas, SP.Publicações CMU, Unicamp, 1996.

BAENINGER, Rosana. *Espaço e Tempo em Campinas: Migrantes e Expansão do Pólo Industrial Paulista*. Campinas: Área de publicações CMU/UNICAMP, 1996).

BANDEIRA, Moniz. *A Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S/A. 1973.

BARBANTI, M.L.S.Hilsdorf. *Escolas Americanas de Confissão Protestante na Província de São Paulo: um estudo de suas origens*. São Paulo: FEUSP. 1977.

BARBOSA, José Carlos. *Negros não Entra na Igreja: espia da banda de fora. Protestantismo e Escravidão no Brasil Império*. Piracicaba. Editora Unimep. 2002.

BARRETTO, Margarita. *Vivendo a História de Campinas*. Campinas, SP. Mercado de Letras, Autores Associados, 1995.

BASTOS, A.C. Tavares. *Cartas do Solitário*. São Paulo: Editora Brasileira, 1938.

_____, *Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro*. São Paulo, Editora Brasileira, 1939.

BATTISTONI FILHO, D. **CAMPINAS**. Uma visão Histórica. Campinas, SP: Pontes, 1996.

BENCOSTTA, Marcus levy Albino. *Memória da Educação. Campinas, 1850-1960*. Campinas: Editora Unicamp/CMU, 1999.

_____, *Ide por todo o mundo: a Província de São Paulo como campo de missão presbiteriana. 1869-1892*. Campinas: Área de publicações. CMU/UNICAMP, 1996.

BEARD, Charles, A. *The Economic Origins of Jeffersonian Democracy*. New York, 1915. Cap. XII.

BERGO, Maria Stela de Abreu. *Estudo Geográfico da Cidade de Campinas*. Anais do X Congresso Brasileiro, V.III, 1952.

BLUM, J. Morton. *The Republican Roosevelt*. Cambridge. Massachussetts. 1954.

BRAGA, Erasmo e GRUBB, K.G. *The Republic of Brazil. A survey of the religious situation*. New York: World Dominion Press, 1932.

BRUNEAU, Thomás, C. *Catolicismo Brasileiro em Época de Transição*. São Paulo, Edições Loyola. 1974.

BRUNO, Ernani Silva. *Nota sobre a História do Café em São Paulo*. São Paulo, Folha da Noite, 08/1959.

BUESCU, M. *Brasil: Problemas Econômicos e Experiências Históricas*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1985.

CÁCERES, Florival. *História da América*. São Paulo: Editora Moderna, 1980. (Série Sinopse).

CALÓGERA, João Pandiá. *A Política Exterior do Império*. In: RIHB. T. Especial. V.1, II, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1923.

CAMPOS JÚNIOR, Teodoro de Souza. *Monografia Histórica do Município de Campinas*. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952.

CAMARGO, Paulo Florêncio da Silveira. *História Eclesiástica do Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1955.

CANABRAVA, Alice P. *O Desenvolvimento da Cultura de Algodão na Província de São Paulo. 1861-1875*. São Paulo, USP, 1951.

CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. Campinas. IFCH-UNICAMP. 1975. (Tese de doutoramento).

CARDOSO, César Augusto. *Campinas em 1822*. In: *Monografia Histórica do Município de Campinas*. Rio de Janeiro, SGIBGE, 1952.

CARMO, Sonia Irene.S. do. *História Geral*. São Paulo, Editora Pontual, 1989, Vol. II.

CARPINTERO, Antonio Carlos C. *Momento de Ruptura. As transformações no centro de Campinas na década dos cinquenta*. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp.1996.

CARVALHO, Laerte Ramos de. *A Reforma Pombalinas de Instrução Pública*. São Paulo, FFCLUSP. 1952.

CASTRO, Noêmia Bierrambach de. *O Centenario de uma Indústria Campineira*. In: *Revista de Centro de Ciências, Letras e Artes* (64), 1956-1957.

CHAGAS, V. *A Educação Brasileira: O ensino de 1º e 2º Graus: antes, agora e depois?* 2ª edição, São Paulo: Saraiva, 1980.

COLTRIN, Gilberto. *História e Consciência do Mundo*.4º Edição. São Paulo. Editora Saraiva. 1996.

COSTA, Ana Maria Siqueira. *O Destino (não) Manifesto: Os imigrantes norte-americanos no Brasil*. São Paulo, USP. 1985. (tese de doutoramento).

COSTA, Emilia Viotti. *Da Monarquia a República: momentos decisivos*. São Paulo. Livraria Editora Ciências Humanas Ltda. 1979.

CLARK, J. Uilson. *A Imigração Norte-Americana para a Região de Campinas: análise da educação liberal no contexto histórico e educacional brasileiro*. Campinas, SP. 1998. (Tese de mestrado).

CRABTREE, A R. *História dos Batistas do Brasil, até o anno de 1906*. Rio de Janeiro. Casa Publicadora Batista, v.1.1937.

DAGAMA, J. F. e Velinda E. *A Brief Account of the Great Empire of Brazil. Our Mission Work and its present needs*. Jacksonville, Ten. 1882.

DAGAMA, J.F. *Relatório ao Presbitério do Rio de Janeiro*. 9/08/1873.

DEL FIORENTINO, Terezinha A. *O operariado Campineiro de 1930 a 1945*. São Paulo, Revista da SBPH, nº1. 1983.

DUARTE, Raphael. *Campinas d'Outroura*. São Paulo, Typografia Andrade e Melo. 1905.

DUROSELLE, Jean B. *De Wilson à Roosevelt, Politique Extérieure des États-Unis*. Paris, 1960.

EISENBERG, Peter L. *Guerra Civil Americana*. São Paulo: Editora Brasiliense S.A. 1987.

FERREIRA, Júlio Andrade. *História da Igreja Presbiteriana do Brasil*. São Paulo, Casa Editora Presbiteriana, 1959, v.1.

FERREIRA, Júlio Andrade. *História das Igrejas Evangélicas da Cidade de Campinas*. Rio de Janeiro. Serviço Gráfico do IBGE. 1992.

FONER, Eric. *Nada além da Liberdade: a emancipação e seu legado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Brasília: CNPq, 1988.

FREITAS, Caio de. *George Canning e o Brasil*. São Paulo, Cia Editora Nacional, vol.1. 1958.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro, J. Olympio. 1946.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Fundo de Cultura. 1964.

GAMMON, C.G.M. *Assim brilha a luz. A vida de Samuel Gammon*. Lavras: Imprensa Gammon, 1959.

GARCEZ, Benedicto Novaes. *Mackenzie*. São Paulo: Editora Casa Editora Presbiteriana, 1970.

GRAHAM, Richard. *A Grã-Bretanha e o Início da Modernização no Brasil*. São Paulo: editora Brasiliense, 1973.

HADDAD, Cláudio. *Growth of Brazilian Real Output 1900/1947*. Chicago. EUA, 1974, (mimeografado).

HACK, Osvaldo Henrique. *Protestantismo e Educação Brasileira: Presbiterianismo e seu relacionamento com o sistema pedagógico*. São Paulo. Editora: Casa Presbiteriana. 2000..

HALSEMA, Thea B. Van. *João Calvino Era Assim*. São Paulo, Editora Vida Evangélica S/C.1968. (trad. Jaime Wright).

HANDY, Robert T. *A Christian América. Protestant Hopes and Historical realities*. Oxford University Press, New York, 1971.

HAHN, Carl Joseph. *História do Culto Protestante no Brasil*. São Paulo, Associação de Seminários Teológicos Evangélicos (ASTE) 1989.

HARTER, Eugene C. *A Colônia Perdida da Confederação. A Imigração Norte Americana para o Brasil Após a Guerra da Secessão.* Rio de Janeiro, Editorial Nórdica Ltda. 1987.

HASTING, James (ed). *Encyclopaedia of Religion and Ethics.* New York: vol.13, Scribner,1928.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. *Francisco Rangel Pestana Jornalista, Político, Educador.* São Paulo. FEUSP. (tese de doutoramento).1986.

_____, *Pensando a Educação nos Tempos Modernos.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. (Acadêmica; 19).

HOBBSAWN, Eric. J. *A Era das Revoluções. 1789-1848.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

JONES, Judith Mac Knight. *Soldado Descansa! Uma Epopéia Norte Americana sob os céus do Brasil.* São Paulo.1º Edição. Editora Jarde. 1967.

KERR, Guilherme, *O Cincoentenário. 1888-1938.* Campinas, Revista da Faculdade de Theologia da Igreja Christã Presbyteriana do Brasil. 1938.

KENNEDY, J.L. *Cincoenta Annos de Methodismo no Brasil.* São Paulo: Imprensa Metodista, 1928.

LAPA, Roberto Amaral. *A Cidade: os cantos e antros. Campinas. 1850-1900.* São Paulo: Editora USP, 1996.

LENIN, *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo.* SP, Editora Alfa Omega, 1986.

LÉORNARD, Émile G. *L'Eglise Presbyterienne Du Bresil Et Sés Experiences Ecclesiastiques.* Études Evangéliques, IX, nº1 janeiro/março, 1949.

_____, *O Protestantismo Brasileiro. Estudo da Eclesiologia e da História Social.* São Paulo. Revista de História, nº5. Ano II, Jan/março.1951.

LESSA, Vicente Themudo , *Annaes da 1ª Igreja Presbyteriana de São Paulo.* São Paulo, 1938, (não é possível determinar pelo livro quem foram os editores).

_____, *Padre José Manoel da Conceição.* São Paulo: Estabelecimento Graphico "Cruzeiro do Sul", 1935.

LISBOA, José Maria. *Almanack de Campinas para 1871.* Typografia da Gazeta de Campinas, 1870.

_____, *Almanack de Campinas de 1873 a 1879.* Typografia da Gazeta de Campinas. 1870.

LOBO, Eulália Maria L. *Relações Históricas entre o Brasil e os Estados Unidos*. Rio de Janeiro, Editora Lidador Ltda. 1968,

MACHADO, M. *O Brasil (Histórico, Physico, Político, Social e Econômico)*. Typografia Duprat, 1949.

MARANHÃO, Ricardo. *República Velha*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979. Brasil História. Texto e Consulta. Vol.3.

MARTINS, Valter. *Nem Senhores, Nem escravos. Os pequenos agricultores em Campinas, 1800-1850*. Campinas: Publicações CMU/Unicamp. 1996.

MARX, K. e ENGELS, F. *The Civil War in the United State*. International Publisher, New York, 1940.

_____, *Selected Work*. Vol.2. Moscow. 1962.

_____, *Ideologia Alemã*. Rio de Janeiro. 4ª edição, v.1, Editora Presença e Livraria Martins Fontes. 1991.

MATOS, Henrique Cristiano J. de. *A Religião e a Sociedade Pós-Moderna*. São Paulo: Paulinas 1995.

MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e Ferrovias*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega. 1974.

_____, *Campinas das origens até 1930*. Revista Notícias Bibliográficas e Históricas. Ano XXXIV, nº186. Julho/Setembro. 2002.

MATOS, Alderi Souza de. *Os Pioneiros .Presbiterianos do Brasil. (1859-1900)*. São Paulo: Editora Cultural Cristã. 2004.

MENDES, José de Castro. *A Matriz sede da Paróquia*. Jornal “Correio Popular” 20/07/1968, p.4 e 5.

MENDONÇA, Antonio Manoel de Mello Castro e, *Memórias econômico política da Capitania de São Paulo*. Anais do Museu Paulista, Tomo XV, São Paulo, 1961.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa, *O Celeste Porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Edição Paulinas, 1984.

MOREIRA, Eduardo. *Vidas Convergentes*. Lisboa: Junta Presbiteriana de Cooperação em Portugal. 1958.

MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em Perspectiva*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971.

NARO, Nancy Priscilla S. *A Formação dos Estados Unidos*. São Paulo: Editora Atual/Editora Unicamp, 1985.

NÉRÉ, Jacques. *La Guerre de Sécession*. Paris. PUF 1961. (Col. Que Sais-je?).

NORMANO, J.F. *A Luta pela América do Sul*. Editora Atlas, S/A, São Paulo, 1944.

OCTAVIO, Benedito e Melillo, Vicente. *Almanach Histórico e Estatístico de Campinas*. Tipografia Casa Mascote, 1914.

OLMSTEAD, Clifton E. *Religion in América. Past and Present*. Prentice Hall, Inc., Englewood Cliffs, N.J., 1961.

PAIM, Antonio, *História do Liberalismo Brasileiro*. São Paulo: Editora Mandarim, 1998

PARIS, Mary Lou. *A educação no Império: O Jornal: A Província de São Paulo. 1875-1889*. São Paulo:FEUSP, 1980.

PARRIGTON, Vernon Louis. *El Desarrollo de las Ideas en los Estados Unidos. La Revolución Romántica. 1800 a 1860*. Nueva York. Lancaster Press, Inc. Lancaster, PA. Tomo II. 1942.

PEREIRA, Eduardo Carlos. *As Origens da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil*. São Paulo: Livraria Almenara Editora. 1965.

PEREIRA, Astrojildo. *Rui Barbosa e a Emancipação dos Escravos*. Revista Notícia Bibliográfica e Histórica. Campinas, SP, Ano XXIX, nº165. Abril/julho 1997.

PESSOA, Reynaldo Xavier Carneiro. *O Ideal Republicano e seu papel histórico no Segundo Reinado: 1870-1889*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado de São Paulo, 1983 (Coleção Monografia).

PIRES, Mario. *Erasmu Braga*. Jornal Correio Popular. Ano LXX Edição de 16 de maio de 1981, p.2.

PINTO, Virgílio Noya. *Balances das Transformações Econômicas no Século XIX*. In: MOTTA, Carlos Guilherme. *Brasil em Perspectiva*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971.

PRADO JUNIOR. Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1956.

_____. *Evolução Política do Brasil. Colônia e Império*. 18ª Edição. São Paulo, Editora Brasiliense. 1976.

PREFEITURA Municipal de Campinas. *Almanache de Campinas*. Campinas, 1900..

PUPO, Celso Maria de Mello. *Campinas, seu berço e juventude*. Campinas, Publicações da Academia Campinense de Letras, nº20. 1969.

RAMALHO, Jether P. *Colégios Protestantes no Brasil: 1890-1940*. Rio de Janeiro, 1975. (tese de doutoramento)

_____, *Prática Educativa e Sociedade. Um estudo de Sociologia da Educação*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976

REILY, Duncan A. *História documental do Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Editora Aste, 1984.

RIBEIRO, Américo Justiniano. *Aniversário Seminário Presbiteriano do Sul. Revista Teológica do Seminário Presbiteriano do Sul*, nº45. Ano LXIII, data jan/abr. de 1997.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. *A educação feminina, Durante o Século XIX. O Colégio Florence de Campinas, 1863-1889*. (tese de doutoramento), 1993.

RIBEIRO, Boanerges. *O Padre Protestante*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1950.

_____, *Protestantismo no Brasil Monárquico*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1973.

_____, *Protestantismo e Cultura Brasileira*. São Paulo, Casa Editora Presbiteriana, 1981.

_____, *Introdução do Presbiteriano no Brasil: aspectos culturais*. SP. FEUSP, 1980, Tese de doutoramento.

RIBEIRO, Domingos. *Origens do Evangelismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Gráfica Apollo, 1937.

_____, *História da Igreja Presbiteriana do Brasil*. 1940.

RIBEIRO, Maria Alice R. *Fábrica e Cidade*. Coleção Trabalhadores. Campinas, São Paulo, nº4. 1989. p.3 a 22.

RIBEIRO, Américo J. *Apostila de Educação Religiosa*. Campinas. Centro Acadêmico VIII de Setembro do STPC (Seminário Teológico Presbiteriano de Campinas). 1901.

RIOS, José Arthur. *A Contribuição dos Estados Unidos à mudança social brasileira*. In: NEIVA, Arthur Hehl. (org.). *Problemas Brasileiros de Educação*. Rio de Janeiro: Editora Lidador Ltda. 1968.

_____, *A Imigração de Confederados Norte Americano no Brasil*. In: Boletim Geográfico nº19. 1949.

ROCHA POMBO, José Francisco. *História do Brasil*. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1963.

RODRIGUES, João Lourenço. *Monografia Histórica de Campinas*. 1952.

RODRIGUES, José Carlos. *Religiões Acatólicas*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1904.

ROLLE, Andrew F. *The Lost Cause*. Norman: University of Oklahoma Press, 1965.

SAINT HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp.1972.

SANTOS, L.G. *O Catholico e o Methodistas; ou Refutação das Doutrinas Heréticas que os Intitulados Missionários do Rio de Janeiro, Methodistas de New York tem vulgarizado nessa Corte do Brasil por meio de huns impressos chamado tracts, com o fim de fazer prosélito para a sua seita*. Rio de Janeiro: Imprensa Americana de I.P. da Costa e Co., 838.

SCHMIDT, Eugenio. *Rui Barbosa e o Decreto da Separação (7.1.1890)*. REB, 14(2): 359-375, junho, 1954.

SEMEGHINI, Ulisses C. *Trajatória Dinâmica: Campinas de 1930 até os dias atuais*. In: *Campinas de Ontem e Hoje*. Campinas, Empresa Lix da Cunha, 1988.

_____, *Campinas (1860 a 1980). Agricultura, Industrialização e Urbanização*. Campinas. Instituto de Economia da Unicamp. 1988 (tese de mestrado).

SILVA, Héleron. *História da Igreja Presbiteriana do Brasil. 1859-1966*. Campinas. Seminário Presbiteriano do Sul.1998.

_____, *A Era do Furação, o movimento fundamentalista e a Igreja Presbiteriana do Brasil*. São Bernardo do Campo; UNIMEP, 1996, Tese de Mestrado em Ciência da Religião.

SILVA, Pereira Clodomiro. *Estrada de Ferro de São Paulo. A Reforma das Tarifas. Relatório da Inspectoria de Estradas de Ferro*. São Paulo. Editora Laemmert e Cia. 1901.

SIMONSEN, Roberto C. *Evolução Industrial do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo: Livraria Martins Editora/Ed.da USP. 1972.

SIMONTON, Ashbel Green. *Diário*. Campinas. Arquivo da IPB.1982.

_____, *Portuguese Sermons*. New York: American Tract Society, 1869.

SINGER, Paul, et al.. *O Brasil Republicano*. Estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil,1997.

SOBRINHO, P. Quércia. *Retrospecto Religioso de Campinas*. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1952.

SODRÉ, Nelson Werneck. *As classes Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, MEC. Instituto Superior de Estudos Brasileiros. 1957.

SOUZA, R.F. de. *O direito à Educação. Lutas Populares pela Escola em Campinas*. Campinas: Editora da Unicamp. Área de publicações do CMU. Unicamp. 1998.

SOUZA, Silas Luiz de. *O Pensamento Social e Político da Igreja Presbiteriana do Brasil: 1916-1966*. São Bernardo do Campo, SP. Universidade Metodista de São Paulo. 1998. (tese de mestrado).

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro*. 2º edição, Rio de Janeiro, Graal, 1986.

SOUZA, J.P.Galvão de. *Raízes Históricas da Crise Política Brasileira*. Rio de Janeiro, Petrópolis, Editora Vozes Limitada, 1965.

TAUNAY, Afonso. E. *História do Café no Brasil Imperial.1871-1889*. Rio de Janeiro. Departamento Nacional do Café. Tomo IV e V, 1939.

TIRICO, Domingos. *Aspectos Geográficos da Indústria em Campinas*. Campinas, Revista da Universidade Católica de Campinas, nº18, junho, 1960. p.110.

THOMPSON, Edgar T. *Plantation Societies, Race Relations and South: the regimentation of populations*. Durham, 1975,

THORNTON, Sister Mary Crecentia. *The Church and Freemasonry in Brazil. 1872-1875. A study in Regalism*. Washington, D.C. The Catholic University of American Press. 1948.

TORRES, Maria C.T. M. *Aspectos da Evolução da Propriedade em Piracicaba no tempo do Império*. São Paulo: Academia Piracicabana de Letras. Franciscana. 1975.

VALLA, Victor V. *A Penetração Norte-Americana na Economia Brasileira. 1898-1928: sempre de acordo ou nobre emulação?* Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, Brasília: INL. 1978.

VIEIRA, Adão Evilásio. *A Educação do Pastor Presbiteriano na sua Origem: Experiência pioneira Seminário Presbiteriano do Sul- 1888-1998*. Campinas, FE-Unicamp. 2000. (tese de mestrado).

VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, c1980.

_____, *Some Protestant Missionary Letters Relating to the Religious Question in Brazil: 1872-1875*. The Américas XXIV, abril, 1968.

WAGNER, R. *Os parceiros de Ibicaba*. Campinas, São Paulo, Revista Trabalhadores Imigrantes. Prefeitura Municipal de Campinas, 1989.

ZULIAN, Rosângela W. *O Ultramontismo Católico, sua proposta e instituição no ensino formal em Ponta Grossa na Primeira República*. Paraná. UEPG. 1998. (tese de mestrado).

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Editora Martin Claret. 2002. (texto integral).

WEDEMAN, Walter. *A History of Protestant Missions to Brazil, 1850-1914*. Ph.D. Dissertation. Louisville:

WILLEMS, Emilio. *Followers Of The Faith*. Nashville: Vanderbilt University Press. 1967.

WOLFF, Egon e WOLFF, Frieda. *Charles Nathan e a Fundação de Americana*. Revista Shalom. São Paulo, v.1, Dez/Jan.1981.

B-Documentos Raros

- Acta do Synodo da Igreja Presbiteriana do Brasil. 1888, p.5 e 6.
- Almanaque “O Puritano”, 1902, p.64 e 65.
- American Commerce. United States Bureau of States. Washington, 1903.
- Anais do Museu Paulista. Tomo XI. São Paulo, Imprensa Oficial do E.S.P. 1943.
- Anais Do Império Do Brasil. Rio de Janeiro, v.II 1868.
- Annual Report, *Board of Foreign Mission*. Presbyterina Church, U.S.A. 1899.
- Atos Do Poder Executivo Do Governo Imperial. Rio de Janeiro, 1862.
- Bulletin of the Pan American Union (In: Normano, J.F. 1944, p.30).
- Coleção das Leis do Brasil. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1890
- Expositor Cristão, 20/07/1911.
- Commerce Year book, 1929, v.I, United States Government Printing Office, Washington, 1929.
- Manifesto A República. Rio de Janeiro. 3/12/1870.
- Minutes of the General Assembly of the Presbyterian Church in the United States with Appendix. Columbia: Presbyterian Publishing House, 1871.
- Minutes of the Presbitery of São Paulo, 1872-1877.
- Monografia Histórica de Campinas. Rio de Janeiro. SGIBGH, 1952.
- Publicação Oficial de Documentos Interessantes Para a História e Costume de São Paulo. São Paulo. Arquivo do Estado de São Paulo: v.XXXIX. 1842.
- Publicação Oficial de Documentos Interessantes Para a História e Costume de São Paulo. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo: v.VIII, 1797.

- Publicação Oficial de Documentos Interessantes Para a História e Costume de São Paulo. *São Paulo*. Typografia da Companhia Industrial de São Paulo, v.III, 1894.
- Recenseamento da Prefeitura Municipal de Campinas. Boletim da Directoria da Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, 10, série nº9, set/1919 (56,19).
- Registro do Livro do Tombo da Nossa Senhora da Conceição. S/d. In: *Monografia Histórica do Município de Campinas*. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1952.
- Relatório Sobre o Estado da Instrução Pública na Província de São Paulo no anno de 1865. São Paulo, Typografia Americana. 1872.
- Repartição De Estatística e do Archivo Público de São Paulo Acompanhado da Relação dos Cidadãos que Governaram a Província e os Estados no Período Republicano, do Catálogo dos Manuscritos dos Tempos Coloniaes do Império e dos Livros Impressos Existentes na sua Biblioteca. São Paulo. Gráfica Duprat e Cia. 1908.
- Revista das Missões Nacionais, 1887-1912.
- Revista Das Missões Nacionais, Dezembro, 30, 1892, nº12, p.3,4 e 5.
- Rural Carolinian, I, 02/1870, p.317.
- Serviço de Estatística Comercial. Importação Geral da República dos Estados Unidos do Brazil, janeiro a dezembro de 1901. Rio de Janeiro de 1901, 1902, 1903.
- Serviço de Estatística Comercial. Importação e Exportação, Movimento Marítimo, Cambial e do café da República dos Estados Unidos do Brasil 1904-1905 e 1907. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro 1907.
- Synodo da Igreja Presbiteriana do Brasil. 1888.
- Sixty-Second Annual Report, Board of Foreign Missions, Presbyterian Church, U.S.A., 1899.

C-Jornais

- Jornal “Record of Mission”. 9/10/1868 a 25/12/1868
- Jornal “A Gazeta de Campinas”. *Viagem á São Paulo*. 20/04/1873.
- Jornal “A Gazeta de Campinas”. 1874, p.6.
- Jornal “A Gazeta de Campinas”. Etiqueta nº 95, nº448, 9 de abril de 1974. CMU.
- Jornal “A Gazeta de Campinas”. 31/07/1984.
- Jornal “A Província de São Paulo”. 18/01/1877.
- Jornal “O Correio Paulistano” 23/04/1871.
- Correio Paulistano, 23 de abril de 1867.
- Jornal “Correio Popular”. 06/06/1968. p.7;
- Jornal “Correio Popular”. 28/01/1870.
- Jornal “Correio Popular” 14/07/1885.
- Jornal “Correio Popular” 20/07/1968. nº3, p.2 “A Matriz sede da Paróquia”
- Jornal “Correio Popular” 14/07/1974. p.3
- Jornal “Diário de São Paulo” 23/08/1872. “A Villa de Santa Bárbara”.
- Jornal “Diário de Campinas” 04/12/1891.
- Jornal “A Folha de São Paulo”./08/1959 “Notas sobre a História do Café em São Paulo.

- Jornal “The Missionary”. 1870.
- Jornal “O Clarão”. 1977. nº2. p.1. “*Centenário de Erasmo Braga*”.
- Imprensa Evangélica 17 de Janeiro de 1878, p.22.
- Jornal “O Comércio do Rio de Janeiro. 1930. “*Finalidade do Ensino Secundário*”